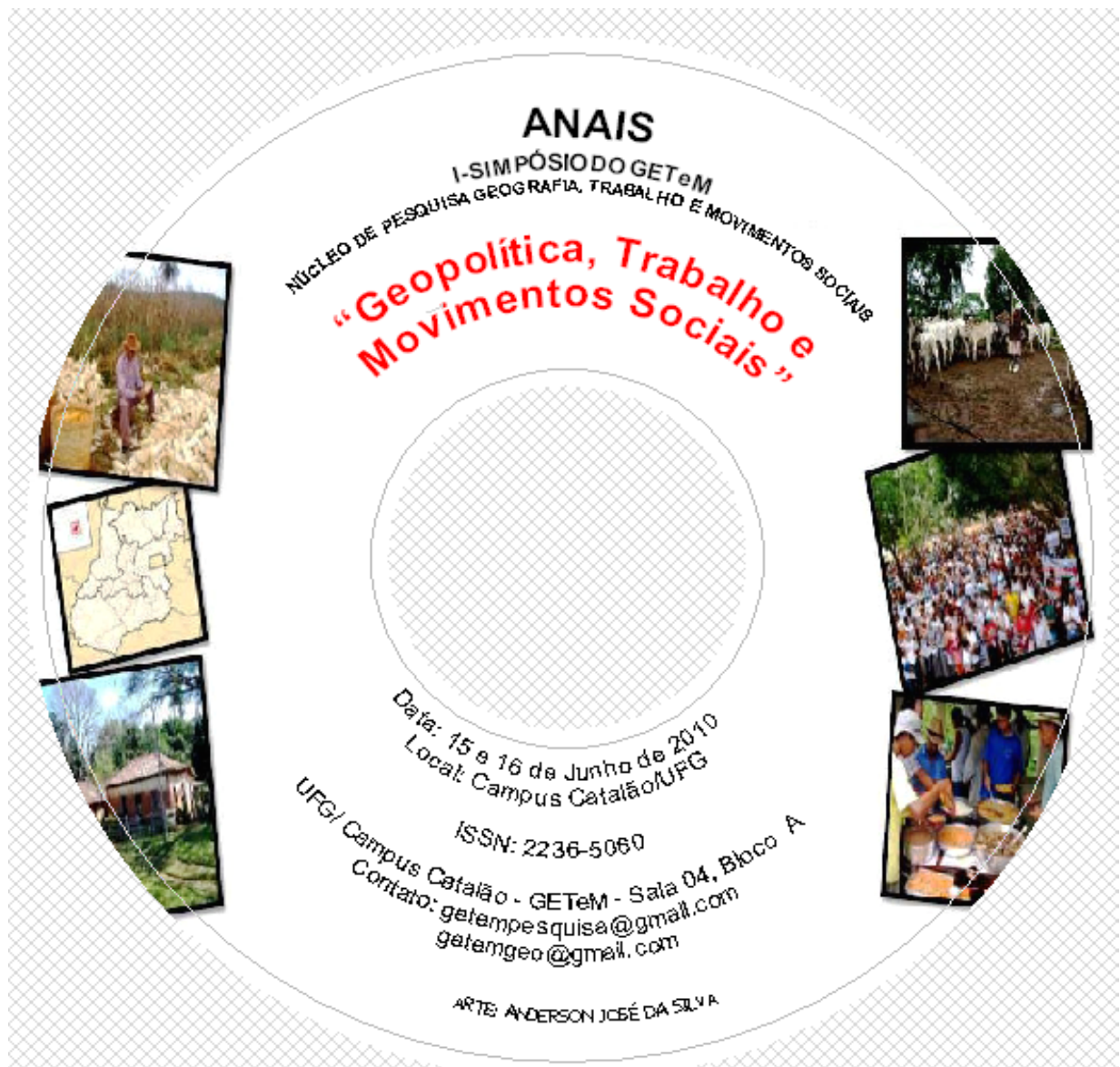






COORDENAÇÃO GERAL

Helena Angélica de Mesquita, Marcelo Rodrigues Mendonça.

COMISSÃO EXECUTIVA (certificados)

Anderson José da Silva

Gisele Silva Rodrigues

Willer Cândido de Melo

COMISSÃO DE INSCRIÇÃO (credenciamento, inscrições no evento, inscrições minicurso).

Gisele Silva Rodrigues

João Vitor Canedo

Luciano Divino dos Santos

Willer Cândido de Melo

COMISSÃO DE LISTAGENS

Gisele Silva Rodrigues

Luciano Divino dos Santos

Willer Cândido de Melo

COMISSÃO DE RECEPÇÃO E CONTROLE DE HORÁRIOS DOS PALESTRANTES E MINISTRANTES MINICURSO

Anderson José da Silva

Gisele Silva Rodrigues

Willer Cândido de Melo

COMISSÃO ORGANIZAÇÃO AUDITÓRIO

Anderson José da Silva

Luciano Divino dos Santos

COMISSÃO TRANSLADO INTERNO

Marcelo Rodrigues Mendonça

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA

Anderson José da Silva

José Aparecido Lima Dourado

Luciano Divino dos Santos

João Vitor Canedo F.

Anderson Mariano Carneiro

Hélio Domingos

Flavia França Santos

Willer Cândido de Melo

COORDENADORES DE SALA (minicursos)

Altacir Bunde

José Aparecido Lima Dourado

Luciano Divino dos Santos

Roberli Ribeiro Guimarães

COMISSÃO CIENTÍFICA

Altacir Bunde

Helen Cássia Reinaldo

Jaqueline de Cássia Naves

José Aparecido Lima Dourado

Letícia Garcindo

Luciano Rogério do Espírito Santo Abrão

Marcelo Rodrigues Mendonça

Ricardo Junior Assis F. Gonçalves

Roberli Ribeiro Guimarães

Walkíria Helena A. das e Souza

SUMÁRIO (ARTIGOS)

- 1 **REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS:** a Mitsubishi Motors em Catalão (GO)
Alex Tristão de SANTANA
Marcelo Rodrigues MENDONÇA
Pág. 9-20
- 2 **TRABALHO E EDUCAÇÃO:** possibilidade de humanização?
Camila Aparecida de CAMPOS
Pág. 21-27
- 3 **A GEOGRAFIA E OS CONCEITOS DE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE**
Cláudia Luiz de Souza BISPO
Estevane de Paula Pontes MENDES
Pág. 28-35
- 4 **O TRABALHO NA PRODUÇÃO DAS FESTAS POPULARES:** a Festa do Rosário em Pires do Rio
Daniela Marly Alves Matos Corrêa OLIVEIRA
Carmem Lúcia COSTA
Pág. 36-42
- 5 **A AGROENERGIA E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO CAMPO**
Edevaldo Aparecido SOUZA
Rossvelt José SANTOS
Pág. 43-51
- 6 **RE-VISITANDO A QUESTÃO DO TERRITÓRIO:** um diálogo interdisciplinar
José Aparecido Lima DOURADO
Helena Angélica de MESQUITA
Pág. 52-59
- 7 **MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO CERRADO GOIANO:** as transformações no espaço agrário
Juniele Martins SILVA
Estevane de Paula Pontes MENDES
Pág. 60-68

- 8 AGRICULTURA FAMILIAR, TRABALHO E ESTRATÉGIAS:** a participação feminina na reprodução socioeconômica e cultural

*Lívia Aparecida Pires de MESQUITA
Estevane de Paula Pontes MENDES
Pág. 69-77*

- 9 LIBERDADE, IGUALDADE E PROPRIEDADE:** uma amostra do pensamento liberal clássico em Frédéric Bastiat, Ludwig Von Mises e Friedrich August Von Hayek

*Luciano Rogério do Espírito Santo ABRÃO
Marcelo Rodrigues MENDONÇA
Pág. 78-88*

- 10 TRABALHO E GARIMPO:** atividade garimpeira de diamantes na Comunidade de Douradinho no município de Coromandel/MG

*Ricardo Júnior de Assis Fernandes GONÇALVES
Marcelo Rodrigues MENDONÇA
Pág. 89-96*

- 11 A VOLUBILIDADE DO TRABALHO DIANTE DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA**

*Valéria A. Castro MORAIS
Cleusa Maria da SILVA
Pág. 97-106*

- 12 A CONSTRUÇÃO DE UMA LEITURA BIOPOLÍTICA SOBRE A DEFICIÊNCIA:** a mediação do território

*Winson Lopes MENDONÇA NETO
Eguimar Felício CHAVEIRO
Pág. 107-116*

- 13 HIDROELÉTRICAS E SEUS EFEITOS SOBRE POPULAÇÕES ATINGIDAS:** o AHE Serra do Facão

*Ana Paula da Silva de Oliveira FERREIRA
Vera Lúcia Salazar PESSÔA
Pág. 117-124*

- 14 FORMAÇÃO POLÍTICA E A EDUCAÇÃO DAS CLASSES CAMPONESA E OPERÁRIA**

*Altacir BUNDE
Marcelo Rodrigues MENDONÇA*

Pág. 125-128

- 15 CIDADANIA, TRABALHO E JUVENTUDE NO CAMPO:** formação, qualificação e geração de renda a partir da agroecologia

*Anderson José da SILVA
Marcelo Rodrigues MENDONÇA
Walkíria Helena Alves da Silva e SOUSA
Pág. 129-131*

- 16 CONGADA DE PIRES DO RIO-GO:** memória e trajetória

*Daniela Marly Alves Matos CORRÊA
Valéria A. Castro MORAIS
Marise Vicente de PAULA
Pág. 132-134*

- 17 A DESTERRITORIALIZAÇÃO DOS CAMPONESES CERRADEIROS:** uma análise da Comunidade Olaria/Cisterna no município de Catalão (GO)

*Gisele Silva RODRIGUES
Marcelo Rodrigues MENDONÇA
Pág. 135-136*

- 18 A IMPLANTAÇÃO DA BARRAGEM SERRA DO FACÃO NO RIO SÃO MARCOS, SUDESTE GOIANO:** os efeitos sobre a comunidade São João da Cruz em Davinópolis (GO)

*Helen Cássia REINALDO
Helena Angélica de MESQUITA
Pág. 137-139*

- 19 URBANISMO:** entre os liberais e os racionais

*Ione Soares da Silva ROCHA
Idelvone Mendes FERREIRA
Pág. 140-142*

- 20 PEQUENOS PRODUTORES EM QUIRINÓPOLIS À SOMBRA DA DESTERRITORIALIZAÇÃO**

*Janne Mary MOTTA
João Batista de PAIVA
Edevaldo Aparecido SOUZA
Pág. 143-144*

- 21 SUBSISTEMA DE VEREDA E MEIO AMBIENTE:** constituição paisagística dentro do Bioma Cerrado

*Lázaro Antônio BASTOS
Idelvone Mendes FERREIRA
Pág. 145-146*

**22 NO AR... A (DES) CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA PELAS ONDAS DAS
RÁDIOS COMUNITÁRIAS NA MICRORREGIÃO DE CATALÃO**

*Enival Mamede LEÃO
José Henrique R. STACCIARINI
Pág. 147-148*

**23 UTILIDADES DA VEGETAÇÃO REMANESCENTE NAS ÁREAS
ATINGIDAS PELA PCH-GOIANDIRA (GO)**

*Núbia Alves Mariano Teixeira PIRES
Maria Inês Cruzeiro MORENO
Pág. 149-150*

**24 A FOTOGRAFIA COMO INSTRUMENTO DE AUXÍLIO NO ENSINO
DA GEOGRAFIA**

*Sueley Luana SILVA
Pág. 151-152*

25 CIDADANIA E GLOBALIZAÇÃO

*Sueley Luana SILVA
Pág. 153-155*

**26 ANÁLISE DOS IMPACTOS AMBIENTAIS PROVOCADOS PELA
EXTRAÇÃO DE MATERIAIS AGREGADOS UTILIZADOS NA
CONSTRUÇÃO CIVIL DE PIRES DO RIO – GO**

*Juliet A. M. OLIVEIRA
Pág. 156-157*

**27 OS IMPACTOS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO COM A EXPANSÃO
DA INDÚSTRIA DA CANA-DE-AÇÚCAR NO MUNICÍPIO DE LAGOA
DA PRATA (MG)**

*Valéria A. Castro MORAIS
Daniela M. A. M. Correia OLIVEIRA
Pág. 158-160*

**28 OS CAMPONESES ENVELHECIDOS DOS CANAVIAIS DE DELTA
(MG)**

*Jaqueline Borges INÁCIO
Mônica Arruda ZUFFI
Rosselvelt José SANTOS
Pág. 161-164*

- 29 **ESPAÇO, GÊNERO E ORALIDADE:** alguns pressupostos teóricos metodológicos de uma pesquisa geográfica sobre mulheres

Márcia Maria de Vicente PAULA
José Henrique Rodrigues STACCIARINI
Pág. 165-167

- 30 **GEOGRAFIA E CULTURA POPULAR:** uma interface para o ensino de Geografia

Kálita Tavares da SILVA
Estevane de Paula Pontes MENDES
Pág. 168-170

- 31 **AS PRECÁRIAS CONDIÇÕES DE EXISTÊNCIA DOS TRABALHADORES/CAMPONESES:** a necessidade da reforma agrária

Willer Cândido MELO
Marcelo Rodrigues MENDONÇA
Pág. 171-176

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS: a Mitsubishi Motors em Catalão (GO)

Alex Tristão SANTANA

Mestrando em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Licenciado e bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Membro do Núcleo de Estudos Geografia Trabalho e Movimentos Sociais GETeM. E-mail: santanageoufg@gmail.com

Marcelo Rodrigues MENDONÇA

Professor dos Cursos de Graduação e Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão. Membro do Núcleo de Pesquisa Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais. UFG/CAC. E-mail: mendoncaufg@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

As transformações espaciais, aceleradas pela reestruturação produtiva do capital e pela redefinição das estratégias de acumulação, alteram a relação entre capital e trabalho. A mundialização, que evidencia a necessidade dos grupos transnacionais de ocupar novos espaços, se dá mediante a exigência de destruição das fronteiras e barreiras que impedem a livre circulação do capital e coloca novas funções para os Estados nacionais. Essa dinâmica, propiciada pelo avanço do meio técnico-científico-informacional e pelo crescente papel das redes na formação dos territórios, traz sérios impactos para os trabalhadores, sua organização e órgãos representativos (sindicatos, partidos etc.).

Nesse contexto, a Mitsubishi Motors se territorializadas em Catalão (GO) em 1998, a partir da MMC automotores do Brasil (MMC), encarregada de montar, distribuir e revender os veículos Mitsubishi no país. A escolha por Catalão não se dá de forma aleatória, alguns motivos podem ser apontados. No Sudeste Goiano, esta cidade está situada em uma rede territorial que favorece a circulação e a reprodução do capital. Insere-se em uma malha rododiferroviária que forma um dos principais eixos de ligação entre as regiões Norte e Sul do país, composta pela BR-050, GO-330 e Ferrovia Centro Atlântica (FCA). Sua posição geográfica se destaca, uma vez que, dentro de um raio de 1000 km a partir de Catalão, se encontram os maiores centros consumidores do país. A cidade também é referência em estabelecimentos de formação e qualificação profissional, onde identifica-se, por exemplo, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), uma Unidade da Universidade Federal de Goiás (UFG) e o Centro de Ensino Superior de Catalão (CESUC). É favorecida pela política de incentivos fiscais dos governos federal, estadual e municipal. Por fim, possui uma força de trabalho relativamente barata e com pouca experiência de organização sindical se comparada com a de outras regiões do país onde estão instaladas montadoras de veículos.

Nesta pesquisa visa-se compreender as transformações espaciais a partir da territorialização da Mitsubishi Motors em Catalão (GO), considerando a reestruturação produtiva do capital. Para isso, será preciso analisar as transformações provocadas pela

reestruturação produtiva do capital no espaço geográfico e no mundo do trabalho; entender as mudanças na dinâmica da localização da indústria automobilística brasileira após os anos 1990; bem como os impactos desse processo para Catalão e para os trabalhadores.

Para contemplar esses objetivos, a metodologia da pesquisa compõe-se de três etapas: pesquisa teórica (revisão bibliográfica), documental (análise de diversos documentos e dados) e de campo (entrevistas semiestruturadas). As três etapas encontram-se articuladas, e a pesquisa está em estágio de desenvolvimento. Entretanto, é possível identificar, como resultados preliminares, uma mudança na dinâmica sócio-espacial de Catalão a partir do aumento na arrecadação de impostos, do crescimento da urbanização, do aumento de sua influência regional com a alteração na lógica da mobilidade do trabalho e do surgimento da resistência e da organização dos trabalhadores da MMC a partir da fundação do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Catalão (SIMECAT).

Não se pretende encerrar ou esgotar o debate aqui proposto, nem dar conta de toda a sua abrangência. O intuito, além de inserir a categoria trabalho na análise geográfica, é oferecer subsídios a novas pesquisas, problematizar as transformações espaciais provocadas pela reestruturação produtiva do capital e perceber as novas territorialidades presentes nessa realidade capazes de instrumentalizar os trabalhadores e os pesquisadores para a busca da emancipação social.

2 TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS: capital e trabalho na contemporaneidade

O espaço só pode ser entendido a partir da relação entre as necessidades humanas e os recursos naturais. Os homens, ao apropriarem-se da natureza, o fazem de acordo com determinadas formas de produção, e formam distintos territórios. Por isso o espaço, ao mesmo tempo em que é produto da relação do homem com o meio, também expressa relações ideológicas e de poder. Na sociedade capitalista, orientada para a acumulação e a expansão, o espaço evidencia a subordinação e a transformação dos homens e da natureza à lógica da mercantilização. E nas últimas décadas, o modo de produção capitalista vem sendo marcado pela mundialização (imperialismo) e pela reestruturação produtiva, produzindo o espaço a partir de uma lógica destrutiva, com sérios impactos para os trabalhadores e para o meio ambiente. (MENDONÇA, 2004; THOMAZ JUNIOR, 2002).

A crise no padrão de acumulação após a década de 1970 conforma uma nova matriz espacial. As inovações tecnológicas nos processos produtivos, o desenvolvimento das telecomunicações, o acirramento da concorrência internacional e o crescente papel do capital fictício (financeirização) na acumulação capitalista combinaram-se também com uma distinta atuação dos grandes grupos transnacionais em escala global. Na formação dos territórios, a estruturação em redes estabeleceu outra hierarquia entre os países capitalistas, sobretudo, aumentando o poder dos que dominam as novas tecnologias de reprodução do capital. Para Chesnais (1996) a constituição dos

oligopólios capitalistas na *tríade*¹, mais do que nunca, demonstra o caráter excludente e seletivo deste modo de produção.

Neste contexto, novas funções foram atribuídas aos Estados, uma vez que suas fronteiras passaram a ser obstáculos à dinâmica econômica. Esses espaços, fundamentais para manter as condições e formas necessárias à existência capitalista, se tornaram responsáveis pela gestão dos espaços internacionalizados pela economia mundial, abandonando, em grande medida, os interesses nacionais. Sua atuação se dá no âmbito da adaptação às exigências do mercado, que requer: investimentos em infraestrutura, desregulamentação de setores, flexibilização das relações de trabalho, mobilização e qualificação de mão-de-obra etc. O capital estabelece nova hegemonia nos territórios, uma vez que o espaço se transforma com a implementação dos objetos técnicos que estão a serviço dos sistemas de ações (SANTOS, 1994).

Nos momentos de crise a expansão geográfica e a tendência da diminuição do tempo de giro do capital (compressão do tempo-espaço) são importantes fatores para sua superação. O deslocamento das indústrias para regiões subdesenvolvidas proporciona uma série de vantagens políticas e econômicas ao capital, minimizando os efeitos das crises de superacumulação. Grosso modo, a expansão geográfica cria a oportunidade de reinvestir capitais excedentes inutilizados e, assim, inserir novas regiões na dinâmica da produção/distribuição/consumo (criando novos mercados) e, ao mesmo tempo, promove a desvalorização de capitais e da força de trabalho mediante a subutilização de equipamentos, o rebaixamento de salários e a extensão da jornada de trabalho. Além disso, é uma estratégia política eficaz para desmobilizar a organização sindical e adotar métodos de gestão e organização da produção mais flexíveis. (HARVEY, 1996; 2006).

Esta situação ocorreu no recente processo de desconcentração da indústria automobilística brasileira e de territorialização da MMC automotores do Brasil em Catalão (GO). Até a década de 1990 as indústrias automobilísticas instaladas no Brasil tinham preferência pela Região Sudeste, especificamente, pelo estado de São Paulo. Após esse período, percebe-se uma nova territorialização, com o deslocamento de montadoras para os estados da Bahia, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, do Paraná, do Rio Grande do Sul, de Goiás e para o interior de São Paulo (SILVA, 2002).

Como estratégia para agilizar o ciclo reprodutivo, o metabolismo social do capital nos últimos anos também tem expressado uma *tendência decrescente do valor de uso das mercadorias*, conforme assevera Antunes (2001), com referência em István Mészáros. Com isso, o capital aprofunda a separação entre a produção voltada para as necessidades humanas e a produção voltada para suas próprias necessidades, convertendo a concorrência em um processo destrutivo que se expressa pela degradação da força humana de trabalho e dos recursos naturais (ANTUNES, 2001). Esse processo se concretiza na territorialização do capital e nas consequentes transformações espaciais.

¹ Termo utilizado por Chesnais (1996) para caracterizar a hegemonização por três pólos dinâmicos – EUA, Japão e parte da Europa, ou o oligopólio mundial, na concentração do capital no momento de sua mundialização.

Por isso, as transformações espaciais são marcadas pela *contradição viva*, apontando fortes tendências de regressão das relações sociais de trabalho. A desregulamentação e a flexibilização passam a ser estratégias fundamentais para os novos parâmetros de reprodução na sociedade capitalista. A incorporação de inovações tecnológicas, a diminuição do tempo de giro do capital, a adoção do toyotismo e da produção enxuta requer uma força de trabalho disposta a mudanças, tanto nos processos produtivos como nos mercados. Os altos padrões de produtividade e o maior envolvimento dos trabalhadores coabitam com o desemprego estrutural, com a terceirização, com a subproletarização e com o trabalho informal. Os impactos da reestruturação produtiva atingem os trabalhadores tanto em sua forma objetiva como subjetiva, formando um novo e precário mundo do trabalho. (ANTUNES, 1995; ALVES, 2005).

Ao contrário do que muitos pregam em relação à perda da centralidade ou crise do trabalho na reprodução social contemporânea, é preciso perceber que o trabalho ainda é condição essencial para intercâmbio do homem com a natureza, que assegura a sua sobrevivência. Apesar de, na sociedade capitalista, o trabalho estar passando por uma série de metamorfoses, ele continua a ser elemento fundamental no processo de acumulação do capital. Portanto, ao proceder à resistência e à acentuação das contradições, o trabalho também aponta para a necessidade de se pensar para além da sociedade vigente e para a possibilidade de sua superação. (MARX, 2010).

Portanto, é importante que toda investigação e análise do espaço identifique as várias expressões do mundo do trabalho levando-se em consideração as contradições inerentes ao modo de produção capitalista. O estudo das transformações espaciais deverá, sobretudo, perceber as novas territorialidades capazes de instrumentalizar os pesquisadores e os trabalhadores para a busca da emancipação social, apontando perspectivas para a superação das relações capitalistas de produção.

3 A TERRITORIALIZAÇÃO DA MITSUBISHI MOTORS EM CATALÃO (GO) E AS TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS

A Mitsubishi Corporation, de capital japonês, iniciou suas atividades ainda no século XIX no ramo de navegação. Com o tempo, estendeu-as a vários segmentos e atualmente suas operações se estruturam no tripé: Mitsubishi Corporation (*trading*), Mitsubishi-Tokyo Bank (*finanças*) e Mitsubishi Heavy Industries (produção). (MITSUBISHI, 2010a; SILVA e RAMIRES, 2009).

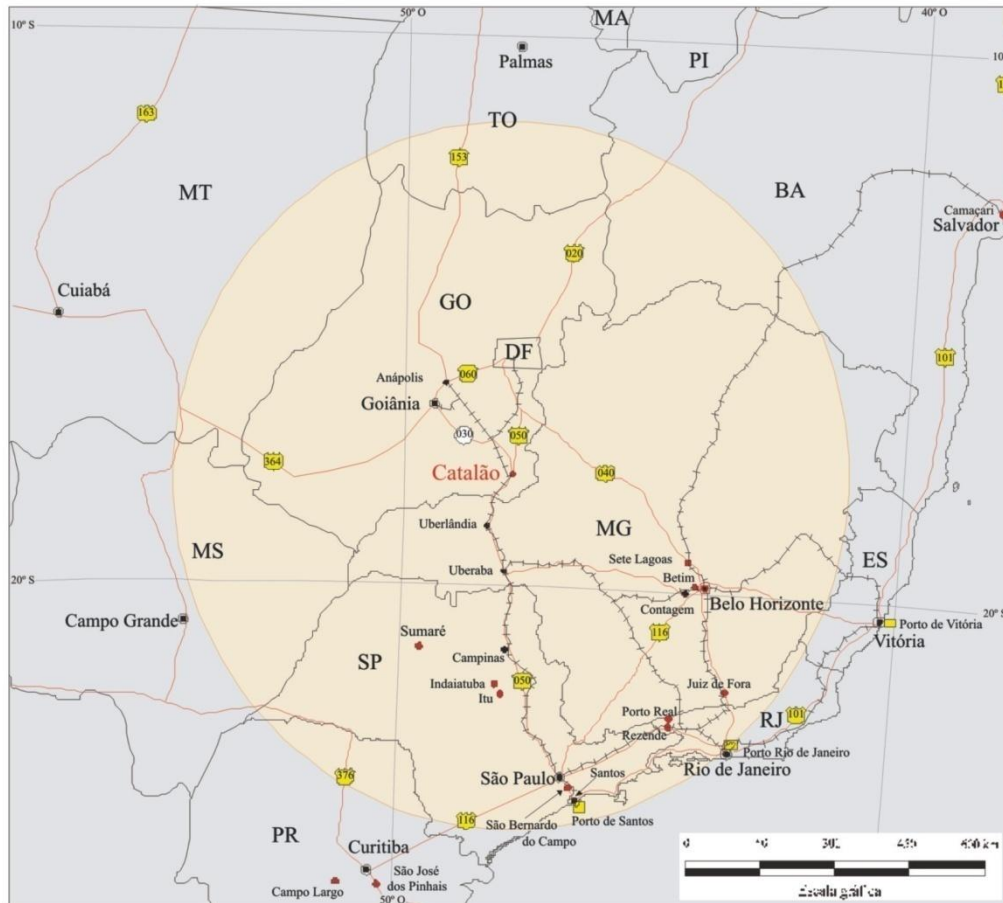
Em 1970, com o desmembramento da divisão de automóveis da Mitsubishi Heavy Industries, cria-se a Mitsubishi Motors Corporation como empresa independente. A adoção de novas estratégias internacionais culmina na expansão de suas atividades no Brasil mediante parceria com o grupo empresarial brasileiro Sousa Ramos que, em 1991, adquiriu os direitos de revenda no país de veículos da marca. No final da década de 1990 essa parceria se reforça com a autorização da Mitsubishi Motors Corporation para o grupo brasileiro fabricar os veículos. É criada, então, a MMC Automotores do Brasil (MMC), que passa a representar a Mitsubishi Motors Corporation no país. (MITSUBISHI, 2010b, SILVA, 2002; SILVA e RAMIRES, 2009).

Nesse momento está ocorrendo a reestruturação produtiva no Brasil. O Estado, fundamentado nas políticas neoliberais, adota a abertura e a desregulamentação dos mercados como estratégia para o desenvolvimento das forças produtivas, abrindo, assim, caminhos para o capital transnacional. No setor automobilístico o governo cria uma política de incentivos e renúncia fiscal para atrair novos investimentos. Os casos mais emblemáticos foram o do Regime Automotivo (1996) e do Regime Automotivo Especial (1997). Este último estabeleceu condições ainda mais vantajosas para as indústrias automobilísticas que se interessassem em se instalar nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Esses dois programas contribuíram para que o Brasil fosse um dos maiores receptores dos Investimentos Externos Diretos (IEDs) do setor no mundo durante a década de 1990 (SILVA, 2002).

Nesse cenário, o grupo Souza Ramos, de capital nacional, deixa Manaus (AM), onde importava e nacionalizava os veículos, e se territorializa em Catalão (GO) em 1998. A MMC passa a montar, distribuir e revender os veículos Mitsubishi. A escolha por Catalão pode ser explicada por vários motivos, como a posição geográfica estratégica, as redes de transporte (ver Figura 01), a mão-de-obra barata, a pouca experiência de organização sindical dos trabalhadores, os incentivos fiscais (não apenas do Regime Automotivo Especial, mas também estaduais e municipais) e os acordos firmados entre o Estado de Goiás, o Município de Catalão e a empresa. Esses elementos se tornaram inclusive condição para o crescimento e a consolidação do grupo Mitsubishi Motors Corporation no Brasil. (SILVA, 2002; SILVA e RAMIRES, 2009).

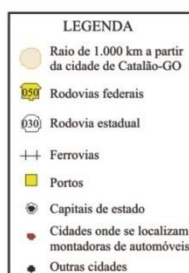
A MMC, desde a sua territorialização, cresceu econômica, política e simbolicamente, provocando transformações espaciais. Aumentou e diversificou sua produção, expandiu sua planta industrial, contribuiu para a elevação da arrecadação de impostos e gerou um número crescente de postos de trabalho. Tudo isso associou, no imaginário popular, a empresa ao progresso e desenvolvimento de Catalão e região, camuflando as contradições inerentes ao processo capitalista de produção.

LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CATALÃO - GOIÁS



Catalão: Distâncias dos principais centros consumidores (por rodovias)

Cidades	Rio de Janeiro	São Paulo	Belo Horizonte	Uberlândia	Anápolis	Goiânia	Brasília
Distância (km)	1.171	738	560	110	287	259	298



Fonte: Silva, 2002, p. 82

Figura 1- Localização do município de Catalão (GO) – 2002.

O investimento inicial da fábrica foi de U\$ 35 milhões, esse valor alcançou aproximadamente R\$ 800 milhões e a empresa já anunciou, em pleno período pós-crise

financeira, novo investimento de mais R\$ 800 milhões (FERREIRA, 2010). Com o Projeto Anhanguera, a MMC aumentou sua capacidade produtiva de 15 mil para 28 mil veículos por ano. Sua área construída passou de 14 mil para 57 mil metros quadrados. O número de linhas de produção também aumentou de 2 para 3 (MITSUBISHI, 2010c). Atualmente, a MMC tem capacidade para produzir 50 mil veículos por ano e com o novo investimento a intenção é dobrar esse número, para 100 mil veículos, dentro dos próximos cinco anos. Para isso terá que aumentar mais 32 mil metros quadrados em sua área construída e mais uma linha de pintura (FERREIRA, 2010).

Em 1998, a fábrica produziu cerca de 652 veículos; dez anos depois, em 2008, foram 37.203 segundo dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA, 2010). Os modelos também se diversificaram. No início montava-se apenas a pick-up L200 e suas versões GL e GLS; hoje, montam-se dois modelos de veículos em duas versões cada: L200 Triton e L200 Outdoor; Pajero TR4 Flex e Pajero Sport. A MMC também monta veículos para competição (L200 Evolution II, Pajero TR4 Rally, Pajero Sport) e nacionaliza veículos importados (Pajero Full, Pajero Dakar, Eclipse, Grandis, Airtrek e Outlander) (SILVA e RAMIRES, 2009). Com o projeto de expansão a empresa pretende criar mais duas plataformas de montagens do utilitário Pajero Dakar e do carro de passeio Lancer, com o objetivo de alcançar não só o mercado interno, mas também o dos países do Mercosul e do México (FERREIRA, 2010).

Também houve um crescimento considerável no número de empregos e na produtividade. Quando a MMC iniciou suas operações, em 1998, 150 trabalhadores montavam apenas cinco carros por dia (MITSUBISHI, 2010b). Atualmente são mais de 3000 trabalhadores, considerados também os postos de trabalho gerados pelas empresas que prestam serviços para a MMC e o número de veículos montados chegou a aproximadamente 180 por dia. Com a nova expansão a previsão é que o número de empregos aumente para 4000 (FERREIRA, 2010).

Assim, a territorialização da Mitsubishi Motors Corporation no país se faz pela expansão e consolidação em Catalão da MMC Automotores do Brasil. Já são mais de 10 anos de operação em Goiás, mais de 200 mil veículos comercializados no país e mais de 160 mil produzidos em Catalão (ANFAVEA, 2009; MITSUBISHI, 2010b). Com isso a MMC Automotores do Brasil ocupou nos anos de 2003, 2004 e 2005 a quarta colocação entre as dez empresas que mais arrecadaram Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no estado (GOIÁS, 2010c).

Tudo isso tem contribuído para constantes transformações espaciais em Catalão, que necessitam ser investigadas levando-se em consideração as contradições inerentes ao processo de produção capitalista. Por um lado, a cidade passa por um vertiginoso crescimento econômico, por outro, observam-se grandes mudanças sócio-espaciais, nem todas positivas.

Em 1999 o município tinha um Produto Interno Bruto de R\$ 548 mil, passando em 2007 para R\$ 2,909 milhões, um crescimento de R\$ 2,361 milhões que levou a cidade a ocupar, em 2007, a quinta posição entre as dez maiores economias do estado de Goiás em relação ao PIB (Goiás, 2010a). De 1999 a 2007, também ocorreu o aumento no emprego formal que passou de 7.433 para 19.707, um saldo de 12.274 novos postos

de trabalho (Goiás, 2010b). A população que em 1996, segundo contagem do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), era de 58.507 habitantes, em 2007, também segundo a contagem, passou para 75.623 habitantes, um crescimento de 17.116 habitantes. Por mais que alguns desses dados demonstrem o crescimento econômico de Catalão em sua totalidade e não estejam ligados diretamente à MMC, sua contribuição é significativa, uma vez que seu crescimento influenciou toda a dinâmica regional e aproximadamente 50% das receitas do município são provenientes da arrecadação da empresa².

Faz parte também das transformações espaciais provocadas pela territorialização da MMC o estabelecimento de uma nova lógica da mobilidade do trabalho na Microrregião de Catalão. Para produzir a MMC contrata trabalhadores de cinco municípios dentro de um raio de 45 km. São eles Goiandira, Nova Aurora, Cumari, Anhanguera, Ouvidor e Três Ranchos. Diariamente, vários trabalhadores dessas cidades deslocam-se para Catalão, por transporte pago pela empresa. Isso faz com que a influência regional da cidade aumente não apenas devido às oportunidades de trabalho que ela oferece, mas também devido à prestação de serviços, como a qualificação profissional, uma exigência para os trabalhadores dessas cidades precisam trabalhar nas empresas de Catalão.

As transformações espaciais em Catalão e o caráter contraditório do desenvolvimento capitalista fizeram surgir o movimento de resistência, organização e mobilização dos trabalhadores metalúrgicos com a fundação do SIMECAT, em junho de 2004. Um dos pontos altos de confronto entre o sindicato e empresa foi a paralisação realizada pelos trabalhadores no dia 03 de abril de 2006. O Jornal Diário de Catalão do dia 04 de abril de 2006, em sua matéria intitulada “Mitsubishi pára por um dia”³, revela o acontecido. Descontentes com a avaliação de mérito, que regulamentava o aumento dos salários, “os diretores do Sindicato, os funcionários da montadora e das empresas terceiras, somando um número superior a mil pessoas [...], se dirigiram até à praça Getúlio Vargas, no centro da cidade, em manifestação, paralisando, assim, as atividades da empresa [...]” (LOPES, 2006, p. 7).

Poucos dias depois, não resolvido o impasse, os trabalhadores iniciaram a greve. O fato ganhou repercussão no estado e foi noticiado pelo Jornal O Popular, no dia 25 de abril de 2006, por meio da matéria “Trabalhadores param fábrica da Mitsubishi”. As reivindicações eram o aumento de 10% nos salários, a suspensão de demissões anunciadas e a recolocação de 20 funcionários demitidos em represália à paralisação. A matéria mostra a argumentação dos trabalhadores, bem como o caráter das relações capitalistas de produção;

Segundo eles, a empresa propôs aumento de salários, caso conseguissem antecipar o cronograma de produção do novo modelo Pajero Sport. Isso porque um plano de cargos e salários garante

² Informação colhida a partir de relato verbal em entrevista semiestruturada com o Secretário de Indústria e Comércio de Catalão (GO), Sr. Nilson João da Silva. Junho de 2010.

³ LOPES, Telma. Mitsubishi pára por um dia. **Diário de Catalão**, Catalão, 04 abr. 2006. p. 07.

reajuste através de uma avaliação periódica de desempenho. Mas, no último mês de março, depois do lançamento do utilitário esportivo, só 15% dos trabalhadores teriam sido beneficiados com pequenos reajustes de R\$ 5,00 a R\$ 80,00. Agora, eles querem que todos recebam aumento de 10%. (MONTEIRO, 2006, p. 14).

Entre as transformações espaciais decorrentes da territorialização da Mitsubishi Motors em Catalão (GO), paralelamente aos altos índices de produtividade e de crescimento econômico, ocorre a mobilidade e a exploração do trabalho, sem o que as empresas capitalistas não conseguem realizar sua acumulação. Entre as principais denúncias feitas pelo SIMECAT nesse período destacam-se as diferenças entre os salários da MMC e os de outras regiões do país, como São Paulo e Paraná, onde há montadoras de veículos que chegam a ser de mais de 100% e as demissões motivadas pela ocorrência de doenças ocupacionais com as lesões por esforço repetitivo (LER), característica da intensidade e da precariedade do processo produtivo da MMC. (O FERRAMENTA, 2004; 2006).

Isso mostra como a expansão geográfica permite a reprodução do capital e o aumento dos níveis de lucratividade através da desvalorização do trabalho. Esta é uma das estratégias a partir das quais se resolve paliativamente as crises de superacumulação (Harvey, 2006). Entretanto, o que se percebe também é que onde existe exploração de força de trabalho nos moldes capitalistas também ocorre a resistência e a organização dos trabalhadores. O trabalho não é apenas condição de reprodução das relações capitalistas, é também de sua superação, para formas menos degradantes e mais humanas de vida em sociedade. (MARX, 2010).

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. O planejamento de pesquisas qualitativas. In:_____. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. p. 147-176.

ANFAVEA. **Anuário da indústria automobilística brasileira 2009**. Disponível em: <<http://www.anfavea.com.br>>. Acesso em: 01 fev. 2010.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3. ed. Campinas: Cortez, 1995.

_____. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 2001

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Boitempo, 1998.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Tradução S. F. Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

DEGASPARI, S. D.; VANALLI, T. R.; MOREIRA, M. R. G. **Apostila de normalização documentária**: com base nas normas da ABNT. Presidente Prudente: Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação. 2006.

ENGELS, F. **A origem da família da propriedade privada e do estado**, São Paulo: Escala. (Coleção grandes obras do pensamento universal).

FERREIRA, Sônia. Até 2015, Mitsubishi investirá R\$ 800 milhões em Catalão. **O Popular**, Goiânia, p. 19, 18 mar. 2010.

GOIÁS (Estado). Secretaria do Planejamento. **Produto Interno Bruto dos Municípios Goianos/2007**. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/>>. Acesso em: 9 jan. 2010a.

_____. **Perfil dos municípios goianos**. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/>>. Acesso em: 9 jan. 2010b.

_____. **Anuário Estatístico do Estado de Goiás/2005**. Disponível em: <<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/>>. Acesso em: 9 jan. 2010c.

_____. **Protocolo implantação de indústria montadora de veículos Mitsubishi**. Goiânia/GO, 06/06/1997.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado**: para além do socialismo. Tradução A. R. Viana e S. G. de Paula. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 6 ed. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **A produção capitalista do espaço**. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2006.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização**: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LOPES, Telma. Mitsubishi pára por um dia. **Diário de Catalão**, Catalão, 04 abr. 2006. p. 07.

LUNA, Sérgio Vasconcelos. **Planejamento de pesquisa**: uma introdução, elementos para uma análise metodológica. São Paulo: EDUC, 2000.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 27 ed. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista (1848)**. Porto Alegre: L&PM, 2001.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 2004. 458 f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente. Presidente Prudente, 2004.

MITSUBISHI. **History of Mitsubishi Motors**. Disponível em: <<http://www.mitsubishi-motors.com/corporate/museum/history/e/index.html>>. Acesso em: 09 jan. 2010a.

_____. **A Mitsubishi Motors 20 anos**. Disponível em: <<http://www.mitsubishimotors.com.br>>. Acesso em: 09 jan. 2010b.

_____. **O Projeto Anhangüera**. Disponível em: <<http://www.mitsubishimotors.com.br>>. Acesso em: 09 jan. 2010c.

MONTEIRO, Lúcia. Trabalhadores param fábrica da Mitsubishi. **O Popular**, Goiânia. 25 abr. 2006. Economia, p. 14.

MOREIRA, Ruy. Os quatro modelos de espaço-tempo e a reestruturação espacial brasileira. **A reestruturação industrial e espacial do estado do Rio de Janeiro**. Niterói, NERET/NEGT/GECEL – UFF. 07-28, 2003.

_____. **O movimento operário e questão cidade campo no Brasil**: estudo sobre sociedade e espaço. Petrópolis: Vozes, 1985. 195 p.

O FERRAMENTA. Catalão: SIMECAT, nº 2, 2004.

_____. Catalão: SIMECAT, nº 12, 2006.

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado**: transformações contemporâneas do trabalho e da política. Tradução W. C. Brant. São Paulo: Brasiliense, 1989.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução M. C. França. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SILVA, Magda V. da; RAMIRES, Julio Cesar de Lima. O discurso do sujeito coletivo e os impactos da Mitsubishi na cidade de Catalão/Goiás: uma aplicação de abordagem qualitativa. In: PESSÔA, V. L. S; RAMIRES, J. C. de L (org.). **GEOGRAFIA E PESQUISA QUALITATIVA**: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009. p. 337-356.

SILVA, Ronaldo da. **A implantação da Mitsubishi em Catalão**: estratégias políticas e territoriais da indústria automobilística nos anos 90. 2002. 198 f. Dissertação (mestrado) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2002.

SOARES, José de Lima. **Sindicalismo no ABC Paulista**: Reestruturação produtiva e parcerias. Brasília, DF. Outubro – Centro de Educação e Documentação Popular, 1998.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI**: limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos. 2009. 500 f. Tese (livre-docência) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente. Presidente Prudente, 2009.

_____. Por uma geografia do trabalho. **Revista Pegada**, Presidente Prudente (SP), v. 3, Número Especial, p. 4-26, ago. 2002.

TRABALHO E EDUCAÇÃO: possibilidade de humanização?*Camila Aparecida de CAMPOS*Professora do Departamento de Pedagogia da Universidade Federal de Goiás - Campus Catalão
UFG/CAC.**1 INTRODUÇÃO**

Este artigo apresenta uma discussão da centralidade do trabalho na produção da existência humana. Apresentamos a construção acerca do conceito de trabalho que fizemos em nossa dissertação de Mestrado “Os desafios da implementação do currículo integrado no Proeja em Rio Verde-GO”, pesquisa essa que analisa uma experiência em curso do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) no Estado de Goiás, na cidade de Rio Verde, no período de 2006 a 2009.

Na nossa pesquisa qualitativa, nos coube, traçar caminhos de construção do que hoje se chama de currículo integrado, percorrendo pela teoria do currículo, com a consideração de que o fundante na construção desse currículo é uma relação de trabalho humanizadora, portanto não há como se falar de currículo integrado sem pontuar ainda qual o trabalho que estamos vivenciando e qual a compreensão na totalidade do conceito. Para tanto, utilizamo-nos das contribuições de Marx (2004; 1989) e Marx; Engels (2004).

2 TRABALHO COMO PRODUÇÃO DA EXISTÊNCIA HUMANA: integração com a educação

O tipo de trabalho existente na sociedade é reflexo do tipo de sociedade que se estabeleceu historicamente, e hoje o que existe no Brasil é a inserção subordinada na lógica do capital. A relação entre educação e trabalho deve ser realizada com base nesta materialidade em que vivemos: o trabalho é visto como emprego, e este último é quesito básico de sobrevivência, por meio do pagamento do salário, que “é determinado pela luta amarga entre o capitalista e o trabalhador” (MARX, 1989, p. 101).

Na sociedade capitalista, globalizada, que possui claramente o princípio de exploração do homem pelo homem, conforme nos apresenta Mészáros (2006), “um sistema internacional de dominação e subordinação” (p. 111), a inserção no mercado de trabalho torna-se a primeira necessidade para a sobrevivência humana; é pela venda da força de trabalho que o homem compra dos gêneros alimentícios até a cultura. Contudo, afirmamos que o trabalho possui outra dimensão, a da construção da sociabilidade humana, a atividade criativa que é capaz de promover a relação do homem com a natureza, extraindo desse processo condições melhores de vida e consequente aprimoramento desta. Assim, podemos afirmar que antes da venda de sua força de trabalho, o trabalho em si já garante sobrevivência, independente da apropriação que outros fazem dele.

Marx e Engels contribuíram como pioneiros para a discussão do trabalho na dimensão ontológica. Engels publica em 1896 um texto de nome “Sobre o papel do

trabalho na transformação do macaco em homem” (2004), em que afirma que o trabalho “é a condição básica e fundamental de toda a vida humana” (p. 11), concluindo ainda que até certo ponto é o trabalho que cria a condição de homem. A grande contribuição do texto é diferenciar o homem do macaco não somente pelo ato de pensar, mas por sua realização por meio do trabalho.

Acreditando em nossa descendência dos macacos, Engels (2004) afirma que, na medida em que esses nossos ancestrais circunstancialmente passaram a andar sobre os pés, as mãos ficaram disponíveis para demais atividades que não “servir de muleta para um aleijado”, e, num período histórico longo, foram adquirindo destreza e habilidade, de geração em geração, a ponto de transformarem uma lasca de sílex em machado. A mão por sua vez não deve ser observada como parte desconexa do corpo. Apoiando-se em Darwin, Engels considera a complexidade da relação entre mão e corpo como vias de mão dupla, em que a atitude de uma modificava a da outra.

Outra consideração de Engels a respeito da evolução humana refere-se ao agrupamento desses, que são considerados os animais mais sociais, bem como à sua intervenção na natureza e à melhoria de alguns aspectos da vida. Ao mesmo tempo em que sofriam a ação da natureza, os homens, com a complexificação das atividades de trabalho, depararam-se com a necessidade de uma comunicação mais desenvolvida, daí o aprimoramento da fala e o desenvolvimento do aparelho respiratório humano e dos demais órgãos:

O desenvolvimento do cérebro e dos sentidos a seu serviço, a crescente clareza de consciência, a capacidade de abstração e de discernimento cada vez maiores, reagiram por sua vez sobre o trabalho e a palavra, estimulando mais e mais seu desenvolvimento. Quando o homem se separa definitivamente do macaco, esse desenvolvimento não cessa de modo algum, mas continua, em grau diverso e em diferentes sentidos entre os diferentes povos em diferentes épocas, interrompido mesmo às vezes por retrocessos de caráter local ou temporário, mas avançando e seu conjunto a grandes passos, consideravelmente impulsionado e, por sua vez, orientado em um determinado sentido por um novo elemento que surge com o aparecimento do homem acabado: a sociedade. (ENGELS, 2004, p. 17)

Conclui-se, portanto, que a formação da sociedade e a distinção entre o homem e os macacos, que pulavam de árvore em árvore, têm como causa o trabalho. Pelo trabalho os homens construíram os instrumentos de caça e pesca, e a construção desses instrumentos leva Engels a algumas inferências: os animais também organizam de uma determinada forma sua alimentação por período, colhendo ora mais ora menos, dependendo de questões do clima, por exemplo, contudo, o trabalho começa na elaboração de instrumentos para tal atividade, coisa que os animais não fazem. E ainda: a opção pela caça e pela pesca fez com que o homem se afastasse do reino vegetal, optando por uma alimentação mista que garantisse substâncias necessárias ao desenvolvimento do organismo em melhor qualidade e maior quantidade. Também, o uso do fogo, a domesticação dos animais, o aparecimento da agricultura, a fiação e a tecelagem são ações conscientes do homem, guiadas pela necessidade real, processadas

pelo pensamento, portanto, ao contrário dos animais que podem devastar uma área sem perceber o que fazem, o homem, por sua relação complexa e consciente com a natureza, é capaz de refletir sobre tal destruição, e, a partir de suas necessidades, julgar o fato e aprimorá-lo com as condições materiais que existirem no momento:

Resumindo: só o que podem fazer os animais é utilizar a natureza e modificá-la pelo mero fato de sua presença nela. O homem, ao contrário, modifica a natureza e a obriga a servir-lhe, domina-a. E aí está, em última análise, a diferença essencial entre o homem e os demais animais, diferença que, mais uma vez resulta do trabalho. (ENGELS, 2004, p. 23).

O homem age sobre a natureza e a modifica por meio do trabalho. Marx e Engels (2004) conceituam o trabalho nesta relação:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. (ENGELS, 2004, p. 30).

O fruto da relação homem-natureza é o produto carregado de um valor de uso, uma matéria que traz consigo uma solução a determinada necessidade humana. Portanto, o produto não é o fim em si do objeto, mas vem carregado das condições materiais em que foi produzido, conforme se deu a relação homem-natureza. A capacidade de domínio ou de previsão de alguns fenômenos da natureza gerou um amadurecimento do homem e consequentemente das relações humanas. No entanto, não se criou uma relação de respeito com a natureza, o homem a explora de forma imediatista para sanar agora não só suas necessidades, mas materializar o seu pensamento. Engels (2004) critica essa relação idealista em que majoritariamente os homens se organizaram.

Essa dimensão ontológica de que a constituição do *ser homem* se dá pelo trabalho é desconsiderada pelo modo de produção ao qual estamos submetidos. Portanto, o trabalho, na forma de força de trabalho, promove o caminho inverso: não promove criação e recriação humana; a configuração em emprego desumaniza o homem. Para dialogar sobre o processo de trabalho, recorremos a Marx (2004; 1989). Essa é uma escolha teórica e política, por sua crítica ao sistema do capital.

No modo de produção capitalista a força de trabalho é vendida para garantir a sobrevivência, ou seja, a priori nos parece que ainda se trata da relação homem-sobrevivência, contudo a forma como esse processo se dá e o seu fim, que é receber o salário, fogem totalmente da atividade criadora. Os produtos são mercadorias, a força de trabalho é mercadoria, e, para essa corrente de pensamento, o próprio homem na condição de trabalhador é mercadoria. Marx (2004b) no texto VI, Valor e Trabalho,

problematiza: “a primeira pergunta que temos que fazer é esta: qual o valor de uma mercadoria? Como se determina este valor?” (p. 57) e assim, “qual o valor da força de trabalho?”(p. 58).

Independentemente da forma como as mercadorias são produzidas, e considerando o valor de uso dos produtos, o que há de comum em seu processo de fabricação é o trabalho. Mas, o sistema capitalista coloca o próprio trabalho como mercadoria, daí as leis que valem aos produtos são aplicadas, quase em totalidade, ao trabalho humano. Em sua discussão sobre a mercadoria, Marx (2004b) chega à conclusão, utilizando o exemplo do trigo e da onça de ouro, de que o mesmo tempo aplicado em trabalho para a criação de uma mercadoria não necessariamente significa a mesma remuneração do trabalhador, ou seja, contêm-se no processo a precarização e a desvalorização de alguns tipos de atividades.

A premissa inicial é de que o valor da força de trabalho é fixado como o das demais mercadorias, e Marx (2004b) afirma que: “o valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de subsistência necessários para produzir, desenvolver, manter e perpetuar a força de trabalho” (p. 71b). Assim, o que o trabalhador recebe como remuneração deve ser necessário para que ele garanta o seu próprio sustento (alimentício no mínimo); o suficiente para que ele seja capaz de criar seus filhos para perpetuar a espécie, que, como já dito, só funciona com a realização do trabalho. O valor do trabalho na sociedade capitalista não corresponde ao tempo que um trabalhador assalariado fica na fábrica ou ao trabalho realizado, por exemplo:

Ao comprar a força de trabalho do operário e ao pagar seu valor, o capitalista adquire, como qualquer outro comprador, o direito de consumir ou usar a mercadoria que comprou. A força de trabalho de um homem é consumida, ou usada, fazendo-o trabalhar, assim como se consome ou se usa uma máquina fazendo-a produzir. Portanto, ao comprar o valor diário, ou semanal, da força de trabalho do operário, o capitalista adquire o direito de servir-se dela ou de fazê-la funcionar durante todo o dia ou toda a semana. (MARX, 2004b, p. 72)

A utilização da força de trabalho conforme as necessidades do patrão serve para que o dono da força de trabalho utilize o trabalho excedente, ou seja, as “horas de sobre trabalho” para a produção da mais valia, do lucro. É essa relação entre capital e trabalho que é a base da sociedade capitalista: o trabalhador gera mais valia, enriquecendo assim o seu patrão:

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (*Menschenwelt*). (MARX, 1989, p. 144)

A relação torna-se desumana com a força de trabalho como uma mercadoria, e torna-se alienada na medida em que o trabalho já não exprime criação, em que o produto causa estranhamento ao produtor. Isso ocorre devido à *objetivação* do trabalho,

a transformação da coisa física com o trabalho, que ao invés de gerar efetização do trabalho o desefetiza, aliena-o. Quanto àquilo que o trabalhador produz, ou então parte daquilo, além de não reconhecer o processo de trabalho, ele não tem o capital suficiente para sua aquisição. É a contradição entre a produção e o valor do salário. E, partindo do trabalho como condição de existência humana, essa objetivação do trabalho não aliena somente o homem nas relações de trabalho, aliena-se toda a vida; ele é apenas um servo da venda da sua força de trabalho.

Na medida em que tomamos a centralidade do trabalho na construção das relações e consideramos o modelo societal capitalista baseado na exploração da força de trabalho, torna-se importante o alerta que nos faz Mészáros (2006) sobre a consolidação desse modelo de exploração que não leva em consideração o ser humano, que nos divide em classes:

A razão principal por que este sistema forçosamente escapa a um significado grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa – na verdade, até o presente, de longe *a mais* poderosa – estrutura “totalizadora” de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua “viabilidade produtiva”, ou perecer, caso não consiga se adaptar. (MÉSZÁROS, 2006. p. 96)

Esse controle do capital que atinge as relações de trabalho e divide os homens baseia-se na tese de que “a sociedade deve se *estruturar de maneira antagônica* e específica, já que as funções de *produção* e *controle* do processo de trabalho devem estar radicalmente separadas uma da outra e atribuídas a diferentes classes de indivíduos” (MÉSZÁROS, 2006, p. 99, grifos do autor). A divisão do trabalho é a divisão também da vida, não ocorre somente dentro dos muros da fábrica.

Com a visão do crescimento da produção, o desenvolvimento tecnológico é quesito para novas acumulações. Parte desse desenvolvimento tecnológico é responsabilidade da escola. Atribui-se à escola o papel de formação de mão-de-obra capaz de entrar nessa roda de produção e de acumulação pelas classes dominantes. A educação, na forma de escolarização, portanto com viés institucional, incorpora essa realidade fabril, precisa responder às necessidades do mercado de trabalho. Essas foram as condições criadas pela humanidade, que agora é refém dessa instituição; o homem precisa qualificar-se para obter o emprego e assim garantir sua sobrevivência vendendo sua força de trabalho.

A escola também se organiza para perpetuar a exploração do homem pelo homem. Gramsci comenta que isso se dá com a própria separação que se pode presenciar nas atividades escolares: “a divisão fundamental da escola em clássica e profissional era um esquema racional: a escola profissional destinava-se às classes instrumentais, ao passo que a clássica destinava-se às classes dominantes e aos intelectuais” (GRAMSCI, 1982, p. 109). Isso reflete a concepção de que o trabalho manual, sistematizado, deve ser realizado pela classe trabalhadora, enquanto que a elite, formando seus intelectuais, seria capaz de fazer a gestão dos meios de produção e o controle do aparato do Estado.

Contudo, retomando a visão do trabalho como condição da existência humana, há perspectivas que não se amparam na lógica do mercado de trabalho e propõem o crescimento da capacidade de pensar para uma melhor intervenção na vida e consequentemente no mundo. A educação seria uma possibilidade de o homem se conhecer, se localizar na luta de classes e reafirmar seu princípio de homem histórico, ontológico, segundo o qual

[...] o homem, na medida em que é homem, é um ente social; [...] em todo ato de sua vida, reflita-se esse ou não em sua consciência, o homem sempre, e sem exceções, realiza ao mesmo tempo, e de modo contraditório, a si mesmo e ao respectivo estágio de gênero humano. (LUCAKS, 1979, p. 142)

Na medida em que o homem tem consciência de sua capacidade de mudança, não somente possui um avanço individual, mas o coletivo também, pois, além de si, ele transforma a sociedade, e então não é mais somente transformado por ela.

Pensar o trabalho como atividade de produção, no sentido de produtivismo, é ir ao encontro da alienação humana. No conceito marxiano o trabalho é realização, e a produção deve estar ligada à atividade criadora, e não meramente reprodutora. O trabalho é a expressão da práxis, na qual o homem se relaciona com a natureza, com os outros seres sociais, transformando os outros e a si mesmo. Quando a divisão hierárquica do trabalho tem em foco apenas a acumulação, ela “acarreta imediatamente a desumanização do homem” (MANACORDA, 2007, p. 68). Assim, o trabalho deve ser visto como um meio de criação do bem estar do homem (PARO, 1999), afinal o trabalho é central na vida do homem, diferenciando-o dos animais justamente por sua capacidade criadora de gerar meios para superar suas necessidades e garantir uma vida melhor.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CAMPOS, Camila Aparecida de Campos. **Os desafios da implementação do currículo integrado do Proeja em Rio Verde-GO** 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia – GO.

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do Trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, Ricardo. **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.

LUKÁCS, Gyorgy. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Editora Alínea, 2007.

MARX, Karl, e ENGELS. Processo de trabalho e processo de valorização. In: ANTUNES, Ricardo. **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004, p. 29-56.

MARX, Karl. Trabalho produtivo e trabalho improdutivo. In: ANTUNES, Ricardo. **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004a, p.11-28.

_____. Salário, preço e lucro. In: ANTUNES, Ricardo. **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004b, p. 57-100

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1989.

MÉSZÁROS, István. A ordem da reprodução sociometabólica do capital. In: **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2006, p. 94-125.

PARO, Vitor Henrique. Parem de preparar para o trabalho!!! Reflexões acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre a gestão e o papel da escola básica. In: KUENZER, Acácia Zeneida, et al **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?** São Paulo: Xamã, 1999.

A GEOGRAFIA E OS CONCEITOS DE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

Cláudia Luiz de Souza BISPO

Mestranda do Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão. Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NEPSA/CNPq/UFG).

Email: claudialuizbispo@yahoo.com.br

Estevane de Paula Pontes MENDES

Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão. Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NEPSA/CNPq/UFG).

Email: iemendes@ibest.com.br

Resumo: Esse trabalho tem por objetivo apresentar uma discussão sobre os conceitos de território e territorialidade no âmbito da Geografia. Para o seu desenvolvimento foram utilizados os seguintes procedimentos de pesquisa: levantamento bibliográfico, com leitura, fichamento e análise de livros, artigos de periódicos, e teses. As discussões em torno dos conceitos de território e territorialidades são amplas, já que estes podem ser focalizados sob diversas concepções paradigmáticas e conforme a postura teórica e metodológica daqueles que se dedicaram a estudá-los e melhor compreendê-los. Muitas são as tentativas de definir e solidificar os seus significados mais amplos, por meio de recortes temáticos mais ou menos específicos, passando por questões que vão de variáveis físico-naturais até elementos socioeconômicos e culturais.

Palavras-chave: Geografia; Território; Territorialidade.

1 INTRODUÇÃO

“O Território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência.” (SANTOS, 1999, p. 7).

Sabe-se que, um conceito científico não é algo pronto, acabado. Desde sua origem ele percorre um caminho, por onde pode ser contaminado por outros significados que, conseqüentemente, irão interferir no entendimento de seus conteúdos e em suas aplicabilidades. Dessa forma, noções e conceitos são construções lógicas que estão em constante reformulação, sendo redefinidos e aprimorados a cada novo avanço do pensamento científico e filosófico. Diante disso, esse trabalho busca apresentar uma discussão sobre os conceitos de território e territorialidade no âmbito da ciência geográfica. Para o seu desenvolvimento foram utilizados os seguintes procedimentos de pesquisa: levantamento bibliográfico, com leitura, fichamento e análise de livros, artigos de periódicos, e teses que tiveram com foco de seus conteúdos os conceitos em questão.

Na Geografia, a expressão território vem sendo utilizada desde o século XIX, quando o geógrafo Friederich Ratzel, desenvolveu estudos geográficos que o colocaram como um dos conceitos-chave dessa ciência. As discussões em torno do conceito de território são amplas, já que este pode ser focalizado sob diversas concepções

paradigmáticas e conforme a postura teórica e metodológica daqueles que se dedicaram a estudá-lo e melhor compreendê-lo. Muitas são as tentativas de definir e solidificar o seu significado mais amplo, por meio de recortes temáticos mais ou menos específicos, passando por questões que vão de variáveis físico-naturais até elementos socioeconômicos e culturais.

2 OS CONCEITOS DE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE NA GEOGRAFIA

O conceito geográfico de território filia-se por um lado, a tradição das ciências jurídicas (século XVII e XVIII) as quais designavam por território a área de jurisdição de uma autoridade, e por outro a das ciências naturais (século XVIII e XIX), mais precisamente da Botânica e da Zoologia, que o concebiam como área de disseminação de espécies vegetais e animais.

Em termos etimológicos, a palavra *territorium*, de raízes latinas, indica um uso historicamente determinado com referências a terra, isto é, a um âmbito terrestre localizado. A palavra é composta pelo radical “*terra*” mais o sufixo *torium*, que designava lugar de um substantivo qualquer. Assim, por exemplo, *dormi-torium* significava o lugar de dormir, o que implica no caso de *territorium* uma redundância, uma vez que poderia ser traduzido como lugar da terra. A rigor o que se pretende nesta acepção é enfatizar o aspecto da localização e, portanto, trata-se de uma porção do espaço determinada por sinais particulares, envolvendo uma superfície, uma forma e limites. (PENHA, 2005).

Na Geografia, a palavra território foi introduzida a partir do trabalho de Friedrich Ratzel, autor alemão que viveu entre 1844 e 1904. Sua principal obra, publicada em 1882, denomina-se “Antropogeografia: fundamentos da aplicação da Geografia à História”. Ratzel define como o objeto de estudo da ciência geográfica as influências que as condições naturais exercem sobre humanidade. Estas influências atuam, primeiro na fisiologia e psicologia dos indivíduos, e através destes na sociedade. Em segundo lugar a natureza influenciaria a própria constituição social, pela riqueza que propicia, através dos recursos do meio em que está localizada a sociedade. A natureza também atuaria na possibilidade de expansão de um povo, obstaculizando-a ou acelerando-a. E, ainda, nas possibilidades de contato com os outros povos, gerando, assim, o isolamento e a mestiçagem. (MORAES, 1988; MOREIRA, 1994).

Essas influências se dão por meio do vínculo entre as sociedades e o solo. Conforme expressa Moraes (1988),

[...] quanto maior o vínculo com o solo, tanto maior seria para a sociedade a necessidade de manter sua posse. É por esta razão que a sociedade cria o Estado, nas palavras de Ratzel: “Quando a sociedade se organiza para defender o território, transforma-se em Estado”. [...] Para Ratzel o território representa as condições de trabalho e existência de uma sociedade. Por outro lado, o progresso implicaria a necessidade de aumentar o território, logo, de conquistar novas áreas (MORAES, 1988, p. 56).

Vale ressaltar que, as reflexões de Ratzel são resultadas do seu fascínio pela obra de Darwin, particularmente, a teoria da “seleção natural das espécies”. Na concepção de Ratzel, os Estados necessitam de espaço, como as espécies, por isto lutam pelo seu domínio. Dessa maneira,

[...] o Estado é expressão orgânica do “determinismo geográfico”. [...] O Estado é assim porque possui uma relação necessária com a natureza: do espaço é que retira sua existência e desenvolvimento. Os Estados necessitam de espaço, como as espécies. A subsistência, energia e vitalidade e o crescimento dos Estados tem por motor a busca e conquista de novos espaços. [...] (MOREIRA, 1994, p. 33, grifo do autor).

Assim, de acordo com Ratzel (2002, p. 203) “[...] a medida que o território de los Estados se hace mayor, no es solo el numero de kilómetros cuadrados que crece, sino también su fuerza colectiva, su riqueza, su poder y, finalmente, su duracion”. Dentro dessa perspectiva Ratzel desenvolve o conceito de “espaço vital”, o qual representaria uma proporção de equilíbrio, entre a população de uma dada sociedade e os recursos disponíveis para suprir suas necessidades, definindo suas potencialidades de progredir e suas permanências territoriais. Para Ratzel, a perda de território seria a maior prova de sua decadência. Em suas palavras “[...] um pueblo retrocede mientras pierde terreno. [...] cuando su territorio disminuye es, em general, el principio del fin.” (RATZEL, 2002, p. 194).

Considerando essas ressalvas, é importante que se mencione em que contexto a teoria de Ratzel foi desenvolvida. A Alemanha havia acabado de conquistar a unificação, em 1871. Esta unificação tardia simbolizava um atraso também na conquista de territórios coloniais, daí a necessidade de mostrar ao mundo, ou seja, aos demais Estados Nacionais e, acima de tudo, aos próprios habitantes deste novo país, uma identidade alemã coesa e justificada por uma história e pelo futuro comuns. Já que o primeiro problema, o da unificação interna, estava sendo resolvido, restava então a questão externa concretizar o expansionismo. E para que esta tarefa fosse cumprida, nada melhor do que o Estado autoritário, com agressiva política externa e alta repressão social interna como demonstrou ser o Estado Prussiano após a derrota da Áustria. (ALMEIDA, 2005).

A partir das concepções de Ratzel, novas concepções e estudos foram desenvolvidos, em função da importância que o território passou a ter para o Estado e, particularmente, para ciência geográfica. Sposito (2004) buscando compreender as inúmeras correntes de pensamento sobre o território, apresenta diversas concepções de território existente na Geografia, as quais permitem conhecê-lo a partir de várias determinantes como a política, a econômica e a cultural e em sua dimensão histórica. A primeira das concepções é a naturalista, na qual o território aparece como imperativo funcional, como elemento da natureza inerente a um povo ou nação, o qual deve lutar para conquistar ou proteger. A segunda concepção, diz respeito a territorialidade e sua apreensão. Trata-se de uma abordagem voltada para o indivíduo, seu espaço de relações,

seu horizonte geográfico, seus limites de deslocamento e de apreensão da realidade. A terceira concepção verificada refere-se ao entendimento de quando o território é confundido com o espaço. Uma quarta e última concepção apresentada por Sposito (2004) é definida a partir das transformações que a sociedade impõe a natureza na luta pela sobrevivência.

Já Haesbaert (2007) sintetiza várias noções de território, agrupando-as em três vertentes:

- política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.
- cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.
- econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre as classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo. (HAESBAERT, 2007, p. 40)

Além dessas vertentes, Haesbert (2007) faz menção a vertente natural (ista), mais antiga e pouco veiculada hoje nas Ciências Sociais, que se utiliza de uma noção de território com base nas relações entre sociedade e natureza, especialmente no que se refere ao comportamento “natural” dos homens em relação ao seu ambiente físico.

Mesmo assumindo diferentes recortes temáticos, é importante salientar que o conceito de território quase sempre está relacionado diretamente à idéia de poder, no seu sentido amplo, ou seja, nas suas diversas origens e manifestações, mas sempre focando sua projeção no espaço. Antes de focalizar a discussão no vínculo existente entre território e poder, é importante salientar o que Raffestin (1993) pensa quanto utilização dos conceitos de 'espaço' e 'território'. Conforme o autor, “[...] espaço e território não são termos equivalentes. Por tê-los usado sem critério, os geógrafos criaram grandes confusões em suas análises, ao mesmo tempo que, justamente por isso, se privaram de distinções úteis e necessárias.” (RAFFESTIN, 1993, p.143). Frente a isso,

[...] é essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa em qualquer nível). Ao se apropriar de um espaço concreto ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. [...]. o território, [...], é um espaço onde se projetou um trabalho, (ou) seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si. (RAFFESTIN, 1993, p. 143)

Nesse sentido, de acordo com as proposições de Raffestin (1993), o território é resultado de relações sociais de poder e dominação (concretas e abstratas) produzidas por diversos atores (que podem variar do Estado ao indivíduo). O território é, portanto, uma construção social realizada de acordo com as necessidades, desejos e limitações daqueles que o edificam. A construção do território pode ter como foco inúmeros recortes, no entanto, ela sempre estará alicerçada em relações marcadas pelo poder.

[...] Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados somos todos atores sintagmáticos que produzem ‘territórios’. Essa produção de territórios se inscreve perfeitamente no campo do poder de nossa problemática relacional. Todos nós combinamos energia e informação, que estruturamos com códigos em função de certos objetivos. Todos nós elaboramos estratégias de produção, que se chocam com outras estratégias em diversas relações de poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 152-153 grifo do autor).

Como se pode perceber, nessa linha de raciocínio, há um elo estreito entre poder e território, uma vez que este último pode ser entendido como uma expressão espacial de relações de poder, que resultam de contextos históricos, econômicos, ideológicos etc. Desse modo, é possível definir que o território é, de um lado, “um produto da prática social”, na medida em que “inclui a apropriação de um espaço, implica a noção de limite – um componente qualquer da prática –, manifestando a intenção de poder sobre uma porção do espaço”; de outro lado, o território também é “um produto usado, vivido pelos atores, utilizado com o meio para a sua prática” (BECKER, 1988, p. 108)

Assim compreendido, o território é uma das aderências que unem o indivíduo e os grupos sociais ao espaço. Contudo, como nos adverte Santos (1999, p. 08),

[...] o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.

Isso permite que se possa vê-lo sob diversos olhares, uma vez que ele se coloca em várias escalas: regional, local, global, nacional, microterritorial. Nesse caminhar de idéias, tem-se a compreensão de que a essência de um território reside na apropriação do espaço, e que o espaço socialmente produzido torna-se base material indispensável ao estabelecimento e à reprodução do poder. Como consequência, são estabelecidas relações sociais fundamentadas em dimensões políticas (poder e dominação) e culturais (crenças, tradições, religiões etc.), que se reproduzem ao longo do tempo como marcas de uma territorialidade.

Diante desse contexto, torna-se essencial que se faça uma abordagem sobre territorialidade. A noção de territorialidade veio dos naturalistas. Inicialmente, a territorialidade foi definida como conduta característica adotada por organismo para tomar posse de um território e defendê-lo contra os membros de sua própria espécie. Tal concepção embora pressentida há bastante tempo pelos naturalistas, só foi efetivamente

explicitada em 1920 por H. E Howard, que desenvolveu a idéia de territorialidade animal. (RAFFESTIN 1993, p. 159)

A obra de Edward Soja, *the political orgazation of espace*, publicada em 1971 pode ser tomada como o marco de referência na introdução do conceito de territorialidade na Geografia Humana. Ele se baseou na idéia ocidental de propriedade privada para associar a territorialidade aos atributos de delimitação, parcelamento e cercamento. No entanto, pode se contestar que tais atributos não são exclusivos da relação pressupõem mediações de natureza social. Por essa razão, Raffestin (1993, p. 158, grifo do autor) entende que a territorialidade “[...] adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral [...].” Dessa forma, para o autor,

[...] a vida é tecida por relações, e daí a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade – espaço – tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema. (RAFFESTIN, 1993, p. 160).

A territorialidade aparece então mediatizada por relações simétricas ou assimétricas com a exterioridade. Segundo Raffestin (1993, p. 161) este procedimento é necessário para que se abandonem definitivamente as analogias com o mundo animal, que são incapazes de apreender toda a complexidade das territorialidades humanas. Nesta concepção, a territorialidade se inscreve no quadro mais amplo das problemáticas da produção e do poder incluindo-se aqui, a dimensão econômica, política e cultural. Nesse sentido, as territorialidades se configuram como soma das relações mantidas por determinado sujeito com o seu meio. Resultam das relações desenvolvidas cotidianamente. Os homens vivem, portanto, de forma concomitante, o processo de territorial e o produto desse processo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda essa revisão teórica preliminar é importante para compreender que o conceito de território assumiu forma e conteúdo distintos, sempre revestido do interesse em explicar uma realidade de relações cada vez mais complexa entre os diversos atores sociais e destes com o meio. A cada tentativa de evolução e/ou complementação conceitual, evidencia-se a focalização em um novo recorte temático, ora social, ora econômico, ora cultural, ora político e ora agregando mais de um destes recortes. Todavia, apesar do debate sobre a aplicação do conceito de território não ser homogêneo, ou seja, existirem muitos autores que tratam dessa temática e que utilizam diferentes focos de investigação, dando mais ou menos importância para um ou outro elemento. Há, no entanto, um elemento que permeia quase todas as discussões, ou seja, o elemento “Poder”.

O território é objetivado por forças econômicas, políticas e culturais que se diferenciam no tempo e no espaço. Concorde-se com Correa (1994) quando este afirma que o território não necessariamente significa propriedade, mas sim apropriação. O

território revela diferentes formas de apropriação do espaço, realizadas pelos mais diferenciados atores em momentos, lugares e graus variados. Assim, há territórios distintos com apropriações e enraizamentos diferenciados. Os atores ao cristalizarem suas relações em determinados espaços criam territórios e territorialidades. Estas, por sua vez, são frutos das relações cotidianas estabelecidas pelas diferentes formas de enraizamento. As territorialidades são estratégias para efetivar a dominação e exercer o poder sobre determinada área.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. de. **Identidade territorial: a geografia das construções e dissoluções culturais urbanas**. 2005. 141 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

ANDRADE, M. C. de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 213-220.

BAGLI, P. **Rural e urbano nos municípios de Presidente Prudente, Álvares Machado e Mirante do Paranapanema: dos mitos pretéritos às recentes transformações**. 2006. 207 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

BECKER, B. A Geografia e o resgate da geopolítica. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.50, n.2, p. 99-128, 1988. (Número especial)

BLUME, R. **Território e ruralidade: a desmistificação do fim do rural**. 2004. 179 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

CORRÊA, R. L. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia A. de, SILVEIRA, Maria Laura. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MENDOZA, J. G. et al. **El pensamiento geográfico: estudio interpretativo y antología de textos (de Humboldt a las tendencias radicales)**. Madrid: Alianza editorial, 2002.

MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. 8.ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

MOREIRA, R. **O que é Geografia**. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos)

PENHA, E. A. Território e territorialidade: considerações histórico-conceituais. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.59, n.1, p. 7-22, 1988.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. El territorio, la sociedad y el Estado. In: MENDOZA, J. G. et al. **El pensamiento geográfico**: estudio interpretativo y antología de textos (de Humboldt a las tendencias radicales). Madrid: Alianza editorial, 2002. p. 193- 203

RUA, J. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **Campo-território**: revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. **Geographia**. Rio de Janeiro, v.1 n. 1, p. 7-13, 1999.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de, SILVEIRA, M. L. **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994.

SPOSITO, E. S. Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para leitura da formação territorial do Sudoeste do Paraná. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S. ; SAQUET, M. A. **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. 2. ed. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004, p. 15-36.

VENANCIO, M. **Território de esperança**: tramas territoriais da agricultura familiar na comunidade rural São Domingos em Catalão (GO). 2008. 182 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

O TRABALHO NA PRODUÇÃO DAS FESTAS POPULARES: a Festa do Rosário em Pires do Rio

Daniela Marly Alves Matos Corrêa OLIVEIRA

Aluna do curso de especialização em Geografia do Brasil – UFG/CAC

Email: danielamarly@hotmail.com

Carmem Lúcia COSTA

Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão
Professora Assistente do Departamento de Geografia

Email: clcgeo@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A cidade de Pires do Rio no interior de Goiás começou a surgir com a formação do primeiro bairro, que foi chamado de “rua do fogo”. A população que formou a “rua do fogo” é oriunda de diversas localidades, destacando-se os baianos e negros vindos para região para trabalhar na rede ferroviária. Observa-se que a ferrovia na região impulsionou processos de urbanização e desenvolvimento econômico por onde passou como é o caso de Pires do Rio.

Pires do Rio - GO é uma cidade planejada, e sua construção foi a partir da construção da ferrovia e estação ferroviária, a cidade foi construída abaixo dos trilhos ao Sul da estação ferroviária, e o bairro Santa Cecília a “rua do fogo” se localiza na parte superior dos trilhos a Norte da estação ferroviária.

É importante verificar que povoamento deste bairro, se deu por pessoas negras, com baixo poder aquisitivo, e construíram deste lado da cidade, acima dos trilhos da linha férrea a norte do município, e não do outro lado, centro da cidade próximo aos. Seria devido à pobreza, a cor da pele ou a junção de ambos os fatores.

Era um bairro pobre, sem asfalto, sem saneamento básico, como a maioria dos bairros nascentes e periféricos de diversas cidades. É nesse bairro que os primeiros dançadores da Congada de Pires do Rio moraram, e ali começaram a trabalhar para organizar a Festa do Rosário na cidade.

Atualmente a “rua do fogo” já não é mais considerada uma área de periferia, e os dançadores agora residem em outros bairros, esses dançadores foram excluídos para bairros periféricos onde não se tem muita infraestrutura, com poucos serviços e dançadores são trabalhadores de menor poder aquisitivo, visto que são descendentes de negros que foram escravizados no Brasil.

A tendência que as famílias negras apresentam em morar em locais próximos, de acordo com Leite (1991), representa uma forma de resistência contra situações de segregação, constituindo assim relações de poder. Pode-se considerar que as famílias de negros agruparam-se na rua do fogo apenas devido a fatores econômicos, mas a questão étnica sem dúvida pesa nas decisões dos grupos que normalmente se juntam para se protegerem da violência e segregação das cidades.

Além do fator moradia, ainda existe a relação territorial estabelecida no momento da festa nos ritos da congada. A Igreja do Rosário representa um marco do território negro fixo e os percursos que são repetidos todos os anos, um marco do território negro móvel. Estas áreas representam o lócus do espaço do negro que louva seus santos padroeiros, realizam suas evoluções de dança, batuque e cânticos, que são uma mistura de lamento pela escravidão, viva a liberdade e reverência aos santos de sua devoção.

Assim, quando a festa dos negros representa momento de articulação política, momento de aparição social para os brancos que participam da festa, uma reafirmação da figura do negro que estabelece seu território por um misto de poder e identidade que constitui o território étnico.

A Congada é formada da reunião dos ternos do Congo, do reinado e do General. Para Brandão (1985, p. 33) *o terno de Congos é a menor unidade ritual da Congada*. E vai além, argumentando que representa um rigoroso e hierarquizado sistema comando que está subordinado a um capitão que por sua vez está subordinado ao General.

Na cidade de Pires do Rio - GO, a Congada ocorre desde aproximadamente o ano de 1958, sendo fundada por Nicolau Gonçalves de Oliveira e sua esposa Josefina Candido Gonçalves, que aprenderam a dançar congo na cidade de Oliveira-MG e trouxeram a tradição para Pires do Rio - GO, passando para seus filhos que deram continuidade a Festa. E sua filha, Francisca Abadia, hoje residente em Araguari, ainda pertence ao Congado de Pires do Rio - GO, do qual é Rainha.

Em outubro de 1962, Nicolau Gonçalves Filho juntamente com Joaquim Duque realizou a primeira festa dos Congos em Pires do Rio. Inicialmente serviu de templo uma barraca de madeira coberta de palha no final da rua solenidade, no bairro Santa Cecília na cidade de Pires do Rio. O primeiro festeiro foi Erculano Garcia e o primeiro rei dos Congos foi o Rei Celestino.

A construção da igreja denominada de Capela de Nossa Senhora do Rosário, antiga São Benedito e Santa Ifigênia, localizada a Rua Cruzeiro S/Nº no bairro Santa Cecília, foi possível devido ao esforço de todos os membros da irmandade que juntos lutaram para angariar fundos através de promoções e doações para a aquisição do material e as mãos-de-obra indispensáveis na realização do empreendimento.

Esta prática de doação de terrenos para a construção de igrejas era comum entre os fazendeiros que queriam valorizar suas terras e, também, agradecer uma graça recebida de algum santo ou santa Católica. Ao doar terrenos para a Igreja, atraíam pessoas e comércio o que valorizava em muito as terras próximas.

Com a construção da igreja os integrantes da Congada foram se fixando em locais próximos, Produzindo uma nova organização da cidade, pois com esta população também vieram outros interesses, Como a aquisição de gêneros não produzidos no campo, e logo o comércio também chegou ao local.

Em 1968 devido à interferência de elementos da comunidade (políticos) houve uma dicotomia entre os ternos de Congo piresinos, permanecendo de um lado o Rei Celestino tendo como Rainha Maria Francisca Abadia, apoiados pelos Padres Franciscanos de Pires do Rio - GO e, do outro lado mantiveram-se o Rei Joaquim

Duque e a Rainha Silvéria (sua esposa) apoiados pela Igreja Católica Brasileira da cidade de Goiandira-GO.

O grupo do Rei Celestino, apoiado por lideranças políticas da comunidade, constituiu em 1970 uma nova igreja “Capela de Nossa Senhora do Rosário” situada à avenida Michel Santinoni nº 65, no bairro Santa Cecília, na cidade de Pires do Rio - GO.

Com a morte do Rei Celestino e mudanças ocorridas no meio eclesiástico de Pires do Rio - GO, os grupos se reuniram novamente realizando uma única festa, cujo Rei ficou sendo Joaquim Duque. Os Congueiros não se adaptaram à nova igreja, e a festa continuou sendo realizada na antiga capelinha.

No decorrer dos pulos, danças que recordam a África distante, na agitação desordenada de seus corpos, ao som pungente de suas vozes, dizendo palavras esparsas lembram um culto africano já distante e deturpado já se podia presenciar uma raça oprimida e sofrida, como afirma, dona Maria Duque, quando diz que “o canto dos negros era um choro que gritava contra as algemas da escravidão e do preconceito racial”.

Os conflitos que aconteceram com a Igreja representam um movimento universal de conflitos culturais,

A Congada, que compõe a dimensão cultural da Festa, é uma prática socioespacial que remonta os tempos da escravidão no Brasil, quando escravos vindos de diferentes regiões da África lutavam para manter vivas as tradições e a identidade negras em terras de branco, como com o ritual de coroação do Rei Congo e a devoção aos seus deuses - como a deusa Ifá. Em terras de branco, os negros tiveram que se submeter à racionalidade da cultura européia cristã e adotaram santos da Igreja Católica para representar os seus deuses e para os santos católicos, continuar com suas práticas socioespaciais, com suas festas, como as Congadas (COSTA, 2008, p.131).

As transformações socioespaciais, a reordenação do espaço são elementos que compõe a Festa, juntamente com os elementos culturais e a fé. E estes elementos são responsáveis pelas transformações que a Congada vem sofrendo ao longo do tempo.

Hoje a Congada não é a vista apenas como uma manifestação cultural, mas também como uma possibilidade de trabalho. Os dançadores ou brincadores como preferem ser chamados além de participar das apresentações, danças e ritos da congada, também encontram nela uma fonte de renda.

Segundo Costa,

A disputa pelo espaço-tempo da festa aponta o movimento dialético da sociedade e a disputa na apropriação do espaço, pelo direito a cidade. Assim temos de um lado as estratégias globais representadas por práticas estatais com políticas que garantem a fluidez do capital na cidade, o capital industrial e comercial representam os maiores investimentos. Estas estratégias alcançam o modo de vida dos moradores e transformam as suas práticas. A cidade torna-se mercadoria onde os que podem consomem as mercadorias variadas,

inclusive o espaço, e os que não possuem condições para tal, consomem os simulacros. Na luta pela vida a dimensão simbólica é um fator importante, já que não necessitamos apenas de bens materiais para a reprodução da vida.[...] também este universo simbólico é objeto de cooptação, de estratégias globais de programação (COSTA, 2009, p. 08).

A cidade tornada mercadoria, apropria-se do trabalho dos que fazem suas práticas festivas, suas práticas de construção de identidade. O trabalho empregado na produção das festas passa a ser apropriado por meios de comunicação, por políticos locais, por outros interesses estranhos aos da festa.

E em Pires do Rio não é diferente, a festa movimenta a cidade, e toma forma de espetáculo quando deixa suas tradições culturais para plano secundário, compartilhando em pé de igualdade as questões políticas e econômicas envolvidas na festa.

É relevante a análise do processo de espetacularização e mercadificação da cultura goiana, lembrando que ser espetáculo é o primeiro passo para tornar-se mercadoria e, talvez seja aí um dos motivos para que algumas festas goianas que recusam o caráter espetacular terem desaparecido enquanto pratica. As praticas que persistem espetacularizaram-se e algumas já se encontram em processo avançado de mercadificação [...]. Cabe lembrar que na sociedade urbana a estratégia de cooptação das praticas culturais obedece à lógica do atual momento de expansão do capital financeiro e comercial (COSTA, 2009, p. 09).

Na cidade de Pires do Rio este processo de espetacularização esta no inicio, o grupo se viu diante do inevitável, ou se inseria neste novo processo ou desapareceria, a abertura dos ternos para pessoas que não fazem parte da Congada, a escolha dos festeiros mais relacionadas a influencia política e econômica que envolvimento com o grupo, são fatores que demonstram esta espetacularização e mercadificação da Festa.

Temos a cooptação da vida cotidiana pela sociedade de consumo, inclusive cooptando as suas praticas festivas e reproduzindo-as dentro de outra lógica, como diz Costa,

A regulação do espaço-tempo da Festa é feita como estratégia de “organizar” o espaço da festa, colocar limites de uso, cercear o desejo em nome do espetáculo que exige comportamentos e novos valores. A dialética entre o velho e o novo acontece e o conflito entre a tradição e o novo repete o dilema de mudar para permanecer ou desaparecer (2009, p. 6).

E, falando sobre a Festa em Catalão, a autora acrescenta que:

Durante a Festa outras dimensões que aquelas das Congadas e da fé se reproduzem no espaço-tempo da cidade, como a dimensão da reprodução do capital que agrega valor de troca à Festa, reproduzindo o consumo do/na Festa. O espaço da Festa reproduz-se enquanto mercadoria, e um destes momentos é o da realização da feira, que comercializa produtos variados: vestuário, utilidade domesticas,

roupas, calçados, bijuterias, produtos eletrônicos, comidas, raízes do Cerrado me artesanato, entre outros (COSTA, 2008, p. 149).

Durante a organização da Festa há uma nova organização espacial, as ruas mudam de sentido, os usos se modificam, as calçadas tomam outras funções, as residências as pessoas tudo se adequa para a realização da Festa.

Conforme aponta Carlos (2001, p.180):

A reprodução, no momento atual, realiza-se por meio da programação da vida cotidiana-como possibilidade de instauração do cotidiano-que surge invadida pelo mundo da mercadoria, produtora da uniformidade sob a forma das aparências diferenciadas das coisas e geradoras do tempo de lazer como organização da sociedade de consumo. Isto porque as relações entre processo de produção e o desenvolvimento das forças produtivas criam, no mundo moderno, novas possibilidades de realizar a acumulação do espaço-produção que se coloca em uma nova perspectiva, em que novos valores de troca ganham valor de uso pela extensão, no espaço, do valor de troca. (CARLOS, 2001, p. 180).

A Festa em Pires do Rio é organizada pela Irmandade Nossa Senhora do Rosário, é a irmandade quem gerencia o dinheiro, e tudo relacionado à festa. Todas as pessoas que ajudam na organização da festa são voluntários, desde os que enfeitam o salão aos que lavam os ternos dos Congos, o almoço também é fruto de doação, cabe a Irmandade gerenciar o trabalho e administrar os lucros.

Esta irmandade é composta por pessoas ligadas a igreja católica, “uma irmandade de brancos” organizando a festa dos negros, são eles que cuidam do salão dos Congos, que tem as chaves da capela, da sala de instrumentos, e são eles que organizam os ensaios. Fugindo um pouco da tradição, pois geralmente esta função cabe ao general.

Então na cidade a Festa ocorre de forma diferente, hoje o terno de Congo Brinco de Princesa é o único da cidade, e para que a Festa aconteça é necessário a vinda de um terno de Moçambique de outra cidade, geralmente é o terno Moçambique Branco da cidade de Araguari-MG, a rainha da congada de Pires do Rio, Dona Francisca Abadia e Capitão residem nesta cidade.

No princípio da festa segundo depoimento do Capitão Sebastião de Oliveira Rosa, entrevistado em 12 de outubro de 2009, conforme combinado previamente realizado entre os Congos e os Moçambiques, após o succulento almoço cada grupo seguia-se em direção as casas das principais famílias onde dançavam, cantavam e recebiam seus donativos para.

Todos os ternos de Congo e Moçambiques se reuniam na casa dos festeiros que iam em pessoa carregando a coroa para ser entregue aos novos e futuros festeiros, que recebiam oferecendo café, chás e biscoitos.

Os festeiros que vinham para a cidade participar da festa, como não tinham outro transporte senão o carro de boi ou cavalos, só regressavam quando terminava todas as festividades.

Atualmente após o termino da missa os Congos vão direto a Igreja do Rosário onde se encontra o salão dos Congos para fazer a entrega da Coroa. Devido à diminuição gradativa dos ternos e a falta de incentivo do poder público e da população, a festa vem a cada ano diminuindo as rotas e ações dos ritos tradicionais.

Na cerimônia de entrega da coroa o festeiro do ano atual conduz a coroa juntamente com o terno de Moçambique e o reinado, entregando-a para o festeiro do ano seguinte, nesse momento são realizadas evoluções do terno de Congo e Moçambique encenando uma disputa⁴ com danças e cantos.

A entrega da Coroa é feita pelo terno de Moçambique. O capitão Sebastião de Oliveira Rosa, entrevistado em 12 de outubro de 2009, explica que os Congos não podem conduzir a coroa porque estão subordinados aos Moçambiques. Os Congos não podem passar por uma esquina sem fazer a meia-lua “puxada” pelo dançador da guia, para os devotos de Nossa Senhora do Rosário, as esquinas simbolizam uma cruz e a meia-lua é uma saudação onde é realizada uma coreografia simulando um luta, “espada com espada”. Quanto à indumentária usada, deve ser da cor branca para os Moçambiques e colorida para os Congos. Após a entrega da Coroa e servido um farto almoço aos congadeiros, festeiros e convidados. A comida é feita por mulheres da comunidade que são devotas a Nossa Senhora do Rosário.

No tocante as partes externas da festa ocorrem bailes e leilões realizados na barraca 13 de maio e vai-vem nas ruas onde estão as barraquinhas.

Outra peculiaridade é que há vários anos a coroa de Nossa Senhora do Rosário esta em poder da igreja católica, sendo empresta aos Congos somente nos dias da festa. Esta relação estreita com igreja, atualmente se reflete na política, no ano de 2009 foi a primeira dama da cidade a festeira da congada, e no ano corrente 2010 a festeira é a diretora de cultura da cidade Glênia Rincon que tem esta função, daí percebemos o quanto a congada de Pires do Rio esta se espetacularizando e mercadificando.

No caso da Congada de Pires do Rio - GO foi possível perceber que as pessoas envolvidas neste grupo carregam consigo marcas do sofrimento que os negros passaram no longo processo de escravidão e também a alegria que estes mesmos negros trouxeram juntamente com sua identidade e cultura.

Dificuldades, racismo, preconceito, exclusão social não afugentaram estas pessoas, eles se uniram e se manifestam mostrando sua tradição e força.

Mesmo assim:

Dentre os vários grupos nacionais, a população negra brasileira e a sua flagrante situação social de exclusão, miséria e degradação em que se encontra grande parte desse grupo, ao invés de chamar a tensão e motivar reflexões dos diversos profissionais e seus ramos de conhecimento que suscitem a tentativa de compreensão fácil de que o responsável pelo quadro, dos dias atuais, ainda é a escravidão negra brasileira. Os vários recônditos da cultura dos grupos sociais brasileiros oferecem ocasião a posições e perspectivas que evocam

²A disputa consiste em uma tentativa entre os grupos de superar o outro com danças e cânticos. É uma espécie de competição para ver que dança e canta melhor para Nossa Senhora.

memórias, disposições e formulações sociais que podem ser empenhadas frente às pressões dos demais grupos de suas pretensões diversas. (MENDONÇA, 2008, p.194-195.)

Mas a falta de oportunidade, pode às vezes prejudicar estas pessoas. Então se tornam necessários o desenvolvimento de ações afirmativas e oportunidade social a estas pessoas.

Torna-se imprescindível ao pesquisador além de investigar sugerir alternativas, apontar perspectivas em relação às impressões obtidas durante a pesquisa no grupo.

No caso de grupos culturais, pode-se pensar em alternativas para a inserção dessas pessoas na sociedade, a partir de ações de inclusão por meio do trabalho, associando seu conhecimento cultural com o desenvolvimento sustentável. Usar o conhecimento dessas pessoas para desenvolver a si mesmas.

Segundo Mendonça 2008, “A proposta é aliar capacitação e valorização dos saberes-fazer afro-brasileiros, para além das celebrações das festividades de Nossa Senhora do Rosário”. Possibilitando ao grupo sustentabilidade.

Ações para a valorização sociocultural do grupo também são importantes para o fortalecimento e a perpetuação do mesmo. Neste sentido, a equipe que compõe esta pesquisa, aliada a professores de História da unidade universitária da UEG em Pires do Rio está desenvolvendo um projeto cujo resultado é a publicação de um livro paradigmático sobre a congada de Pires do Rio a ser distribuído gratuitamente nas escolas da cidade a fim de dar subsídio para discussão do tema transversal – pluralidade cultural. Assim, a Universidade desempenha um importante papel que lhe cabe além do ensino e da pesquisa, ações de extensão que valorizam a cultura local, envolve a sociedade e busca a melhoria do ensino na cidade de Pires do Rio - GO.

REFERÊNCIAS

BRANDAO, Carlos Rodrigues. **A festa do Santo Preto**. Rio de Janeiro: Funarte; Goiânia: editora da UFG, 1985.

CARLOS, Ana Fani. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARLOS, Ana Fani. **Espaço-tempo na metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001.

CARMO, Luiz Carlos; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues (org.). **As congadas de Catalão-GO: as relações, os sentidos e valores de uma tradição centenária**. Catalão. Universidade Federal de Goiás, Campos de Catalão, 2008.p.193 a 229.

COSTA, Carmem Lúcia. **As festas e o processo de modernização do território goiano**. Catalão. Universidade Federal de Goiás, Campos de Catalão, 2009.

FERREIRA, Marieta de Moraes (org.) *et al.* **Entre-vistas: abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro, editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994, p. 1-13.

A AGROENERGIA E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO CAMPO

Edevaldo Aparecido SOUZA

Professor da Universidade Estadual de Goiás em Quirinópolis e Doutorando pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: edevaldoueg@yahoo.com.br

Rossvelt José SANTOS

Professor do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: rossvelt@ufu.br

Resumo: O debate das relações de trabalho tem avançado dentro das pesquisas geográficas, sobretudo a partir das recentes mudanças no processo produtivo capitalista. Este texto tem por objetivo analisar, a partir de dados teóricos, o que vem ocorrendo no mundo do trabalho no Município de Quirinópolis, com a territorialização do capital energético e a expansão da cana-de-açúcar. A categoria “trabalho” estabelece relacionamento estreito com outras categorias da geografia, como o espaço e o território que, dinamizados a partir dos movimentos sociais de luta pela terra ou pelo trabalho na terra, são legítimos produtores do espaço geográfico, sendo estes produtores de diferentes formas espaciais, produzindo, desta forma, distintas territorialidades. O trabalho desenvolveu-se a partir de uma reflexão teórica acerca das relações do trabalho e, através de entrevistas a órgãos públicos municipais, entidades de classes e pequenos produtores familiares no campo, a compreensão dos processos materializados no município pela produção agroenergética.

Palavras-Chave: Agrocombustíveis; Precarização do trabalho; Produção no campo.

1. INTRODUÇÃO

Este texto tem por finalidade discutir a relação capital-trabalho, dentro de um contexto geográfico, de transformações tecnológicas e nova gestão produtiva do capital no campo brasileiro, sobretudo na região de Cerrado. Pretende analisar esse fenômeno à realidade do Município de Quirinópolis e região, a partir da territorialização do agrohidronegócio, desencadeado pelo atual modelo energético brasileiro, com a implantação de hidrelétricas e do setor agrocombustíveis.

Quirinópolis é um município constituído de grande quantidade de pequenas propriedades (cerca de 70%), com produção alimentar, sobretudo o leite, mas também hortaliças, suínos, aves. Pelos dados da Secretaria Municipal de Agricultura, são 1.600 pequenas propriedades com menos de 120 ha produzindo feijão, arroz e, em maior quantidade, o milho e a soja (aproximadamente: feijão 10%, arroz 10%, milho e soja 80%).

O debate parte das preocupações com as mudanças recentes nas relações de trabalho, desencadeado pelo modelo de flexibilização da produção capitalista que no final do século XX e início deste, quando a sociedade passa por uma série de mudanças e reestruturações em escala não apenas local, mas, sobretudo, planetária.

Dentre essas transformações, está a reestruturação produtiva do capital, que tem desencadeado também reestruturações sócio-econômicas no meio urbano e no meio rural. Sabe-se que na base dessas relações encontra-se o trabalho, categoria esta que é a base de sustentação da sociedade, sobretudo a capitalista, que se apropriou deste para a manutenção do que lhe é mais caro: a apropriação da mais-valia e a garantia da

acumulação de capital.

No período em questão, tivemos uma mudança muito significativa não apenas na área de produção, mas também na comunicação e informação. As tecnologias associadas às novas formas de gestão e controle do trabalho promoveram, conforme Thomaz Júnior (2002), uma nova divisão social-técnica-territorial, transformando a relação tempo-espaço e desencadeando alterações profundas, sobretudo na luta de classes.

Como o trabalho se constitui elemento fundante da relação capitalista, é necessário que a Geografia o eleja como categoria de análise nas pesquisas científicas, assim como outras ciências humanas tem pesquisado e debatido. Alguns teóricos da Ciência Geográfica já vêm desenvolvendo o tema com muita propriedade, dentre eles, Ruy Moreira, Antônio Thomaz Júnior e Marcelo Rodrigues Mendonça. Essa categoria estabelece relacionamento estreito com outras categorias da Geografia, como o espaço e o território. No caso do campo, conforme Mendonça e Tomaz Júnior (2008), os movimentos sociais de luta pela terra ou na terra, através do trabalho, são legítimos produtores do espaço geográfico, sendo estes produtores de diferentes formas espaciais, produzindo, desta forma, distintas territorialidades.

Implica ainda, entender o território como espaço da ação e reconhecimento da ação de diversos “atores”, do qual são compostos pelo capital, Estado, agentes endógenos, e também e não menos importantes, os autóctones, ou seja, moradores e produtores do próprio local.

O trabalho desenvolveu-se a partir de uma reflexão teórica acerca das relações do trabalho e para compreender os processos que estão postos no município pela produção agroenergética, realizou-se entrevistas à órgãos públicos municipais, como a Secretaria Municipal de Agricultura e a Secretaria Municipal de Administração; à entidades de classes, como os sindicatos patronais e de trabalhadores no campo; e pequenos produtores familiares no campo.

2 DA DIVERSIDADE DA PRODUÇÃO DE SUBSISTÊNCIA À MONOCULTURA DO AGRONEGÓCIO

Em uma região, onde até a década de 1950, a atividade econômica era de produção agrícola de subsistência ou de mercado em pequena escala, com presença forte de produtores familiares camponeses, recentemente vemos uma situação muito diferente no campo. A produção de alimentos como o arroz, o feijão e o milho, bem como a pecuária extensiva, foi desterritorializada para ceder espaço para as grandes lavouras, como o milho e a soja na década de 1990 e a cana-de-açúcar a partir de 2004 (SOUZA e SANTOS, 2008).

De acordo com Thomaz Júnior, dos posseiros aos desempregados da indústria, do endividamento dos pequenos produtores familiares aos assalariados rurais temporários, o que se percebe é que está em foco um novo cenário para o trabalho, promovido pelas desigualdades sociais estabelecidas no campo. Principalmente pela “concentração da propriedade da terra e a modernização seletiva”; na cidade, a partir da “desqualificação/precarização do trabalho e desemprego em massa”; e pela “convergência de determinados atributos que influem no aumento crescente da

exclusão” (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p. 136).

Ruy Moreira discute a questão do valor do trabalho entendendo que na fase precedente à revolução industrial o trabalho, natureza e sociedade interagem numa relação de identidade nessas sociedades. De acordo com o autor, as fases do trabalho refletem momentos de festas, “marcos de um calendário de vida e de tempo-espço que regem a sociedade como um todo” (MOREIRA, 2001, p. 11). Após esse período, prossegue o autor, de imediato, o valor separa natureza e trabalho para em seguida separar população e trabalho, destacando-o do conjunto da população, tornando tarefa de uma só fração, nasce, portanto, o termo população trabalhadora, a classe do trabalho.

Na etapa final, Moreira apresenta a separação entre população e capacidade física, reduzindo a população trabalhadora à força do trabalho, numa “clara limitação do homem a uma coisa físico-econômica e da natureza a um grande e inesgotável arsenal de recursos naturais” (MOREIRA, 2001, p. 12).

Nesse contexto, e em razão das recentes transformações econômicas e tecnológicas da produção agrícola, discutem-se os objetivos e as conseqüências das grandes lavouras de cana-de-açúcar no Cerrado brasileiro. A tecnologia permite a ocupação de pouca mão-de-obra local, buscando o trabalho de migrantes temporários no corte da cana, priorizando a parceria com proprietários rurais que produzem e fornecem para a usina o produto, ou impõem contratos de arrendamento. Todas essas práticas reduzem ou mesmo eliminam o trabalho familiar, tendo como pressuposto o consumo de solos férteis, ocupação de territórios envolvendo grupos humanos constituídos histórica e culturalmente, inclusive criando a possibilidade de quase extinção do antigo sistema produtivo dos produtores tradicionais, quase auto-suficientes.

O fato é que as famílias que vivem e trabalham no campo continuam sendo vítimas do processo de desterritorialização, promovido pelo agrohidronegócio, implementado pelo capital e patrocinado pelo Estado, como a única forma de “desenvolvimento”, de acordo com seus argumentos. Sabe-se que o interesse a esse crescimento econômico direciona aos lucros e acumulação do capital e à regulação da balança comercial da economia brasileira. Portanto, as formas de vida e de produção fora desta lógica, devem, de acordo com o sistema vigente, ser entendidas como atrasadas ou simplesmente ignoradas.

Em Quirinópolis e região temos visto grandes investimentos no setor energético com a construção de usinas hidrelétricas, como as duas que formam o complexo Caçu/Barra dos Coqueiros, as UHEs Rio Verdinho e Foz do Rio Claro, a PCH Irara, dentre tantas outras, assim como investimentos mais pesados que estão sendo aplicados na geração de biocombustíveis a partir do etanol, tendo a cana-de-açúcar como matéria-prima para a produção de álcool combustível.

A primeira forma de produção energética tem desterritorializado povos cerradeiros que, como afirmam Mendonça e Mesquita (2008) e Mendonça e Thomaz Jr. (2008), já haviam passado por esse processo, perdendo território para culturas modernas e se reterritorializando em fundos de vales. Com a desapropriação de terras para a formação de lagos – afogamento dos fundos de vales, nas palavras de Mendonça e Mesquita (2008) – e da reserva legal, estes são forçados a deixar novamente suas terras. Uma vez que as vertentes ou chapadas já estão apropriadas pelo capital, as famílias

camponesas são (re)direcionados às cidades, onde deverão se adaptar ao modo de vida urbano.

Com relação à segunda, os camponeses são forçados, não pela água, mas pela ilusão econômica de prosperidade ou pela pressão psicológica constituída pela poluição atmosférica (poeira, fumaça e fuligens), poluição pelo odor (vinhaça) e/ou poluição visual, haja vista que para eles a paisagem é constituída de diversidade animal e vegetal, no entanto, o que agora visualizam é apenas a paisagem única, denominada por muitos como “mar de cana”.

3 RESULTADOS: O setor agroenergético como parte do modelo agrohidronegócios

As inovações da modernização agrícola têm penetrado o meio rural dando uma nova roupagem à agricultura, influência do agrohidronegócio. Em função dos meios técnico-científicos, essas indústrias têm implantado mecanismos que viabilizem em grande escala a produção voltada para o mercado. Os termos agro e hidro, dentro da produção para o mercado, preferencialmente o externo, se deve pelo fato de que as grandes monoculturas agrícolas também tem utilizado grandes quantidades de água para irrigação das plantas, como a soja e a cana.

O cultivo da soja foi responsável pelo crescimento do agronegócio no Brasil, não só pela sua quantidade e valor financeiro, mas também em relação a sua importância empresarial no que confere a administração da atividade por parte dos produtores, fornecedores de insumos, processadores de matéria-prima e negociantes. Na década de 1980 o Centro-Oeste se tornou um dos grandes produtores do grão, haja vista a expansão de fronteiras agrícolas no Cerrado, além das condições naturais favoráveis da região, como temperatura, relevo, abundância de recursos hídricos, promovendo as *commodities*.

A cana-de-açúcar é outra prática agrícola que a muito é cultivada no Brasil, desde o período colonial, passando pelas décadas de 1970 e 1980 com o Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), contribuindo com a balança comercial do país. Atualmente, como o novo modelo energético brasileiro – a produção do etanol – o Brasil encontra-se como o maior produtor de cana-de-açúcar do mundo, sendo São Paulo o principal e maior produtor da planta. Entretanto, a expansão canavieira em território goiano e mineiro apresenta expectativas animadoras para o setor agroalcooleiro e para os grandes empresários rurais que estão maravilhados com a cultura.

A produção do agronegócio insere-se no sistema produtivo da flexibilização, além dos fatores técnico-científico-informacional, pelos *commodities*. Seja para a cana-de-açúcar, seja para a soja, milho ou qualquer outra monocultura de exportação, antes mesmo dos empresários rurais iniciarem a produção, já tem mercado garantido, *in natura* ou transformado em outro subproduto como álcool, açúcar ou ração. O mesmo não se pode dizer dos camponeses que não conseguem produzir por não disponibilizar de alta tecnologia, de grandes extensões de terras, nem tampouco de orientação/consultoria para produção.

Mendonça e Mesquita (2008) destacam que em primeiro momento ocorre a desterritorialização dos trabalhadores/camponeses por não saberem cultivar as culturas

modernas, visto que não eram agricultores profissionais. Em segundo, porque as políticas públicas para a agricultura beneficiavam explicitamente os grandes empresários rurais transnacionalizados.

O modelo toyotista de produção alcança também a agricultura através dos avanços técnico-científicos e do efeito globalização através de *commodities* que industrializa a produção rural atraindo empreendedores do setor agroindustrial de vários países para o Brasil, que vêm no território brasileiro facilidades para o aumento de seu capital financeiro mediante sua extensão territorial, solos férteis, de mão-obra barata, além da produção de insumos industriais no país.

A cana-de-açúcar tem sido utilizada para fins agrocombustíveis elevando o Brasil ao centro das atenções mundial. Os resultados têm sido muito positivos, a ponto de ser chamado por outras nações de “Arábia Saudita Verde” em consequência do seu desenvolvimento econômico a partir do etanol (SOUZA e BORGES, 2008).

Na verdade, o setor agroalcooleiro desenvolve, dinamiza e alimenta a acumulação de capital, não apenas no setor automobilístico, mas também no energético, a partir da produção de energia elétrica pelo bagaço da cana, no álcoolquímico e, dentre outros, no setor industrial de forma geral.

Ao se analisar essa estrutura sob o ponto de vista capitalista, o fato de haver sujeitos que não se enquadram nesse modelo produtivo, não significa empecilho para o desenvolvimento da organização produtiva, ou seja, as oportunidades se estendem a todos. Se existem pessoas que não conseguem se enquadrar, a culpa é exclusivamente delas e não do sistema.

Isso significa que na pós-modernidade, o que se sobressai é a qualidade individual, em detrimento de toda espécie de trabalho coletivo e principalmente solidário, ou seja, todas as experiências sociais, como era de costume na área rural os mutirões, festas religiosas populares, partilha de sementes e produtos. Na verdade, com a industrialização no campo, famílias inteiras de pequenos produtores rurais, culturalmente acostumados ao trabalho em família, têm sido expulsas de suas terras deixando de produzir para seu sustento e promovendo o caos nas cidades.

Nesse caso, a territorialização da usina agroalcooleira desencadeia a desterritorialização de outras atividades econômicas, sociais e culturais, principalmente produtores rurais tradicionais. Nesse movimento pode estar havendo, em condições específicas, o surgimento de novos territórios, ou seja, a cana-de-açúcar ocupa um espaço já ocupado e nesse mesmo espaço podem surgir possibilidades e impossibilidades para os produtores tradicionais se manterem como tais ou mesmo se redefinirem produtivamente ou culturalmente.

Nesta perspectiva, em entrevista realizada no mês de novembro de 2008, relacionada às atividades agrocombustível no Município de Quirinópolis, depoimentos revelam essa ideologia alienante, procurando a todo custo, mostrar as qualidades e compromissos das usinas de álcool, tanto no que se refere ao aspecto ambiental, como relacionado ao sócio-econômico. O Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de Quirinópolis, Newton Pereira Filho afirmou que: a Usina Boa Vista tem tido interesse em investir nas questões socioambientais, social e gerenciamento, com doações de quase 2 milhões de reais em obras e bens; a Usina São Francisco também tem investido, porém,

mais nos funcionários; serão dadas férias coletivas de 15 dias em dezembro; as parcerias entre usinas e SENAI para treinar profissionais busca fidelizar os trabalhadores; as usinas contam com planos de saúde da Unimed (a Boa Vista contempla todos os funcionários, a São Francisco quase todos).

Corroborando essas afirmações o presidente do Sindicato Rural de Quirinópolis (SRQ) Sr. José Eduardo Fleury. Aponta ele seis elementos de evolução econômica no município: 1) profissionais com qualificação razoável foram trabalhar nas usinas e deixaram os seus postos de serviços, basicamente o comércio; 2) um contador que ganhava um salário de R\$ 1.200,00, hoje recebe R\$ 4.000,00 na usina, com direito a uma casa para moradia; 3) as empresas locais que não estavam preparadas para as mudanças ou que exploravam em demasia, tiveram problemas com mão-de-obra; 4) a remuneração em Quirinópolis está bem maior que em cidades vizinhas; 5) há cursos no SENAC para tratoristas sem qualificação, sendo dois cursos por semana com temas de prevenção, combate, tratorista, primeiros socorros etc.; 6) a empregada doméstica do Sr. Fleury habilitou-se para o nível “D”, fez curso de tratorista, empregou-se na usina e agora já vai passar para a colheitadeira.

Contrapondo a esses argumentos ideológicos, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quirinópolis, o Sr. Sebastião Inácio da Silva concorda com a questão das férias coletivas para a expansão da usina, porém, relata inúmeros problemas com relação aos trabalhadores rurais, como a remuneração horas-trajeto, as péssimas condições de transportes e moradias e as questões de saúde.

O Município de Quirinópolis conta, *a priori* com duas indústrias do agrocombustíveis, atraídas pelos vários fatores favoráveis na região. Uma delas é a Usina Boa Vista, terceira usina do Grupo São Martinho, construída às margens da rodovia que liga Quirinópolis a Paranaiguara. Entrou em operação ainda na safra 2008/2009, moendo inicialmente um milhão de toneladas de cana, número que deverá chegar a 3,4 milhões de toneladas nos anos seguintes (www.saomartinho.ind.br/ri, 2007).

Quanto a Usina São Francisco, do grupo São João, esta entrou em operação de moagem em 2007 e, em seus estudos de impactos ambientais (EIA-RIMA, 2004), considerou um raio de 22 Km em torno da planta industrial, nos municípios contíguos de Quirinópolis e Gouvelândia, para a cultura da cana-de-açúcar. Iniciaram as atividades em 2006 com uma área plantada de 15,3 mil hectares, devendo chegar, em 2011, a 39,5 mil hectares com a cultura, para a produção de açúcar e álcool, com capacidade de três milhões de toneladas de cana-de-açúcar por safra, aproximadamente 67 mil m³ de álcool e quase sete milhões de sacas de açúcar (EIA-RIMA, 2004).

De acordo com o Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de Quirinópolis, num primeiro momento a mão-de-obra qualificada de primeiro escalão veio de fora, mas funcionários técnicos e gerentes de segundo escalão já puderam ser contratados de Quirinópolis ou da região. Houve um crescimento no número de empresas de transportes, de concessionárias de máquinas para preparo de solo, sobretudo o trator, assim como concessionárias de veículos. Aponta ainda que o índice deflacionário que havia no município, devido aos jovens migrarem para capital do

estado, outras capitais e até outros países, converteu-se em crescimento, haja vista que a população atual é de 37.888, de acordo com o Censo 2007 do IBGE.

Para o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Quirinópolis, o número de empregados na entressafra gira em torno de 2.700 a 3.000 assalariados em Quirinópolis, na sementeira, granja, cana e outras agriculturas, sendo que somente com a cana, na entressafra são 2.500 entre as duas usinas. Os trabalhadores rurais do corte da cana são em torno de 1.700.

São empresas modernas, com tecnologia de ponta, consideradas as melhores da América Latina, entretanto, o trato com os trabalhadores rurais assalariados ainda remontam em uma época de maus tratos, em práticas semelhantes à períodos da Primeira Revolução Industrial.

Não bastasse as transformações na relação de trabalho com base no assalariamento, a realidade desenhada para essa região produzirá um verdadeiro “mar de cana”, causando “pressão” nos proprietários de terras, sobretudo nas populações tradicionais do Cerrado, pois estes, aparentemente, ficam sem outra alternativa a não ser arrendar ou até mesmo vender o pequeno sítio e se mudar para a cidade, quando não conseguem mais conviver “sozinhos” em meio a esse “mar de cana”

Assim sendo, no tocante às relações de trabalho, uma grande quantidade de famílias tradicionais do Cerrado ou *Povos Cerradeiros*, de acordo com a terminologia utilizada por Mendonça (2005), foram expulsas do campo para a cidade, tanto no período da territorialização da soja, como atualmente, na territorialização da cana-de-açúcar.

Isso indica que o processo é de expulsão, uma vez que os camponeses não conseguem competir e até suportar, próximo às suas terras, a lógica do modelo agrícola empresarial tecnológico. Não suporta a pressão econômica/produtiva; não suporta a pressão psicológica/cultural; e não suporta a pressão pelo impacto de poluição, visual (paisagem) e atmosférico (poeira e odor).

Verifica-se que o principal motivo da desterritorialização dos camponeses foi a falta de incentivo à agricultura nacional por privilegiar a intensificação da industrialização, territorializada pelas agroindústrias e o agrohídronégócios, ocasionando o crescimento desordenado das cidades, o que colaborou para o surgimento das favelas.

4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Ao analisar as alterações da produção dos meios de vida da população tradicional do Cerrado, bem como das suas identidades e valores culturais, é possível entender que processo está posto, buscando entender a nova relação destas famílias com a atividade sobreposta na região – a produção agrocombustível – e as novas formas de vida que estas estão desenvolvendo a partir desta nova realidade. Entendemos que no Cerrado, o modo de vida tinha suas manifestações na paisagem. A produção podia ser realizada em pequena escala, e o modo de vida impresso nesta paisagem estava relacionado ao modo de ver, morar, pensar e conceber o Cerrado.

Entretanto, as relações socioeconômicas não findam nessa questão. Há milhares de trabalhadores assalariados, muitos destes ex-camponeses desterritorializados, que trabalham

no corte da cana, manual ou mecanizado. Em se tratando de uma organização do trabalho própria do sistema capitalista, muitas situações de desconforto e desumanas são estabelecidas.

Nesta nova fase do capitalismo, a flexibilização na produção, se por um lado se destaca a qualidade e velocidade no setor produtivo, por outro, desencadeia uma série de problemas no mundo do trabalho, sendo os principais, a precarização do trabalho, o desemprego e subemprego e a redução dos direitos conquistados, dentre estes, os níveis de salários.

Uma questão de maior relevância para a pesquisa é a relação expulsão/desterritorialização dos camponeses e/ou agricultores familiares de suas pequenas propriedades que não podem entrar no embate econômico com os grandes produtores e, sobretudo, com o capital energético, assim como também não conseguem resistir em seus lotes, com sua produção alimentar, visto que em sua volta, está cercado pela cultura da cana-de-açúcar.

A Geografia precisa se debruçar, em suas pesquisas, para analisar essa relação, como preocupação fundamental, a do esvaziamento do campo, o aumento do desemprego, a precarização do trabalho e outros fatores sociais na cidade, como também a redução da produção alimentar e o enfraquecimento das organizações e da consciência de classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. In: **Educação e Sociedade**. Campinas, vol.25, n. 87, p. 335-351, mai/ago. 2004. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>.

GRUPO SÃO MARTINHO. Disponível em: www.mzweb.com.br/saomartinho. 06/02/2007, acessado dia 22 de janeiro de 2008.

MENDONÇA, Marcelo. Os novos movimentos sociais cerradeiros: a territorialização do MAB em Goiás: In: ALMEIDA, M. Geralda. **Tantos Cerrados**. Goiânia: Vieira, 2005, p. 196-221.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues e THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **Geografia, identidade e resistência do trabalho: o exemplo dos Povos Cerradeiros - Goiás – Brasil**. Disponível em: <http://www.alasru.org/cdalasru2006/10%20GT%20Marcelo%20Rodrigues%20Mendon%C3%A7a,%20Ant%C3%B4nio%20Thomaz%20J%C3%BAnior.pdf>. Acessado em 14/12/2008.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues e MESQUITA, Helena Angélica de. **O agro-hidro-negócios no cerrado goiano: a construção das (re)existências**, s.d. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/ceget/t24a.pdf>, acessado dia 14/12/2008.

MOREIRA, Ruy. As novas noções do mundo (geográfico) do trabalho. In: **Ciência Geográfica**. Bauru: VII, Vol. III, Set/Dez 2001.

SOUZA, Edevaldo Aparecido e SANTOS, Rosselvelt José. Resignificações no Cerrado: das roças às imposições tecnológicas. *In: IX Jornada do Trabalho Dinâmica Territorial do Trabalho no Século XXI*: em busca dos sujeitos que podem emancipar a sociedade para além do capital. Catalão: UFG, 2008.

SOUZA, Fábila Rúbia de e BORGES, Pâmella Martins. **Os impactos do modelo energético e a gênese do setor sucroalcooleiro no Município de Paranaiguara – 2006/2008**. (Monografia). 66 f. Quirinópolis: UEG, 2008.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **O trabalho como elemento fundante para a compreensão do campo no Brasil**. Apresentação no XVI Encontro Nacional de Geografia Agrária: Petrolina/PE, 2002.

RE-VISITANDO A QUESTÃO DO TERRITÓRIO: um diálogo interdisciplinar

José Aparecido Lima DOURADO

Mestrando em Geografia pela Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão. Núcleo de Pesquisa Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais. Bolsista CAPES.

Helena Angélica de MESQUITA

Prof^a Dr^a do Programa de Pós-Graduação *Strictu sensu* em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão. Núcleo de Pesquisa Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais

Resumo: A crise paradigmática que se abateu sobre as Ciências, na segunda metade do século XX, trouxe novos desafios para a Geografia. A partir da década de 1970, a ciência geográfica passou por profundas transformações, devido à consolidação de novas correntes teóricas. Houve nesse período um importante movimento em torno da reelaboração do conceito de território, havendo assim, grandes avanços, no que tange aos aspectos teóricos-metodológicos. Frente ao intenso debate acerca do conceito de território, este texto traz uma abordagem panorâmica das principais discussões sobre território na Geografia, de modo a trazer para o debate autores que tem debruçado suas análises sobre a temática. Devido a falta de rigor com que tem sido abordado por alguns, muitos são os equívocos teóricos cometidos, tornando o território um conceito muito caro à Geografia. Com este artigo, tem-se a pretensão de contribuir para enriquecer o debate sobre a importância do território para os estudos agrários.

Palavras-chave: Território; Ciências sociais; Geografia; Poder; Estudos agrários.

1 INTRODUÇÃO

*Espaço e território não são termos equivalentes.
Por tê-los usado sem critério, os geógrafos criaram
grandes confusões em suas análises, ao mesmo
tempo que, justamente por isso, se privam de
distinções úteis e necessárias.
(RAFFESTIN, 1993)*

Ainda que a discussão sobre o território não seja algo exatamente novo para as ciências sociais, e mais especificamente para a geografia, é extremamente profícuo e oportuno o debate que tem se desenvolvido acerca deste conceito nos anos pós-1960/70, quando a crise do paradigma positivista coloca em questão as “verdades científicas”, até então, ordenadoras do conhecimento científico. De fato, vive-se um momento no qual o enfrentamento teórico tem provocado a revisão de ideias e posicionamentos, e por sua vez, tem proporcionado avanços significativos na compreensão de conceitos-chave para as ciências sociais.

Neste intenso movimento de revisão teórico-conceitual que perpassa o conhecimento a partir de meados do século XX, novos desafios foram/são postos, dentre os quais chamamos à atenção para a questão do método. Historicamente o método sempre foi um problema para as Ciências Humanas que por um período significativo fundamentaram suas reflexões no positivismo, método este pensado para apreender o universo das Ciências Naturais. Cabe aqui destacar que o método não deve ser concebido como uma entidade deslocada de um contexto, condição essa reveladora de seus aspectos social, político e ideológico.

A atual crise paradigmática vivida pelas ciências tem proporcionado a evolução do debate de conceitos como território, colocando-o à luz de referenciais diversificados, que ora convergem ora divergem. Isto posto, é preciso atentar para o perigo de ecletismo ao abordar tal conceito, cuidado esse que não deve ser um obstáculo para a busca do diálogo entre as várias correntes teóricas que se ocupam da temática.

No que diz respeito à Geografia, essa crise paradigmática tem-se mostrado extremamente benéfica à evolução do pensamento geográfico, cuja sistematização do conhecimento ocorre num universo plural e adepto às diversidades teórico-conceituais. Se o projeto geográfico do século XIX foi marcado por uma ciência positiva como modelo social, a segunda metade do século XX trouxe à tona a ebulição de um movimento em favor de uma geografia mais compromissada socialmente, cujo olhar voltou-se para as redefinições do espaço em decorrência do modo de produção capitalista.

No Brasil os estudos relativos ao tema seguem basicamente três escolas: a abordagem deleuziana, de matriz francesa; a matriz italiana representada pelos estudos de Massimo Quaini e a abordagem de base materialista econômica do território feita por Milton Santos.

Neste texto propõe-se fazer uma revisão sobre os caminhos percorridos pelos estudos que tem como enfoque central a análise do território na Geografia, de maneira a destacar o processo de evolução teórica deste conceito, em suas diversas tendências e/ou perspectivas de abordagem. Tenta-se também refletir sobre as contribuições deste conceito para os estudos agrários a partir da política de desenvolvimento territorial para o Nordeste implantada pelo Estado, num esforço de equacionar os desdobramentos desta ação no que diz à sua materialização no território. Serão mencionados estudos realizados a partir do século XIX, por assim entender que os estudos de Ratzel sobre o território são seminais para a geografia.

Para tornar possível tal propósito, procurou-se estabelecer um diálogo com e entre os autores Raffestin (1993), Haesbaert (1997, 2007, 2007a), Santos (1994), Saquet (2007) e Oliveira (1981, 2003), havendo o cuidado para que essa abordagem não seja feita de maneira descolada de seu contexto histórico-social. Como contribuição teórica, espera-se ampliar a discussão sobre o conceito de território na ciência geográfica, sob a luz das várias escolas que tratam deste assunto. Na verdade, não há a preocupação em verificar se esta ou aquela abordagem é a mais adequada ou não, mas sim, chamar para o diálogo autores e ideias distintos, como meio de colocar-se favorável ao fazer ciência considerando outras formas de pensar.

2 ALGUMAS ABORDAGENS DE TERRITÓRIO NA PERSPECTIVA DOS GEÓGRAFOS

Uma preocupação recorrente entre os geógrafos Raffestin (1993) e Sposito (2004) é a distinção entre espaço e território. Tal preocupação se justifica porque muitas são as confusões teóricas ao diferenciar esses dois conceitos. Dito isso, ocupar-se-á neste texto em demonstrar como essa discussão chega para a geografia, bem como os

geógrafos tem incorporado o discurso sobre o território, tanto no que diz respeito à questão do método quanto a sua evolução conceitual.

No âmbito da geografia, procurou-se retomar os registros feitos por Ratzel, no século XIX até a atualidade, no intuito de estabelecer um diálogo (não uma comparação), de modo que sejam demonstrados como diferentes autores e escolas compreendem o território. Antes de adentrar na incursão teórico-metodológica sobre esse assunto, é oportuno ponderar sobre as modificações ocorridas no pensamento geográfico no século XIX, em virtude da necessidade de fundar um sistema de conhecimento científico que fosse capaz de superar todos os entraves decorrentes do saber tradicional.

Surge, então, um novo projeto científico fundamentado na positividade do conhecimento, sistematizada em quatro aparatos: racionalidade, dessacralização e banalização da natureza, pensamento científico e a fé no progresso. Tem-se nessa conjuntura uma valorização do meio natural, na qual a concepção de natureza passa a ser definidora da dinâmica social. No universo regido pelas leis naturais, Friedrich Ratzel (1990) vai incorporar os critérios conceituais e metodológicos do evolucionismo proposto por Darwin para desenvolver sua compreensão de território.

Assim, Friedrich Ratzel (1990) se transformou num dos precursores da abordagem do território na Alemanha do século XIX, tendo este superado muitos dos obstáculos teóricos e metodológicos relativos à análise geográfica dos fatos humanos e sociais. Sua compreensão deste conceito perpassa pela associação dos fenômenos humanos, sociais e políticos à incidência de fenômenos naturais. Para o autor, o positivismo seria, pois, o método capaz de oferecer as bases para o entendimento totalizador do conhecimento a partir de um projeto unitário (MENDOZA; JIMENEZ; CANTERO, 2002, p. 31-40).

No contexto da busca pela restauração do Estado alemão e pela expansão de suas fronteiras, Ratzel (1990) sistematiza o conhecimento geográfico, de modo que este possa fundamentar a ação do Estado na busca pela dominação de novos territórios transformando-os em suas colônias. Na tentativa restaurar o Estado alemão em sua força e grandeza, a defesa pela expansão do território transformou-se na justificativa para garantir a posse e a proteção de recursos como o solo, a água e os alimentos. Em sua obra *Abordagens e concepções de território*, Saquet (2007, p. 30-31) destaca que “Ratzel corresponde, grosso modo, sociedade e homem com território e solo. O território significa apropriação e dominação”.

A ideia de Estado-Nação é recorrente na obra de Ratzel, e está basicamente fundamentada nos pressupostos teóricos e filosóficos positivistas. Este incorpora em seu discurso a dimensão organicista-evolucionista, a partir do método das ciências naturais. Tem-se neste universo o surgimento da discussão teórico-metodológica, expressa pela dicotomia entre Geografia Física e Geografia Humana, sendo esta última questionada em sua validade e cientificidade. Desta forma, a questão do método sempre foi um problema para a Geografia Humana.

No pensamento geográfico clássico, outros conceitos assumiram o papel de destaque, como região, paisagem e lugar. O território ganharia novamente importância no pós-1950/60 quando a New Geography entra em declínio, o que tornou o momento

extremamente favorável à construção de novos conceitos e à reelaboração de outros já existentes. Cabe dizer que esse momento histórico é marcado por intensas transformações socioespaciais, ainda decorrentes da Segunda Guerra Mundial, frente à necessidade de reordenar o território de acordo com os novos atores hegemônicos.

É nesse panorama de transformações socioespaciais e de mudanças paradigmáticas que o pensamento geográfico se desenvolve em meados do século XX, a partir da crítica aos horizontes da geografia clássica. O movimento de renovação da geografia trouxe novas perspectivas para a abordagem do conceito de território, havendo uma diversidade de concepções.

De antemão, a abordagem do território não é homogênea, dando-se a partir de três vertentes basilares: econômica, política e cultural. Urge dizer que em determinadas situações estas concepções se mesclam e se complementam. Após a década de 1970, os debates sobre o território passaram a acontecer na geografia à luz de duas correntes: a fenomenologia e o materialismo histórico. Dentre os autores que podemos destacar, citamos Raffestin, (1993), Bonnemaïson (2002), Santos (1994), Haesbaert (1997, 2007, 2007a), Saquet (2007) e Fernandes (2008, 2009).

Raffestin (1993) é considerado um expoente no que se refere aos estudos sobre território, já que este embasa a maioria dos trabalhos que tem como centralidade essa temática. Partindo de uma abordagem relacional, o território seria uma construção política, enquanto que o espaço geográfico seria um substrato, palco pré-existente. Além disso, Haesbaert (2007, p. 84) afirma que

[...] a concepção de território em Raffestin torna-se bastante ampla, o território como a “prisão” que os homens constroem para si, ou melhor, o espaço socialmente apropriado, produzido, dotado de significados (HAESBAERT, 2007, p. 84).

Outrossim, sua análise está centrada no território a partir da coexistência de múltiplos poderes e, não apenas do poder estatal. Sobre esse assunto, Raffestin (1993, p. 152) revela que

Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que “produzem” o território. De fato, o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, novas implantações e de novas ligações (RAFFESTIN, 1993, p. 152).

A concepção desenvolvida por Raffestin perpassa pela crítica às abordagens que privilegiam o poder do Estado, pois este milita em favor da multidimensionalidade do poder, do território e da territorialidade (SAQUET, 2007, p. 75). Sua crítica perpassa também pela vertente naturalista, pois entende o território como resultados de relações sociais, de poder e dominação. Os estudos sobre territorialização-desterritorialização-reterritorialização são uma contribuição inegável, tendo se transformado em referência para outros autores como Haesbaert.

Verifica-se que em sua obra *Por uma Geografia do Poder*, o autor chama a atenção para o fato de que a produção do território combina malhas, nós e redes, como

aspectos delimitadores das práticas espaciais. Ao tratar da territorialidade, o autor destaca a necessidade de superar a visão naturalista tão presente desde os estudos de Ratzel. Raffestin (1993, p. 160) define a territorialidade como “um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema”.

Bonnemaison (2002), geógrafo culturalista faz uma abordagem do território associado à corrente humanística da Geografia, havendo uma valorização do simbólico e das representações. Seu estudo sobre sociedades tradicionais de uma ilha na Oceania revelou um aspecto interessante quanto à leitura do território, ou seja, uma linguagem simbólica a partir da qual o grupo difunde e reproduz a sua visão de mundo. O território traz em si uma conotação simbólico-cultural extremamente marcada por questões de método, haja vista a preocupação por parte do autor em diferenciar o processo de apropriação do território entre as sociedades animais e as sociedades humanas.

Na perspectiva das sociedades humanas, o território seria “um conjunto de lugares hierarquizados, conectados a uma rede de itinerários”. (BONNEMAISON, 2002, p. 99). Pode-se dizer que este autor é um dos precursores na discussão do território numa perspectiva simbólico-cultural, mesmo que esta abordagem seja reconhecidamente minoritária. Todavia, é o mesmo autor que salienta o papel da escola anglo-saxônica, especialmente dos americanos, para a expansão da geografia cultural, como uma ramificação da geografia.

Sua análise sobre as sociedades tradicionais deixa evidente a relação entre espaço e território, num jogo de complementaridade. Para Bonnemaison (2002, p. 127) “Espaço e território têm conotações ao mesmo tempo inversas e complementares”. Ainda sobre essa interdependência, o autor destaca que

O território tem necessidade de espaço para adquirir o peso e a extensão, sem os quais ele não pode existir; o espaço tem necessidade de território para se tornar humano. Existe aí uma espécie de relação dialética, pois cada um dos dois termos é ao mesmo tempo, complemento e portador de significados contrários (BONNEMAISON, 2002, p. 129).

Para as sociedades tradicionais o território teria duas funções básicas: uma de ordem política e outra de ordem cultural. Na primeira, seria enfatizado a questão da segurança enquanto que na segunda daria importância à identidade. Nessa perspectiva, seria possível falar em “morte do território” devido ao desaparecimento de uma determinada cultura.

Pode-se dizer que Bonnemaison avança em relação à abordagem feita por Raffestin (1993) ao incorporar em sua discussão outra dimensão de análise, representada pela construção de território a partir do simbólico. Embora as correntes teóricas sejam diferentes, tanto Bonnemaison quanto Raffestin fazem uma diferenciação entre território e espaço.

Milton Santos (1994) procurou construir/discutir a ideia de território (também a partir de um viés político) por meio de uma abordagem econômico-material. Sua

contribuição é fundamental para a evolução dos conceitos de espaço geográfico e território, cabendo ainda frisar as suas reflexões sobre a des-territorialização.

Em sua obra *Território: globalização e fragmentação*, Santos (1994) trabalha conceitos como território usado, horizontalidades e verticalidades. Daí o autor afirmar que o território “pode ser formado por lugares contíguos e de lugares em rede”. (SANTOS, 1994, p. 16). Neste texto, o autor começa a criticar a ideia de “conceitos puros”, por assim entender que ao fazê-los estaria desconsiderando a sua historicidade, bem como o seu caráter híbrido.

Haesbaert (1997, 2007, 2007a) analisa o território por diferentes enfoques. Para o autor, o território deve ser enfatizado, segundo três vertentes: uma culturalista, uma econômica e outra jurídico-política. Pode-se dizer que o autor avança na discussão do conceito em relação a Raffestin (1993) porque acaba por incorporar elementos como cultura e identidade em seus estudos. Dentre os destaques de suas obras, é interessante destacar a ideia de territórios-rede, territórios-zona e aglomerados de exclusão, sendo estes constituintes da multiterritorialidade.

Em *O mito da desterritorialização*, Haesbaert (2007) alerta para o fato de que ao contrário do que muitos defendem, não estaríamos vivendo um processo de desterritorialização, mas a construção de uma multiterritorialidade fruto de imbricadas relações de poder. Haesbaert (2007, p. 338) define multiterritorialidade como “[...] a forma dominante, contemporânea ou “pós-moderna”, da reterritorialização, a que muitos autores, equivocadamente, denominam desterritorialização”.

Haesbaert (1997) rompe com a ideia equivocada de “modernização sulista” ocorrida na região Nordeste a partir do final da década de 1970. Para o autor, há que se considerar o papel de outros atores inseridos nesse novo processo, permeado por múltiplas dinâmicas e dimensões. Esmiuçando essa concepção, Haesbaert (1997, p. 133) afirma que

Trata-se antes de tudo de um processo de expansão dos espaços capitalistas na fase da globalização agroindustrial, financeira e técnico-informacional, e não simplesmente uma “modernização sulista”, como alguns ainda apregoam, ignorando o papel de outros grupos capitalistas, de caráter nacional ou transnacional, provenientes do Sudeste do país (incluindo descendentes de japoneses) e da própria região Nordeste (HAESBAERT, 1997, p. 133).

O autor enfatiza que a rede gaúcha encontra-se articulada através de várias redes, superando os limites regionais. Mesmo estando numa outra realidade, os gaúchos procuraram criar símbolos que pudessem, de alguma forma, manter suas raízes sulistas como referência na vida cotidiana. Isso revela o caráter político da abordagem de Haesbaert (1997), pois há a preocupação em demonstrar as estratégias utilizadas pelos “gaúchos” para resguardar e fortalecer sua identidade cultural.

Cabe ressaltar que Haesbaert discute a identidade como categoria de identidade territorial. Para o referido autor o processo de produção do espaço é compreendido a partir da perspectiva de Henri Lefebvre, sendo o espaço produto do trabalho humano e repleto de símbolos e representações.

Outro autor que tem debruçado sobre o conceito de território é Marcos Aurélio Saquet. Discípulo do italiano Massimo Quaini, Saquet faz uma abordagem (i)material, histórica e multiescalar do território numa perspectiva próxima daquela feita por Raffestin, não significando, porém, que suas concepções sobre esse conceito sejam totalmente divergentes com Haesbaert. Ao contrário, Saquet (2004) retoma a discussão sobre o território sob a ótica desenvolvida por Haesbaert (jurídico-política, econômica e cultural), fazendo, ao que tudo indica, uma compilação das reflexões realizadas pelos demais autores.

Sua compreensão de espaço está centrada na obra de Lefebvre como resultado da produção social enquanto que “os territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder por um determinado grupo social, ou seja, pelas territorialidades cotidianas”. (SAQUET, 2007, p. 127). Prosseguindo com a discussão, Saquet (2007) acredita que os territórios possam ser temporários ou mais permanentes a depender das relações de poder que se materializam no espaço. Suas obras evidenciam uma compreensão sobre o referido conceito a partir da relação sociedade-natureza, defendendo a ideia de que os aspectos políticos, econômicos e culturais são decisivos nos processos de desterritorialização e reterritorialização.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final destas breves considerações sobre alguns dos principais autores que abordam a literatura pertinente ao tema proposto neste artigo, acredita-se ser necessário fazer um arremate entre suas principais ideias. Sabe-se que as reflexões suscitadas são tão-somente um indicativo das discussões desenvolvidas pelos pesquisadores, logo, a consulta aos originais torna-se indispensável para um maior entendimento sobre a temática.

Embora haja divergências referentes à orientação teórica, percebe-se que os autores têm procurado, dentro das possibilidades teórico-metodológicas, proporcionar o encontro entre as diferentes matrizes. Essa postura tem possibilitado um ambiente favorável à ampliação do debate acerca do conceito de território, que se traduz por meio de uma maior clareza por parte de seus estudiosos ao elaborar suas reflexões.

Enquanto categoria de análise para uma variedade de ciências, o território passa a reassumir papel de destaque a partir dos anos 1970, quando a crise do paradigma vigente abre a possibilidade de ampliar o leque de discussão na geografia, numa outra perspectiva que não fosse a do viés quantitativista.

Cada autor, em consonância com seus propósitos, procura avançar na discussão sobre a temática, ora criticando ora coadunando com as teorizações elaboradas por outrem, o que tem tornado esse movimento extremamente enriquecedor ao debate. Assim, geografizar o conceito de território é antes de mais nada a busca pela delimitação de um campo extremamente profícuo à análise do processo de produção do espaço.

REFERÊNCIAS

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 395 p.

_____. **Des-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha no nordeste. Niterói: EDUFF, 1997. 293 p.

_____. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hobrisdismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAÚJO, F. G. B. de. e HAESBAERT, R. **Identidades e territórios**: questões e olhares contemporâneos. Rio de Janeiro: Access, 2007a. p. 36-56.

MENDOZA, J. G.; JIMÉNEZ, J. M.; CANTERO, N. O. **El pensamiento geográfico**: estudio interpretativo y antología de textos (De Humboldt a las tendencias radicales). Madrid: Alianza Editorial. 546 p.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993. 269 p.

RATZEL, F. Geografia do homem (Antropogeografia). In: MORAES, A. C. **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990. p. 32-107.

SANTOS, M. (Org.). **Território, territórios**. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGEO-UFF/AGB, 2002. p. 9-38.

_____. (Org.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 200 p.

_____. Por uma abordagem territorial. In.: SAQUET, M. A. e SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009 368 p.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004. 218 p.

MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NO CERRADO GOIANO: as transformações no espaço agrário

Juniele MARTINS SILVA

Mestranda em Geografia, Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão. Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NEPSA/CNPq). E-mail: junielemartins@yahoo.com.br

Estevane de Paula Pontes MENDES

Professora Doutora do Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão. Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NEPSA/CNPq). E-mail: estevaneufg@gmail.com

Resumo: Com a expansão da modernização da agricultura em praticamente todo o território nacional, a partir da década de 1970, o Cerrado goiano também passa por transformações. Nesse sentido, propõe-se analisar a modernização da agricultura no Cerrado, enfatizando os principais programas e políticas e, ainda, as consequências para os agricultores familiares. Os principais programas de incentivos e investimentos no estado foram os Programas de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e os Programas de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER).

Palavras-chave: Modernização da agricultura; Cerrado Goiano.

1 INTRODUÇÃO

Com a expansão da modernização da agricultura em praticamente todo o território nacional, a partir da década de 1970, o Cerrado goiano também passa por transformações. Os principais fatores que contribuíram para a modernização da agricultura no Cerrado Goiano foram as áreas planas, o rodoviarismo, e a construção de Goiânia e Brasília (DF).

Nesse sentido, propõe-se analisar a modernização da agricultura no Cerrado, enfatizando os principais programas e políticas e, ainda, as consequências para os agricultores familiares, principalmente, a partir década de 1970. Para a realização deste foi feita uma revisão teórico-conceitual sobre a temática. O interesse pela temática surgiu no ano de 2007, no desenvolvimento do projeto de pesquisa (PIBIB/CNPq/UFG) “Agricultura familiar no Cerrado: a comunidade Cruzeiro dos Martírios, no município de Catalão (GO)”.

Com o processo de modernização da agricultura no Cerrado Goiano e consequentemente no município de Catalão (GO), os agricultores familiares passaram a enfrentar dificuldades de inserção no mercado. Pois, os investimentos e políticas passaram a ser destinadas aos detentores de capital, sendo que os agricultores familiares ficaram a margem das políticas. Assim, a modernização da agricultura pode ser considerada excludente e conservadora.

2 AGRICULTURA FAMILIAR E MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA NO CAMPO

A agricultura familiar possui grande importância para a economia brasileira, pois tem a capacidade de produzir gêneros alimentícios para o mercado interno, além de suprir as necessidades do grupo familiar. Entretanto, com a expansão do sistema capitalista na agricultura brasileira a partir, principalmente, de 1960 e, conseqüentemente, com o processo de modernização, a situação dos pequenos produtores se agravou, deve-se considerar que esse processo foi seletivo e excludente.

Mendes (2005) afirma que as unidades produtivas rurais, baseadas no trabalho familiar, enfrentam graves problemas por estarem subordinadas a uma estrutura concentrada da propriedade da terra e dos mercados no Brasil. Sendo que essa situação não apresentou modificações com as transformações dos processos produtivos a partir dos anos de 1960, como resultado da expansão do capitalismo no campo.

Com a implantação do sistema econômico capitalista estabelece-se novas formas de apropriação dos meios de produção e do trabalho. Assim, a expansão do capitalismo impõe condições de desigualdade, de diferenciação e apóia seu desenvolvimento, sua existência e reprodução nesse movimento. A tendência da agricultura capitalista era o estabelecimento de uma aliança entre a ciência e os negócios, sugerindo uma contabilidade científica e comercial, em que agricultura passaria a necessitar constantemente de capital.

A modernização da agricultura brasileira, propiciada pela implantação do sistema econômico capitalista, modificou as relações dos pequenos produtores baseadas essencialmente na família, terra e trabalho e acirrou as dificuldades de inserção no mercado. Com a expansão do setor mercantil de alimentos não seria viável investir em pequenas propriedades. Assim os incentivos em créditos e pesquisas foram direcionados, em grande parte, para a agricultura empresarial moderna.

Nessa perspectiva, as grandes explorações, capazes de absorver os recursos tecnológicos e demais insumos agrícolas e, fundamentadas no trabalho assalariado, seriam o modelo de propriedade adequada para atender ao crescimento da atividade industrial e da população urbana, conjugando uma oferta regular e em larga escala de matérias-primas e alimentos (MENDES, 2005, p. 36).

Sobre esse assunto Moreira (1999), em sua análise sobre os determinantes da acumulação do capital industrial sobre a agricultura familiar, pondera que dentro da agricultura está a modernização parcial, que estimula o uso de técnicas mais intensivas em capital nos produtos de exportação e na matéria-prima industrial. Assim, a modernização favoreceu as grandes propriedades, que são capazes de produzir matéria-prima e produtos para a exportação. Moreira (1999, p. 37) afirma, ainda, que “[...] o tipo de modernização tecnológica pelo qual passou e passa a agricultura brasileira se acelerou em meados dos anos 1960 e atingiu o seu apogeu na década de 1970.”

Como afirma Kautsky (1972), em estudo em 1880, sobre os camponeses franceses, a exploração agrícola moderna é impossível sem dinheiro, sem capital,

tornando-se uma exploração capitalista. A agricultura para se desenvolver tecnicamente e economicamente é necessário dinheiro. Esse processo caracteriza uma estreita aliança da ciência e dos negócios, o que caracteriza todo o sistema de produção moderna.

Tedesco (2001), em sua análise da Encosta Superior do Rio Grande do Sul, marcada pela presença de agroindústrias, acredita que a modernização da agricultura foi viabilizada pelo Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), criado no final da década 1960 e início de 1970 e visava modernizar a agricultura elevando a produção e a produtividade, no qual modificou a agricultura tradicional com a implantação intensiva de insumos modernos. A partir desse período, a agricultura passou a fornecer matérias-primas e tornou-se mercado consumidor de insumos e máquinas modernas. Coube ao Estado viabilizar a infra-estrutura e o sistema de créditos, favorecendo a capitalização e a lucratividade da grande propriedade.

Uma das transformações na agricultura brasileira foi a expansão do setor mercantil de alimentos, que promoveu modificações em sua estrutura interna, pois com as propriedades voltadas para o mercado houve a especialização da produção nas grandes propriedades. Sobre a abertura de mercado, Candido (1998) e Graziano da Silva (1999), ressaltam que foi um dos fatores que agravou a situação dos pequenos proprietários, com a entrada de bens de consumo até então desconhecidos nas áreas rurais.

A respeito dessa situação, Candido (1998), em seu estudo sobre os meios de vida de um agrupamento de caipiras no município de Bofete (SP) entre os de 1948 e 1954, em que procurou compreender os aspectos da cultura, a partir da realidade econômica dessa população, afirma que os produtores passaram a ter novas necessidades, criando ou intensificando os vínculos com as cidades o que contribui para a destruição de sua autonomia e ligando-o ao ritmo da economia geral, em contraste com sua economia particular, baseada na subsistência. Esse processo favoreceu para modificar as relações de trabalho desses produtores, uma vez que o aumento da dependência em relação aos centros urbanos ocasionou em um desligamento relativo em relação ao meio natural, o que conseqüentemente viabiliza a aceleração do ritmo de trabalho. O autor ainda afirma que:

Hoje, a dimensão econômica avultou até desequilibrar a situação antiga. A expansão do mercado capitalista não apenas força o caipira a multiplicar o esforço físico, mas tende a atrofiar as formas coletivas de organização do trabalho (mormente ajuda mútua), cortando as possibilidades de uma sociabilidade mais viva e de uma cultura harmônica (CANDIDO, 1998, p. 169).

Com o processo de modernização tecnológica em curso, as condições de sobrevivência dos pequenos produtores agravaram-se. Esses produtores passaram a enfrentar dificuldades de inserção no mercado, diante da instabilidade promovida, tanto pelos processos sociais quanto econômicos, como disponibilidade de terras para uso de máquinas, condições naturais adversas, policultura, poucos recursos para investimentos e tamanho da família, dificultando a modernização tecnológica dessas unidades.

A partir da década de 1970, a agricultura brasileira foi submetida a consideráveis modificações, envolvendo diversos aspectos, como relação de trabalho, padrão tecnológico, distribuição espacial da produção, relações intersetoriais - com a formação dos Complexos Agroindustriais (CAIs) - subsídios e demais intervenções estatais. O caráter socialmente excludente dessas transformações, viabilizado pelas políticas agrícolas e agrárias, alterou significativamente o nível tecnológico das explorações, porém, ampliou a concentração da propriedade da terra, provocando, conseqüentemente, a expressiva expulsão do trabalhador rural e/ou impedindo a continuidade da profissão paterna.

Para Graziano da Silva (1999), em análise sobre a questão agrária, a partir do período de 1970, o desenvolvimento do capital no campo intensifica o processo de expropriação em curso da pequena produção, implicando na redução de sua importância enquanto fornecedora de mão-de-obra para os estabelecimentos agropecuários capitalistas e, também, fornecedora de alimentos e matérias-primas baratas para a sociedade. Para o autor, as transformações capitalistas na agricultura têm por objetivo aumentar a produtividade do trabalho.

Nota-se que os agricultores baseados no trabalho familiar passaram a enfrentar dificuldades quanto ao aparato tecnológico disponível, considerando que as grandes máquinas e equipamentos revelam a valorização de maiores escalas produtivas. Acrescenta-se que o sistema de créditos, a pesquisa e a extensão rural são direcionados, em sua maioria à agricultura empresarial moderna.

Assim os produtores que encontram dificuldades em adotar os padrões de tecnologia exigidos pelo novo padrão de produção não tem condições de concorrer no mercado, pois seu produto passa a valer menos e sua produtividade é inferior as exigências vigentes, ocorrendo a transferência da produtividade para as agroindústrias.

Para Moreira (1999), o processo recente da modernização da agricultura e, conseqüentemente, o processo de constituição e diferenciação das classes sociais no campo, são movidos, principalmente, pelo avanço do capital. Para o autor, esse avanço tem-se manifestado pela modernização de certas produções em algumas áreas específicas e ao mesmo tempo mantêm certas características da estrutura de produção antiga, e outras ainda são adaptadas às novas condições. Nesse sentido, a modernização tem marcado as transformações da agricultura, com um caráter desigual e diferenciado e por esse motivo tem sido denominada de modernização conservadora, o que explica a exclusão social dos trabalhadores rurais.

Com a modernização tecnológica, propiciada pela implantação do sistema econômico capitalista, houve bruscas transformações no espaço agrário brasileiro com um aumento da concentração da propriedade das terras e dos mercados, aumentando as dificuldades de integração dos pequenos produtores no mercado. Essas transformações ocorreram também no espaço agrário do estado de Goiás. Esse processo no Estado de Goiás foi favorecido pelos incentivos e investimentos para que houvesse o desenvolvimento da agricultura moderna.

3 TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO AGRÁRIO DE GOIÁS E NO MUNICÍPIO DE CATALÃO

Com a expansão da modernização da agricultura em praticamente todo o território nacional, a partir da década de 1970, o Cerrado goiano também passa por transformações. Os principais fatores que contribuíram para a modernização da agricultura no estado de Goiás foram as áreas planas, o rodoviarismo, e a construção de Goiânia e Brasília (DF). Os principais programas de incentivos e investimentos no estado foram os Programas de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e os Programas de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER).

Até a década de 1970, predominou a idéia que o Cerrado não possuía capacidade de produção agrícola que atendesse aos interesses comerciais. Nesse sentido, as principais atividades da região eram a pecuária extensiva e o extrativismo, principalmente, de madeira para a produção de carvão. A partir desse período as políticas públicas de incentivo ao setor agropecuário que favoreceram os avanços tecnológicos, aos quais possibilitaram novas formas de exploração do Cerrado foram implementadas.

Mendonça (2004), em estudo sobre o Cerrado do Sudeste Goiano, a partir do capital e do trabalho, ressalta que os principais fatores econômicos e políticos que expressam a opção de ocupar o centro-norte do país, dando prioridade para as áreas do Cerrado, foram: a construção de Goiânia em 1950, o rodoviarismo e a construção de Brasília em 1960. As transformações espaciais decorrentes dessas investidas, construção das ações políticas, econômicas, sociais e culturais, com o intuito de implementar as atividades modernizantes na agropecuária, culminaram em novas paisagens nas áreas do Cerrado.

O Cerrado se apresenta como uma importante região pecuária, onde existem unidades relativamente modernas e eficientes, e outras fazendas de criação extensiva que empregam métodos rudimentares e apresentam baixa produtividade. Houve um crescimento no período de 1970 até 1985, em que as pastagens passaram de 8,7 milhões a 31 milhões de hectares. A densidade de bovinos da região nesse período mais do que dobrou, passando de 10,7 cabeças/km² em 1970 para 24,5 cabeças/km² em 1985, conforme dados da WWF (1995, p. 8).

A partir de 1970, o Cerrado passa a ser incorporado gradativamente ao processo de modernização, pois torna-se atrativo para a produção de soja, uma vez que nesse período amplia-se a demanda pelo produto nos mercados internacionais. Essa agricultura comercial moderna foi favorecida pela demanda de produtos agrícolas, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas políticas agrícolas gerais de desenvolvimento regional. O Cerrado passa a ter uma alta produtividade, exportando excedentes consideráveis para o país e para o exterior. Neste sentido, Mendonça (2004) expõe que a:

[...] modernização da agricultura foi um esforço conjunto do Estado e de grupos empresariais nacionais e internacionais para transformar “as

terras improdutivas” do Cerrado em celeiros agrícolas do país, mediante a utilização de fartos créditos, de subsídios para a importação de insumos e implementos agrícolas e da adoção de novas tecnologias (MENDONÇA, 2004, p. 233).

O crédito agrícola subsidiado exerceu grande influência para essa expansão agropecuária, constituindo um pilar da política agrícola no país, e favorecendo os agricultores mais modernos e politicamente mais influentes. Percebe-se, que o Estado fez investimentos em infra-estruturas, pesquisas agronômicas e programas de crédito especiais (MENDES, 2007).

O Estado de Goiás, desde o fim de 1950 e início dos anos de 1960, é submetido ao processo orientado pelas políticas de modernização agropecuária e pela política de integração do território nacional, o que configurou um novo modelo de modernização agrícola subsidiado pelo Estado e direcionado para a grande propriedade e para a agroindústria. Mas os objetivos começaram a ser alcançados no final da década de 1970 e início da década de 1980 quando setores foram sendo absorvidos por esse processo, tais como: as relações sociais de trabalho, o padrão tecnológico, a distribuição espacial da produção, as relações intersetoriais com a formação do complexo agroindustriais e a inserção estatal.

Esse processo contribuiu para agravar a questão social no campo, principalmente, as condições de sobrevivência da agricultura familiar. Para Mendes (2005), as mudanças na base técnica da agricultura goiana contribuíram para o aumento da produtividade do trabalho e a substituição gradual das relações de trabalho, como a parceria, o arrendamento pela utilização do trabalhador temporário, promovendo o agravamento dos problemas sociais no campo através do aumento da concentração das propriedades rurais e, concomitantemente, o processo migratório. O meio urbano, o mercado consumidor e de insumos agrícolas e as inovações tecnológicas orientam as condições da produção agropecuária, sugerindo uma mudança no perfil do produtor rural e uma crescente transferência setorial da renda agrícola para os setores urbanos.

Até a década de 1980, a economia goiana apresentava uma estrutura produtiva deficiente em termos de formação de capital e, principalmente, de infra-estrutura. A fronteira agrícola abriu-se definitivamente, para o Centro-Oeste, a partir de então, com a implantação das medidas de incentivo que se assentavam no crédito subsidiário e na isenção de imposto de renda sobre as atividades agrícolas. As políticas e os programas governamentais de ação direta sobre a região foram o POLOCENTRO e o PRODECER, que ofereciam preços mínimos, subsídio a combustíveis para áreas isoladas e o desenvolvimento de tecnologias apropriadas para as condições de solo e de clima de região.

O POLOCENTRO foi criado em 1975, sendo bem sucedido em induzir a expansão da agricultura comercial no Cerrado, tratava-se de linhas de crédito fundiário, de investimento e de custeio a taxas de juros fixadas em níveis muito reduzidos e sem correção monetária, beneficiando principalmente fazendeiros, proprietários de médios e grandes estabelecimentos. O PRODECER, criado na década de 1980, constituiu um programa administrado por organizações de direito privado, sendo dirigido por executivos brasileiros e japoneses, isto é, não é um programa governamental. Esse

programa possuía recursos financeiros limitados, número de beneficiários reduzidos e estimulava a abertura de terras para o cultivo agrícola (WWF, 1995).

Sobre o assunto, Estevam (2004), em análise sobre o processo de modernização no Estado de Goiás a partir de 1960, considerou tanto o grau tecnológico absorvido e as consequências econômicas e sociais decorrentes. Para o autor, o Estado de Goiás sofreu consideráveis transformações na sua estrutura sócio-produtiva, em decorrência do modelo de desenvolvimento e dos programas mencionados. O financiamento rural foi um poderoso instrumento de modernização da agricultura, ao possibilitar a incorporação de maquinaria e insumos ao processo produtivo. Para Estevam (2004):

[...] o crédito rural foi um dos instrumentos básicos da modernização agrícola e fortaleceu, de maneira acelerada, o processo de capitalização no campo. Para concessão de financiamento exigia-se certo padrão tecnológico, elevada densidade de capital, monetarização, além de farta aquisição de fertilizantes e outros insumos. A diversidade de linhas de créditos, bem como as taxas de juros subsidiadas, estimularam grande número de interessados a se instalar nos Cerrados (ESTEVAM, 2004, p. 738).

Esse sistema de crédito contribuiu para impulsionar a modernização da agricultura e, conseqüentemente, o aumento das desigualdades no campo, dificultando a vida dos pequenos produtores. Como era necessário possuir aparatos tecnológicos, densidade de capital e aquisição de fertilizantes e insumos, os pequenos produtores ficaram impossibilitados de adquirir algum financiamento que pudesse contribuir para melhoria nas condições de sobrevivência e permanência nas áreas rurais.

Essas transformações no espaço agrário goiano foram direcionadas para as grandes propriedades. No que se refere aos financiamentos percebe-se a preferência pelas médias e grandes propriedades, o que ocasionou uma modernização na região com desigualdades e exclusão quanto às condições de produção.

Esse mesmo processo faz-se presente no município de Catalão (GO), a partir da década de 1980, com o processo de modernização da agricultura, houve uma nova organização do espaço, alterando as formas de produção e as relações de trabalho. Para que a fosse possível a inserção da região no sistema capitalista. Sendo criadas várias condições pelas políticas agrícolas e programas governamentais de ação direta sobre a região, foram subsidiados créditos e isenção de impostos de renda sobre atividades agrícolas.

Os programas que mais destacaram na região foram o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – Agência Japonesa de Cooperação e Desenvolvimento Internacional (PRODECER-JICA). Com essas novas políticas de integração da região no circuito nacional de produção, houve um crescimento das áreas dos estabelecimentos agropecuários e uma crescente utilização de insumos, proporcionando a inserção da região em um patamar técnico.

O processo de modernização da agricultura no município, além de contribuir para a concentração fundiária, mudou a base técnica e as relações sociais de trabalho,

fomentando a inserção do município no circuito de acumulação capitalista. O incremento de novas técnicas de produção e de equipamentos no setor agropecuário resultou na elevação da produtividade do trabalho. Com a expansão da fronteira agrícola nesse período, o município de Catalão (GO) adquiriu novas formas organizacionais e produtivas, o que ocasionou bruscas transformações espaciais no município com a expansão da soja em áreas de chapada (relevo plano).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O grande desafio imposto à reprodução da pequena produção rural refere-se à possibilidade de assegurar rendimentos e melhoria na qualidade de vida a todos os membros das famílias dos produtores rurais. A dificuldade de sobreviver com os recursos que os agricultores familiares dispõem na propriedade, a baixa remuneração do trabalho, a fragmentação da propriedade pela espoliação hereditária, a inserção da agricultura nas relações sociais capitalistas, principalmente, a partir da década de 1980, acentuou consideravelmente a migração da população rural.

Observa-se que o processo de modernização tecnológico implantado no Estado de Goiás, e consequentemente no município de Catalão (GO), fez com que houvesse uma acentuada concentração fundiária, o que resultou em dificuldades de reprodução para os pequenos produtores diante da agricultura empresarial moderna, que recebeu a maioria dos incentivos e investimentos por parte do Estado. Esses pequenos proprietários viram-se obrigados a oferecerem parte de suas terras ao arrendamento como forma de complementar sua renda, muitos venderam suas propriedades e foram para a cidade em busca de emprego. Diante desse contexto, os agricultores familiares frente às modificações passaram a ter necessidade da garantia da construção de um território familiar, que seja seu lugar de vida e de trabalho e assegure para as gerações futuras a memória da família.

Financiamentos

Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão (UFG/CAC).

Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NEPSA/CNPq).

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

REFERÊNCIAS

AMIM, S.; VERGOPOULOS, K. **A questão agrária e o capitalismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 179 p. (Pensamento crítico, v. 15).

BLUM, R. Agricultura familiar: um estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 57-104.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 8. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1998. 284 p.

CAUME, D. J. **A agricultura familiar no estado de Goiás**. Goiânia: UFG, 1997. 71 p. (Quiron).

ESTEVAM, L. A. A Agricultura tradicional em Goiás. In: PEREIRA, A. A. (Org.). **Agricultura de Goiás: análise e dinâmica**. Goiânia: UCG, 2004. p. 737-746.

FERREIRA, I. M. **O afogar das Veredas**: uma análise comparativa espacial e temporal das veredas do Chapadão de Catalão (GO). 2003. 242 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro, 2003.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é questão agrária**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. 115 p. (Primeiros Passos, 18).

KAUTSKY, J. **A questão agrária**. Tradução de João Antunes. Porto: Portucalense, v. I. 1972. p. 221.

MARTINS SILVA, J.; MENDES, E. de P. P. **A agricultura familiar no Cerrado**: a comunidade Cruzeiro dos Martírios no município de Catalão (GO). 2008. 17 f. Relatório (PIBIC - Graduação em Geografia) – Campus Catalão, Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2008.

MENDES, E. de P. P. **A produção rural familiar em Goiás**: as comunidades rurais no município de Catalão. 2005. 294 f. Tese (Doutorado em Geografia – Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

MENDES, E. de P. P.; JUNIOR, J. C. **As transformações socioespaciais de Goiás**: a incorporação de Goiás ao processo produtivo nacional (século XVIII ao XX). Espaço em Revista. Catalão/GO. v. 7/8, n. 1, p. 33-51. maio. 2007.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 457 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

MOREIRA, R. J. **Agricultura familiar**: processos sociais e competitividade. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. 204 p.

SANTOS, R. J. (Re) Ocupação do Cerrado: novas gentes, outras identidades. In: ALMEIDA, M. G.; CHAVEIRO, E. F.; BRAGA, H. C. (Org.). **Geografia e cultura**: os lugares da vida e a vida dos lugares. Goiânia: Vieira, 2008. p. 98-136.

TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. 405 p.

_____. **Terra, trabalho e família**: racionalidade produtiva e ethos camponês. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. 331 p.

WWF (World Wildlife Foundation). **De grão em grão o Cerrado perde espaço**: impactos do processo de ocupação. Brasília: WWF/Fundação Pró-Cerrado, 1995. 66 p.

AGRICULTURA FAMILIAR, TRABALHO E ESTRATÉGIAS: a participação feminina na reprodução socioeconômica e cultural

Livia Aparecida Pires de MESQUITA

Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão. Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NEPSA). E-mail: livia.mesquita@hotmail.com

Estevane de Paula Pontes MENDES

Prof^a. Dra. do Departamento de Geografia, Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão. Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NEPSA). E-mail: estevaneufg@gmail.com

Resumo: Agricultura familiar é um conceito utilizado para caracterizar as unidades de produção rural, estruturadas no trabalho familiar, que se identificam pela relação entre terra, trabalho e família. As recentes transformações ocorridas no espaço agrário brasileiro, com o advento da modernização, afetaram as pequenas e médias propriedades rurais, provocando a descapitalização e a exclusão social do pequeno agricultor familiar, o que trouxe como consequência o êxodo rural. Diante desse contexto, tem sido constante a adoção de diferentes estratégias sociais e econômicas pelas unidades de produção rural familiares, o que tem viabilizado sua inserção na sociedade capitalista. Dentre essas estratégias está o trabalho feminino, que contribui de maneira significativa para a sobrevivência do grupo familiar. Frente a essa situação, a proposta desse trabalho assenta-se em compreender as características da agricultura familiar e as estratégias familiares adotadas por esse segmento de produtores rurais, com ênfase no trabalho feminino. Para a realização do trabalho foi efetuada uma revisão teórico-conceitual sobre a temática e, ainda levantamento, sistematização e análise de informações de fontes secundárias. Acredita-se, que as unidades familiares têm a capacidade de elaborar novas estratégias para se adaptarem às condições econômicas e sociais na qual estão inseridas. Diante disso, há necessidade de consolidar políticas, estratégias e/ou planos diferenciados que possam assegurar elementos que possibilitem a estruturação de políticas específicas para este núcleo, o que permite criar oportunidades para as gerações futuras.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Estratégias produtivas; Trabalho feminino.

1 INTRODUÇÃO

Agricultura familiar é um conceito utilizado para caracterizar as unidades de produção rural, estruturadas no trabalho familiar, que se identificam pela relação entre terra, trabalho e família. Esse modo de produção teve sua origem vinculada à história do regime colonial e sempre esteve relacionada com as transformações socioeconômicas vividas no campo. Desenvolveu-se subordinada a uma estrutura concentrada da propriedade da terra e dos mercados e não foi eliminada pelas transformações dos processos produtivos, ocorridos a partir dos anos de 1960, como resultado da expansão do capitalismo no campo.

No entanto, as transformações ocorridas no espaço agrário brasileiro, com o advento da modernização, afetaram essas pequenas e médias propriedades rurais, uma vez que a agricultura comercial modernizada, concebida a partir de políticas que forjaram o modelo agro-exportador brasileiro, promoveu um processo de concentração de capital e da propriedade no meio rural. Dessa forma, o pequeno produtor rural ocupou um lugar marginalizado do ponto de vista das políticas públicas, constituindo-se

num segmento social impossibilitado de desenvolver suas potencialidades, enquanto forma social de produção, o que promoveu sua descapitalização e exclusão social, e como consequência o êxodo rural, além de criar um processo de assalariamento para o homem do campo.

Diante desse contexto, tem sido constante a adoção de diferentes estratégias sociais e econômicas pelas unidades de produção rural familiares, o que tem viabilizado sua inserção na sociedade capitalista. Dentre essas estratégias está o trabalho feminino, que contribui de maneira significativa para a sobrevivência do grupo familiar. As mulheres agricultoras não são apenas as principais responsáveis pelas atividades de manutenção do núcleo familiar, mas desempenham um papel fundamental no trabalho relacionado a lavouras e a criação de animais. Sendo assim, elas possuem uma grande importância na dinâmica da unidade de produção, interferindo diretamente nas diferentes esferas de atuação produtiva e reprodutiva.

As várias competências e experiências exercidas pelos produtores e o emprego em atividades rurais e não rurais de membros da família são consideradas como estratégias de sobrevivência, que garantem a sua reprodução social e, ainda, contribui para uma melhor qualidade de vida para os que vivem no e do campo. Frente a essa situação, a proposta desse trabalho assenta-se em compreender as características da agricultura familiar e as estratégias familiares, enfatizando o trabalho feminino, as quais permitiram/permitem sua permanência no campo.

Diante dessas considerações, a importância desse estudo assenta-se na necessidade de melhor conhecer a realidade da agricultura familiar no contexto nacional/regional/local e a sua importância para a sociedade contemporânea, pois, é necessário que haja uma melhor compreensão da dinâmica interna das explorações familiares e do grau de sua integração ao sistema econômico e social vigente. O que de fato contribuirá para o desenvolvimento de ações mais eficazes e lúcidas, capazes de desenvolver propostas viáveis, tendo em vista o bem-estar dessa população.

2 MATERIAL E MÉTODO

Para que se possa desenvolver uma pesquisa de natureza geográfica, torna-se necessário domínio do conteúdo teórico e conceitual por meio de leituras específicas, assim, essa etapa representa o momento em que o pesquisador procura conhecer o que já foi produzido sobre o tema, através de leituras, fichamentos e análises. De acordo com Luna (2005), a revisão teórica tem por objetivo circunscrever o dado problema de pesquisa dentro de um quadro de referência teórico que pretende explicá-lo. Assim, para a aquisição de informações os quais nortearam essa análise foi elaborado um corpo teórico-conceitual sobre os principais paradigmas do desenvolvimento rural, com ênfase na agricultura familiar, modernização da agricultura, território e identidade.

Acredita-se que o conjunto de informações obtidas, através da revisão teórica, permite entender o desenvolvimento rural, a realidade da agricultura familiar brasileira, frente ao processo de modernização do campo, bem como, a importância social, econômica e cultural dessas unidades de produção para a sociedade.

3 AGRICULTURA FAMILIAR NA RURALIDADE BRASILEIRA

A agricultura familiar é um modelo de produção baseado no trabalho da família e se caracteriza como aquele em que a direção do processo produtivo está assegurada diretamente ao proprietário da terra, na qual a própria força de trabalho e a gestão da propriedade estão a cargo da mesma pessoa ou do mesmo núcleo familiar.

A discussão sobre a importância e o papel da agricultura familiar no desenvolvimento brasileiro ganhou força nos últimos anos, ocupando o seu espaço e propiciando um ambiente favorável para o debate da importância dessas unidades produtivas para a agricultura e para a sociedade. A agricultura familiar passou a ser vista como uma forma de geração de emprego e de ocupações produtivas no desenvolvimento da sociedade.

Schneider (2003), ao analisar o debate brasileiro sobre a agricultura familiar, afirma que a emergência da expressão agricultura familiar na literatura brasileira ocorre no início da década de 1990, quase simultaneamente, em duas esferas distintas. De um lado, no campo político, a adoção da expressão parece estar relacionada aos embates que os movimentos sociais tiveram nas discussões acerca do espaço e o papel dos pequenos produtores rurais, de outro, por intermédio de alguns trabalhos acadêmicos que passaram a buscar novos referenciais teóricos e analíticos, no referido período, e que contribuiu para introduzir a expressão agricultura familiar que segundo o autor,

[...] surge como uma noção de convergência e unificadora dos interesses dos pequenos proprietários rurais que se julgavam não apenas preteridos politicamente da integração, mas afetados economicamente, uma vez que a abertura comercial ameaçava determinados setores da agricultura brasileira em razão das diferenças de competitividade dos seus produtos [...] (SCHNEIDER, 2003, p. 30).

A partir deste momento surgem estudos que apontam a importância da agricultura familiar no contexto socioeconômico do país, por se tratar de uma atividade que, além de possibilitar a geração de emprego, permite a permanência das famílias agricultoras no campo, diminuindo o êxodo rural e a superpopulação nas áreas urbanas.

O aumento do interesse pelas discussões sobre a importância social e econômica dessa unidade produtiva se materializou em políticas públicas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), além do revigoramento da Reforma Agrária, destinadas a promover a melhoria da condição de vida deste segmento. Sendo que, a formulação das políticas favoráveis à agricultura familiar e à Reforma Agrária obedeceu, em boa medida, às reivindicações de trabalhadores rurais e à pressão dos movimentos sociais organizados. No entanto, não se pode afirmar que a agricultura familiar tem sido reconhecida como prioridade pelos governos, este segmento ainda enfrenta muitos problemas, como os altos preços dos insumos agrícolas, a demanda irregular do mercado e os baixos preços de mercado para seus produtos.

Diante desse contexto, os agricultores familiares da sociedade contemporânea conseguem sobreviver frente a esses desafios, lançando mão de uma multiplicidade de mecanismos, conhecimentos e da experiência que adquiriram ao longo de sua formação e existência. A reprodução social e cultural dos produtores familiares se constitui em um processo dinâmico que se dá em meio às transformações, adaptações, mudanças e permanências, as quais são viabilizadas pelas estratégias geradas por esses indivíduos.

De acordo como Brumer et al. (1993, p. 205), as “estratégias familiares são respostas dadas por cada família a fim de assegurar ao mesmo tempo a sua própria reprodução e a sua exploração [...]”. Já para Schneider (2003, p. 109), “[...] as estratégias são interpretadas com o resultado das escolhas, opções e decisões dos indivíduos em relação à família e da família em relação ao indivíduo[...]”. Sendo assim, as estratégias ocorrem nos limites de determinados condicionantes sociais, culturais, econômicos e até mesmo espaciais, e são mediadas por uma racionalidade informada pela realidade que é adquirida das relações materiais presentes ou daquelas herdadas do passado e transmitido culturalmente, dessa forma, são consideradas como resultado da ação humana frente às contingências e situações objetivas. Assim, as estratégias utilizadas pelos produtores são realizadas conforme a realidade que cada um está inserido, pois só assim ele pode garantir a sua permanência no campo.

O pequeno produtor sempre recorre à combinação de diversas fontes de renda e de trabalho, ele constitui seus espaços e combina espécies e variedades de vegetais, organizando a produção e a vida social, com base em modelos de saber e de conhecimento construído pela família e apreendidos no decorrer da formação cultural dos seus descendentes, os quais são considerados como essencial para assegurar a própria reprodução dessas unidades.

A interação entre o agricultor, a unidade familiar, a propriedade rural e o mercado de trabalho constituem uma forma de integração e uma necessidade estrutural entre os agricultores familiares. O agricultor não pode agir sozinho, seu trabalho depende de fatores internos e externos a que cada unidade de produção apresenta. Diante desse contexto, a unidade familiar tem a capacidade de elaborar novas estratégias para se adaptar às condições econômicas e sociais que está inserida, dessa forma, torna-se necessário analisar a família como unidade social e não apenas como unidade de produção.

A agricultura familiar, atualmente simboliza a geração de empregos no meio rural, sendo a principal forma de atividade econômica de muitas famílias, além disso, contribui com a segurança alimentar, com a questão ambiental, econômica e social. Diante desse pensar, nota-se que a agricultura familiar ocupa um papel importante na sociedade, além disso, estimula a produção diversificada, amplia a capacidade de consumo de alimentos e de outros bens pelas famílias rurais e absorve a mão-de-obra rural. Assim, podemos afirmar que essa unidade de produção exerce múltiplas funções estratégicas para a sociedade e isto deve ser reconhecido e traduzido em políticas públicas adequadas, as quais propiciarão a geração de empregos, a melhoria da renda e, conseqüentemente, a diminuição dos conflitos sociais e do êxodo rural.

4 A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar tem como uma das principais características o controle da família sobre os meios de produção, sendo que esta é a principal responsável pela efetivação do trabalho. A família é ao mesmo tempo, unidade de produção e consumo, assim, por ser o trabalho organizado a partir e para a família, torna-se fundamental compreender os espaços femininos na agricultura familiar.

Para suprir as necessidades da família, os agricultores criam estratégias a fim de que sejam mantidas as condições de reprodução ao longo das gerações. Por isso, o trabalho feminino no meio rural é considerado como uma estratégia de manutenção das condições de reprodução da família ao longo das gerações. E mesmo sendo pouco valorizado e quantificado, o trabalho das mulheres tem um importante papel em toda a trajetória da família.

A unidade de produção familiar é o resultado da soma do trabalho dos membros da família, assim, o trabalho produtivo realizado pela mulher possui diversas funções que favorecem tal unidade. Nessa perspectiva, Tedesco (1999) ao analisar as condições de organização doméstica e as atividades produtivas que permitem a participação feminina no conjunto da unidade familiar e as relações econômicas e culturais dos pequenos produtores familiares de quatro comunidades no rio Grande do Sul salienta que,

[...] a força de trabalho do produtor familiar [...] reproduz-se em nível familiar, não individual. Assim, a combinação do trabalho feminino com o masculino reduz custos familiares na contratação de mão-de-obra *de fora*, redefine as relações locais de trabalho, desorganiza e (re)organiza a divisão familiar do trabalho e os processo de *entreajuda* (puxerão e troca de dias) entre famílias vizinhas e/ou parentes, alterando a distribuição das tarefas e o significado do papel que compete a cada um dos membros desempenhar. [...] (TEDESCO, 1999, p. 191, grifos do autor).

No entanto, há uma desvalorização do trabalho da mulher, seu trabalho nas atividades relacionadas à produção é considerado como sendo menor, ela apenas “ajuda”, mesmo quando seu tempo de trabalho não é menor que o realizado pelo homem. Muitas vezes sua carga horária é igual ou superior à do homem, pois conciliam os afazeres domésticos com as atividades agrícolas. Muitas delas realizam o trabalho não agrícola, como o cuidado com os animais, com a horta, a fim de proporcionar renda e garantir uma mínima autonomia e individualização.

Assim, diferentemente dos homens, que se dedicam inteiramente ao trabalho agrícola, as mulheres combinam diferentes modalidades de trabalho, se desdobram entre os afazeres na lavoura e na casa, para conciliar as diferentes demandas do grupo familiar. Além disso, elas realizam outras atividades como, o processamento dos alimentos (queijos, manteiga e doces, por exemplo) e o cuidado com pequenos animais (galinhas, patos, porcos), com o pomar e a horta.

Diante dessas considerações nota-se que o trabalho da mulher é de extrema importância para a vida da família no meio rural, pois, além de garantirem a

sobrevivência, contribui na renda familiar. Corroborando com esse pensar Tedesco (1999), afirma que,

[...] seu trabalho é visto além de sua contribuição para o bem-estar da família; é expressivo do esforço que fazem para encontrar formas de gerar rendas adicionais no núcleo familiar; aumentando, sem dúvida, sua carga de trabalho, complexificando seu vínculo com o espaço doméstico [...] (TEDESCO, 1999, p. 213-214).

Diante da importância do trabalho feminino para a família rural, as pesquisas que estão se dedicando às questões da mulher, especialmente na agricultura familiar, bem como todos os processos por elas vividos, sinalizam que há uma crescente transformação no que diz respeito à sua participação ativa no campo, embora, ainda é visível a sua subordinação. Percebe-se que com o passar do tempo as mulheres rurais vêm tentando reverter esta realidade, participando junto ao homem das atividades relacionadas ao plantio, a colheita, a administração, contribuindo assim de forma importante para o orçamento familiar.

Diante desse contexto, desconsiderar o trabalho da mulher na agricultura familiar é ignorar a sua contribuição econômica na produção agrícola. Não identificá-la como produtora, resulta na invisibilidade do trabalho feminino, no não reconhecimento da trabalhadora rural, o que dificulta o seu acesso aos direitos previstos em lei, excluindo-as das políticas de desenvolvimento.

Sendo assim, nota-se a importância de dar visibilidade ao trabalho da mulher, não somente na agricultura familiar, mas em todos os campos de trabalho. Para que isso de fato ocorra, é necessário o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes que proporcione às mulheres os mesmos direitos que aos homens e adotar medidas que as incentive e as esclareçam na utilização dos seus direitos. Assim, elas poderão conquistar uma participação mais respeitada dentro da agricultura familiar, bem como autonomia para atuarem tanto na produção quanto na administração da sua família. Isso contribuirá para valorização da agricultura familiar e para transformar as relações sociais de gênero.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agricultura familiar é um conceito genérico que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares. A partir das definições analisadas, podemos afirmar que um agricultor familiar é todo aquele que tira da agricultura sua principal fonte de renda e busca se reproduzir social e economicamente através da força do trabalho familiar.

A agricultura familiar não contribui apenas na reprodução socioeconômica das famílias rurais e para a segurança alimentar, mas também em fatores ligados à identidade social e às formas de sociabilidade das famílias, o que assegura a manutenção de muitas comunidades rurais. Nota-se a importância de destacar a contribuição da agricultura familiar para a manutenção do tecido social e cultural e como elemento dinamizador dos espaços rurais. Sendo assim, destaca-se a presença e a

permanência dos agricultores familiares no campo como fundamental para a preservação das relações sociais e como condição de cidadania.

Diante dessas considerações, a valorização do trabalho da mulher no meio rural também é uma forma de garantir o desenvolvimento da agricultura familiar e para que isso ocorra há a necessidade de um conjunto de mudanças sociais e políticas que visem à equidade, à solidariedade e a inclusão social, assim como, as mudanças nas relações de gênero. Garantir a participação ativa das mulheres e seu acesso aos recursos e benefícios de diferentes projetos e da própria organização à qual pertencem é a principal tarefa a ser levada a cabo por elas próprias e pelas instituições públicas e privadas que procuram promover o desenvolvimento socioeconômico não só da agricultura familiar, mas de todo país.

Nesse sentido, é importante salientar que apesar das dificuldades encontradas, as unidades familiares estão conseguindo sobreviver. Porém, ainda, existe a necessidade de consolidar políticas, estratégias e/ou planos diferenciados com vistas a assegurar elementos que possibilitem a estruturação de políticas específicas para este núcleo, as quais tenham como objetivo central, a melhoria da condição econômica e social dos pequenos agricultores.

REFERÊNCIAS

BERGAMASCO, S. M. P. P.; BUENO, O. de C. Agricultura familiar e o poder local: um exercício de cidadania. In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. (Org.). **Para pensar outra agricultura**. 2 ed. Curitiba: UFPR, 1998. p. 119 – 149.

BLUM, R. Agricultura familiar: um estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 57-104.

BRUMER, A. et al. A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, H. (Coord.) **Agricultura familiar**. Tradução Ângela M. M. Tigiwa. Campinas: UNICAMP, 1993. p. 179-234. (Coleção Repertórios).

BURG, I. C.; LOVATO, Paulo Emilio. Agricultura familiar, agroecologia e relações de gênero. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.2, n.1, p. 1522-1528, fev. 2007.

CAUME, D. J. **A agricultura familiar no estado de Goiás**. Goiânia: UFG, 1997. 71 p. (Quiron).

DEGASPARI, S. D.; VANALLI, T. R.; MOREIRA, M. R. G. **Apostila de normalização documentária**: com base nas normas da ABNT. Presidente Prudente: Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação. 2006, 31 p. <http://www2.prudente.unesp.br/biblioteca>

FAO/INCRA, **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**: o resumo do relatório final do projeto UTF/BRA/036. 2. versão, 1996.

FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. (Org.). **Para pensar outra agricultura**. 2 ed. Curitiba: UFPR, 1998. 288 p.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é questão agrária**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. 115 p. (Primeiros Passos, 18).

GEHLEN, I. Agricultura familiar de subsistência e comercial: identidade cabocla e inclusão social. In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. (Org.). **Para pensar outra agricultura**. 2 ed. Curitiba: UFPR, 1998. 288 p.

LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução Frédéric Bazin. Campinas: Unicamp, 1998. v. 2, 348 p. (Coleção Repertórios)

LUNA, S. V. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: EDUC, 2005. 108 p. (Série Trilhas).

MEDEIROS, R. M.; RIBEIRO, E. M. O papel da mulher na agricultura familiar: dois estudos de caso. **Organizações rurais e agroindustriais**, Lavras – MG. v. 5, n. 1, jan/jun 2003. Disponível em: <<http://www.dae.ufla.br/revista/>>. Acesso em: 11 dez. 2009.

MELO, H. P. de; SABBATO, A. Di. Mulheres rurais: invisíveis e mal remuneradas. In: Ministério do desenvolvimento agrário. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília: Ministério do desenvolvimento agrário, 2006. p. 47-87.

MENDES, E. de P. P. **A produção rural familiar em Goiás: as comunidades rurais no município de Catalão**. 2005. 294 f. Tese (Doutorado em Geografia – Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

MENDES, E. de P. P.; PESSÔA, V. L. S. Técnicas de investigação e estudos agrários: entrevistas, registros de observação e aplicação de roteiro de entrevista. In: RAMIRE, C. de L.; PESSÔA, V. L. S. **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009, p. 509-537.

MOREIRA, R. J. **Agricultura familiar: processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999. 204 p.

OLIVEIRA, P. R. C. de et al. Agricultura familiar e as relações de gênero: um estudo da trajetória da mulher na agricultura familiar. In: Semana Acadêmica da FDV. 2007, Viçosa. **Anais eletrônicos...** Viçosa: FDV Disponível em: <http://correio.fdvmg.edu.br/downloads/SemanaAcademica2007/Anais_Artigos/Agricultura_Familiar.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2009.

SILVA, A. M.; PINHEIRO, M. S. F. **Guia para normalização de trabalhos técnico-científicos: projetos de pesquisa, trabalhos acadêmicos, dissertações e teses**. 5. ed. rev. e ampl. Uberlândia: UFU, 2006. 144 p.

_____. Agricultura familiar e pluriatividade. In: _____. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. cap. 2, p. 73-110.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora da UNESP, 2004. 218 p.

TEDESCO, J. C. **Terra, trabalho e família**: racionalidade produtiva e ethos camponês. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. 331p.

TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. 405 p.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Coordenadoria Geral de Bibliotecas. Grupo de Trabalho Normalização Documentária da UNESP. **Normalização documentária para a produção científica da UNESP**: normas para apresentação de referências segundo a NBR 6023:2002 da ABNT. São Paulo, 2003. 97 p. <http://www.biblioteca.unesp.br/>

VENÂNCIO, M. **Território de esperança**: tramas territoriais da agricultura familiar na comunidade rural São Domingos em Catalão (GO). 2008. 178 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campensinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 21-55.

FONTE FINANCIADORA

Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq/UFMG)

Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NEPSA)

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

LIBERDADE, IGUALDADE E PROPRIEDADE: uma amostra do pensamento liberal clássico em Frédéric Bastiat, Ludwig Von Mises e Friedrich August Von Hayek

Luciano Rogério do Espírito Santo ABRÃO

Mestrando em Geografia da Universidade Federal de Goiás - UFG/CAC; Bolsista da FAPEG; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás; Especialista em Educação: Docência Universitária pela Universidade Católica de Goiás - UCG; Bacharel em Direito pelo Centro de Ensino Superior de Catalão - CESUC-GO; Advogado inscrito na OAB-GO; Professor de Direito Constitucional do Curso de bacharelado em Direito do CESUC-GO.
luciano.abrao@cesuc.br

Marcelo Rodrigues MENDONÇA

¹ Professor dos Cursos de Graduação e Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás - UFG/CAC; Membro do Grupo de Pesquisa Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais GETeM. mendoncaufg@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem por objetivo a realização de uma breve análise do pensamento liberal/capitalista, e, em especial sobre os conceitos de liberdade, igualdade e propriedade com enfoque nos trabalhos de Frédéric Bastiat, Ludwig Von Mises e Friedrich August Von Hayek, com o intuito de estudar, em linhas gerais, algumas das principais idéias do pensamento liberal, no sentido de apontá-las como uma ideologia utilizada pelo sistema capitalista para justificar a dominação socioeconômica realizada pela classe dos proprietários dos meios de produção.

Palavras-chave: Liberalismo; Capitalismo; Propriedade; Desigualdades sociais.

LIBERTA, UGUALITÀ E PROPRIETÀ: un campione del pensiero liberale classico in Frédéric Bastiat, Ludwig Von Mises e Friedrich August Von Hayek

Riassunto: Questo lavoro si propone di fare una breve analisi delle pensiero liberale/capitalista, e, in particolare sui concetti di libertà, di uguaglianza e di proprietà con una particolare attenzione ai lavori di Frédéric Bastiat, Ludwig Von Mises e Friedrich August Von Hayek, con l'obiettivo di studiare, in generale, alcune delle idee principali del pensiero liberale, che punta ad essi come una ideologia usato dal sistema capitalista a giustificare la dominazione socioeconômica svolta dalla classe dei proprietari di mezzi di produzione.

Parole chiave: Liberalismo; Capitalismo; Proprietà; Disuguaglianze sociali.

1 NOÇÕES INTRODUTÓRIAS

Há tempos as doutrinas Liberais difundem idéias, atualmente conservadoras, por meio de uma catequese quase religiosa. No início como instrumento de combate ao feudalismo e ao absolutismo medieval foram revolucionárias, entretanto não é de hoje que os seus objetivos são os de apresentar uma única forma possível de civilização: o capitalismo fundado no consumismo, no individualismo e na propriedade privada, ou seja, a velha ordem social. “Quanto à Nova Ordem Mundial, ela é muito como a velha, com uma nova aparência”⁵, sentencia Noam Chomsky ao mesmo tempo em que

⁵ CHOMSKY, Noam. **Novas e velhas ordens mundiais**. Tradução de Paulo Roberto Coutinho. São Paulo: Scritta, 1996, p. 335. (Coleção clássica).

reconhece, na atualidade, acontecimentos importantes como as conseqüências da crescente internacionalização da economia, entre elas a globalização da intensificação das diferenças de classe e o antigo domínio soviético sendo alcançado pela economia de mercado. “Mas não há mudanças fundamentais, e nenhum ‘novo paradigma’ é necessário para o que está acontecendo faça sentido. As regras básicas da ordem mundial permanecem como sempre foram.”

[...] o governo da lei para os fracos, o governo da força para os fortes; os princípios de “racionalidade econômica” para os fracos, o poder e a intervenção do estado para os fortes. Como no passado, privilégio e poder não se submetem voluntariamente ao controle popular ou à disciplina de mercado e, portanto, procuram solapar a democracia séria e aplicar os princípios de mercado as suas necessidades especiais.⁶ [grifo nosso]

Na era da comunicação digital, a mundialização da economia surge como uma “nova velha” ideologia, que busca a uniformização da produção e do consumo. O que pode parecer uma simples e natural expansão do capitalismo, transformando o planeta em um grande mercado, em verdade é mais – esse objetivo já fazia parte da pretensão dos grandes conquistadores à época do mercantilismo. A meta do globalismo é mais complexa – ou, no mínimo, melhor engendrada –, consistindo em padronizar, por intermédio de uma ideologia de domínio que se apresenta como democrática (portando mais predatória que a mercantilista, que usava a coerção e o medo) de forma constante e sutil, os costumes, a cultura, a religião, e, sobretudo o pensamento político-ideológico. A História se repete. E a visão ampla de Octavio Ianni, exemplifica:

Mais uma vez, as ciências sociais se dão conta que as formas de pensamento podem ser mais ou menos contemporâneas de determinadas configurações históricas de vida e trabalho. Há épocas em que os movimentos da história e os das idéias parecem alheios, ou mesmo totalmente independentes, podendo mesmo ser contraditórios. Ao passo que há épocas em que formas de pensamento e as configurações históricas parecem confluir, buscar-se ou rebuscar-se. Nesta época, pode haver algo de globalismo na história e no pensamento, constituindo-se reciprocamente.⁷

Para entender o liberalismo hoje (neoliberalismo) se faz necessário revisitar os clássicos, pois “O termo neoliberalismo sugere um sistema de princípios que, ao mesmo tempo em que é novo, baseia-se em idéias liberais clássicas [...] Esse sistema doutrinário é também conhecido como consenso Washington, expressão que sugere algo a respeito da ordem global.”⁸

⁶ Ibid., p. 335.

⁷ IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

⁸ CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas?** neoliberalismo e ordem global. Tradução de Pedro Jorgensen Jr. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

Nesse sentido o presente ensaio busca a realização de uma análise da “leitura” liberal da sociedade com enfoque nos trabalhos de Frédéric Bastiat, Ludwig Von Mises e Friedrich August Von Hayek, como contraponto à visão socialista que está sendo desenvolvida em uma dissertação de Mestrado em Geografia. A seleção dos autores não foi aleatória. Como a literatura liberal é bastante vasta a escolha recaiu em dois ícones da Escola Austríaca de Economia, Hayek e seu professor Von Mises, autores muito apreciados nos círculos liberais e inspiração dos atuais teóricos dessa linha de pensamento. Já Bastiat, além de ser também inspirador dessa corrente, é autor do livro “A Lei”, considerado uma das melhores introduções ao pensamento liberal.

2 FRÉDÉRIC BASTIAT: “A Lei” e os três dons de Deus

Para os liberais, de todas as épocas, a palavra liberdade se apresenta ora envolta em uma magia profana, ora como algo sagrado. Contudo sempre inexoravelmente ligada à outra palavra, não menos importante para eles: a propriedade. No livro a “Lei”, considerado uma das melhores introduções ao pensamento liberal, as palavras de Frédéric Bastiat exemplificam: “Vida, faculdades, produção — e, em outros termos, individualidade, liberdade, propriedade — eis o homem. E, apesar da sagacidade dos líderes políticos, estes três dons de Deus precedem toda e qualquer legislação humana, e são superiores a ela.”⁹ Neste capítulo: “A vida é um dom de Deus”, o autor afirma que o Criador teria dotado os seres humanos de faculdades maravilhosas para que pudéssemos preservar, desenvolver e aperfeiçoar a vida, e, nesse sentido proveu-nos de recursos naturais para que pudéssemos transformar em produtos e usá-los, pois para ele “Este processo é necessário para que a vida siga o curso que lhe está destinado.”¹⁰

Bastiat considerava que não apenas a vida, mas a liberdade e a propriedade são anteriores as leis, sendo essas criadas para a sua preservação. “A vida, a liberdade e a propriedade não existem pelo simples fato de os homens terem feito leis. Ao contrário, foi pelo fato de a vida, a liberdade e a propriedade existirem antes que os homens foram levados a fazer as leis.”¹¹ Vida, liberdade e propriedade seriam então, indissociáveis, inalienáveis, anteriores às legislações, dom supremo de Deus. Nessa direção indaga, e, ao mesmo tempo, responde: “O que é então a lei? É a organização coletiva do direito individual de legítima defesa. Cada um de nós tem o direito natural, recebido de Deus, de defender sua própria pessoa, sua liberdade, sua propriedade.”¹² O autor acreditava, muitos ainda acreditam, que a pessoa, sua liberdade e sua propriedade “[...] são os três elementos básicos da vida, que se complementam e não podem ser compreendidos um sem o outro”, e, nesse caminho, arremata: “E o que são nossas faculdades senão um

⁹ BASTIAT, Frédéric. **A lei**. 2. ed. Tradução de Ronaldo da Silva Legey. Rio de Janeiro: instituto Liberal, 1991. p. 04. (Série pensamento liberal, nº 5).

¹⁰ Ibid., p. 04.

¹¹ Ibid., p. 04.

¹² Ibid., p. 04.

prolongamento de nossa individualidade? E o que é a propriedade *senão* uma extensão de nossas faculdades?”¹³

Para Bastiat não existiria vida sem liberdade e propriedade. O problema reside no conceito de liberdade, pois, apesar de nem todos os liberais a conceberem como direito natural, um dom de Deus, eles a concebem como “liberdade” de comércio e de livre iniciativa sem “intromissão” do Estado. Já a propriedade que os teóricos liberais idolatram é a privada, para eles, a única possível e libertadora do espírito humano.

3 LUDWIG VON MISES: a propriedade privada como consumação da autodeterminação dos consumidores

Considerado fundador da Escola Austríaca de Economia e um dos mais reverenciados teóricos liberais, Ludwig Von Mises compartilha das idéias centrais de Bastiat sobre a importância da liberdade e da propriedade privada no sistema capitalista. Contudo parte de uma visão fundada no Direito Positivo, pois para ele “A propriedade privada é uma instituição humana. Não tem nada de sagrado. Sua existência remonta aos primórdios da história, quando as pessoas, com os seus próprios meios, se apropriam do que até então não era propriedade de ninguém.”¹⁴

Apesar de conceber a propriedade privada como uma instituição criada pelos seres humanos em uma visão apartada do Direito Natural, Von Mises se equivoca ao afirmar que as propriedades não tinham dono. Nesse sentido podemos apresentar duas contradições: num primeiro momento a propriedade original por excelência, a terra, era propriedade comunal, pertencia a todos os seres humanos que dela tiravam seu próprio sustento, não existindo cercas ou títulos de domínio; em um momento intermediário os mais poderosos cercaram a terra espoliando a propriedade que era de todos, e, nesse sentido podemos citar como exemplo, dentre muitos, a terra dos povos Americanos originários, como os que viviam no Brasil antes da colonização, conquistados pelos europeus durante a sua saga expansionista; atualmente podemos nos contrapor a idéia de terra sem dono apresentando os grileiros modernos que, no Brasil, espoliaram (e espoliam) terras públicas e de pequenos proprietários expulsos de suas terras com o uso de violência ou até mesmo mortos. O próprio Von Mises tem consciência deste fato quando diz que “Seguidas vezes os proprietários tiveram suas propriedades expropriadas. A história da propriedade privada pode ser rastreada até um ponto em que as ações que a originaram certamente não foram legais.”¹⁵ O autor tinha consciência que, direta ou indiretamente, o direito de propriedade e o espólio, de coisa comunal (propriedade publica) ou de coisa privada (proprietário individual) guardam correlações, pois para Von Mises, “Virtualmente, todo dono é o sucessor legal, direto ou indireto, de

¹³ BASTIAT, Frédéric. **A lei**. 2. ed. Tradução de Ronaldo da Silva Legey. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1991. p. 04 – 05. (Série pensamento liberal, nº 5).

¹⁴ VON MISES, Ludwig. **Ação humana: um tratado de economia**. 3. ed. Tradução de Donald Stewart Jr. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990. p. 951.

¹⁵ VON MISES, Ludwig. **Ação humana: um tratado de economia**. 3. ed. Tradução de Donald Stewart Jr. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990. p. 951.

peças que se tornaram proprietárias pela apropriação arbitrária de coisas sem dono ou pela espoliação violenta de seus predecessores.”¹⁶

Contudo tal fato parece não incomodar, nem aos liberais e capitalistas em geral, nem a Von Mises, que afirma: “Entretanto, o fato de que seja formalmente possível rastrear todo título de propriedade até uma apropriação arbitrária ou uma expropriação violenta não tem qualquer significação para o funcionamento da sociedade de mercado”¹⁷, pois para ele em uma economia de mercado, a propriedade “ não está mais ligada às origens remotas da propriedade privada. Esses eventos, de um passado distante, perdidos na escuridão da história dos primórdios do gênero humano, deixaram de ter qualquer importância nos dias de hoje.”¹⁸

Von Mises justifica esse esquecimento das origens violentas da propriedade com a alegação, no mínimo interessante, de que na economia do livre mercado quem materialmente decide quais serão os proprietários são OS CONSUMIDORES. Isso significa, usando uma linguagem metafórica, que, por exemplo, um grande industrial do ramo alimentício, oriundo de uma família de industriais, grandes proprietários de terra e políticos influentes, que lucra milhões (ou bilhões) de dólares, pagando pouco mais que o salário mínimo aos seus funcionários, e, contando com subsídios diretos e indiretos do Poder Público como isenção de impostos, doação de terrenos, empréstimos a juros baixos etc., é um grande proprietário porque a dona de casa do bairro pobre compra o seu “excelente” extrato de tomates? Pois é exatamente esse caminho seguido por Von Mises, quando afirma:

Isso porque, numa economia de mercado livre, os consumidores reiteram todos os dias a decisão sobre quem deve possuir e em que quantidade. Os consumidores alocam os meios de produção àqueles que sabem como usá-los melhor para satisfazer as necessidades mais urgentes dos próprios consumidores. Só num sentido legal e formalista podem os proprietários ser considerados sucessores daqueles que se apropriaram ou que expropriaram. Na realidade, são mandatários dos consumidores, premidos pelo funcionamento do mercado a servi-los da melhor maneira possível.¹⁹

Por mais paradoxal que seja, para o autor de “A Ação Humana”, livro clássico do liberalismo, “No regime capitalista, a propriedade privada é a consumação da autodeterminação dos consumidores.”²⁰ Mesmo que tal tese fosse plausível, como explicar então a propriedade oriunda das ações do capitalismo especulativo. As propriedades (bens móveis, imóveis e semoventes) daqueles que compram e vendem papéis no mercado de ações sem produzir um único palito de dentes, são também a consumação da autodeterminação dos consumidores? Existem consumidores materializados no ambiente econômico virtual das bolsas de valores? E os que utilizam a propriedade para especular, como é caso dos terrenos utilizados na especulação

¹⁶ Ibid., p. 951 – 952.

¹⁷ Ibid., p. 952.

¹⁸ Ibid., p. 952.

¹⁹ VON MISES, Ludwig. **Ação humana**: um tratado de economia. 3. ed. Tradução de Donald Stewart Jr. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990. p. 952.

²⁰ Ibid., p. 952.

imobiliária? Nesse sentido, não é possível concordar com Von Mises quando ele assegurara que “A propriedade só é um ativo para aqueles que sabem como empregá-la, da melhor maneira possível, em benefício dos consumidores. É uma função social.”²¹

Quanto à desigualdade de renda observada entre os consumidores, o autor também discorre de maneira ímpar, ao comparar o mercado a um sistema eleitoral em que a importância do eleitor/consumidor é medida pela sua quantidade de “votos”. Por exemplo, o rico só seria rico por ter mais “votos” que o pobre, e, a superioridade de votos conseguidos pelos mais abastados seria resultado de um sucesso anterior nas atividades mercadológicas. “É verdade que, no mercado, os vários consumidores não têm o mesmo direito de voto. Os ricos dispõem de mais votos que os cidadãos mais pobres,”²² afirma Von Mises com a seguinte ressalva: “Mas essa desigualdade é, em si mesma, o resultado de um processo eleitoral anterior”, pois, na verdadeira economia de mercado, ser rico “é o resultado do sucesso em conseguir atender melhor os desejos do consumidor.”²³

Para ele “Um homem rico só pode preservar sua fortuna se continuar a servir o consumidor da maneira mais eficiente.”²⁴ Nesse sentido, conclui que, “Desta forma, os proprietários dos fatores materiais de produção e os empresários são virtualmente mandatários ou homens de confiança dos consumidores, revocavelmente designados por uma eleição que se repete todos os dias.”²⁵ Ao conceber o funcionamento da economia de mercado como sistêmico e análogo a um processo eleitoral, o autor prega a “supremacia do consumidor” face a classe proprietária, que, estaria completamente sujeita a vontade “soberana” do consumidor. Soberania essa que somente poderia ser violada pelos preços impostos aos consumidores por atividades monopolistas. “No funcionamento de uma economia de mercado só há uma situação na qual a classe proprietária não está completamente sujeita à supremacia do consumidor: preços monopolísticos [que] são uma violação da soberania do consumidor.”²⁶ Nesse sentido Von Mises se contrapõe à crítica dos que afirmam que os empresários bem sucedidos são reis e suas empresas impérios, e, para exemplificar diz que não existe um tal “Rei do Chocolate” e seu “Império Empresarial”. Para ele,

A posição que os empresários e os capitalistas ocupam na economia de mercado é de outra natureza. Um “rei do chocolate” não tem poder sobre os consumidores, seus clientes. Limita-se a fornecer-lhes chocolate da melhor qualidade e pelo menor preço. Não comanda os consumidores, serve-os. Os consumidores não têm nenhuma obrigação de comprar nas suas lojas. Ele perde o seu “reinado”, se os consumidores preferirem gastar os seus centavos em algum outro lugar.²⁷

²¹ Ibid., p. 952.

²² VON MISES, Ludwig. **Ação humana**: um tratado de economia. 3. ed. Tradução de Donald Stewart Jr. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990. p. 378.

²³ Ibid., p. 378.

²⁴ Ibid., p. 378.

²⁵ Ibid., p. 378.

²⁶ Ibid., p. 378.

²⁷ Ibid., p. 379.

Von Mises afirma que o capitalista “Também não “comanda” seus empregados. Contrata os seus serviços, pagando-lhes exatamente aquele valor que os consumidores estão dispostos a lhe restituir ao comprar seu produto.”²⁸ Isso significa que, para o autor, a Nestlé, por exemplo, não é um “Império Empresarial”, seus proprietários não têm força política e o salário pago a seus funcionários é proporcional ao lucro obtido com a venda de seus produtos?

O regime capitalista naturalmente é produtor de desigualdades sociais e promotor de pobreza material. Os liberais não admitem a segunda afirmativa alegando que mercado somente produz riquezas, no entanto alguns são “sinceros” ao reconhecer que as desigualdades sociais fazem parte do modo de produção fundamentado no capital. “A desigualdade de riqueza e de renda é uma característica essencial da economia de mercado,”²⁹ reconhece Von Mises alegando que,

O fato de a liberdade ser incompatível com a igualdade de riqueza e de renda tem sido salientado por muitos autores. Não é necessário proceder a um exame dos argumentos emocionais utilizados em seus escritos. Tampouco é necessário perguntar se a renúncia à liberdade poderia, por si mesma, garantir o estabelecimento da igualdade de riqueza e de renda, e se uma sociedade poderia subsistir com base em tal igualdade. Nossa tarefa consiste meramente em descrever o papel da desigualdade no quadro da sociedade de mercado.³⁰

Para ele “Nenhum sistema de divisão social do trabalho pode prescindir de um método que torne os indivíduos responsáveis por sua contribuição ao esforço conjunto de produção.”³¹ Nessa direção concebe a desigualdade de renda e riquezas como forma “democrática” de responsabilização do indivíduo e incentivo para que este contribua com produção das riquezas, pois de acordo com ele, “se essa responsabilidade não for estabelecida pela estrutura de preços do mercado, com a conseqüente desigualdade de renda e de riqueza, deverá ser imposta pelos métodos de compulsão habitualmente empregados pela polícia,”³² e, que essa desigualdade na sociedade capitalista representa um papel diferente que em outros tipos de sociedade, pois “A desigualdade de renda e de riqueza é uma característica inerente à economia de mercado. Sua eliminação a destruiria completamente.”³³ Nesse sentido alegava que,

Os defensores da igualdade perante a lei tinham plena consciência da inata desigualdade entre os homens e de que é precisamente essa desigualdade que dá origem à cooperação social e à civilização. Para eles, o princípio da igualdade perante a lei não foi concebido com o propósito de corrigir os fatos inexoráveis do universo ou para fazer desaparecer a desigualdade natural. Era, muito pelo contrário, uma

²⁸ VON MISES, Ludwig. **Ação humana**: um tratado de economia. 3. ed. Tradução de Donald Stewart Jr. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990. p. 379.

²⁹ Ibid., p. 399.

³⁰ Ibid., p. 400.

³¹ Ibid., p. 401.

³² Ibid., p. 401.

³³ VON MISES, Ludwig. **Ação humana**: um tratado de economia. 3. ed. Tradução de Donald Stewart Jr. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990. p. 1146

maneira de assegurar para a humanidade inteira o máximo de benefícios que os homens podem extrair dessa desigualdade. Portanto, nenhuma instituição criada pelo homem deveria impedir alguém de atingir aquela posição na qual pudesse melhor servir seus concidadãos. Para os liberais, o problema da desigualdade era visto pelo ângulo social e utilitário, e não segundo um alegado direito inalienável dos indivíduos.³⁴

Von Mises acreditava que no livre mercado, embora haja desigualdade de rendas, não há escassez de emprego para quem quiser trabalhar. “Numa economia de mercado não obstruído, existem pessoas com rendas mais altas e mais baixas. Não existem pessoas que, embora estejam dispostas a trabalhar, não consigam emprego por falta de espaço para elas no sistema social de produção.”³⁵ Afirma que a pobreza só existe porque ainda existem entraves ao capital, e, na medida em que governos e cidadãos abraçarem a causa capitalista (e isso significa amar o consumismo e aceitar a exploração parasitária do capital) não haverá mais miseráveis na sociedade. As palavras do Mestre liberal elucidam seu pensamento:

Na medida em que haja capitalismo sem obstruções, já não se pode falar de pobreza no sentido com que esse termo é empregado numa sociedade não capitalista. Aí, então, o aumento populacional já não representa um excedente de bocas a alimentar, mas braços adicionais cujo emprego produzirá mais riqueza. Quem puder e quiser trabalhar não será um miserável.³⁶

No livro “As Seis Lições” fruto de conferências ministradas na Argentina no final da década de cinquenta (1950), Von Mises assegura que a diminuição das desigualdades sociais somente será possível com a industrialização promovida nos moldes capitalistas,

O requisito fundamental para que haja, no mundo, uma maior igualdade econômica é a industrialização. E esta só se torna possível quando há maior acumulação e investimento de capital. [...] A única maneira de fomentar a industrialização é dispor de mais capital.³⁷

4 FRIEDRICH AUGUST VON HAYEK: a desigualdade “não intencional” da economia de mercado

A propriedade privada é vista neste trabalho como instrumento utilizado pelo sistema capitalista para promover desigualdades sociais, como um privilégio de poucos em detrimento da maioria. Friedrich August Von Hayek, aluno de Von Mises, membro da Escola Austríaca e ganhador do Premio Nobel de economia em 1974, discorda frontalmente de tal posicionamento, para ele, o termo privilégio é freqüentemente utilizado com abuso quando da crítica às condições sociais dos menos favorecidos

³⁴ Ibid., p. 1148.

³⁵ Ibid., p. 1140.

³⁶ Ibid., p. 1141.

³⁷ VON MISES, Ludwig. **As seis lições**. 6. ed. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1998. p. 78.

dentro das discussões sobre justiça social, e, cita como “[...] exemplo mais significativo de tal abuso: a aplicação do termo "privilégio" à propriedade como tal,”³⁸ asseverando que,

Ela seria efetivamente um privilégio se, por exemplo, como sucedeu por vezes no curso da história, a propriedade da terra fosse reservada aos membros da nobreza. É privilégio também se, como sucede nos nossos tempos, o direito de produzir ou vender determinados bens é reservado pela autoridade a certos indivíduos. Mas chamar de privilégio a propriedade privada como tal, que todos podem adquirir segundo as mesmas normas, só porque alguns conseguem adquirí-la e outros não – é destituir a palavra privilégio do seu significado.”³⁹

Hayek, a exemplo dos demais teóricos liberais, não concebe a lei como mecanismo estatal de promoção social, ele não aceita qualquer tipo de ação estatal para viabilizar a inclusão econômica dos despossuídos, ou seja, os liberais pregam a igualdade formal: “todos são iguais perante a lei”, contudo esquecem que no mundo da vida “uns são mais iguais que outros”. Como, por exemplo, uma pessoa negra, mulher, pobre, “vítima” de um ensino público, em regra, precário, pode concorrer em condições de igualdade com os filhos das classes mais abastadas no mercado de trabalho? Para Hayek a propriedade privada não é privilégio, mas as ações estatais que visam à inclusão social são. Ele chega a afirmar que “O Estado de Direito, no sentido de regime de Direito formal – de não-concessão pela autoridade de privilégios legais a determinados indivíduos - salvaguarda a igualdade perante a lei, que é a antítese do governo arbitrário.”⁴⁰ E nesse sentido afirma que,

Uma consequência necessária disso - contraditória apenas na aparência - é que essa igualdade formal perante a lei conflita e é de fato incompatível com qualquer atividade do governo que vise a uma igualdade material ou substantiva intencional entre os diferentes indivíduos, e que qualquer política consagrada a um ideal substantivo de justiça distributiva leva à destruição do Estado de Direito.⁴¹

Hayek reconhece que “Para proporcionar resultados iguais para pessoas diferentes, é necessário tratá-las de maneira diferente. Dar a diferentes pessoas as mesmas oportunidades objetivas não equivale a proporcionar-lhes a mesma oportunidade subjetiva.”⁴² E é exatamente por isso que a igualdade formal não consegue resolver os problemas de desigualdade social e exclusão econômica. Se o Estado não promove, por meio de políticas públicas promotoras de igualdade material ou substantiva, o nivelamento entre as pessoas que se encontram em uma disputa desigual, o próprio Estado estará (re)produzindo as desigualdades históricas.

³⁸ HAYEK, Friedrich August Von. **O caminho da servidão**. 5. ed. Tradução e revisão Anna Maria Capovilla; José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990. p. 103.

³⁹ Ibid., p. 103.

⁴⁰ HAYEK, Friedrich August Von. **O caminho da servidão**. 5. ed. Tradução e revisão Anna Maria Capovilla; José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990. p. 102.

⁴¹ Ibid., p. 102.

⁴² Ibid., p. 102.

Para Hayek “É inegável que o Estado de Direito produz desigualdade econômica - tudo que se pode afirmar em seu favor é que essa desigualdade não é criada intencionalmente com o objetivo de atingir este ou aquele indivíduo de modo particular.”⁴³ Essa afirmativa, repetida pelos liberais a exaustão, de que a desigualdade em uma economia de mercado não é intencional, portanto não tem o objetivo de atingir uma pessoa em particular, é falsa, pois ela não visa a João ou a Maria como indivíduos, mas os atingem enquanto membros de uma classe ou de um grupo econômica e politicamente marginalizado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Conclui-se” a presente reflexão concebendo as idéias liberais analisadas como parte conjunto de teorias de cunho ideológico-conservador, com o objetivo de difundir uma doutrina individualista que visa esconder os conflitos resultantes da luta de classes tentando naturalizar o domínio da classe proprietária por meio de processos ideológicos. Nesse sentido utiliza-se a ideologia para mascarar a real dominação existente no modo de vida liberal, apresentando falsas possibilidades de chances iguais de crescimento econômico a todos os membros da sociedade, inclusive ao proletariado.

Guardada as devidas proporções realizadas para atualizar alguns argumentos, os pensamentos liberais de hoje (neoliberais) apresentam poucas diferenças dos clássicos revisitados neste trabalho, pois os fundamentos doutrinários continuam os mesmos, bem como os slogans: “Paz; Liberdade Individual e Livre Mercado”. Sem mencionar o fato de alguns teóricos de hoje os repetirem (os clássicos) *Ipsis litteris*, e não são poucos.

A análise dos conceitos de “liberdade e propriedade” pelo prisma de três autores clássicos do liberalismo: Frédéric Bastiat, Ludwig Von Mises e Friedrich August Von Hayek, demonstrou o papel-chave que esses dois institutos desempenham na fundamentação, não só das idéias liberais, mas, principalmente do modo-de-produção capitalista, bem como uma visão individualista de mundo, que, além de incompatível com a vida em sociedade, apresenta de forma fria a indiferença de tal sistema de idéias em relação às pessoas dos estratos “inferiores” da sociedade.

REFERÊNCIAS

BASTIAT, Frédéric. **A lei**. 2. ed. Tradução de Ronaldo da Silva Legey. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1991. (Série pensamento liberal).

CHOMSKY, Noam. **Novas e velhas ordens mundiais**. Tradução de Paulo Roberto Coutinho. São Paulo: Scritta, 1996. (Coleção clássica).

_____. **O lucro ou as pessoas?** Neoliberalismo e Ordem Global. Tradução de Pedro Jorgensen Jr. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

⁴³ Ibid., p. 102.

HAYEK, Friedrich August Von. **O caminho da servidão**. 5. ed. Tradução e revisão Anna Maria Capovilla; José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

VON MISES, Ludwig. **Ação humana: um tratado de economia**. 3. ed. Tradução de Donald Stewart Jr. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

_____. **As seis lições**. 6. ed. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1998.

TRABALHO E GARIMPO: atividade garimpeira de diamantes na Comunidade de Douradinho no município de Coromandel/MG

Ricardo Junior de Assis Fernandes GONÇALVES

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás/Campus. Catalão. Membro do Núcleo de Pesquisa Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais – UFG/CAC. E-mail: ricardoassisgeo@hotmail.com

Prof. Dr. Marcelo Rodrigues MENDONÇA

Professor dos Cursos de Graduação e Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão. Membro do Núcleo de Pesquisa Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais – UFG/CAC. E-mail: mendoncaufg@gmail.com

RESUMO: A pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão é constituída de resultados preliminares sobre a atividade garimpeira e as relações de trabalho em áreas de exploração de diamantes na Comunidade de Douradinho no Município de Coromandel/MG, situado na Microrregião do Alto Paranaíba. Busca caracterizar áreas exploradas pela atividade garimpeira de diamantes com destaque para os seguintes objetivos: compreender as relações de trabalho na área de estudo; caracterizar o garimpo de diamante manual e mecanizado, expondo suas diferenças no processo de extração; analisar a realidade social, histórica e cultural dos garimpeiros, bem como, evidenciar a atuação de multinacionais do setor de diamantes na região. A metodologia utilizada é a pesquisa quantitativa (levantamento de dados etc.) e qualitativa, considerando mecanismos participativos para compreender a apropriação/produção do espaço, as perspectivas, reivindicações e experiências construídas pelos diversos sujeitos sociais envolvidos no garimpo. São eles, os garimpeiros, fornecedores, fazendeiros, cooperativas, parceiros etc., que participam da rede de trabalho nos garimpos da Comunidade de Douradinho. Diante da omissão política, da falta de pesquisas efetivas, capazes de apontar as condições sociais de trabalho dos garimpeiros e encontrar medidas mitigadoras para a situação, essa pesquisa se constitui como um instrumento para a compreensão dos *territórios em disputa* entre os garimpeiros e as empresas multinacionais. A descaracterização histórica e cultural do garimpeiro diante do processo de mecanização do garimpo e as condições sociais de trabalho precárias, a degradação ambiental, o fluxo de garimpeiros para as periferias urbanas inquietam, sobremaneira, e merecem ser analisadas a partir da ciência geográfica.

Palavras-chave: Trabalho; Garimpo; Garimpeiros; Atividade garimpeira de diamantes.

1 INTRODUÇÃO

Vastas áreas em Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Bahia constituem espaços tradicionais de atividades garimpeiras, às quais se juntaram, principalmente a partir de meados do século XX, vastas porções da Amazônia. Com ênfase no estado mineiro, após séculos de exploração de ouro e diamantes, esgotamento de jazidas e na medida em que a legislação ambiental e do trabalho foram sendo ampliadas, tornando-se mais rigorosas, intensificou-se a fiscalização dos garimpos. Mesmo diante dessas questões, dificultando o trabalho do garimpeiro manual, a extração desses minerais permaneceu significativa em muitas partes de Minas Gerais. De acordo com Martins (2008), ainda hoje, os garimpos de metais e pedras preciosas estão presentes na Zona Metalúrgica, no Vale do Jequitinhonha, no Vale do Mucuri, no entorno de Paracatu e no Alto Paranaíba.

Por isso, pode-se afirmar que os garimpeiros são *personagens* de destaque na formação histórica mineira.

Com o descobrimento das primeiras ocorrências empreendidas por aventureiros a procura de riquezas, em Coromandel/MG a extração de diamantes se dá desde o início do século XIX. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2002). De acordo com Machado (1998, p. 21) no fim do século XVIII e início do século XIX:

Com a intenção de reanimar a mineração do ouro, a metrópole franqueou regiões diamantíferas que estavam em seu poder como reserva. A corrida desenfreada dos garimpeiros em busca dessas pedras, assim como o contrabando, se tornaram incontrolláveis. Exploradores migrantes de velhas áreas exauridas e aventureiros portugueses utilizaram a região do Alto Paranaíba à procura de novos veios de ouro e diamantes, especialmente o município de Coromandel, ponto de passagem para Goiás e Paracatu.

Assim, percebe-se que, mesmo com a decadência da extração de ouro se estendendo em Minas Gerais, na exploração de diamantes o nível da atividade continuou alto, não só no antigo distrito diamantino, como em novas áreas, em especial no Alto Paranaíba. Desde então, a exploração vem se efetuando na região, sempre incitando a continuidade das atividades, responsáveis por considerável movimentação econômica.

Desta forma, considerando os aspectos históricos da extração de diamante no município de Coromandel/MG, os garimpos nos arredores da Comunidade de Douradinho se inserem como um local de referência para o município, quando se considera a extração de diamantes. O recorte geográfico se justifica pela presença do garimpo manual, atuação de empresas multinacionais do setor, pequenos agricultores camponeses, comerciantes locais, diaristas etc., que exercem a atividade de maneira esporádica e/ou complementar e, como qualquer garimpeiro, são movidos pelo sonho de enriquecimento. Essa variedade de sujeitos e características que compõem os garimpos na área de estudo, assim como a apropriação do território, movimentação econômica, problemas ambientais decorrentes (contaminação e assoreamento dos rios, erosão dos solos, destruição de áreas de preservação permanente etc.), e sociais (desemprego, informalidade, fluxo para as periferias urbanas etc.) possibilita a relação com a Geografia, tornando-se um viés de estudo por parte dessa ciência.

Procura-se destacar na pesquisa os fenômenos mais expressivos capazes de possibilitar a compreensão da trama de relações que envolvem os garimpos em Douradinho e como isso se reverbera na construção do espaço geográfico através da atividade garimpeira de diamantes. No decorrer desta pesquisa traremos para o âmago da discussão algumas reflexões sobre as transformações nas relações de trabalho no garimpo de diamantes na Comunidade de Douradinho no município de Coromandel/MG, buscando caracterizar as áreas exploradas pela atividade garimpeira de diamantes com destaque para os seguintes objetivos: compreender as relações de trabalho na área de estudo; caracterizar o garimpo de diamante manual e mecanizado, expondo suas diferenças no processo de extração; analisar a realidade social, histórica e

cultural dos garimpeiros bem como evidenciar a atuação de multinacionais do setor de diamantes na região.

A Geografia enquanto ciência sustenta-se em diversas metodologias que propiciam investigações diferenciadas, contribuindo para afirmar e/ou negar posições políticas e científicas. (MENDONÇA, 2004). Neste artigo a metodologia utilizada é a pesquisa quantitativa (levantamento de dados etc.) e qualitativa, considerando mecanismos participativos para compreender a apropriação/produção do espaço, as perspectivas, reivindicações e experiências construídas pelos diversos sujeitos sociais envolvidos. São eles, os garimpeiros, pequenos agricultores camponeses, donos de garimpo, fazendeiros, cooperativas, parceiros etc., que participam da rede de trabalho nos garimpos da Comunidade de Douradinho.

Ainda, quanto aos procedimentos metodológicos e instrumentos norteadores, consideram-se diversos fatores (políticos, sociais, geográficos econômicos, culturais etc.) que serão contemplados na pesquisa, enfatizada mediante as seguintes etapas: *Pesquisa documental*: inclui o levantamento bibliográfico em livros, artigos científicos, banco de teses, bem como, o resgate de informações históricas e levantamento de dados em órgãos públicos, cooperativas e outras instituições; *Documentação direta*: consiste na realização de Pesquisa de Campo com o objetivo de compreender as condições de trabalho dos garimpeiros.

A revisão bibliográfica é fundamentada em autores que abordam a temática garimpo e garimpeiros, com base nas pesquisas desenvolvidas por Martins (2008), Póvoa Neto (1998) e Barbosa (1991). Neste mesmo contexto, as informações específicas sobre a atividade garimpeira no município de Coromandel/MG e em Douradinho são fundamentadas em informações e dados fornecidos por Machado (1998), pela Fundação João Pinheiro (2002) e o jornal *Garimpando Notícias* (2009), organizado pela Cooperativa dos Garimpeiros de Coromandel e Região. A temática trabalho e geografia também ganham importância no texto, para isso priorizamos as teorizações de Antunes (2008), Mendonça (2004) e Thomaz Júnior (2009).

2 GARIMPOS, GARIMPEIROS E ATIVIDADE GARIMPEIRA DE DIAMANTES NA COMUNIDADE DE DOURADINHO NO MUNICÍPIO DE COROMANDEL/MG

Ao longo da história o trabalho desempenhou um papel central para o progresso humano. De acordo com Thomaz Júnior (2009) ontologicamente prisioneiro da sociedade, o trabalho, em todas as suas dimensões é a base do auto-desenvolvimento da vida material e espiritual. Para Antunes (2008, p. 3) “[...] na longa história da atividade humana, em sua incessante luta pela sobrevivência, pela conquista da dignidade, humanidade e felicidade social, o mundo do trabalho tem sido vital”. Pode-se perceber a partir das reflexões de Antunes (2008) que o trabalho define a essência humana, a qual pode ser descoberta na existência social e histórica do ser humano.

Para Marx (1994) através do trabalho o ser humano se exterioriza, se expressa. Pode-se afirmar que o trabalho representa uma resposta às exigências e necessidades do ser humano. Neste processo, “o homem realiza o salto do reino da necessidade para o

reino da liberdade”. (MENDONÇA, 2004, p. 50). Assim, considerando o trabalho como a relação sociometabólica do homem com natureza, a atividade do garimpeiro é caracterizada pelo trabalho. A ação do garimpeiro com o garimpo envolve um processo de exteriorização de sonhos, preocupação com o futuro, possibilidades de enriquecimento.

Quanto à extração de diamantes, os garimpeiros demonstram persistência, sonham em se enriquecer através desta atividade, que para Bernardo Guimarães (1995, p. 53) em seu romance *O Garimpeiro* “[...] seduz e cega o homem mais do que a mesa do jogo ou a meretriz artificiosa”. Associando o garimpeiro com a jogada de sorte esse mesmo autor, em sua obra literária afirma que a sorte e esperança do garimpeiro são “[...] como a do jogador nas cartas do baralho, nos dados ou no tabuleiro verde do bilhar; isto é, sua felicidade dorme na urna do acaso, de onde as mais das vezes nunca sai”. (GUIMARÃES, 1995, p.53).

Sobre a etimologia da palavra garimpeiro e seu significado diante da atividade, Póvoa Neto (1998) evidencia que,

A palavra em si constitui neologismo de origem brasileira, surgido no século XVIII com referência à situação ilegal e à mobilidade espacial de trabalhadores que, fora do esquema produtivo dominante, polarizado entre senhores e escravos, mineravam por conta própria em áreas rigorosamente interditadas para tal. (PÓVOA NETO, 1998, p. 75).

Para o autor supracitado, o primeiro texto a apresentar a palavra com significado já cristalizado pelo uso do termo garimpeiro é o do naturalista e mineralogista José Vieira Couto, em 1801. Para Couto *apud* Póvoa Neto (1998, p. 78) garimpeiro é o “[...] nome com que se apelida neste país aos que mineram furtivamente as terras diamantinas, e que assim são chamados por viverem e andarem escondidos pelas grimpas das serras”.

Segundo o Estatuto do Garimpeiro (2008), os garimpeiros são entendidos como toda pessoa física de nacionalidade brasileira que, individualmente ou em forma associativa, atuem diretamente no processo da extração de substâncias minerais garimpáveis, como ouro, diamante, cassiterita etc. Já o garimpo é caracterizado como o local em que se dá a extração dessas substâncias, com aproveitamento imediato do jazimento mineral que, por sua natureza, dimensão, localização e utilização econômica, possam ser lavradas independentes de prévios trabalhos de pesquisa mineral, mediante trabalho manual, caracterizado pelo uso de ferramentas rudimentares como picareta, pá, peneira etc., ou pelo processo mecanizado.

Para Martins (2008) mesmo diante de sua inegável relevância econômica, histórica e cultural, o garimpo enfrenta, nas últimas décadas, conjuntura difícil. A atividade – e seus praticantes – adquiriu imagem bastante negativa, tornando-se ícone do “Brasil atrasado, pobre e violento” que se deseja superar por meio da modernização capitalista. Neste mesmo contexto Barbosa (1991) assevera que,

Os garimpeiros foram trazidos à luz por conjuntos discursivos que viram neles a negação do Brasil novo que se quer construir, do país moderno e eficiente que se almeja, pois são primitivos, desorganizados e poluidores; do país justo e igualitário, pois são produto de estruturas econômicas perversas. Garimpo e garimpeiros foram, assim, instaurados como opositores [...] do meio ambiente bem cuidado, das sociedades indígenas preservadas, da grande empresa eficiente e não-espoliadora, e das relações de trabalho humanas e bem remuneradas. (BARBOSA, 1991, p. 1).

Estereótipos construídos, os garimpeiros e suas atividades têm sido deixados ao relento. O discurso da *homogeneização do território* atinge as áreas de garimpo, sem nenhuma consideração com as especificidades, tradições e modos de vida centenários que fazem parte da vida do garimpeiro e são negligenciados pela ação do Estado e pelo capital hegemônico, territorializado através de grandes empresas mineradoras transnacionais. O garimpeiro manual é associado ao atraso, ilegalidade, depredação do meio ambiente, prostituição, etc., enquanto a mecanização do garimpo, mediante a atuação de empresas multinacionais torna-se sinônimo de modernidade, ajustamento e preocupação com os recursos naturais. A omissão do Estado também se faz presente, abrindo espaço para o grande capital e fortalecendo suas ações.

Nas últimas duas décadas os garimpos no Município de Coromandel/MG e em especial na Comunidade de Douradinho, presenciaram amplo processo de paralisação, ou seja, a atividade garimpeira manual e mecanizada de diamantes foi interrompida, dificultando a continuidade do trabalho do garimpeiro. Esse contexto gerou desemprego de mais de 2.000 (dois mil) garimpeiros que dependiam da atividade em todo o município. Atualmente, os garimpeiros que exercem a atividade no município estão associados à Cooperativa dos Garimpeiros de Coromandel e Região (COOPERGAC). Esse processo foi fortalecido a partir da Constituição de 1988, segundo o artigo 174, o Estado favorece a organização da atividade garimpeira em cooperativas e, essas têm prioridade na autorização ou concessão para pesquisa e lavra dos recursos e jazidas de minerais garimpáveis.

Na área em estudo, atuam 42 (quarenta e dois) garimpeiros manuais, todos associados à COOPERGAC. Parcela desses garimpeiros se dedicam exclusivamente ao garimpo, em contrato com algum fornecedor. O *fornecimento* para o financiamento da atividade garimpeira manual é um parâmetro importante para o entendimento da lógica financeira do garimpo manual.

Os fornecedores são indivíduos que mantêm contrato direto e individual com o garimpeiro, sob nenhuma documentação formal, apenas pela *palavra*. O fornecedor se compromete a suprir as necessidades pessoais do garimpeiro como moradia (na maioria, os garimpeiros residem no próprio garimpo em barracos de lona), alimentação, roupas, ferramentas etc., enquanto esse se dedica à garimpagem. Em contrapartida, o garimpeiro se compromete a dividir com o fornecedor os resultados da venda dos diamantes encontrados no garimpo.

Entre os garimpeiros há também pequenos agricultores camponeses, comerciantes locais, diaristas etc., que exercem a atividade de maneira esporádica e/ou complementar. Outro importante sujeito social no garimpo é o fazendeiro, dono das

áreas de garimpos, é esse personagem que decide sobre a lavra no interior de sua fazenda. Os contratos consistem na permissão de garimpo em suas terras em troca de uma porcentagem, que varia entre 10% e 15% da produção obtida na atividade de garimpagem. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2002).

Com o descobrimento das primeiras ocorrências no início do século XIX, a extração de diamantes passa a desempenhar um papel significativo no setor econômico, social e político no município de Coromandel/MG. Desde então a exploração de áreas para garimpo vem se efetuando, incitando a continuidade das atividades, com destaque para os garimpos na Comunidade de Douradinho. Os garimpos nesta Comunidade são responsáveis por considerável movimentação econômica, vinculada ao trabalho manual e mediante o processo de mecanização da atividade garimpeira. Dados da Fundação João Pinheiro (2002) evidenciam que através da atividade dos garimpeiros manuais de diamantes, em entrevista com 73 garimpeiros de Douradinho, 38 acharam diamantes, responsável por um número total de 109 pedras, com percentual de 34% de todos os diamantes encontrados no município.

Com o objetivo de aumentar a produtividade, no garimpo mecanizado chega-se a remover e lavar 17 caminhões/dia de cascalho, intervindo em grandes áreas, rapidamente degradadas, com maiores riscos de acidentes e redução da mão-de-obra. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2002). Diante da situação contemporânea nos garimpos, empresários locais e empresas mineradoras estrangeiras ampliam suas atividades, reduzindo os garimpos com lavras artesanais.

Os garimpeiros vêm perdendo seu *campo de trabalho* diante da reestruturação produtiva do capital e da territorialização de multinacionais do setor de diamantes. A presença de empresas de mineração nas áreas tradicionalmente ocupadas pelos garimpeiros vêm substituindo o *trabalho vivo* e acentuando o desemprego nos garimpos. A redução dos garimpeiros manuais ainda se justifica pelo esgotamento e a queda das jazidas aluvionares e superficiais, além das pressões ambientais exercidas pelo governo que dificultam as atividades dos garimpeiros manuais.

O Estado não coíbe a ação das empresas multinacionais, que são as maiores detentoras de títulos minerários no município de Coromandel/MG. Exemplo disso é a atuação do Grupo “Brazilian Diamonds” (SAMSUL Mineração e COBRE SUL Mineração) que chegou a possuir mais de 66.000 (sessenta e seis mil) hectares de registro para exploração do subsolo no município de Coromandel, sem gerar um único emprego. Por outro lado, a COOPERGAC detém apenas 197 (cento e noventa e sete) hectares de garimpos legalizados, diante de um potencial de 160.000 (cento e sessenta mil) hectares de potencial para exploração de diamantes aluvionares. (GARIMPANDO NOTÍCIAS, 2009).

Esse quadro vem sendo denunciado pela COOPERGAC desde a década de 1990, através de denúncias que tem forjado Termos de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público Estadual, possibilitando a reativação de muitos garimpos que vinham funcionando na irregularidade e clandestinidade, propiciando a continuidade das atividades do garimpeiro manual em garimpos legalizados. Ainda assim, a maior parte das autorizações e registros do subsolo pertencem às multinacionais, o que dificulta a

continuidade da atividade garimpeira, pois sem registro do subsolo, não há como legalizar o garimpo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Movidos pela esperança de riqueza, sujeitos aos interesses de empresários locais ou de empresas estrangeiras que atuam no setor de diamantes, verifica-se que os garimpeiros enfrentam dificuldades para permanecerem no garimpo. A territorialização de empresas estrangeiras, a mecanização do garimpo e a substituição do *trabalho vivo* têm gerado o abandono e desemprego no garimpo, além do fluxo de trabalhadores garimpeiros para as periferias urbanas. Ao mesmo tempo, os garimpeiros que persistem na atividade vislumbram perspectivas, movidos pelos sonhos são fortalecidos pela possibilidade de enriquecimento ao apropriar o espaço do garimpo por meio do trabalho.

O processo de ocupação/produção do espaço pelos garimpeiros mediante o trabalho faz parte de seus interesses e preocupação com a construção do futuro, característica que se vincula a ideia de territorialidade humana. Isso, considerando que “a territorialidade humana pressupõe a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que entre os seres vivos, é privilégio do homem”. (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p.19).

A atividade garimpeira deve ser assegurada, fortalecendo iniciativas inovadoras que possam assegurar trabalho, renda e inclusão social aos trabalhadores garimpeiros. Mesmo que as travagens e o estranhamento impostos pelo Estado e pelo capital através da atuação das multinacionais do setor de diamantes persistem em se expandir, em criar novas roupagens, o espaço social do garimpo ainda permanece cheio de possibilidades emancipadoras, fortalecendo a Geografia enquanto instrumento para a compreensão das múltiplas realidades e de luta por uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Século XXI: Nova era da precarização estrutural do trabalho?** 2008. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/dominios/CTN/anexos/Mesa%201%20-%20Ricardo%20Antunes%20texto.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2009.

BARBOSA, L. **Garimpo e meio ambiente: águas sagradas e águas profanas.** 1991. Disponível em: <<http://www.globalmercuryproject.org/database/Upload/Brazil%201991%20Livia%20Barbosa%20Garimpos%20Portuguese.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2010.

BITENCOURT, M. A.; AMODEO, N.B.P. **Garimpo e cooperativas: a incompatibilidade entre dois mundos. Identidade, valores e governança das cooperativas.** 2008. Disponível em: <http://www.fundace.org.br/cooperativismo/arquivos_pesquisa_ica_la_2008/049bitencourt.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

GARIMPANDO NOTÍCIAS. **Edição especial**, Coromandel. Nº 2. Jan. 2009.

ESTATUTO DO GARIMPEIRO. Lei Nº 11.685, de 2 de Junho de 2008.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estudos Econômicos e Sociais. **Garimpeiros de Coromandel: diagnósticos e perspectivas**. Belo Horizonte, 2002.

GUIMARÃES, Bernardo. **O garimpeiro**. São Paulo: Ática, 1995.

MARTINS, M. L. **A arte de fabricar motins: os marcos regulatórios da mineração diamantífera em perspectiva histórica**. 2008. Disponível em: http://www.igc.ufmg.br/geonomos/PDFs/16_2_69_77_Martins.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2010.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994.

MACHADO. M. C. T. **Cultura popular e desenvolvimento em Minas Gerais: Caminhos cruzados de um mesmo tempo. 1955-1985**. Tese (Doutorado em História Social) USP, FFLCH. São Paulo, 1998.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 2004. 457 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

PÓVOA NETO, H. **No caminho das pedras: itinerários na formação da mobilidade garimpeira em Goiás**. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 3.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

THOMAZ JUNIOR, A. A Geografia do Mundo do Trabalho na Viragem do Século XXI. 2003. In: THOMAZ JÚNIOR, A. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI: Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos**. São Paulo: 2009. VOLUME 1. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/ceget/LD/_htm/f2.html>. Acesso em: 10 fev. 2010.

A VOLUBILIDADE DO TRABALHO DIANTE DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Valéria A. Castro MORAIS

Aluna do curso de especialização em Geografia do Brasil – UFG/CAC
valeriaaparecidacastromorais@hotmail.com

Cleusa Maria da SILVA

Professora do curso de geografia UEG-Unidade de Pires do Rio. cmsilva@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho visa refletir sobre as relações de trabalho promovidas pelo homem/natureza na história da humanidade. Ao longo dos séculos o trabalho produziu mercadorias e também se tornou mercadoria que pode ser comprada e vendida. Aquele que vende a força de trabalho se vê expropriados dos meios de produção. A acumulação propiciada pela apropriação e alienação do trabalho proporcionou a classe compradora o controle do sistema produtivo e a ampliação do processo acumulativo o que resultou na fragmentação e especialização do trabalho. A conjugação de novas tecnologias criou intensas mudanças no mundo do trabalho, na sociedade e nas relações homem natureza.

Palavras chaves: Natureza; Capital; Trabalho; Capitalismo.

1 INTRODUÇÃO

O padrão de produção e as relações de trabalho no decorrer da história do homem alteraram significativamente de período em período, e atualmente pode ser identificado como uma nova racionalização do trabalho. Neste sentido esse texto visa tratar de maneira sucinta a evolução das relações de trabalho ao longo do tempo histórico.

Obviamente, o fenômeno trabalho não se encontra homogeneizado no mundo, uma vez que estas se ligam a uma série de fatores sociais, econômicos, políticos e culturais. Mas com a desintegração do mundo socialista o sistema capitalista é o único modelo de produção das sociedades modernas. De fato, o que se observa não é um padrão único de mudanças, mas, sim situações diversas em cada país, ou região. Cada uma com ritmos diferenciados de transformações nas relações de trabalho e, por via de consequência, em situações distintas de mercado de trabalho, pobreza e exclusão social.

No decorrer da história da humanidade, os modos de trabalho foram aperfeiçoando-se, primeiramente para suprir as necessidades metabólicas e depois para se adequar aos sistemas econômicos e modos de produção vigentes. No princípio, quando os homens eram pouco numerosos, estabelecia uma relação menos agressiva com a natureza, dando-lhes condições de reprodução.

2 A EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES HOMEM NATUREZA ATRAVÉS DO TRABALHO

Diferentemente dos animais, o homem age conscientemente sobre a natureza, imagina o que quer conseguir, e escolhe a melhor maneira para atingir seu objetivo.

Acumulam-se conhecimentos e usa-os para transformar e retirar elementos do espaço natural em que vive.

Marx, ao analisar a relação do homem com o meio natural compara a alguns animais.

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão; a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos da colméia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele constrói na sua imaginação antes de construir na realidade. No fim, ele chega a um resultado que já existia desde o início (MARX, 1982, p.65).

Portanto, o trabalho é uma atividade consciente, conseguida através da força física, mas principalmente por meio da inteligência, que é própria do ser humano, intensifica-se a partir do momento que o indivíduo começa a desenvolver a fala, o cérebro e a viver em sociedade, desenvolvendo-se de geração em geração.

Engels também aborda o uso da natureza pelo homem, observando que:

[...] o homem a submete [a natureza], pondo-a a seu serviço de seus fins determinados imprimindo-lhe modificações que julga necessária, isto é, domina a natureza. E esta é a diferença essencial e decisiva entre o homem e os demais animais; e por outro lado é o trabalho que determina essa diferença (ENGELS, 1979, p. 223).

A partir das considerações desse autor, vale ressaltar que houve um tempo em que à necessidade e os usos da natureza eram locais. A sociedade criava os meios, comandavam os tempos sociais e os limites de sua utilização havendo, dessa forma, uma harmonia sócio-espacial. Os homens dominavam toda a técnica do processo produtivo.

A descoberta do fogo e o início da agricultura foram grandes avanços para a humanidade. A partir destas descobertas, o homem começa a dividir tarefas, a trabalhar uns para os outros, adquirindo assim uma forma social. Criam-se relações não somente com a natureza, mas também com outras pessoas.

Com o contínuo desenvolvimento do homem e da sociedade, surgem novas técnicas de produção que propiciaram o surgimento da troca, das fábricas, das ciências, das artes, e novos tipos de serviços. Através destas organizações e descobertas, o trabalho foi tomando caráter diferente nos variados níveis espacial. Novas técnicas de produção surgem. Novos meios de organização do trabalho vão estabelecendo-se formando novas relações sociais, políticas e econômicas. Diante desse processo de transformação e tecnificação do trabalho, o trabalhador também vai adquirindo novas características e apropriando-se de novos modos de labor, conseguindo alcançar outros campos.

O sujeito através do trabalho transforma o objeto e por meio dele proporciona a socialização da natureza. Assim, o trabalho transforma a primeira natureza em segunda natureza⁴⁴ e passa a ser o controlador universal da relação homem/natureza.

⁴⁴ Milton Santos discute estes conceitos em sua obra Espaço e Método (1985, p.08).

O trabalho é abordado por várias áreas de conhecimento e a Geografia também procura compreender e explicar este fenômeno, o qual é visto como “expressão de uma relação metabólica entre o ser social e a natureza, sendo que nesse seu *ir sendo ou em seu vir a ser* há uma intenção ontológica associada ao processo de humanização do homem”. (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p.4). Também vários são os autores que estudam o fenômeno trabalho para entender sua dinâmica e intenção.

Um autor do século XIX que influenciou vários pensadores que se dedicam ao estudo do labor é Marx, que conceitua trabalho como:

[...] um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põem em movimento as forças naturais de seu corpo, braços, pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao domínio o jogo das forças naturais (MARX, 1985, p.202).

Todas as transformações impostas pelo modelo econômico limitam o homem em suas funções e o trabalho passa a ter outra característica. Impõe uma “clara limitação do homem a uma coisa físico-econômica e da natureza a um grande e inesgotável arsenal de recursos naturais, noções que se instalam com o imaginário da sociedade industrial”. (MOREIRA, 2001, p. 12).

Se nas sociedades pré-capitalistas as mercadorias tinham valor-de-uso⁴⁵, agora elas adquirem uma nova característica, passam a ter também valor-de-troca, transformando-se em atividade econômica. Separa o homem dos meios de produção, capital e trabalho e cria uma nova classe social: os assalariados, que para Antunes - “compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho - a classe que-vive-do trabalho⁴⁶”. (ANTUNES; ALVES, 2004, p.336).

No período que antecede a manufatura o homem era proprietário da sua força de trabalho, dos meios de produção e consequentemente das mercadorias. A produção era diversificada, geralmente organizada por regiões, de forma que cada região especializava-se na confecção de determinados objetos e organizavam-se em corporações de ofício. As corporações zelavam pela qualidade dos produtos, não eram adequadas às inovações técnicas e valorizavam o aprendizado das gerações passadas. Nasce no século XVI o capitalismo. O capital que até então estava limitado à circulação

⁴⁵ Valor-de-uso: a mercadoria é produzida para ser consumida (destruída) e que o consumidor se dispõe a pagar o suficiente para que a produção seja retomada. Valor-de-troca: as mercadorias não são apenas compradas para serem consumidas, mas também para serem vendidas. Cada mercadoria oferece ao seu possuidor a possibilidade - mediante venda e compra - obter outra mercadoria. (SINGER, 1987, p.29).

⁴⁶ A classe que-vive-do-trabalho: todos que vivem do salário e são desprovidos dos meios de produção, não se restringindo aos trabalhadores manuais diretos, incorpora também a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo e o proletariado rural... (ANTUNES, 2004).

de mercadorias, agora penetra na área de produção. Novas relações de produção e consequentemente de trabalho são estabelecidas.

Desta forma, a partir deste novo sistema econômico e político tudo se transforma em mercadoria, natureza e trabalhador assalariado; sendo o último a mais importante mercadoria do sistema. O trabalhador assalariado que vende sua força de trabalho ao capitalista gera a mais-valia⁴⁷, ou seja, agrega valor superior à sua própria força de trabalho, possibilitando assim a expansão do capital através do lucro obtido com o emprego da força de trabalho do assalariado. Em “O Capital”, Marx afirma que: “A função verdadeira específica do capital enquanto capital é, pois a produção de mais-valia, e essa não é outra coisa senão produção real – de trabalho não pago, que se oferece aos olhos e se objetiviza com mais valor”. (MARX, 1985, p.6).

Diante do novo quadro faz-se necessário uma nova configuração no campo do trabalho, para que se tenham condições de suprir os novos mercados alcançados.

3 A FRAGMENTAÇÃO E A ESPECIALIZAÇÃO DO TRABALHO

Na busca de ampliar os lucros é preciso aumentar a produtividade. Assim há a necessidade de racionalizar sobre a lógica da produção. Então, mediante as novas circunstâncias faz-se indispensável uma divisão técnica do trabalho, onde um único trabalhador não mais realiza todas as funções, mas cada grupo ou empregado realizará somente uma função, havendo, portanto, a fragmentação do trabalho. Assim, mediante esta constatação, inicia-se a alienação do trabalhador.

Para Singer, a nova divisão do trabalho proporciona aumento na produtividade em três maneiras, pois “poupava tempo, aumentava a destreza do trabalhador e ensejava a invenção de ferramentas”. (SINGER, 1987, p.16).

Maurice Dobb descreve Capitalismo como sendo um “sistema em que os utensílios e as ferramentas, edifícios e matérias-primas com que é obtida a produção - capital numa palavra - são predominantemente de propriedade privada ou individual”. (DOBB *apud* CATANI, 1980, p.19).

Ao conceituar o sistema econômico capitalista Singer afirma que num sistema sócio-econômico em que os meios de produção são propriedades privada duma classe social em contraposição a outra classe de trabalhadores são não-proprietários, criando assim um antagonismo.

Nesse modelo de produção o trabalhador assalariado cria as condições necessárias para produção e reprodução do sistema capitalista. Por outro lado o trabalhador na busca de sua sobrevivência, nega a si o lazer, o saber e se vê desprovido de poder. Portanto o capital subordina o trabalhador às suas leis, e o faz sob a aprovação do Estado, que muitas vezes dá aos detentores do poder as condições necessárias de se manter no poder.

No momento, em que surge a Primeira Revolução Industrial, com início na Inglaterra, o trabalhador adquire nova função, passa a regular, acionar e desligar a máquina, sendo separado definitivamente do processo de produção do produto.

⁴⁷ Conceito segundo Paulo Sandroni. O que é mais-valia (1986, p.65).

A substituição do homem pela máquina apresenta vantagens para o capital, porque reduz o custo da produção. Inicia-se um processo ininterrupto de produção coletiva em massa, com grande geração de lucro e maior acúmulo de capital.

De acordo com Moreira, o trabalho após a Revolução Industrial ganha novo sentido. Para ele, a lida,

[...] passa a ser o processo da transformação da natureza pela força de trabalho, numa clara limitação do homem a uma coisa físico-econômica e da natureza a um grande e inesgotável arsenal de recursos naturais, noções que se instalaram como o imaginário da sociedade industrial. Na origem de tudo isso, está o utilitarismo econômico do valor, que domina a relação ambiental. (MOREIRA, 2001, p.11).

Seguindo o raciocínio de Moreira, pode-se perceber a apropriação do homem e da natureza pelo sistema econômico, que os transformam em objetos, e não em parte do sistema. Isto se torna possível a partir do momento em que, a ciência passa a ser usada para atender aos anseios do capitalismo.

Consequentemente, a classe dominante em detrimento do operariado passa a gozar de maior conforto, poder, riqueza proporcionada pelo lucro obtido através da exploração da classe trabalhadora. Este mesmo lucro patrocina a crescente industrialização, que intensifica as desigualdades sociais e proporciona o início do êxodo rural.

O trabalhador, submetido à nova ordem, iludido por melhores condições de vida, realizava seus serviços sob péssimas condições de trabalho, com jornadas extremamente longas. Neste contexto, insere-se também, a fim de baixar os custos da produção, a mão-de-obra feminina, a infantil e a oriunda do campo, pois este tipo de mão-de-obra era mais barata.

A partir do final do século XIX surgem novas invenções aliadas às novas descobertas científicas e aos avanços tecnológicos, que oferecem condições para uma nova dinâmica produtiva. O uso do petróleo para a produção de energia, a invenção dos motores à combustão e do aço impulsionam esta nova fase, que proporcionam o avanço dos meios de transporte e comunicação. A indústria também se desenvolve estabelecendo nova dinâmica social. Estas condições são as que os autores denominam Segunda Revolução Industrial.

Eis que surge para um novo momento histórico, uma nova estruturação do trabalho, levando-o a especialização. Modelos como Taylorismo e o Fordismo são introduzidos nas indústrias. A ordem é produzir em série e em massa.

Em síntese, o sistema Taylorista/fordista caracteriza-se pelo padrão de produção em massa, que objetiva reduzir os custos de produção bem como ampliar o mercado consumidor, com produção homogeneizada e padronização dos modelos. Através deste processo o trabalho passa a seguir uma rotina, passa a ser robotizado, disciplinado e repetitivo. O parcelamento das tarefas conduzirá o trabalho operário à desqualificação profissional. (ANTUNES, 2002, p. 28-38)

A nova estruturação do trabalho divide a classe trabalhadora entre quem pensa e quem executa. Implanta-se uma nova política de controle do trabalho a “gerência científica”.⁴⁸ Neste sentido as tendências existentes são intensificadas e a divisão do trabalho torna-se ainda mais detalhada.

Ricardo Antunes aborda as características e causas deste modelo produtivo. Para este autor o novo padrão produtivo:

[...] estruturou-se com base no trabalho parcelar e fragmentado, na decomposição de tarefas, que reduzia a ação operária a um conjunto repetitivo de atividades [...]. Esse processo produtivo caracterizou-se, portanto, pela mescla da produção em série fordista com o cronômetro taylorista, além da vigência de uma separação nítida entre elaboração e execução. Para o capital, tratava-se de apropriar-se do *savoir-faire*⁴⁹ do trabalho, suprimindo a dimensão intelectual do trabalho operário, que era transferida para as esferas da gerência científica. A atualidade do trabalho reduzia-se a uma ação mecânica e repetitiva. (ANTUNES, 2004, p. 335-351).

Esse sistema rígido de trabalho, com intensificada jornada, eliminação do saber individual leva a apropriação intensificada do operário, negando-lhe qualquer participação na organização do processo produtivo, desqualificando-o.

Assim sendo, o trabalhador é reduzido a um mero operador de máquina, pode ser substituído a qualquer momento, pois participa somente de uma pequena e simples tarefa do processo produtivo. O mesmo fica subordinado ao empregador, pois ao menor sinal de descumprimento da ordem, pode ser demitido. Para supri-lo o patrão conta com o exército-de-reserva⁵⁰.

Como neste momento o trabalho cerebral, o projeto, a organização do processo produtivo são destinados a outro pequeno setor da indústria, cria-se uma hierarquia e divisão da classe trabalhadora.

A contínua dinâmica tecnológica, o progresso das ciências somado ao irregular, porém sucessivo desenvolvimento do capitalismo norteia em meados do século XX a Terceira Revolução Industrial. Esta surge sob a égide da microeletrônica, da robótica industrial, da computadorização e do desenvolvimento da química e biotecnologia. Eis que surge o que Milton Santos caracteriza como meio técnico-científico-informacional, pelo fato de ciência e técnica estarem profundamente inter-relacionados.

Diante das inovações, surge um novo paradigma para ocupar o lugar do binômio taylorista/fordista, regido pela regulação técnica e do trabalho que está em crise, o toyotismo. O toyotismo, que vem dar nova direção às inovações capitalistas de produção, nasce no Japão para reestruturar a economia japonesa, posteriormente é

⁴⁸ Gerência científica: o conceito de Gerência científica é atribuído a F.W. Taylor. Seu propósito é controlar o trabalhador para que ele produza uma quantidade ideal, que ofereça mais lucro ao empregador, trabalhando num ritmo máximo que seu corpo possa agüentar, bem como todo possível trabalho cerebral deve ser banido da oficina e centrada no departamento de planejamento ou projeto. O administrador deve reunir todo o processo produtivo e reduzi-lo a regras, leis e fórmulas. (TAYLOR *apud* BRAVERMAN, in: PEDROSO, 1987, p.103).

⁴⁹ *Savoir-faire*: capacidade instintiva de saber lidar com qualquer situação que surja.

⁵⁰ Paulo Sandroni discute este conceito em seu livro *O que é mais-valia* (1985, p. 85-97).

levado para outros países dando impulso à economia e aumentando a produção. Possui como peça central a computação, que introduz a flexibilidade no processo produtivo. Todavia, segundo Moreira (2005), “quando há mudança na técnica, também há a necessidade de se mudar a configuração do trabalho”. Inicia-se a fase de desmonte das velhas estruturas. Inovações tecnológicas e de gestão são implantadas, para dar suporte à nova dinâmica a produção econômica.

Neste sentido ocorre a reaproximação entre trabalho de concepção e trabalho de execução. O novo paradigma tem uma nova intenção apropriar-se também do intelectual do empregado, e o faz através de planos como os CCQs (Círculo de Controle de Qualidade), e dos programas de qualidade total, dentre tantos outros. No entanto, estes não desfazem o estranhamento do trabalho. Isto ocorre porque a captura da subjetividade do trabalhador não se desfaz por meio do envolvimento na produtividade, pois o trabalhador ainda desconhece o processo total da produção e o destino da sua produção.

Sendo assim, a alienação é imperativa em todos os níveis da classe trabalhadora, que está ainda mais fracionada. A fragmentação do trabalho chega até a atividade de criação do ciclo produtivo.

Sobre as várias formas de alienação e estranhamento do trabalho, John Hollway afirma que:

[...] se humanidade é definida como atividade - a pressuposição básica de Marx - então alienação significa que a humanidade existe sobre forma de inumanidade, que os sujeitos humanos existem como objetivos. Alienação é a objetivação do sujeito. O sujeito (homem ou mulher) aliena sua subjetividade, e esta subjetividade é apropriada por outros [...]. Ao mesmo tempo, [em que] o sujeito é transformado em objeto, o objeto que o sujeito produz, o capital, é transformado no sujeito da sociedade. A objetificação do sujeito implica também na subjetificação do objeto. (HOLLOWAY apud ANTUNES, 2002, p.41, grifo do autor).

Vale ressaltar que a alienação, que antes era característica dos empregados permanentes, agora se aprofunda em uma nova classe, oriunda do processo de enxugamento das empresas, conseguida através da chamada “produção enxuta”⁵¹. Os funcionários desempregados, os terceirizados, os temporários ou informais, também, são colocados no processo de alienação do processo produtivo. De acordo com as investigações e estudos de Antunes as

[...] conseqüências das mutações no processo produtivo são imediatas no mundo do trabalho sendo elas: “desregulamentação enorme dos

⁵¹ Produção enxuta: caracteriza-se pela eliminação de custos decorrentes de desperdícios causados pelo uso inadequado de equipamentos, peças e componentes defeituosos e pela polivalência dos trabalhadores - uma das novas e fundamentais características do novo mercado de trabalho - em contraposição à extrema especialização dos trabalhadores sob o fordismo. Com isso tem fim boa parte das necessidades de pessoal de gerência, revisão técnica e controle de qualidade, ao mesmo tempo em que se exigem estoques menos volumosos, capazes de fácil distribuição e com grandes vantagens de estocagem. (SILVA apud PEDROSO, p.20).

direitos do trabalho, [...]; aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora; precarização e terceirização da força humana que trabalha; destruição do sindicalismo de classe e sua conversão num sindicalismo dócil, de parceria, ou mesmo num 'sindicalismo de empresa'." (ANTUNES, 2002, p.30).

Geralmente, é negada a nova classe de trabalhadores os direitos trabalhistas conseguidos por meios dos sindicatos, das revoltas e das lutas da classe trabalhadora. Os desempregados ficam desprovidos dos meios pelos quais garantem sua sobrevivência e de sua família, sendo a eles negado o convívio social, segregando suas atividades públicas e individuais.

Diante das novas características, funções e formas de trabalho fazem-se necessário à inclusão de novas categorias de trabalhadores no conceito de classe trabalhadora. São eles: Prestadores de serviços, ambulantes, assalariados, comissionados, diaristas, sazonais, trabalhadores no campo da formalidade e da informalidade, trabalhadores urbanos, rurais e proletárias. A diversidade é grande e as características são diferentes demais das do século passado. Algumas funções aparecem, enquanto que outras desaparecem. Hoje, no entanto, a classe trabalhadora é bem mais ampla, abrangendo toda complexidade acima citada.

A classe trabalhadora [...], é mais ampla que o proletariado industrial produtivo do século passado, embora este ainda se constitua em seu núcleo fundamental. Ela tem, portanto, uma conformação mais fragmentada, mais heterogênea, mais complexificada. Que somente pode ser apreendida se partirmos de uma noção ampliada de trabalho. (ANTUNES; ALVES, 2004, p.343).

Em presença da competitividade por um trabalho, os trabalhadores vêm a necessidade de se qualificar, buscando aprimoramento como formas de garantir o emprego. Ou muda de função, integrando-se em outra atividade oriunda do processo de tecnificação e mecanização do processo produtivo, sendo ele na área da indústria urbana, dos complexos agroindustriais, ou mesmo no campo que também passa pelo mesmo processo de reestruturação.

Para o autor acima citado, a classe trabalhadora hoje,

[...] também incorpora o proletariado rural, que vende a sua força de trabalho para o capital de que são exemplos os assalariados das regiões agroindustriais, e incorpora também o proletariado precarizado, o proletariado moderno, fabril e de serviços, *par-time*⁵², que se caracteriza pelo vínculo de trabalho temporário, pelo trabalho precarizado, em expansão na totalidade do mundo produtivo. Inclui ainda, em nosso entendimento, a totalidade dos trabalhadores desempregados. (ANTUNES; ALVES, 2004, p.342).

Portanto, hoje a classe trabalhadora não pode ser vista somente como proletariado industrial, ela vai além, abrangendo todas as formas de trabalho que estão

⁵² *Par-time*: empregos temporários, onde geralmente paga-se menos aos trabalhadores e estes geralmente também são desprovidos dos direitos garantidos.

incluídas no modelo capitalista, sendo eles os formais, os informais, os rurais, os terceirizados, entre outros.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde os primeiros anos da década de 1970, profundas mudanças correram no processo produtivo alterando o cenário econômico mundial. Viu-se uma limitação do modelo de produção em massa e uma intensa globalização da economia acompanhada de profundas modificações econômicas, políticas e técnica nos últimos anos.

A conjugação de novas tecnologias, com redução de tempo e custos, combinado ao novo sistema organizacional tem estimulado as empresas a fazerem ajustamento na sua estrutura para se tornarem competitivas, com isso provoca uma contínua diminuição do número de postos de trabalho, aumento nas taxas de desemprego, subemprego, e ampliando a exclusão social, expandindo a miséria e a informalidade.

Falar em capitalismo contemporâneo é aceitar que o mundo atual presencia um novo tipo de capitalismo, diferente do que foi verificado nos processos históricos precedentes. E o que diferencia o momento atual dos anteriores são as profundas transformações que ocorreram no processo, ou padrão, de valorização do capital nas últimas décadas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. As novas formas de acumulação e as formas contemporâneas do estranhamento (Alienação). **Caderno CNH**; Salvador; n.37, p. 23-45, julho/dezembro, 2002.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovani. As Mutações no Mundo do Trabalho na Era da Mundialização do Capital. **Educação & Sociedade**. Campinas; v.25, n.87, p. 335 – 351, maio/agosto, 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>, acesso em: 03 out. 2009.

CATANI, Afrânio Mendes. **O que é capitalismo**. 10 ed. São Paulo: Brasiliense, 1980, 139p.

ENGELS, Friedrich. **A dialética da natureza**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1982, v. 1, p. 49 – 51.

_____. **O capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

MOREIRA, Igor Antonio Gomes. **Geografia: geografia geral e do Brasil**. São Paulo: Ática, 2005, 166p.

MOREIRA, Ruy. As Novas Noções do Mundo (geográfico) do Trabalho. **Ciências Geográficas**; Bauru, n. 7, v. 3, p. 10-13; setembro/dezembro, 2001.

SINGER, Paul. **O capitalismo**: sua evolução, sua lógica, sua dinâmica. São Paulo: Moderna, 1987, 87p.

THOMAZ Jr. Antônio. **Por uma geografia do trabalho**. Presidente Prudente, 2002, p. 4. Disponível: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn119-5.htm>

A CONSTRUÇÃO DE UMA LEITURA BIOPOLÍTICA SOBRE A DEFICIÊNCIA: a mediação do território

Wilson Lopes Mendonça NETO

Graduando do curso de geografia da Universidade Federal de Goiás – UFG.
wilsonlopesmneto@gmail.com

Eguimar Felício CHAVEIRO

Professor doutor do curso de geografia da Universidade Federal de Goiás – UFG.
eguimar@hotmail.com

Resumo: Este texto tem como objetivo realizar uma reflexão sobre a temática deficiência e sobre sujeitos com deficiência, a partir da noção de biopolítica elaborada por Foucault principalmente, pela mediação do território. Este trabalho visa partir da reflexão para a construção de um modelo de metodologia que permita uma abordagem biopolítica sobre a temática deficiência. No entanto, esta feita não poderia acontecer se também não nos dispuséssemos a realizar simultaneamente uma atualização das noções foucaultianas. Foucault aponta para uma transformação nos mecanismos de poder, de controle e vigia sobre os corpos, ocorridas principalmente a partir de meados do século XVIII, nas quais os poderes estabelecidos não se exercem mais somente sobre os corpos individuais, de maneira disciplinar, eles se exercem centrados na população, não mais no homem-corpo, mas no homem-espécie. Esse novo contexto das tecnologias de poder inaugura uma nova fase do capitalismo, segundo Pelbart, Hardt e Negri, na qual o capitalismo se apropria de um novo território, a subjetividade das pessoas, o Inconsciente. Nesta nova fase de acumulação capitalista em que não somente o trabalho físico do corpo é apropriado, mas também e principalmente, a subjetividade e o trabalho intelectual são apropriados, como se dão as territorialidades de pessoas com deficiência?

Palavras Chave: Biopolítica; Deficiência; Territorialidade; Biopoder; Biopotência.

1 Introdução

Alguns autores têm apontado o atual momento da história da sociedade humana como sendo um período de transição, um momento em que, segundo estes autores, os mecanismos capitalistas de organização, planejamento, gestão e manutenção do poder se modificaram de forma tal que as bases para a exploração capitalista ganharam novas formas, os mecanismos de poder novos sentidos e objetivos e a apropriação privada ganha novos objetos: o subjetivo, o trabalho imaterial. Negri (2003, p.94) se refere ao trabalho imaterial como sendo o conjunto das atividades intelectuais, comunicativas, afetivas, expressas pelos sujeitos e pelos movimentos sociais. Ainda afirma o autor:

[...] hoje nos encontramos em uma forma de existência e em um mundo produtivo que se caracterizam pela hegemonia do trabalho intelectual. Fala-se que entramos na *idade do capitalismo cognitivo*. [...] portanto a organização do capitalismo cognitivo, se baseia cada vez mais em uma capacidade de apropriação privada, imposta por meio da captação dos fluxos sociais do trabalho cognitivo

Pelbart (2009, p.81) se refere a uma fase “em tudo pós-moderna, descentralizada e desterritorializada, correspondente à fase atual do capitalismo globalizado.”. Hardt e Negri, *apud* Pelbart, (2009, p.81), se referem a uma fase não mais imperialista, mas, a fase Imperial, uma fase marcada pela configuração de um Império, que possui mecanismos de governabilidade, portando de controle e gestão, mais espalhados, fluídos, esparramados, em rede, entrelaçados ao tecido social e a sua heterogeneidade.

Foucault, (1999, p.285) faz uma referência à transformação da forma de se exercer o poder no contexto do Capitalismo e afirma que o que decorreu entre os séculos XVII e XVIII foi o surgimento de diversas tecnologias de poder, centradas no corpo, no indivíduo. Eram procedimentos relacionados ao disciplinamento do corpo, assim como sua distribuição no espaço, a fim de que se possa também melhor vigiá-lo e controlá-lo. Essas tecnologias são tecnologias disciplinares do trabalho e objetivavam tornar os corpos tanto mais dóceis quanto mais úteis e produtivos, procurava torná-los mais obedientes e mais eficientes.

Na segunda metade do século XVIII começa-se a notar a presença de outra tecnologia de poder, que funciona através de mecanismos diferentes, não disciplinares, sem, no entanto, desconsiderá-los. Essa nova tecnologia se distancia da lógica individualizante do corpo e se aproxima da lógica massificante, não mais a do homem-corpo, mas do homem-espécie. Essa “biopolítica” relaciona-se de certa forma, com os males que afetam a população subtraindo suas forças, reduzindo o tempo de trabalho, causando baixas de energia e perda de produtividade, relaciona-se também com controles estatísticos relacionados aos aspectos demográficos da população, assim como do controle sobre as formas de vida, os modos de vida. Ocupa-se a biopolítica da gestão da Vida, da invenção-reinvenção da Vida.

A biopolítica se volta para questões relacionadas ao homem enquanto espécie e seu meio, com uma preocupação acerca da manutenção das condições materiais de existência da vida. Preocupa-se com a relação entre a sociedade em geral, a espécie em sua totalidade, com os recursos disponíveis necessários a sua existência e, não somente, com o indivíduo. Este deixa de ser um momento marcado pela hegemonia de uma anátomo-política como forma de governar e passa a ser marcado pela lógica biopolítica.

Como mecanismo de funcionamento dessa biopolítica pode-se identificar, por um lado, o uso de tecnologias regulamentadoras da vida e por outro lado o uso de tecnologias disciplinares da vida. A primeira ligada a um conjunto jurídico, as normas, ao direito, a ideologias; a segunda está ligada aos processos de potencialização e adestramento do corpo social para sua exploração tanto enquanto produtores como enquanto consumidores. Sobre a dimensão do consumo, pode-se dizer que ganhou nesta nova fase do capitalismo outro sentido, Pelbart (2009, p.20), afirma:

O fato é que consumimos, mais do que bens, *formas de vida* – e mesmo quando nos referimos apenas aos estratos mais carentes da população, ainda assim essa tendência é crescente. Através dos fluxos de imagem, de informação, de conhecimento e de serviços que acessamos constantemente, absorvemos maneiras de viver, sentidos de vida, consumimos toneladas de subjetividade. Chame-se como quiser isto que nos rodeia, capitalismo cultural, economia imaterial,

sociedade de espetáculo, era da biopolítica, o fato é que vemos instalar-se nas últimas décadas um novo modo de relação entre o capital e a subjetividade. O capital, como o disse Jameson, por meio da ascensão da mídia e da indústria de propaganda, teria penetrado e colonizado um enclave até então aparentemente inviolável, o Inconsciente.

Pode-se afirmar então, com base nas concepções de Foucault, Hardt e Negri, que é possível identificar mudanças nos mecanismos capitalistas de poder, e que as causas dessas transformações estão ligadas a uma mudança de foco no que diz respeito às estratégias de poder, antes centradas no corpo, no indivíduo-corpo e, agora, centradas no homem-espécie, na população. É necessário, porém, ressaltar que os mecanismos disciplinares do corpo não foram extintos, pelo contrário, foram diluídos, esparramados, foram transformados a partir de uma microfísica, e tiveram seus alcances ampliados, chegando a níveis mais íntimos da existência humana, o Inconsciente e a Subjetividade. Desta forma, uma das marcas deste novo momento do Capitalismo é o seu domínio sobre a produção de subjetividades e a apreensão da mesma a favor da acumulação.

Neste sentido o corpo, como aponta Foucault, Harvey e Pelbart, é o irreduzível, é o que sobra ao proletariado. Por isso, pela sua potência criativa e produtiva é alvo de inúmeras estratégias do Capital, estratégias de poder. A vigia, a disciplina, o controle, a produção e a exploração das corporeidades são a lógica do sistema capitalista da sociedade atual. A produção e “adestramento” das subjetividades, das corporeidades, é uma estratégia de acumulação.

Essas mudanças na forma de exercer o poder, essas novas tecnologias de poder, não poderiam existir sem todo um aparato ideológico que o sustentasse. Cabe então a pergunta: quais ideologias estão na base dessa nova concepção de poder voltada agora para a gestão da população, para a manutenção e o controle das condições existenciais do homem enquanto uma espécie? Quais são os fundamentos dessa nova racionalidade política, desse novo jeito de governar, de exercer o poder?

Para Foucault e Negri essa reorganização e nova concepção e prática de poder, nasce do liberalismo enquanto ideologia de governo. Para Negri (2003, p.103):

O conceito de biopolítica implica, pois, uma análise histórica da racionalidade política e funcional do governo, na época em que ela aparece. Aqui, no caso, a reflexão histórica concerne ao nascimento do *liberalismo*, e aqui, por “liberalismo”, sempre em termos foucaultianos, é preciso entender um exercício de governo que não se limita a maximizar os efeitos de apropriação, reduzindo assim os custos, mas, sobretudo, algo caracterizado pelo risco de governar em demasia.

Há de se pensar que quando se instaura este paradigma do “risco de se governar em demasia”, quando essa racionalidade liberal começa a dominar, é posto em ação a lógica de mercado capitalista, a população fica então a mercê das Leis de Mercado. Essa nova ciência do governo (que também inclui funções jurídicas e econômicas) apresenta-se mais como uma tecnologia do poder que tem por objeto a população, que investe as diversas formas nas quais a população se organiza. (NEGRI, 2003).

2 A ABORDAGEM BIOPOLÍTICA SOBRE DEFICIÊNCIA A PARTIR DE FOUCAULT

Pelo menos duas questões merecem ser pensadas: é possível uma leitura biopolítica sobre a deficiência? Como operacionalizar metodologicamente esta leitura?

Partindo da noção de biopolítica entendemos que o ponto principal a essa tipo de abordagem, relacionada a pessoas com deficiência, seria a identificação de suas duas componentes principais: as tecnologias regulamentadoras e as tecnologias disciplinares. Ainda nos termos de Foucault, caberia então a abordagem por um lado, da série **população – processos biológicos – mecanismos regulamentadores – Estado**; e por outro lado, a abordagem da série **corpo – organismo – disciplina – instituições**. Em outros termos, caberia por um lado a abordagem sobre o conjunto legal, todo o aparato que cria e assegura algum direito aos sujeitos em questão pela mediação do Estado, na perspectiva do conjunto, do convívio social; e por outro lado, uma abordagem relacionada à maneira como as instituições (família, instituições religiosas, escola...) impõem modos de vida, disciplinas, rotinas para os corpos destes sujeitos e como eles mesmo constroem sentidos existenciais a partir de suas percepções do mundo vivido.

Segue uma possibilidade metodológica de abordagem biopolítica sobre pessoas com deficiência a partir das noções de Foucault.

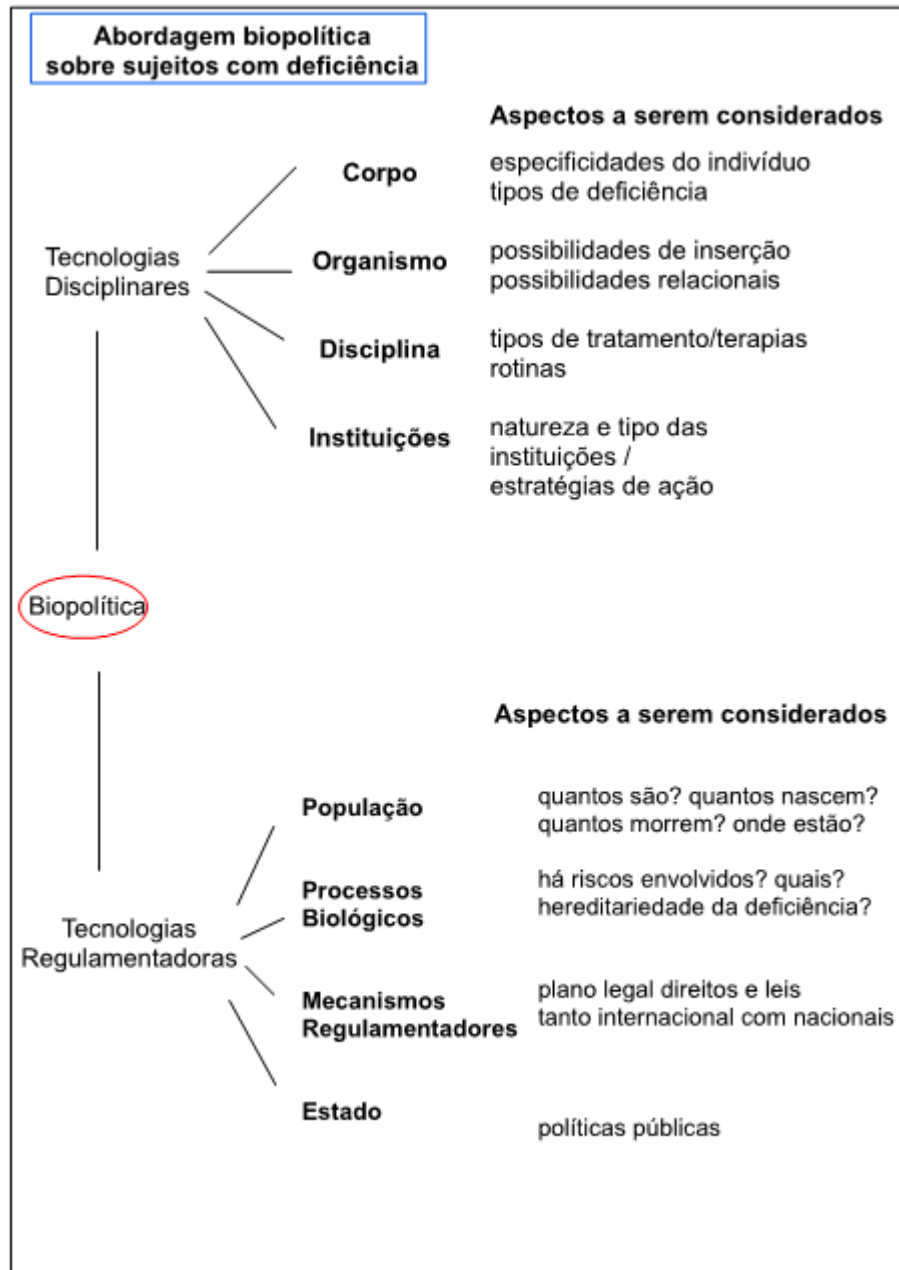


Figura 1

Todavia, esta proposta apresenta pelo menos uma falha, que está ligada a uma noção de biopolítica construída por Foucault restrita a uma única direção, a saber, a direção de quem, ou daqueles, que exercem o poder. Neste esquema é necessário que se acrescente um mecanismo investigativo que permita ouvir “a voz da multidão”, as falas das subjetividades que vivenciam os mecanismos coercitivos do capital.

É necessário primeiro, uma crítica a esta noção e em, segundo, uma proposta que parta do alargamento da compreensão sobre a biopolítica. O que nos conduz ao próximo tópico deste texto.

3 NOVAS CONCEPÇÕES SOBRE BIOPOLÍTICA – BIOPODER E BIOPOTÊNCIA: Contribuições de Negri e Pelbart

Pelbart (2009, p.24) afirma que o termo biopolítica foi proposto por Foucault no sentido de uma modalidade de poder e de governo sobre as populações. No entanto, no decorrer dos últimos anos, o termo passou por uma mudança de sentido, adquirindo caráter mais abrangente e libertador, de maneira tal que remete a vitalidade social e sua potência política. Essa transformação na concepção e no uso do termo biopolítica praticamente inverte seu sentido, na medida em que desloca o eixo de análise “de onde o poder é exercido” para o “onde ele se faz exercer”, do lugar de onde emana o poder para o lugar onde ele é percebido, sentido e vivido como coerção, como sujeição.

Para Pelbart (2009, p. 13):

Nunca o capital penetrou tão fundo e tão longe no corpo e na alma das pessoas, nos seus gens e na sua inteligência, no seu psiquismo e no seu imaginário, no núcleo de sua “vitalidade”. Ao mesmo tempo, tal “vitalidade” tornou-se a fonte primordial de valor no capitalismo contemporâneo: a produção imaterial seria impensável sem a força de invenção disseminada por toda parte.

Esta nova perspectiva teórica pressupõe o seguinte: a dinâmica biopolítica tem como motor de seu movimento, por um lado, os “biopoderes” estabelecidos e hierarquizados, e de outro lado, as formas de vida que respondem, resistem a esses poderes, as “biopotências”. Pelbart (2009) refere-se às biopotências da seguinte forma: “essa subjetividade vampirizada, essas redes de sentido expropriadas, esses territórios de existência comercializados, essas formas de vida visadas não constituem uma massa inerte e passiva a mercê do capital, mas um conjunto vivo de estratégias” e nesse contexto cabe o questionamento “num capitalismo conexcionista, que funciona na base de projetos em rede, como se viabilizam outras redes que não as comandadas pelo capital, redes autônomas, que eventualmente cruzam, se descolam, infletem ou rivalizam com as redes dominantes?”.

A abordagem biopolítica passa então pela identificação dos biopoderes, mas também das biopotências. Para (Negri, 2001 apud Pelbart, 2009), “ao lado do poder, há sempre a potência. Ao lado da dominação, há sempre a insubordinação”. A força da noção biopolítica e seu potencial de abordagem em questões relacionadas às dinâmicas de grupos, classes ou categorias sociais, estão na descoberta de que a vida é uma invenção. Uma invenção que se dá no campo de forças entre biopoderes e a biopotência da multidão.

Essa atualização teórica exige uma nova proposta metodológica de abordagem, que não considere somente um sentido do poder. Uma abordagem biopolítica deve considerar que para toda forma manifesta do biopoder, ou dos biopoderes, existem forças correlatas, multidimensionais, que resistem a partir da biopotência de vida. Os biopoderes não são exercidos sobre uma massa inerte e passiva de pessoas. Analisá-los pressupõem entender que os diferentes indivíduos que compõem a trama social se constroem como sujeitos que resistem e criam possibilidades de dessujeição.

4 APROXIMAÇÕES ENTRE TERRITÓRIO E BIOPOLÍTICA: a construção de uma nova proposta de abordagem biopolítica sobre sujeitos com deficiência

Neste tópico não nos prolongaremos em uma discussão aprofundada sobre o território, empreita essa que nos tomaria muito tempo e mais muitas páginas escritas. Nosso objetivo é lançar algumas considerações sobre o território a fim de aproximar o conceito da biopolítica e também subsidiar a elaboração de nova proposta de abordagem sobre sujeitos com deficiência. Seguem apontamentos simplificados sobre a noção de território para diferentes autores:

1. F. Ratzel: o território seria fruto da relação entre sociedade e natureza intermediada pelo Estado. Para este autor a luta das sociedades é por territórios, e a organização de cada sociedade para defendê-lo é o momento da gênese do Estado.
2. C. Raffestin: a noção de território pressupõe a noção de poder. Para este autor não existe somente o Poder do Estado, existe o poder e o Poder. A territorialidade é a face vivida do poder. Atores sociais de toda ordem tecem suas relações entre si na forma de relações de poder.
3. M. L. Souza: território é fundamentalmente um espaço definido por e a partir de relações de poder.
4. M. A. Saquet: Território é resultado do processo de produção do e no espaço, e envolve instâncias materiais e imateriais. Para este autor os elementos constituintes do território são “identidade”, “relações de poder” e “redes de circulação, comunicação e movimento”.
5. M. Santos: para este autor o território só possui sentido a partir de seus usos, portanto, ele afirma, o território em si mesmo não quer dizer nada. Cabe então falar em Território Usado, na medida em que a partir dos usos pode-se identificar os atores que disputam o exercício do poder.

Fazendo uma breve leitura das noções destes autores podemos perceber que o fundamento de todos eles é o poder. Mesmo em Ratzel, onde o termo não aparece explicitamente, pode-se inferi-lo na medida em que o autor se refere a disputas territoriais, ou seja, disputas de poder sobre e no território. Desta forma, podemos construir a seguinte definição: o território não é o palco onde se disputa poder, ele é o próprio campo de forças de disputa de poder. Afirmar isso significa retirar do território à condição de suporte e atribuir-lhe a dimensão histórica e social das disputas de poder. Daí a importância da concepção de Milton Santos sobre território usado, o território só faz sentido na medida em que é analisado a partir da dimensão histórica de seus usos, das apropriações, da identificação dos atores que definem os usos do território e se apropriam de seus recursos, inclusive e principalmente, humanos.

Desta forma, fica mais evidente a relação entre biopolítica e território. A biopolítica possui como fundamento as relações entre biopoderes, de um lado o Biopoder, que pode ser entendido grosseiramente como o Poder sugerido por Raffestin, e por outro lado, a maneira como os indivíduos respondem aos processos de sujeição a

que são submetidos, a biopotência. Essa relação Biopoderes – biopotência ocorre no campo de forças território.

Podemos pensar então em uma nova possibilidade de abordagem biopolítica sobre sujeitos com deficiência a partir do território, das territorialidades. Segue:

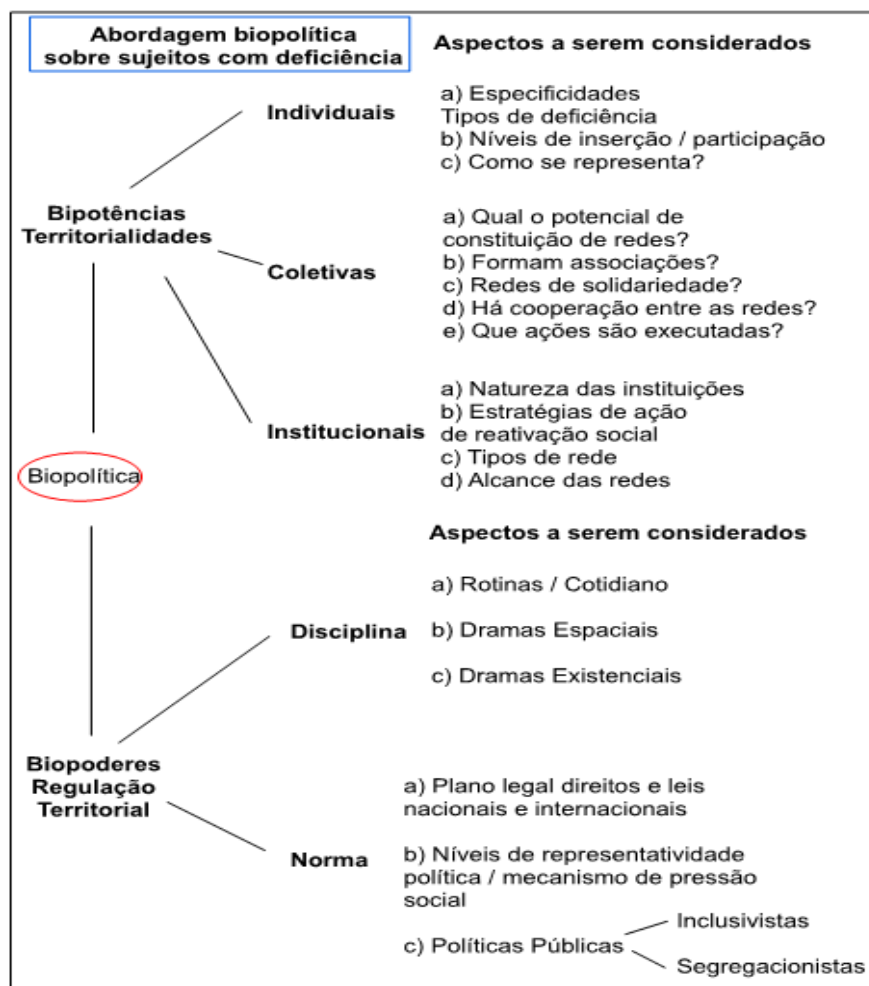


Figura 2

O que muda essencialmente entre as duas abordagens é a consideração, nesta segunda, de uma direção inversa do Biopoder, é a consideração de biopoderes e de biopotências, é consideração do fato de que a multidão responde aos estímulos sofridos pelos mecanismos de coerção, de controle e de sujeição, na forma da reinvenção de suas existências, na forma da reorganização de sentidos existenciais. Para Pelbart (2009, p.13) coube a Deleuze; Guattari explicitar que a potência da vida faz variar suas formas e reinventa a todo instante suas coordenadas de enunciação.

5 PALAVRAS FINAIS

A noção de biopolítica é extremamente pertinente para uma abordagem sobre pessoas com deficiência, principalmente a partir de sua aproximação da noção de território, na medida em que o território, como demonstrado, é o próprio campo de

forças de disputas de poder. Destarte, ambas as noções permitem identificar os atores que disputam poder, permitem identificar os biopoderes e as biopotências, permitem identificar as dinâmicas e estratégias territoriais do Biopoder, ou dos poderes hegemônicos, e também, as territorialidades que resistem e que desenvolvem mecanismo de dessujeição, a partir das biopotências de vida.

As noções de biopolítica e de territorialidade permitem ainda a identificação das redes pelas quais os mecanismos de dominação e resistência funcionam. Assim pode-se propor, enquanto caminho de abordagem, uma possibilidade metodológica de leitura, uma espécie de “**cartografia biopolítica**” das pessoas com deficiência.

REFERÊNCIA

ALMEIDA, M. G. de. Fronteiras, territórios e territorialidades. *Revista da ANPEGE*. Ano 2, n. 2. Fortaleza: 103-114. 2005

BARCELOS, T. Maia. **Re-quebros da subjetividade e o poder transformador do samba**. Tese de doutorado, São Paulo: PUC-SP, 2006.

BRUMER, ANITA; PAVEI, KATIUCI; MOCELIN, DANIEL GUSTAVO. **Saindo da “escuridão”**: perspectivas da inclusão social, econômica, cultural e política dos portadores de deficiência visual em Porto Alegre. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 300-327.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. **O corpo, uma categoria demográfica**. Goiânia: UFG, 2008 (mimeografado).

DELEUZE, G & PARNET. C. **Diálogos**. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Escuta, 1998.

DINIZ, DEBORA. **O que é deficiência?** São Paulo: Brasiliense, 2007.

FOUCAULT, MICHEL. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. – São Paulo: Martins Fontes, 1999. – (Coleção Tópicos).

FREITAS, MARIA NIVALDA DE CARVALHO. **A diversidade através da história: a inserção no trabalho de pessoas com deficiência**. *O & S* - v.14 - n.41 - Abril/Junho – 2007.

GUATTARI, F. & ROLNIK, S. **Micropolítica: Cartografias do desejo**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1986.

HAESBERT, Rogério. **Território alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Editora Moraes, 1981.

NEGRI, ANTONIO. **5 lições sobre o império**. Tradução: Alba Olmi. – Rio de Janeiro: DP&A, 2003. (Coleção Política das Multidões).

PELBART, P. P. A vertigem por um fio: Políticas da Subjetividade contemporânea. São Paulo: Iluminuras, 2000.

_____. **Vida capital:** ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes. **O desafio metropolitano:** um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. RJ: Bertrand Brasil, 2000.

HIDROELÉTRICAS E SEUS EFEITOS SOBRE POPULAÇÕES ATINGIDAS: o AHE Serra do Facão

Ana Paula da Silva de Oliveira FERREIRA

Mestranda em Geografia. Universidade Federal de Goiás/ Campus de Catalão. Bolsista – Agência financiadora: CAPES

Vera Lúcia Salazar PESSÔA

Professora Doutora da Universidade Federal de Uberlândia e vinculada ao Programa de Pós Graduação em Geografia na Universidade Federal de Goiás/ Campus Catalão.

Resumo: A construção de um aproveitamento hidroelétrico (AHE) como a barragem Serra do Facão construída no vale do rio São Marcos, provoca uma série de transformações sociais, culturais, ambientais e econômicas sobre a área envolvida. O objetivo principal da pesquisa é conhecer as transformações sociais e culturais nos modos de vida na Comunidade Lagoinha/Pires, a partir da construção do AHE Serra do Facão e as alternativas construídas pelas famílias atingidas. Para o desenvolvimento da pesquisa e a consecução dos objetivos propostos, estão sendo adotados alguns procedimentos metodológicos: Inicialmente está sendo feito um levantamento bibliográfico (em livros, teses, dissertações, artigos de periódicos, jornais, revistas e sites) sobre a temática. A partir do levantamento bibliográfico será feita a revisão teórica fazendo uso de fontes primárias e secundárias. A pesquisa de campo será realizada durante todas as etapas da pesquisa. Foram e estão sendo feitas visitas às famílias atingidas diretamente pelo empreendimento hidroelétrico Serra do Facão e que estejam morando na Comunidade Lagoinha/Pires no município de Catalão (GO). As famílias da Comunidade Lagoinha/Pires construíram ao longo do tempo suas identidades e singularidades, através de suas relações sociais, políticas, econômicas e também sua relação com a natureza, com o Cerrado, formando sua própria cultura, que agora está ameaçada de continuação por interferência do capital que se territorializa na região através do AHE Serra do Facão. Esta ameaça se efetiva na desestruturação social, política e econômica da Comunidade, com a saída de famílias, com a chegada de outras, com a divisão territorial da Comunidade pelo lago, com o aumento das atividades turísticas na área alagada, com a possibilidade do aumento da criminalidade na região.

Palavras chave: Hidrelétricas; Populações atingidas; Cultura.

1 INTRODUÇÃO

A construção de um aproveitamento hidroelétrico (AHE) como a barragem Serra do Facão construída no vale do rio São Marcos, provoca uma série de transformações sociais, culturais, ambientais e econômicas sobre a área envolvida. Pesquisas têm destacado as profundas alterações nas condições e modos de vida de populações atingidas que são forçadas a se deslocarem, sofrendo a ruptura da *teia da vida*, expressa nos olhares perdidos, nas vozes embargadas, na recusa a tratar do assunto e até na ausência de perspectivas. Isso evidencia a (des)estruturação social, cultural, econômica e política, principalmente dos camponeses, dentre os atingidos - famílias que tem na terra a condição de continuar *(Re)Existindo*.

O objetivo da pesquisa é conhecer os efeitos da construção de hidroelétricas sobre as Comunidades atingidas, tendo como área de estudo a Comunidade

Lagoinha/Pires no município de Catalão (GO) que foi atingida pelo AHE Serra do Facão.

Para o desenvolvimento da pesquisa e a consecução dos objetivos propostos, estão sendo adotados alguns procedimentos metodológicos: pesquisa teórica, pesquisa em fonte primária e secundária e pesquisa de campo.

Inicialmente está sendo feito um levantamento bibliográfico (em livros, teses, dissertações, artigos de periódicos, jornais, revistas e sites) sobre a temática. A partir do levantamento bibliográfico será feita a revisão teórica fazendo uso de fontes primárias e secundárias. Inicialmente serão feitas leituras sobre as categorias lugar, cultura, populações atingidas, e sobre o modelo energético e construção de barragens em áreas de Cerrado. Realizadas estas leituras aprofundar-se-ão nas discussões sobre os impactos sociais e culturais sob as populações atingidas por barragens. Será feita desta forma, uma fundamentação teórica que auxilie a compreensão sobre as inter-relações entre a geografia, cultura, populações atingidas e modelo energético.

Os dados de fontes secundárias estão sendo obtidos no Ministério de Minas e Energia (MME); na Agência Nacional de Águas (ANA); na Secretaria Estadual de Meio Ambiente e recursos hídricos (SEMARH); na Comissão Pastoral da Terra (CPT), no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e no Serra do Facão Energia S.A. (SEFAC). Com esta pesquisa pretende-se obter informações sobre o modelo energético brasileiro e seus efeitos sobre Comunidades atingidas destacando-se as mudanças sociais e culturais nas mesmas.

A pesquisa de campo será realizada durante todas as etapas da pesquisa. Foram e estão sendo feitas visitas às famílias que foram atingidas diretamente pelo empreendimento hidroelétrico Serra do Facão e que estejam morando na Comunidade Lagoinha/Pires no município de Catalão (GO). Para estas visitas, são elaborados roteiros, abordando questões concernentes à temática. Realizando-se entrevistas (dirigidas e semi-dirigidas) com famílias residentes na referida Comunidade. O objetivo principal dessas entrevistas está sendo o de conhecer a cultura dessas famílias, e identificar as relações sociais estabelecidas na Comunidade. Procura-se ainda verificar se estão ocorrendo transformações nas relações sociais nessas Comunidades em função da construção do AHE Serra do Facão.

2 HIDROELÉTRICAS E SEUS EFEITOS NAS POPULAÇÕES ATINGIDAS

Nas últimas décadas com a intensificação do processo de industrialização e expansão do modo de produção capitalista, houve uma conseqüente “necessidade” de ampliar a apropriação do meio natural para suprir a demanda mundial de energia e bens considerados essenciais à manutenção da sociedade capitalista. Neste contexto no Brasil, a geração de energia elétrica gerada a partir de aproveitamentos hidrelétricos ganhou força. Os rios passaram a ser alvos de barragens, conhecidas pelos grandes impactos que causam ao meio ambiente e as famílias atingidas.

Tolmasquin (2005) ao fazer uma análise econômico-financeira das principais alternativas de geração elétrica no país, afirma que existem no mundo mais de 45.000 barragens, as quais já expulsaram mais de 80 milhões de pessoas de seus lugares de

viver. Segundo o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), no Brasil, um milhão de pessoas foram atingidas diretamente pela construção de barragens, tendo sido alagadas 34 mil km² de terras com a construção de mais de 2.000 barragens.

Ao fazer uma análise dos efeitos regionais de grandes obras hidroenergéticas, Jong (1994), argumenta que durante certo tempo houve um *maravilhamento* frente aos projetos hidrelétricos. Estes projetos eram vistos como sendo eficientes em produção de energia elétrica, uma vez que, se aproveita um recurso natural renovável, sem grande emissão de gases poluentes na atmosfera se comparado aos combustíveis fósseis e apresenta baixo custo. Entretanto, posteriormente, percebeu-se que havia custos sócio-ambientais antes não evidenciados, levando a dúvida quanto aos benefícios destes empreendimentos. Jong (1994, p. 174) enumera alguns destes custos:

A inundação de vastas áreas, a realocação compulsória das populações afetadas, os movimentos de populações induzidos durante a etapa da construção, os conflitos sócio-culturais relacionados a tais movimentos, os efeitos inflacionários localizados oriundos do aumento pontual da demanda de bens para a construção ou o consumo, as modificações advindas da construção ou a inundação dos ecossistemas [...], frustração de expectativas postas no desenvolvimento regional. (JONG, 1994, p. 174).

Logo, expectativas sociais não cumpridas pelos empreendimentos levam a frustração. Para Jong (1994) toda ação humana pressupõe um risco seja no meio natural ou social, para tanto deve se vincular os problemas ambientais (conflitos entre sociedade e meio natural) a organização social. O uso que se faz dos recursos do meio ambiente é que determinará a ocorrência ou não de conflitos sócio-ambientais.

Acsehrad (2005) faz uma reflexão sobre conflitos sócio-ambientais argumentando que o meio ambiente não pode ser visto apenas como objeto de cooperação, mas também de contestação e conflito, estando carregado de sentidos sócio-culturais e interesses diferentes. “A água dos rios pode ter distintos usos: pode ser meio de subsistência de pescadores ribeirinhos ou instrumento da produção de energia barata para firmas eletrointensivas” (ACSELRAD, 2005, p. 07). Há assim, diferentes interesses que regem a apropriação do meio natural, que quando discordantes levam a conflitos. Os mencionados conflitos sócio-ambientais ocorrem “[...] quando há um desacordo no interior do arranjo espacial de atividades de uma localidade, região ou país” (ACSELRAD, 2005, p. 08), ou seja, quando a continuidade de usos do território vê-se ameaçada pela maneira como outras atividades são implementadas.

No Brasil desde os anos de 1990 esses conflitos inerentes às diferentes racionalidades, lógicas e processos de apropriação do território têm ganhado visibilidade, exprimindo as contradições oriundas do “desenvolvimento” econômico do país. Mendonça (2004), ao tratar sobre as transformações sócio-espaciais no Sudeste Goiano, faz uma reflexão de como o Cerrado vem sendo *ocupado* nos últimos anos. O Cerrado foi dominado e está sendo destruído devido ao processo acelerado de reestruturação produtiva do capital, “[...] que usa de diferentes artimanhas, para se reproduzir sendo uma de suas expressões mais fortes a modernização conservadora da

agricultura e a construção de barragens nos rios do Cerrado” (MENDONÇA, 2004, p. 257), o referido autor denomina essa fusão de interesses de *agrohidronegócio*.

A construção de barragens para aproveitamento hidroelétrico em todos os ambientes, mas especialmente em áreas de Cerrado, se constitui em um processo que vem causando transtornos indescritíveis aos ribeirinhos e/ou atingidos. Tais projetos hidroelétricos são implantados sem levar em conta às tradições das populações locais e regionais e, tão pouco, suas expectativas e aspirações.

Zhourí; Oliveira (2005), ao analisarem o lugar das comunidades atingidas por barragens hidroelétricas, fazem uma reflexão acerca do drama de pessoas, famílias e comunidades ameaçadas de deslocamento compulsório pela construção de barragens a partir do confronto de duas racionalidades:

De um lado, as populações ribeirinhas que resguardam a *terra* como *patrimônio* da família e da comunidade, defendido pela *memória coletiva* e por regras de uso e compartilhamento dos recursos; de outro, o Setor Elétrico, incluindo-se o Estado e empreendedores públicos e privados que, a partir de uma ótica de mercado, entendem o território como propriedade, e, como tal, *uma mercadoria* passível de valoração monetária. (ZHOURI; OLIVEIRA, 2005, p. 50, grifos das autoras).

Há nesta luta uma disparidade de forças onde as populações ribeirinhas lutam contra uma lógica estranha a elas, a qual desconsidera o seu valor enquanto “sujeitos sociais e atores políticos” (ZHOURI; OLIVEIRA, 2005, p. 51), ativos e com direitos a discussão. Assim ocorre com os atingidos pelo AHE Serra do Facão que diante da construção da barragem foram obrigados a deixarem a terra, casa, trabalho e modos de vida. A este respeito Mendonça (2004) afirma que:

A expulsão e a conseqüente desterritorialização dos camponeses e *trabalhadores da terra* são uma violência desmesurada, pois, ao perderem seus lugares, esses seres humanos se *des-enraízam*, o que gera incertezas e problemas individuais e coletivos, sociais, culturais, políticos e econômicos, além da relação de *pertencimento*, que jamais será refeita (MENDONÇA, 2004, p. 282, grifos do autor).

Os problemas advindos da desterritorialização forçada para as famílias de trabalhadores/camponeses/ribeirinhos são incontáveis.

Via de regra, tais comunidades rurais e ribeirinhas não só perdem a base material de sua existência, as condições ambientais apropriadas ao seu modo de produção – terras férteis agricultáveis, as beiras dos rios, as nascentes etc. – como também suas referências culturais e simbólicas, as redes de parentesco estabelecidas no espaço, a memória coletiva assentada no lugar [...]. (ZHOURI; OLIVEIRA, 2005, p. 51)

Os impactos não se limitam às dimensões materiais, havendo perdas imateriais resultantes da desestruturação de relações, da perda de práticas individuais e coletivas,

de valores, recursos religiosos e culturais, enfim da identidade cultural dessas famílias, elementos que não são passíveis de indenização e realocação.

Rigonato (2005) ao desenvolver um estudo sobre as características socioculturais do Cerrado goiano tendo como referência a população do Distrito de Vila Borda, afirma que a relação que as populações tradicionais estabelecem com o Cerrado é um marco identitário das mesmas, suas heranças sociais, culturais e étnicas são demonstradas de diferentes maneiras nas formas de reconhecimento e utilização das fitofisionomias, no preparo e emprego de plantas, no uso da terra e em rituais e festas organizadas pelas pessoas do/no Cerrado. Assim ocorria e ocorre com as famílias que residiam e residem no vale do rio São Marcos, essas famílias são donas de rico conhecimento acerca do território que habitam e a sua expulsão significa a perda de sua identidade territorial.

Almeida (2008) ao discutir sobre as diversidades paisagísticas e identidades territoriais e culturais tendo como referência os biomas da Caatinga e do Cerrado faz emprego do termo *populações sertanejas* para designar populações que vivem nessas áreas. De acordo com a autora essas populações são donas de amplo conhecimento das plantas, dos animais, das estações do ano, das fases lunares, dos ciclos biogeoquímicos, ecológicos e hidrológicos e ainda dos diferentes tipos de solo. Este conhecimento lhes permite fazer diferentes usos do território de forma a converter a natureza em cultura.

Sobre cultura, Andrade (2008) diz que,

[...] a cultura reside naquilo que é apreendido, transmitido, transformado e reinventado pelas pessoas, ao longo do tempo, e vivida individualmente. Dessa maneira, não se manifesta da mesma maneira em todas as pessoas e também não desempenha o mesmo papel, ao longo da vida. Os conteúdos culturais agrupam um conjunto de valores, ritos, códigos e regras que permeiam os modos de vida. (ANDRADE, 2008, p. 170).

A cultura é a uma forma de expressão individual e coletiva e se forma a partir de aceitações, recusas e reinvenções de atos, manifestações.

A cultura das famílias camponesas do vale do rio São Marcos, por exemplo, é própria delas, é uma forma de cultivar a vida na qual está inclusa o trabalho enquanto relação com a terra, construindo vivências na terra e no Cerrado. A expulsão de famílias de suas terras causa a perda da identidade cultural com o território. Outras tantas sofrem com a desestruturação de suas Comunidades com a saída forçada de parte das famílias e a chegada de outras. As relações estabelecidas, o modo de vida, a identidade territorial sofrem uma transformação brusca. Assim ocorre no vale do rio São Marcos onde a construção do AHE Serra do Facão está implicando na expulsão de famílias de trabalhadores/camponeses/ribeirinhos de suas terras, o que implica também em mudanças forçadas na cultura das Comunidades atingidas, como a Comunidade a Lagoinha/Pires, localizada no município de Catalão (GO), onde parte da Comunidade será alagada pelo reservatório.

A Comunidade Lagoinha/Pires é uma das Comunidades rurais que serão diretamente atingidas pelo AHE Serra do Facão. A referida Comunidade situa-se no município de Catalão (GO) e nela residem famílias de trabalhadores/camponeses que

tem na terra instrumento de trabalho condição para realização da vida. A Comunidade está estruturada nas relações de vizinhança, nas tradições (estórias e histórias, rezas, festas, mutirões, pescarias, lugares assombrados etc.) que asseguram a identidade territorial das mesmas.

As famílias da Comunidade Lagoinha/Pires construíram ao longo do tempo suas identidades e singularidades, através de suas relações sociais, políticas, econômicas e também sua relação com a natureza, com o Cerrado, formando sua própria cultura, que agora está ameaçada de continuação por interferência do capital que se territorializa na região através do AHE Serra do Facão. Esta ameaça se efetiva na desestruturação social, política e econômica da Comunidade, com a saída de famílias, com a chegada de outras, com a divisão territorial da Comunidade pelo lago, com o aumento das atividades turísticas na área alagada, com a possibilidade do aumento da criminalidade na região.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Empreendimento Hidroelétrico Serra do Facão explicita o atual modelo energético brasileiro dependente das hidrelétricas e altamente predatório para a natureza e para a sociedade, uma vez que promove a destruição de fauna, flora, inundam terras férteis, nascentes, veredas e ainda desloca compulsoriamente centenas de famílias.

A desterritorialização de famílias é uma dos efeitos mais graves da construção de uma usina hidroelétrica, assim ocorreu com trabalhadores/camponeses/ribeirinhos do vale do rio São Marcos que diante da construção do AHE Serra do Facão tiveram que deixar suas terras. As repercussões negativas na vida destas famílias são incalculáveis, uma vez que, estes perdem não só bens materiais, mas principalmente sofrem com as mudanças nas formas de organização/produção de vida. Ao serem desterritorializadas estas famílias são privadas do direito a permanência na *terra de trabalho*, na manutenção de sua identidade sócio-territorial e apresentam grandes dificuldades de reconstituírem suas vidas.

Os efeitos negativos da territorialização do AHE Serra do Facão atingiram e está atingindo também as famílias que estão tendo suas terras parcialmente alagadas, as que se tornarão as novas ribeirinhas e a toda a sociedade que direta ou indiretamente é envolvida. Na Comunidade Lagoinha/Pires onde parte da Comunidade será alagada vivência se um processo de transformação social e cultural forçado, com a saída de algumas famílias da Comunidade e com a chegada de outras. O trabalho familiar, a solidariedade, a união e amizade entre vizinhos elementos característicos da Comunidade estão ameaçados de continuidade.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Apresentação. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. (Org.). **A insustentável leveza da política ambiental**. Belo Horizonte: Autentica, 2005. 287 p.

ALMEIDA, M. G. (Org.). **Tantos Cerrados**: Múltiplas abordagens sobre a biogeodiversidade e singularidade sociocultural. Goiânia: ed. Vieira, 2005. 348 p.

ALMEIDA, M. G.; CHAVEIRO, E. F.; BRAGA, H. C. (Org.). **Geografia e cultura**: os lugares da vida e a vida dos lugares. Goiânia: ed. Vieira, 2008. 313 p.

ALMEIDA, M. G. Diversidade paisagística e identidades territoriais e culturais – Brasil Sertanejo. In: ALMEIDA, M. G.; CHAVEIRO, E. F.; BRAGA, H. C. (Org.). **Geografia e cultura**: os lugares da vida e a vida dos lugares. Goiânia: ed. Vieira, 2008. p. 47 a 74.

ALVES, J. M. **Processo de eletrificação em Goiás e no Distrito Federal**: retrospectiva e análise dos problemas políticos e sociais na era da privatização. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia. Campinas, 2005. 288 p.

BOUGUERRA, M. L. **As batalhas da água**: por um bem comum da humanidade. Rio de Janeiro: Vozes, 2004. 240 p.

CHAUÍ, M. **Conformismo e resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

Empresa de Pesquisa Energética. **Balanço Energético Nacional 2008**: Ano base 2007. Rio de Janeiro: EPE, 2008.

JONG, G. M. As grandes obras hidroenergéticas. Contribuição para a análise de seus efeitos regionais. In: SOUZA, M. A.; SANTOS, M.; SCARLATO, F. C.; ARROYO, M. (Org.). **Natureza e sociedade de hoje**: uma leitura geográfica. 2. ed. São Paulo: Hucitec – Anpur, 1994. 244 p.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 2004. 457 f. Tese (Doutorado em geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

MENDONÇA, M. R.; MESQUITA, H. A. O agro-hidro-negócios nas áreas de Cerrado Goiano: a construção das (re) existências. In: **IECSR/II SCSB**, 2007, Salvador. Anais IECSR / II SCSB – Instituto de Geociências, Mestrado em Geografia, Salvador: EDUFBA.

RELATÓRIO 4ª Câmara do Ministério Público Federal. **Meio ambiente e patrimônio cultural**. Brasília, 2004.

RIGONATO, V. D. A dimensão sociocultural das paisagens do Cerrado goiano: o distrito de Vila Borba. In: ALMEIDA, M. G. (Org.). **Tantos Cerrados**: Múltiplas abordagens sobre a biogeodiversidade e singularidade sociocultural. Goiânia: ed. Vieira, 2005. p. 63 a 96.

ROTHMAN, F. D. (Ed.). **Vidas alagadas**: conflitos socioambientais licenciamento e barragens. Viçosa: UFV, 2008. 244p.

TOLMASQUIM, M. T. (coordenador). **Geração de energia elétrica no Brasil**. Rio de Janeiro: Interciência, 2005. 198 p.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. (Org.). **A insustentável leveza da política ambiental**. Belo Horizonte: Autentica. 2005. 287 p.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Paisagens industriais e desterritorialização de populações locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. (Org.). **A insustentável leveza da política ambiental**. Belo Horizonte: Autentica. 2005. 287 p.

FORMAÇÃO POLÍTICA E A EDUCAÇÃO DAS CLASSES CAMPONESA E OPERÁRIA

Altacir BUNDE

UFG/Campus Catalão. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia. E-mail: alta.cir@hotmail.com. Fone: 064-34114284. End. Rua A, 637, Bairro São Francisco, Catalão/GO. CEP. 75.707-010.

Marcelo Rodrigues MENDONÇA

UFG/Campus Catalão. Orientador/Professor dos Cursos de Graduação e Pós-graduação em Geografia/UFG/Campus Catalão. E-mail: mendoncaufg@gmail.com

O presente artigo visa levantar, analisar e disponibilizar os desafios da educação e da formação política das classes camponesa e operária pelos movimentos sociais. Para isso, buscou-se, mesmo que de forma resumida, levantar alguns elementos sobre os assuntos presentes em cartilhas e revistas elaborados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), pelo Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae (CEPIS) e pela Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), bem como em materiais que serviram e continuam servindo de referência para os movimentos sociais de esquerda, no campo e na cidade.

A discussão desse assunto requer que se trate da formação da consciência de classe. Hegel destacou a dialética da relação senhor e servo como mecanismo de afirmação das relações de poder do senhorio:

F. Hegel em sua *Fenomenologia do Espírito* analisou detalhadamente a dialética do senhor e do servo. O senhor se torna tanto mais senhor quanto mais o servo internaliza em si o senhor, o que aprofunda ainda mais seu estado de servo. A mesma dialética identificou Paulo Freire na relação oprimido-opressor em sua clássica obra *Pedagogia do Oprimido*. Com humor comentou Frei Betto: "em cada cabeça de oprimido há uma placa virtual que diz: hospedaria de opressor". Quer dizer, o oprimido hospeda em si o opressor e é exatamente isso que o faz oprimido (BOFF, 2010, p. 01).

Se a classe que está no poder usa a educação como meio para manter sua dominação, a classe dominada pode usá-la como mecanismo de libertação, pois, segundo Leonardo Boff, "[...] se realiza quando o oprimido extrojeta o opressor e aí começa então uma nova história na qual não haverá mais oprimido e opressor, mas, o cidadão livre" (BOFF, 2010, p. 01).

Toda educação e formação estão a serviço de uma ideologia, de uma estratégia de poder, tanto para mantê-la quanto para transformá-la. Mas, como numa sociedade de classes, a educação nunca está a favor de todas as classes, as classes camponesa e operária têm que procurar obter uma educação transformadora, concebida para livrar o povo da opressão da classe dominante (a burguesia). Na sociedade capitalista a educação foi e é pensada e organizada para manter a exclusão dos trabalhadores do conhecimento acumulado, ou seja, do esclarecimento da prática social. A escola tradicional (burguesa) sempre buscou a subordinação dos que conseguem ser

“incluídos” para que esses reproduzam essa subordinação. Faz isso através de seus conteúdos, de sua postura, de seus espaços, de suas metodologias e de suas relações.

Referindo-se à educação burguesa e ao seu processo pedagógico, Lefebvre (1973) critica "os métodos e a matéria ensinada" e destaca que, nas escolas, tanto estes quanto os locais e a arrumação do espaço reduzem o aluno à passividade, habituando-o a primeiro estudar, e, depois, trabalhar sem prazer. Para Lefebvre, “O espaço pedagógico é repressivo, mas esta 'estrutura' tem um significado mais vasto do que a repressão local: o saber imposto, 'engolido' pelos alunos, 'vomitado' nos exames, corresponde à divisão do trabalho na sociedade burguesa, serve-lhe, portanto, de suporte” (LEFEBVRE, 1973, p.59). Além disso, quando é feita, a análise "da forma e da transmissão passa ao largo de um problema central, o conteúdo do saber e do seu lugar na divisão do trabalho" (LEFEBVRE, 1973, p.63).

Por isso, para Lefebvre, é necessário verificar como é que se produzem e (re)produzem as relações sociais na educação e na formação comandada pela sociedade burguesa que podem ser concebidas de várias formas. A domesticadora naturaliza a prática de *insignare*, na educação corporativa e empresarial, mas também na pública, de *inculcar* no oprimido, de forma autoritária e/ou populista, diferentes *pacotes*, pois tem como objetivo perpetuar o poder da burguesia sobre as classes camponesa e operária. Nos a-lunos e a-lunas (aqueles que não têm luz) são introjetadas os conteúdos e modelos das estruturas de opressão e exploração para que eles os aceite e reproduzam. Todas as teorias pedagógicas sejam elas críticas, construtivistas, participativas etc., visam atender a esse objetivo. Por isso, a boa educação e formação para o povo é a que tenha presente a ação política. Pode-se mesmo dizer que, sem ato político, não há ato educativo. Ele deve seguir uma intencionalidade: qualificar militantes da transformação; construtores de uma nova ordem social.

Todos os conteúdos de uma formação de camponeses/as, de trabalhadores/as, de militantes etc. devem relacionar-se à realidade da luta de classes, ou seja, ao trabalho, à produção das mercadorias, às contradições nas relações sociais de produção, e à organização própria das classes camponesa e operária. Só assim os/as trabalhadores/as podem tornar-se sujeitos construtores de uma nova sociedade.

Mas, como nos ensinou Marx, todo o pressuposto da existência humana e da história é que os homens devem estar em condições de viver para poder “fazer história”. E para viver, é preciso comer, beber, ter habitação, vestir-se, educar-se. Isso é a produção da própria vida material, que não se dá sem a transmissão do conhecimento acumulado, que pode ser escolarizadamente, desde que haja a intenção de ao se produzir a vida material produzir-se também relações sociais justas.

Toda educação capaz de construir uma nova realidade social, necessariamente, deve incorporar mudanças, na postura, na relação entre educadores e educandos, nas técnicas participativas, no espaço físico. Nesta concepção de educação, o conteúdo é o conhecimento comprovado e (re)criado, o método é o caminho capaz de transmitir a determinado grupo o conhecimento da prática social, o fim é a transformação da sociedade. Um dos maiores desafios da formação política e da educação das classes camponesa e operária é justamente relacionar a aprendizagem, a assimilação e a aplicação.

Em todo o processo de escolarização em que ocorre uma desvinculação entre educação e formação política está apenas reproduzindo-se as desigualdades sociais. E é por isso que a formação jamais pode se limitar a uma palestra, um curso etc. Tem que ter uma estratégia que a relacione à produção social da vida.

Os movimentos sociais devem ser sempre eles a dirigirem a formação política. Esta tarefa não deve ser delegada a terceiros. Mas, toda a formação deve partir da análise da realidade concreta. O marxismo ensina que se devem abordar temas como economia, cultura, tradição, história, idiosincrasias. E ainda, as identidades e os “novos” sujeitos sociais devem ser vistos como os que carregam ou possam a vir a carregar um horizonte da revolução socialista. A formação deve ainda sempre ter presente e claro o ponto de chegada. É isso que ajuda na construção de caminhos alternativos, sem ilusão com formas passivas, que só são capazes de perceberem a direção imposta, os governos, mas não são capazes de identificar na consciência e na luta de classe a libertação. Essa possibilidade ultimamente tem levado à desmobilização das massas.

A formação política deve sempre ter como objetivo formar quadros políticos capazes de atuarem com paixão e profissionalismo independentemente de qual for a conjuntura, em qualquer espaço e em qualquer posto da luta. Se os movimentos sociais sempre investiram na juventude é porque ela traz a semente da libertação e, não estando totalmente infectada pelo vírus do conformismo e do comodismo, é capaz de canalizar sua rebeldia a partir de um processo político/organizativo, elevando-se a sua consciência política e ideológica e fazendo-a querer carregar uma placa real: livre.

REFERÊNCIAS

BETO, F. **Desafios da educação popular**: as esferas sociais e os novos paradigmas da educação popular. Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae. 3º edição. São Paulo/SP, agosto de 2002.

BOFF, L. **A saudade do servo na velha diplomacia brasileira**. Recebido de: ju.gratao@hotmail.com. Em 30 de maio de 2010.

Centro de educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae. **Trabalho de base**: teoria e prática. Coletânea de textos. São Paulo/SP, maio de 2005.

ENFF. **A política de formação de quadros**. Cadernos de Estudos V. 1. 2007.

LEFEBVRE, Henri. **A natureza e o domínio da natureza**, In: _____. Introdução à Modernidade - Prelúdios. RJ: Paz e Terra, 1969.

_____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo. Editora Ática, 1991 (edição Galimard, 1968).

_____. **Uma revolução cultural não pode desenrolar-se fora do campo da política** [entrevista, Revista TRIUNFO. Lisboa: Editorial O Século, 1970. [Verão de 1968].

_____. **Re-produção das relações de produção**. Porto, Editora Scorpião, 1973.

LENIN, V. I. **O que fazer?** Obras Escolhidas. V. 1. Editora Alfa Ômega. São Paulo, 1986.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política.** Trad. Maria Helena Barreiro Alvez. 3º Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Movimento Camponês Popular. **Caderno de Formação nº 1.** Agosto de 2009.

MST. **Programa nacional de formação de militantes.** Setor de formação. Junho de 2001.

CIDADANIA, TRABALHO E JUVENTUDE NO CAMPO: formação, qualificação e geração de renda a partir da agroecologia⁵³

Anderson José da SILVA

Bolsista ITI/A - CNPq e graduando em Bacharelado em Geografia da Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão. E-mail: andersongeobacharel@gmail.com

Marcelo Rodrigues MENDONÇA

Coordenador do Projeto e Professor dos Cursos de Graduação e Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão. E-mail: mendoncaufg@gmail.com

Walkiria Helena Alves da Silva e SOUSA

Bolsista EXP 3 CNPq e graduada em Letras pela Universidade Federal de Goiás/ Campus Catalão Email: walkirialettras@hotmail.com

RESUMO: O processo de modernização da agricultura no Brasil, iniciado na década de 1950, teve como objetivo o aumento da produção, da produtividade da terra e do trabalho, alterando as relações sócio-econômicas no espaço agrário brasileiro. A partir da década de 1970 o setor agrário brasileiro presencia maior desenvolvimento, com o avanço de novas técnicas e implementos agrícolas, decorrentes da adoção do pacote tecnológico denominado de *Revolução Verde*, ocorrendo conseqüentemente mobilidade espacial, principalmente dos trabalhadores/camponeses desterritorializados das suas condições de existência, no caso o acesso a terra, mudando a estrutura econômica e social tanto do campo quanto da cidade. Esse processo desencadeou agressões ao meio ambiente e modificou as relações sociais de produção e de trabalho, historicamente desenvolvidas na agricultura tradicional, voltada para as necessidades básicas dos camponeses. Diante disso, o Projeto de Pesquisa e Extensão *CIDADANIA, TRABALHO E JUVENTUDE NO CAMPO: formação, qualificação e geração de renda a partir da agroecologia* visa garantir aos jovens que estão no campo a capacitação e orientação para assegurar formação e condições de se tornarem agentes de desenvolvimento nas Comunidades Rurais. O enfoque dado à agroecologia é no sentido científico, para fornecer as diretrizes conceituais e metodológicas com o objetivo único de fundar a agricultura na natureza, considerando os estudos acadêmicos e a cultura local, em uma interação com vistas a uma produção em bases sustentáveis, e como alternativa ao modelo convencional, que se sustenta pelos princípios da Revolução Verde. O projeto em desenvolvimento teve início no mês de julho de 2009 e é composto de quatro Módulos (448 h/aulas) na Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão (nos meses de janeiro e julho) destinado a jovens rurais de três Escolas Municipais pólos na região (Escola Municipal Maria Barbara Sucena, na Comunidade Morro Agudo/Cisterna; Escola Municipal Arminda Rosa Mesquita, na Comunidade São Domingos; e a Escola Municipal Santa Inês, na Comunidade Cruzeiro dos Martírios). O objetivo é assegurar, àqueles que vivem e trabalham na terra, condições de se capacitarem e melhorarem as condições de trabalho, garantindo renda e inclusão social a partir do desenvolvimento de experiências agroecológicas, implicando no (re)desenho dos arranjos produtivos no campo. A metodologia e estratégia de ensino serão calcadas em aulas teóricas e práticas, sempre valorizando os saberes do homem do campo. O projeto está estruturado em 04 (quatro) módulos. Cada um com 10 dias (cada dia com 08 horas atividades) de aulas teóricas e 04 dias de atividades de campo, totalizando 448 horas atividades. Os módulos

⁵³ Projeto financiado pelo CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Edital MCT/CNPq/CT-AGRONEGÓCIO/MDA – Nº 23/2008 – Programa Intervivência Universitária.

terão como centralidade: *Módulo I* – Capacitação e acompanhamento de 80 jovens agricultores/camponeses para Desenvolvimento do Programa Organização Social e Associativismo na Comunidade Rural Cisterna/Olaria e adjacências. *Módulo II* – Capacitação e acompanhamento de 80 jovens agricultores/camponeses para o desenvolvimento do Programa Agroecologia, Legislação Ambiental e Utilização de Recursos Naturais na Comunidade Rural Cisterna/Olaria e adjacências. *Módulo III* – Capacitação e acompanhamento de 80 jovens agricultores/camponeses para desenvolvimento do Programa Computação, Informática e Comunicação na Comunidade Rural Cisterna/Olaria e adjacências. *Módulo VI* – Capacitação e acompanhamento de 80 jovens agricultores/camponeses para o desenvolvimento do Programa Empreendedorismo, Administração Rural, Negócios e Contabilidade na Comunidade Rural Cisterna/Olaria e adjacências. Como previsto no cronograma do projeto, as atividades do Módulo I e II, aconteceram nos meses de julho de 2009 e dezembro de 2010, respectivamente. Diante da realidade dos alunos participantes, a equipe do projeto desenvolveu mais de 20 minicursos que mostram uma alternativa de renda e capacitação dos jovens, desta forma os jovens se organizam e promovem a geração de renda e a *organização inteligente* dentro das propriedades, proporcionando geração de renda com o devido cuidado com os recursos naturais e sociais. Dentre os cursos administrados no módulo I e II os que ganharam destaque e maior interesse pelos jovens, foi a produção de biofertilizantes naturais, adubação verde, composto orgânico, apicultura, produção de hortaliças, sistema agroflorestal, jovem empreendedor rural, noções básicas de cooperativismo, processo de coleta de sementes e quebra de dormência de sementes de plantas nativas do Cerrado, controle biológico de pragas e controle de insetos por plantas inseticidas, utilização de plantas nativas do Cerrado como fitoterápicos. Todos os minicursos foram elaborados conforme a necessidade e a realidade dos alunos. Com base nesta estratégia a equipe executora percebeu que houve um amadurecimento de ideias do Módulo I para o Módulo II e percebeu ainda que alguns jovens já estão aplicando os conhecimentos adquiridos nos cursos. São feitas visitas mensalmente pela equipe executora nas escolas rurais, nas quais esses alunos estudam. Os conhecimentos adquiridos nos cursos propiciaram mais qualidade de vida e renda além de possibilitar aos jovens a oportunidade de agirem como agentes disseminadores de idéias e práticas dentro das Comunidades, melhorando o ambiente em que vivem. Outro ponto observado pela equipe é o interesse de outros jovens da Comunidade em participar do Projeto e a quantidade de jovens que estão em uma faixa etária de 14 a 17 anos e precisam de uma qualificação para melhorar o trabalho e a qualidade de vida. Observou-se por levantamento das características desses jovens que todos exercem atividades na própria propriedade, além do fato de que uma pequena parcela trabalha em outras propriedades para ajudar na renda da família, desta forma, a qualificação/capacitação propiciada pelo Projeto é de interesse para a (in)formação destes jovens, garantindo-lhes uma reflexão qualificada sobre cidadania, a possibilidade da permanência na terra de forma digna e com uma produção agroecológica.

Palavras Chave: Agroecologia; Agricultura; Comunidades Rurais; Capacitação; Sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

DUARTE E. G. **Do mutirão à ocupação de terras:** manifestações camponesas contemporâneas em Goiás. 1998. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

EITEN, G. **Delimitação do conceito de Cerrado**. Boletim de Geografia, Rio de Janeiro, v. 34, n. 249, p. 131-140, 1976.

ÊXODO: sem educação de qualidade, jovens saem do campo. **Conversa afiada** – Juventude do Campo. Nº 23 - Jul / Ago de 2004. Disponível em: http://www.andi.org.br/noticias/templates/boletins/template_cafiada.asp?articleid=5065&zoned=22

FERREIRA, I. M. **O afogar das veredas**: uma análise comparativa espacial e temporal das veredas do Chapadão de Catalão (GO). 2003. 242 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

FLORES, M. M. L. **Escola nucleada rural**: histórico e perspectivas em Catalão-GO (1998-2000). 2000. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia.

GRAZIANO NETO, F. **A questão agrária e ecológica**. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Coleção Primeiros Vãos).

LUNARDI, V. L. **A organização dos trabalhadores rurais (sindicato, associação, cooperativa) e a agricultura familiar** - uma reflexão sobre Goiás. 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MENDES, E. de P. P. **A produção familiar em Catalão-GO**: a comunidade Coqueiro. 2001. 202 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

MENDONÇA, M. R. **A questão regional e o campesinato**: a allicultura em Catalão-GO. 1998. 233 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

_____. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 2004, 458 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MESQUITA, H. A. de. **A modernização da agricultura – Um Caso em Catalão/Goiás**. 1993. 180 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

CONGADA DE PIRES DO RIO-GO: memória e trajetória

Daniela Marly Alves Matos Corrêa OLIVEIRA

Aluna do curso de especialização em Geografia do Brasil pela Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão – UFG/CAC Email: danielamarly@hotmail.com

Valéria A. Castro MORAIS

Aluna do curso de especialização em Geografia do Brasil pela Universidade Feral de Goiás/Campus Catalão – UFG/CAC Email: valeriaaparecidacastromorais@hotmail.com

Marise Vicente de PAULA

Professora Mestre da Universidade Estadual de Goiás/UEG/Unidade de Pires do RIO-GO
Email: marise.vicentedepaula@gmail.com

RESUMO: Este resumo tem por base o trabalho de conclusão de curso, Congada de Pires do Rio – GO: memória e trajetórias, cuja defesa se realizou no ano de 2009, com o objetivo foi conhecer a trajetória das famílias de congos da cidade de Pires do Rio – GO, com finalidade de sistematiza o processo de territorialização deste grupo, tendo na memória um elemento fundamental de análise, e investigar a trajetória das famílias de congos da cidade de Pires do Rio – GO, além de analisar documentos de fundação da irmandade a fim de sistematizar a historia do grupo, ainda, identificar elementos de constituição de um território negro nas áreas que compreendem famílias de congos na cidade de Pires do Rio – GO. Para tanto, foram feitas pesquisas em fontes bibliográficas, documentos da internet entre outros, a fim de dar suporte teórico ao trabalho e, principalmente, buscar a voz dos dançadores de congos a fim de sistematizar e discutir suas trajetórias. Considerando que a fonte oral foi a principal metodologia de pesquisa do presente trabalho, ressaltamos que o uso das fontes orais se consolidou juntamente com a ascensão da historia como ciência. A tradição oral foi vinculada ao passado recente, as sociedades sem escrita, as classes populares, estabelecendo-se assim uma hierarquia dos campos de conhecimento e de fontes. O estudo das representações, do imaginário social e dos usos do passado pelo presente através do debate sobre as relações entre história e memória, são campos do uso da fonte oral. Segundo Ferreira (1994, p. 08) “a memória também é construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, e os eventos são lembrados a luz da experiência subsequente e das necessidades do presente”. Ainda segundo o mesmo autor, podemos ver as entrevistas orais como memórias que espelham determinadas representações. Na história dos excluídos, a oralidade tem além do papel de registro, a função de construir identidades e realizar transformações sociais. Analisamos a territorialidade das congadas de Pires do Rio, remontando suas trajetórias através da memória e o uso das fontes orais. Será a partir deste procedimento metodológico que os congadeiros possibilitarão através da rememoração, remontar os marcos de fundação da festa e seus significados culturais, sociais e políticos, que envolvem o grupo das congadas. A festa de Nossa Senhora do Rosário em Pires do Rio – GO representa um desses fenômenos culturais da etnia negra, capazes de causar transformações no espaço geográfico mesmo que provisórias nos momentos da festa, mas permanentes na expressão folclórica e cultural que representam. Daí o surgimento de territórios negros ligados a congada em bairros periféricos da cidade. A Congada é formada da reunião dos ternos do congo, do reinado e do General. Para Brandão (1985, p. 33) “o terno de Congos é a menor unidade

ritual da Congada''. E vai além, argumentando que representa um rigoroso e hierarquizado sistema comando que está subordinado a um capitão que por sua vez está subordinado ao General. No caso da congada de Pires do Rio – GO foi possível perceber que as pessoas envolvidas neste grupo carregam consigo marcas do sofrimento que os negros passaram no longo processo de escravidão e, também, a alegria que estes mesmos negros trouxeram juntamente com sua identidade e cultura. Dificuldades, racismo, preconceito, exclusão social não afugentaram estas pessoas, eles se uniram e se manifestam mostrando sua tradição e força. Mesmo assim:

Dentre os vários grupos nacionais, a população negra brasileira e a sua flagrante situação social de exclusão, miséria e degradação em que se encontra grande parte desse grupo, ao invés de chamar a tensão e motivar reflexões dos diversos profissionais e seus ramos de conhecimento que suscitem a tentativa de compreensão fácil de que o responsável pelo quadro, dos dias atuais, ainda é a escravidão negra brasileira. Os vários recônditos da cultura dos grupos sociais brasileiros oferecem ocasião a posições e perspectivas que evocam memórias, disposições e formulações sociais que podem ser empenhadas frente às pressões dos demais grupos de suas pretensões diversas (MENDONÇA, 2008, p. 194-195).

Mas a falta de oportunidade, pode às vezes prejudicar estas pessoas. Então, torna-se necessário o desenvolvimento de ações afirmativas e oportunidade social a estas pessoas. Torna-se imprescindível ao pesquisador além de investigar, sugerir alternativas e apontar perspectivas em relação às impressões obtidas durante a pesquisa no grupo. No caso de grupos culturais, pode-se pensar em alternativas para a inserção dessas pessoas na sociedade, a partir de ações de inclusão por meio do trabalho. Usar o conhecimento dessas pessoas para desenvolver a si mesmas. Segundo, Mendonça (2008, p. 219) “A proposta é aliar capacitação e valorização dos saberes-fazeres afro-brasileiros, para além das celebrações das festividades de Nossa Senhora do Rosário.” Ações para a valorização sociocultural do grupo também são importantes para o fortalecimento e a perpetuação do mesmo. Neste sentido, a equipe que compõe esta pesquisa, aliada a professores de História da unidade universitária da UEG em Pires do Rio está desenvolvendo um projeto, cujo resultado é a publicação de um livro paradidático sobre a congada de Pires do Rio a ser distribuído gratuitamente nas escolas da cidade. Seu propósito é dar subsídio para discussão do tema transversal – pluralidade cultural. Assim, a Universidade além do ensino e da pesquisa, têm desenvolvido ações de extensão que valorizam a cultura local, de modo a envolver a sociedade, na busca por melhorias na educação da cidade de Pires do Rio - GO.

Palavras Chave: Negro; Congada; Memória; Cultura; Territorialização.

REFERÊNCIAS

BRANDAO, Carlos Rodrigues. **A festa do Santo Preto**. Rio de Janeiro: Funarte; Goiânia: editora da UFG, 1985.

FERREIRA, Marieta de Moraes (org.) *et al.* **Entre-vistas: abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro, editora da fundação Getúlio Vargas, 1994, p. 1-13.

CARMO, Luiz Carlos; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues (org.). **As congadas de Catalão-GO:** as relações, os sentidos e valores de uma tradição centenária. Catalão. Universidade Federal de Goiás, Campus de Catalão, 2008, p. 193-229.

A DESTERRITORIALIZAÇÃO DOS CAMPONESES CERRADEIROS: uma análise da Comunidade Olaria/Cisterna no município de Catalão (GO)

Gisele Silva RODRIGUES

Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão
Graduanda em Geografia pela Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão, do Núcleo de Pesquisa Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais – UFG/CAC e bolsista PIBIC/CNPq
E-mail: ggiselerodrigues@gmail.com

Marcelo Rodrigues MENDONÇA

Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão
Professor dos Cursos de Graduação e Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão. Membro do Núcleo de Pesquisa Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais – UFG/CAC.
E-mail: mendoncaufg@gmail.com

RESUMO: O combate à desterritorialização enquanto exclusão socioespacial significa também o acesso amplo às diferentes escalas e redes que constitui privilégio de uma elite cada vez mais auto-segregada. A desterritorialização do homem do campo expressa a concretude do significado sócio-histórico na luta pela terra diante da hegemonia do latifúndio e das empresas rurais no campo. A ideia de *progresso* enfatizada pela elite ficou restrita ao espaço tido como mercadoria, em que os sujeitos que vivem da *terra de trabalho* são vistos como impedimentos ao avanço. O desenvolvimento técnico e científico após a Revolução Verde transformou a estrutura política, econômica e social e, sobretudo, a relação campo/cidade. O país ocupa atualmente o primeiro lugar na lista de países consumidores de produtos químicos. As sementes das grandes indústrias são dependentes de agrotóxicos e fertilizantes químicos. De acordo com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Avisa) existem no mercado mais de vinte produtos agrícolas não recomendáveis para a saúde humana. Essas ações provocaram profundas mudanças na produção e organização do território nas áreas de Cerrado que culminou em novas paisagens através do crescimento desenfreado das cidades, territorialização de empresas rurais e agroindústrias, intensificação do assalariamento, fortalecimento dos movimentos sociais, precarização do trabalho, destruição ambiental e riscos para a saúde humana. Da pecuária extensiva e da agricultura tradicional e camponesa restou-se pouco, pois a agropecuária moderna expulsou as *velhas* formas de uso e exploração da terra para as áreas de fronteira (MENDONÇA, 2004). O município de Catalão (GO), localizado na região Sudeste do Estado de Goiás, desde a década de 19(80), têm passado por intenso processo de modernização, que, se por um lado melhorou as condições de vida de alguns, por outro, dificultou a vida dos agricultores/camponeses que produzem em menor escala, pois estes não têm como arcar com os novos custos, tampouco, recebem alguma forma de apoio por parte das políticas públicas. No Cerrado brasileiro, historicamente, as áreas de chapadas (áreas planas acima de 800 m de altitude) foram tomadas pela monocultura intensiva, empurrando a agricultura camponesa para os fundos de vale e/ou para as áreas de fronteira. Esta pesquisa busca compreender essa processualidade a partir do levantamento social e ambiental junto aos agricultores/camponeses da Comunidade Olaria/Cisterna, situada no município de Catalão (GO), visando caracterizar quais são as formas predominantes de uso da terra, o manejo do solo e da água e os efeitos sobre o Homem e a Natureza. Já constatamos que a Comunidade vem sofrendo uma forte evasão por parte dos jovens, que não veem perspectivas em continuar no campo onde partem para a cidade; o perfil da Comunidade sofreu modificações ao longo do tempo, como a absorção de trabalhos temporários. Para

tanto, propomos, como contraponto as monoculturas intensivas e destruidoras da vida, uma agricultura diversificada, agroecológica, sem agrotóxicos, sem a poluição dos solos, das águas e, mais que isso, visando resgatar e fortalecer valores como a cooperação e a ajuda mútua entre os camponeses. Vale ressaltar que a experiência agroecológica mais conhecida no município de Catalão (GO) é o cultivo das *sementes crioulas* (milho) que são sementes que foram selecionadas e armazenadas pelos próprios camponeses e significam autonomia em relação às transnacionais das sementes que comercializam sementes híbridas e transgênicas. Para execução da pesquisa foi feito levantamento bibliográfico, além de entrevistas e aplicação de questionários com o objetivo de perceber as diferentes vivências dos sujeitos pesquisados. Para tanto, vamos acompanhar e registrar as atividades agroecológicas realizadas pelos agricultores/camponeses e analisar a situação e o envolvimento dos jovens, bem como, identificar as perspectivas para se manterem na terra. cremos que a leitura do território (tendo em mente que todos nós construímos territórios) vem nos mostrar as estratégias dos sujeitos em agir politicamente em prol de seus direitos mediante a desterritorialização dos *Povos Cerradeiros*.

Palavras Chave: Modernização da agricultura; Cerrado; Agroecologia.

REFERÊNCIAS

GRAZIANO NETO, F. **A questão agrária e ecológica**. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Coleção Primeiros Vãos).

MARTINS, José de S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis. Vozes. 1981.

MEDEIROS, A. P. de F. **O cultivo de sementes crioulas na comunidade Ribeirão no município de Catalão (GO)**. 2008. 68f. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão.

MENDES, E. P. P. **A produção rural familiar em Goiás: as comunidades rurais no município de Catalão**. 294p. [Doutorado]. Programa de pós-graduação em geografia, Universidade Estadual Paulista, 2005.

MENDONÇA, M. R. **A questão regional e o campesinato: a alhicultura em Catalão-GO**. 1998. 233 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

_____. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 2004, 458 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MESQUITA, H. A. de. **A modernização da agricultura – Um Caso em Catalão/Goiás**. 1993. 180 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

**A IMPLANTAÇÃO DA BARRAGEM SERRA DO FACÃO NO RIO SÃO
MARCOS, SUDESTE GOIANO: os efeitos sobre a comunidade São João da Cruz em
Davinópolis (GO)**

Helen Cássia REINALDO

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão. Membro do Núcleo de Pesquisa Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais – UFG/CAC. E-mail: helen.ufg@hotmail.com

Helena Angélica de MESQUITA

Profª Dr. Dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão. Membro do Núcleo de Pesquisa Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais – UFG/CAC e coordenadora do grupo de pesquisa: Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais (GETeM). E-mail: helenam@wgo.com.br

RESUMO: O presente resumo é constituído de uma breve discussão da pesquisa realizada durante o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC no ano de 2009, e que está sendo continuada no Programa de Mestrado em Geografia do Campus Catalão da Universidade Federal de Goiás, na linha de pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais. A temática proposta é um desdobramento de vários projetos que foram desenvolvidos por pesquisadores vinculados ao Grupo de Pesquisa: Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais (GETeM), desde 2002, levantando a problemática dos impactos sociais e ambientais da construção da Usina Hidrelétrica Serra do Facão nos municípios atingidos pela barragem. Em razão da amplitude de área alcançada pelo barramento fez-se a opção por trabalhar com a Comunidade rural São João da Cruz, área de litígio entre os municípios de Catalão e Davinópolis, Estado de Goiás. O conflito de interesses ressurgiu com a construção da Usina Hidrelétrica Serra do Facão, entretanto, têm sua gênese na redação e interpretação das seguintes leis: Lei Estadual de n.º 20 de 19 de agosto de 1963, responsável pela criação do Distrito de Davinópolis/GO, Lei Estadual de n.º 4928 de 14 de novembro de 1963, que redige a emancipação do distrito Davinópolis/GO e a Lei Estadual n.º 8111, de 14 de maio de 1976 que teve como objetivo esclarecer a delimitação do município davinopolino. A Constituição Federal Art. 18, § 4º deixa claro que a fusão ou desmembramento de um município só deve ser feito mediante o esclarecimento e participação dos habitantes dos municípios envolvidos, porém, no caso de Davinópolis/GO, segundo declarações da administração municipal, o limite municipal foi estabelecido sem a anuência da população e das autoridades locais. Para a execução do trabalho monográfico, foi realizada uma revisão teórico-conceitual da literatura pertinente à problemática e, ainda, levantamento, sistematização, análise de informações de fontes primárias e secundárias. A pesquisa de campo foi realizada no ano de 2009, sendo realizadas entrevistas com a agente Comunitária de Saúde, com o atual prefeito Municipal de Davinópolis/GO, com 15 atingidos pela AHE Serra do Facão moradores da comunidade São João da Cruz, onde treze entrevistados se declaram legítimos proprietários e dois são empregados. A escolha da comunidade São João da Cruz para o estudo, se deu pelo fato da mesma se localizar nas intermediações do barramento da hidrelétrica, o que atribui características singulares em relação às demais áreas atingidas, pois os moradores locais se consideram os primeiros a serem afetados pelo empreendimento, suas vidas foram alteradas desde o início da implantação do canteiro de obras. A base empírica da investigação está oficialmente localizada no município de Catalão, no lado esquerdo do rio São Marcos. A Comunidade se distancia

a 56 quilômetros da sede municipal. Os resultados da pesquisa até o momento denunciam a natureza violenta do processo de desterritorialização de camponeses promovidos pela hidrelétrica sobre a Comunidade estudada. Constatou-se que os atingidos indenizados raramente conseguem reinstalar-se em propriedades equivalentes às aquelas que tiveram de abandonar, especialmente pela forte especulação imobiliária no município de Catalão/GO, resultante das expectativas geradas em torno do empreendimento, o que penaliza os que "venderam" suas terras para os empreendedores da barragem e desejam comprar outras. A desapropriação da população ribeirinha é quase sempre um processo doloroso, pois o deslocamento tem provocado grandes transtornos porque causa alterações radicais no modo de vida, na cultura e teias de relações sociais centenárias.

Palavras-chave: Usina Hidrelétrica Serra do Facão; Comunidade São João da Cruz; Atingidos por barragens.

REFERÊNCIAS

BRANCO, A. M (org.). **Política energética e crise de desenvolvimento**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 285p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CARVALHO, J.M. Privatização das empresas de eletricidade. In: BRANCO, A. M. **Política energética e crise de desenvolvimento**. São Paulo: Paz e Terra, 2002. 285p.

ESTUDO de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental do AHE Serra do Facão, Rio São Marcos (EIA/RIMA).

FROTA, I. O setor elétrico e seus conflitos: Os novos e os velhos desafios. In: **A difícil sustentabilidade**. Rio de Janeiro. Ed. Garamond, 2001.

GERMANI, G. I. **Expropriados terra e água: o conflito de Itaipu**. Salvador: EDUFBA/ULBRA, 2003.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no nordeste**. Niterói: EdUFF, 1997.

MESQUITA, H. A. de. **A modernização da agricultura**. Um caso em Catalão – Goiás. (Dissertação de Mestrado). Goiânia: ICHL/UFG, 1993.

OLIVEIRA, A. U de. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1996.

ORTIZ, L S. (org.). **Fontes alternativas de energia e eficiência energética: opção para uma política energética sustentável na Brasil**. Campo Grande: Coalizão Rios Vivos/Fundação Heinrich Böll, 2002.

REIS, M. J.; BLOEMER, N. M. S. (orgs.). **Hidrelétricas e populações locais**. Florianópolis: Cidade Futura: Ed. Da UFSC: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC, 2001.

RODRIGUES, C. M. C. **Águas aos olhos Santa Luzia**. Um estudo de memória sobre o deslocamento compulsório de sitiantes em Nazaré Paulista (SP). Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

ROSA, L. P.; SIGAUD, L.; MIELNIK, O. (coord.) **Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares**: aspectos econômicos, tecnológicos, ambientais e sociais. São Paulo: AIE/COPPE, Marco Zero e CNPq, 1988. 199p.

URBANISMO: entre os liberais e os racionais*Ione Soares da Silva ROCHA*

Aluna do Programa de Mestrado em Geografia
Campus Catalão/UFG. E-mail: ionessrocha@yahoo.com.br

Prof. Dr. Idelvone Mendes FERREIRA

Professor Doutor do Curso de Graduação e Pós-Graduação em Geografia na
Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão/UFG Pesquisador do NEPSA-CNPq

RESUMO: A presente pesquisa incita refletir sobre alguns posicionamentos técnicos e políticos, de cientistas e homens públicos numa leitura geral no tempo e no espaço da construção do urbanismo, com a finalidade de tentar compreender a problemática urbana surgida nas cidades, que resultaram na inversão dos valores populacionais campo/cidade e a presença da sociedade neste processo. Também se propõe analisar importante texto de Lefebvre(2009), sobre as transformações ocorridas nas cidades, esclarecendo os atores desses processos e a participação da população na resolução de problemas consequentes das injunções política, econômica e social imposta a cada espaço da vida humana e sua consequente história, lendo a desenrolar no atual modelo globalizado: de campo, de rua, de bairro, de periferias de cidade, de Estado, de País, gerando controvérsias e conflitos de interesses. A pesquisa tem como centralidade analisar o processo do surgimento das cidades e ideologias que estiveram presentes nesse processo durante a formação das cidades, tomando como referencia Lefebvre (2009). As análises sobre o tema proposto foram desenvolvidas a partir de revisões literárias, mais especificamente sobre o texto “*Industrialização e urbanização: noções preliminares*” proposto por Lefebvre (2009). No processo histórico da formação das cidades existe forte presença da classe burguesa, e a quase ausência do papel do Estado nesta tarefa. Essa realidade se confirma hoje, como pode ser observado na expansão atual dos espaços geográficos das cidades e na produção dos novos centros econômicos e políticos, em torno dos quais se realizam os diversos modos de vida das cidades, que se seguem regras, cujas bases encontram-se nos princípios contraditórios que cerceiam o Liberalismo ou o Neoliberalismo. A problemática social existente nas cidades não tem origem casual e tão pouco é simples de serem listadas todas as formas sucedidas para o arranjo que nelas se encontra, como o apoio que receberam dos camponeses, a partir do sobreproduto crescente da agricultura, em detrimento aos feudos, e pela libertação dos camponeses e, implícitos nesse processo, os proveitos da cidade em seu próprio benefício (LEFEBVRE, 2009, p.12). Nesse contexto, ocorrendo a troca de proprietários das terras, antes dos senhores feudais e depois nas mãos dos capitalistas urbanos, época quando a cidade, o campo e as instituições e as regras postas já se organizavam em redes de cidades, as cidades se formaram em torno das instituições sociais, mas a família e a religião criaram um vínculo que permitiu aos homens respeitar regras comuns, aceitar a obediência e conciliar a razão individual com a razão pública (Donne, 1979). De acordo com Lefebvre (2009), antes de surgir o Estado, as cidades já existiam na Antiguidade. O autor lembra que era a Cidade-Estado, e a cidade que surge, tem o caráter orgânico de comunidade da sua origem de aldeia e a organização corporativa. O Estado Liberal facilitou o livre desenvolvimento das instituições, e questões sociais e ambientais, ainda nos dias de hoje, não são relevantes à proporção dos problemas políticos e econômicos. De acordo com Leite (2006), John Lock o grande nome do Liberalismo, sobre a liberdade compreendia:

Nessa condição natural, cada homem é livre para fazer tudo aquilo que não for restringido pela Lei da Natureza. Em outros termos: no estado de natureza cada um é livre para se apropriar do que Deus deu em comum a todos, para desfrutar livremente de sua vida e dos seus bens. É livre, também, para punir aquele que atente contra a comunidade, que atente contra a Lei Natural (LEITE, 2006, p.48).

A História, entre outras ciências como a Sociologia e a Geografia, relatam muito bem que a classe burguesa revolucionou as cidades antigas ocidentais, e grandes mudanças ocorreram depois do fim da Idade Média no modo de produção, do trabalho e da espacialização e distribuição dos frutos destes e que, nos dias atuais, o maior desafio dessa política é resolver problemas como o da concentração de rendas e aqueles ligados ao próprio inchaço populacional a que chegam as cidades e que se torna visível pelas complicações ambientais daí surgidas, tornando mais ainda complexo esse processo. As definições contestáveis e apoiadas em raciocínios formalizados da sociedade, do homem e do mundo, na Razão Filosófica, conforme Lefebvre (2009), e da sua generalização democrática, deu lugar, no século XIX e principalmente no século XX, a um racionalismo de opiniões e atitudes, sendo que cada cidadão opinava, e a partir de um confronto das idéias, esperava-se que podia surgir uma sabedoria geral desse caos de palpites. Mas, na análise dessa filosofia, o autor deixa posto que o racionalismo pretendido por esta Filosofia Racional era tirar de suas próprias análises a sua finalidade perseguida por essas análises e, delas mesmo, surgindo daí apenas uma ideologia. Sendo que, para Lefebvre (2009), a razão dialética tem mais propriedade para análises porque o raciocínio se trava com a realidade dos processos na sua totalidade de complexidade e contradição. Sendo assim, Lefebvre (2009), explica que o racionalista usa a coerência na realidade caótica que ele detecta ou que lhe entregam para organizar. Neste cenário são propostas muitas soluções, sendo sistematizada a lógica do habitat, sob a desordem e todas as incoerências aparentes. Nesse contexto, para Lefebvre (2009), existem várias tendências para refletir o urbanismo, mas a do racionalismo operacional é por várias vezes feito referência. O autor, ainda apresenta, de maneira irônica, para distinção e compreensão de assuntos de urbanismo três atores de papéis fortes nos moldes postos, e hoje conhecidos, para as cidades: os homens de boa vontade – médicos, arquitetos, escritores; os administradores – homens das estatais e; os promotores de vendas. Os homens de boa vontade, no papel de curar a sociedade, como médicos fossem, partem de lógica pré-vivida: a aldeia, a comunidade, o bairro, o morador cidadão que contarão com edifícios cívicos, além da formalidade acabam por valorizar a estética, ao adotar modelos da antiguidade pela beleza, para atrair consumidores. O urbanismo dos administradores, ligados ao setor público, se apoiaram numa pretensa ciência, em algo multidisciplinares vindo de pesquisa que se pretendem sintéticas. É o urbanismo tecnocrático e sistematizado, otimizado num modelo de informações ou de comunicações. Apagam-se da existência social as próprias ruínas do que já foi cidade, e dão lugar aos carros, às comunicações, às informações com finalidades sintéticas, informações estas não originadas da sociedade, ou das ciências da sociedade. O urbanismo dos promotores de vendas se ocupava em criar e vender urbanismo para obtenção dos lucros. A partir de então a moradia passava pela lógica do habitar através de uma ideologia reforçada nas frases de apelo para vendas como “faz nascer uma nova arte de viver”, ou “[...] as crianças no jardim da infância da galeria, encontrar os amigos, tomarem juntos um drink no bar”. Nessa concepção, Lefebvre (2009), expõe a ideologia surgida com um sistema que ele chama de unitário e um urbanismo total, *da felicidade através do consumo*, e completa, *a alegria através do urbanismo adaptado à sua nova missão*. Diante à história do surgimento das cidades e origens do atual urbanismo, pode-se, refletindo sobre as ações que hoje ainda se praticam, a partir do ponto de vista posto pelo autor, encontrar a racionalidade que falta

para minimizar o caos que ainda se encontra no espaço urbano e no seio da sociedade, buscar debates e caminhos para combater os problemas ocasionados pela ausência do Estado ou práticas da iniciativa privada. A educação é um dos caminhos para se debater as questões socioambientais que hoje ameaçam o equilíbrio dos espaços nas cidades. A cidadania é o exercício que se precisa praticar para o debate dos problemas, que já foram descentralizados e muitos ainda nem se aperceberam disto. Cidadania, Direitos Humanos e Democracia não são conceitos estáticos, estando muito ligados e sendo interdependentes. Desse modo, cidadania não se resume somente em participação através de eleições, mas sim, construir a democracia politizando e participando da construção do poder (RITT; COSTA, 2010).

Palavras Chave: Urbanismo; Liberalismo; Racionalismo Operacional; Urbano; Cidade.

REFERÊNCIAS

DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R.(Org.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2004.346p.

DONNE, M. D. **Teorie sulla Citá**. Tradução de José Manuel Vasconcelos. São Paulo: Martins Fontes. 1979. p 22-33.

HAROUEL, J. L. **História do urbanismo**. Tradução de Ivone Salgado. Campinas: Papirus, 1990. 150p.

RITT, C. F.; COSTA, M. M. M. **Cidadania no Brasil**: sua construção a partir de uma ótica humanista voltada aos direitos humanos e a necessária superação de velhos paradigmas. Disponível em www.conpedi.org/manuel/arquivos/.../caroline_fockink_ritt2.pdf. Acesso em 2 de junho de 2010.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001. 144p.

LEITE, B. C. S. Extremos desígnios: a condição do escravo. **In: CAOS – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, n. 10, mar./2006, p. 45-53. Disponível em <http://www.cchla.ufpb.br/caos>. Acesso em 31 de maio de 2010.

PEQUENOS PRODUTORES EM QUIRINÓPOLIS À SOMBRA DA DESTERRITORIALIZAÇÃO

Janne Mary MOTTA

Acadêmica do Curso de Geografia da UEG Quirinópolis. Email: janne-motta@hotmail.com

João Batista de PAIVA

Acadêmico do Curso de Geografia da UEG Quirinópolis. Email: jbaptistapaiva@hotmail.com

Edevaldo Aparecido SOUZA

Professor Ms. na Universidade Estadual de Goiás, doutorando pela Universidade Federal de Uberlândia Email: edevaldoueg@yahoo.com.br

RESUMO: O presente trabalho faz parte de uma pesquisa, ainda em desenvolvimento, para monografia de Conclusão do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás, Unidade de Quirinópolis. Trata-se de um estudo que procura compreender como as transformações, sociais econômicas e culturais, estão afetando os produtores do Córrego Bandeira, sobretudo com a chegada da monocultura da cana e com a previsão da construção da Ferrovia Norte-Sul. O processo de territorialização do capital, apoiado pelo Estado, favorece a desterritorialização dos modos de produção preexistentes, e novas identidades são produzidas. Portanto, temos uma reordenação do território e uma ressignificação dos modos de vida. Como procedimento metodológico, utilizou-se investigação empírica através da observação direta, a partir da percepção, entrevistas e documentação fotográfica. Como suporte a este estudo, procuraram-se argumentos teóricos em autores como Haesbaert (2004, 2005), Calaça (2001), Chaveiro (2010), Santos (2007), Raffestin (1993), Mazzetto (2007), entre outros, para embasar e auxiliar na compreensão das transformações ocorridas na área de estudo. Metodologicamente a investigação buscou compreender como se deram as novas territorialidades e as ressignificações que surgem com as transformações em curso. Entender as ligações materiais e simbólicas com o território usado e vivido, pois nelas refletem como esses sujeitos historicamente produziram e imprimiram suas marcas neste espaço. Pretende-se compreender como os atores hegemônicos, a serviço do Estado e das empresas globais, possibilitaram uma compressão do espaço-tempo, fragmentação do trabalho produtivo, e sua complexificação. A mundialização do capital amplia a formação de territórios com múltiplos significados, a partir da articulação do Global com o local. O processo de territorialização do capital, apoiado pelo Estado, favorece a desterritorialização dos modos de produção preexistentes, portanto, temos uma reordenação do território e uma ressignificação dos modos de vida. A partir da pesquisa de campo a um grupo de cinco agricultores, remanescentes da Comunidade Córrego Bandeira, observa-se, que com a inserção da cana na região bem próxima, houve uma equiparação de valores de suas terras com outras mais férteis, favorecendo à venda das pequenas propriedades, de solo arenoso, ácido, com uso quase exclusivo para pecuária extensiva. Nos anos de 1960 se dá a integração da economia agrária goiana à estrutura capitalista, pelo investimento de capitais e incentivos cedidos pelo Estado, para mecanizar e tecnificar a agricultura. Portanto, é a materialização do capital, pelas grandes empresas globais em sua maioria em áreas de chapadas, o que facilita a mecanização. Contudo, essas transformações nas relações de produção no campo não romperam com a concentração de terras, e não distribuiu a renda, o que faz com que ela seja conservadora e excludente. Esse processo se acelera na era da globalização e promove a divisão territorial do trabalho, onde o capital, apoiado pelo Estado se apropria dos espaços e remodela a estrutura produtiva agrícola, de acordo com suas intenções de acumulação. Isto posto, entende-se que a

Microrregião Quirinópolis constitui-se numa região estratégica para o desenvolvimento de atividades com fins comerciais, sobretudo a cana-de-açúcar, pelos recursos naturais favoráveis e pela logística da produção e comercialização, ou seja, a proximidade com o Triângulo Mineiro e São Paulo, que tem um papel importante no abastecimento de mercados. Os pequenos produtores são pressionados pela lógica do agronegócio, forçados a migrar em busca de melhores condições de vida, alguns arrendando suas terras, ou até mesmo vendendo para o capital energético, se assalariando nas cidades.

Palavras-Chave: Pequenos produtores; Desterritorialização; Agroenergia.

REFERÊNCIAS

CALAÇA, Manoel. Transformações do espaço agrário no Cerrado: infra-estrutura e modernização da agricultura. *In: ANAIS EREGEO 2001: Geografia e sustentabilidade*, Quirinópolis: UEG, 2001, p. 51-60.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. **Cerrado**: patrimônio genético, cultural e simbólico. Disponível em: <[http:// www.revistamirante.net/2ed/q.pdf](http://www.revistamirante.net/2ed/q.pdf)>. Acessado em: 23/03/2010.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização a multiterritorialidade, *in: Anais do X Encontro de Geógrafos da America Latina*. São Paulo: USP, 2005.

HAESBAERT, R; RAMOS, Tatiana T. O mito da desterritorialização econômica. *In: Revista Geografia*. Ano 6, nº 12, 2004.

MAZZETO, Carlos Eduardo S. Territorialidade camponesa e Agronegócio: o sentido e a sustentabilidade dos territórios rurais em questão. *In: BEZZERA, Amélia C. Alves et. al. (Org.). Itinerários Geográficos*, Niterói: EdUFF, 2007.

RAFFESTN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. Identidades territoriais. *In: SANTOS, Milton, et. al. Território, territórios ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. 13-21.

SUBSISTEMA DE VEREDA E MEIO AMBIENTE: constituição paisagística
dentro do Bioma Cerrado

Lázaro Antônio BASTOS

Mestrando em Geografia pela Universidade Federal de Goiás - Campus Catalão, Catalão (GO)

E-mail: lazaroantoniobastos@yahoo.com.br

Idelvone Mendes FERREIRA

Professor Doutor do Departamento de Geografia do Campus de Catalão, Universidade Federal
de Goiás – Pesquisador do NEPSA/CNPq

RESUMO: Neste trabalho, serão apresentados alguns aspectos da percepção da natureza e constituição do subsistema de Vereda dentro da paisagem do Cerrado do Brasil Central. Serão observadas além da importância ecossistêmica, fatores que contribuem para a destruição desse importante subsistema, o qual vêm prestando relevante papel na formação e delineamento atual das formações fito fisionômicas do Cerrado. Neste mesmo contexto estará demonstrada a configuração atual do Cerrado dentro das paisagens brasileiras, o entendimento sobre os aspectos ambientais do Cerrado, os quais exigem uma análise integrada entre os elementos fauno-florístico que o constituem, além do modo como se relacionam com os demais componentes da natureza. Acredita-se que, a grande biodiversidade do Cerrado está vinculada a diversidade de ambientes. Por isso, será apresentada, também, a importância dos demais subsistemas como parte integrante da paisagem desse imenso bioma, com aproximadamente dois milhões de quilômetros quadrados. A interação entre vários ambientes numa perspectiva ecossistêmica, são os elementos que constituem uma das paisagens mais complexas, variadas e ricas do mundo. Para que haja uma interação entre sociedade X natureza, necessita-se um maior conhecimento sobre o subsistema de Vereda e preservá-lo. Ao analisarmos a paisagem do Cerrado do Brasil Central, consideramos uma série de fatores que contribuem para a criação e formação de sua identidade, partindo de uma análise sobre alguns acontecimentos evolutivos, de ordem ambiental, ocorridos na América do Sul, desde os primórdios da sua configuração paisagística. Segundo Barbosa (2002), o processo de ocupação humana, na paisagem do Cerrado, ocorreu por volta de dez a doze mil anos A.P. (Antes do Presente), para Ferreira (2008), essa ocupação veio consolidar-se no final do século XX e início do século XXI, como uma maneira capaz de sustentar um crescente aumento da produção agropastoril, fato este que vem refletindo de forma marcante na paisagem e população local. A área nuclear do Cerrado é conhecida como berço das águas. Este nome é dado ao Cerrado devido à sua posição altimétrica e também pela enorme quantidade de nascentes que partem em várias direções. Essas nascentes contribuem para a formação das bacias hidrográficas mais importantes do Brasil, sendo elas: Bacia Platina, Bacia do São Francisco, Bacia Araguaia e Tocantins, num processo de distribuição das águas por todo território brasileiro. Como objetivo será apresentado nesse trabalho a importância do subsistema de Vereda dentre os demais, os quais têm como objeto de estudos em nossas pesquisas. A metodologia utilizada está sendo realizada através de uma revisão bibliográfica, trabalhos de campo, participações em eventos, simpósios, entre outras atividades que contribuem para o desenvolvimento da pesquisa. Os resultados serão obtidos através de uma minuciosa revisão de literatura, incursões a campo para conhecer os níveis de degradação de seus subsistemas, com maior ênfase ao subsistema

de vereda, dentro da paisagem do Cerrado. O Bioma Cerrado está localizado no Planalto Central do Brasil, possui uma área de aproximadamente dois milhões de quilômetros quadrados de extensão. Nesta área imperam climas tropicais de caráter subúmido com duas estações bem definidas: uma seca, outra chuvosa. Os solos, em grande parte, são profundos e apresentam baixa fertilidade natural, acidez acentuada em função da grande presença de sílica, em relevo plano e suavemente ondulado, apresenta boa estrutura para mecanização. A drenagem é perene e os rios são normalmente acompanhados por formações vegetais de tipos fisionômicos variados. Essas formações não são contínuas ao longo dos cursos d'água, podendo, às vezes, serem intercaladas por áreas de Campo e Cerrado *strictu sensu*. Formando o grande domínio do Trópico Subúmido, coberto por uma paisagem que constitui um mosaico de tipos fisionômicos, que variam desde campos abertos (heliófitos), até áreas florestadas (umbrófilas). Ao demonstrarmos, em linhas gerais que os aspectos biogeográficos da paisagem do Cerrado, dotou esta região de certos mecanismos naturais que garantem a multiplicação e a propagação das espécies, tanto animais como vegetais. Existe uma interdependência entre a fauna e a flora. O fator biodiversidade animal está diretamente relacionado à diversidade de ambientes. A percepção da paisagem leva-nos a compreender a complexidade da natureza do Bioma Cerrado. Esse Bioma estabelece um elo de ligação de um subsistema a outro, interpretando assim, uma identidade vivida ao longo da história da ocupação da área do Cerrado do Brasil Central. A destruição desse bioma é o fator gerador de grandes divisas para esta nação, com diferentes manejos do solo e dos recursos naturais. Para isso, o homem está desconsiderando a importância ecossistêmica desse Bioma.

Palavras Chave: Vereda. Cerrado. Fisionomias. Natureza. Paisagem.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, A. N. **Os domínios da Natureza no Brasil:** potencialidades paisagísticas. 3. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BARBOSA, A. S. **Andarilhos da claridade.** Goiânia. UCG, 2002.

DREW, D. **Processos interativos homem-meio ambiente** Tradução de São Paulo: 4. ed. Bertrand Brasil, 1997.

FERREIRA, I. M. **O afogar das Veredas:** uma análise comparativa espacial e temporal das Veredas do chapadão de Catalão (GO). 2003. 242 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2003.

_____. FERREIRA, I. M. Modelos Geomorfológicos das Veredas em ambiente de Cerrado. **Espaço em Revista.** Curso de Geografia, Campus de Catalão, v. 7/8, n.1 – Jan/dez. 2005/2006 p. 7-16.

_____. FERREIRA, I. M. Paisagens do Cerrado: um estudo do subsistema de Veredas. In: GOMES, H. **Universo do Cerrado.** Goiânia: Ed. UCG, 2008. p.165-230.

RIBEIRO, J. F; WALTER, B. M. T. As principais fitofisionomias do bioma Cerrado. In SANO, S. M; ALMEIDA, S. P; RIBEIRO, J. F. **Ecologia e Flora**^{1ª} Edição./ Brasília DF: EMBRAPA, 2008, Volume I 6º Capítulo, p.152-212.

NO AR...
A (DES) CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA PELAS ONDAS DAS RÁDIOS
COMUNITÁRIAS NA MICRORREGIÃO DE CATALÃO

Enival Mamede LEÃO

Mestrando em Geografia – Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão
professormamede@bol.com.br

José Henrique R. STACCIARINI

Doutor em Geografia – Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão
jhrstacciarini@hotmail.com

RESUMO: O debate sobre mídia, de forma geral e meios de comunicação, concessões de rádios e TVs, de forma específica, estão na ordem do dia em nosso país, principalmente, pelo fato de ter ocorrido recentemente a primeira Conferência Nacional de Comunicação que, por sua vez, demonstrou a extrema necessidade e urgência em se discutir os mecanismos de distribuição de concessões públicas que fazem circular ideias e valores demonstrando a importância do debate para democratização do acesso à informação no Brasil. Nesse sentido, as rádios comunitárias surgiram como instrumento na construção da cidadania e expressão democrática, a partir de iniciativas de alguns movimentos sociais, como sindicatos de trabalhadores, movimento estudantil e associações de bairros, expressões do mundo do trabalho que merecem um estudo a luz do pensamento geográfico. Elas passaram a desempenhar um papel de salutar importância ao pleno desenvolvimento das comunidades em que estão inseridas. Esta pesquisa tem por objetivo compreender se estas emissoras possuem efetivamente o caráter comunitário, se são instrumentos dos movimentos sociais, e se contribuem para o exercício democrático através de uma programação voltada aos interesses da comunidade local ou na qual estão inseridas, contribuindo com a construção da cidadania nessas localidades em que transmitem. É objeto desse trabalho buscar e sobretudo compreender o papel das rádios comunitárias na Microrregião de Catalão (GO), que abrange onze municípios: Catalão, Ouvidor, Três Ranchos, Campo Alegre, Goiandira, Cumari, Nova Aurora, Anhanguera, Davinópolis, Ipameri e Corumbáiba. As rádios comunitárias assumem grande importância na construção da cidadania, pois surgiram a partir da iniciativa de movimentos sociais que buscavam maiores espaços no sentido de possibilitar à comunidade o direito ao pleno exercício da cidadania, contudo muitas na verdade, estão praticando uma comunicação nos mesmos moldes da comercial, elas foram “apropriadas”. A pesquisa tem como objetivo compreender o papel das rádios comunitárias na Microrregião de Catalão como instrumento na (des) construção da cidadania. Pretende-se desenvolver a pesquisa realizando uma análise da lei nº1.962, de 19 de fevereiro de 1998, relacionando-a ao momento histórico em que foi criada, buscando nos relatórios produzidos pelas rádios comunitárias e encaminhados ao Ministério das Telecomunicações, informações sobre as motivações para a implantação das rádios comunitárias, os livros de atas das Associações, Sindicatos, Igrejas envolvidas no processo de legalização das emissoras para o recebimento de outorga. Entender se nas programações, o cidadão tem vez e voz e se a grade de programação é voltada para a comunidade e para o exercício da promoção da cidadania, observando se programas como Catalão-urgente da Rádio Laser, A Hora do Povo e a Hora da Verdade da Rádio Cidade, realmente promovem cidadania ou se apenas praticam o assistencialismo utilizando as ondas do rádio para as velhas políticas

coronelísticas de servir para se servir das carências da população. Com o desenvolvimento da pesquisa, percebe-se que os movimentos sociais como Sindicatos de Trabalhadores, de Professores, Associação de Moradores, ONGS, Movimento Estudantil entre outros, encontram nas emissoras comunitárias espaço para discussão dos vários problemas que há décadas emergem do mundo do trabalho. É sabido que as políticas para os meios de comunicação em nosso país, foram construídas sob uma base de interesses de uma determinada classe social, em detrimento das demais e que sempre foram utilizadas como instrumentos de barganha política, entre governo, parlamentares e empresários. O movimento pela implantação das emissoras comunitárias veio de encontro a esta realidade, focados na busca da democratização dos meios de comunicação. Sendo assim, as rádios comunitárias passaram a ser instrumentos dos trabalhadores e da comunidade contra as diversas formas de dominação e exploração. Pelas ondas das rádios comunitárias pode-se construir e debater cidadania, propondo uma verdadeira “reforma agrária” no ar, já que os amantes do rádio, ousam falar o que pensam e, acima de tudo, promovem espaço plural para a comunidade debater problemas cotidianos que afetam a vida dos cidadãos como lâmpadas queimadas, ruas esburacadas, falta de água e energia, lotes baldios e sujos, doenças, questões salariais, desemprego e até violência. Problemas estes que nem sempre fazem parte das pautas jornalísticas dos meios informacionais tradicionais e que dificilmente são tratados sob a perspectiva dos moradores do lugar, dos trabalhadores. A democracia e a cidadania tornam-se mais efetivas com os meios de comunicação nas mãos do povo. Desta forma, podemos observar que as rádios comunitárias da Microrregião de Catalão procuram através de programas como “Catalão Urgente” da Rádio Laser de Catalão, “A Hora da Verdade” da Rádio Cidade de Ouvidor, “Cumari em Destaque” da Rádio Serra da Mesa, cumprem seu papel, inclusive constitucional, levando possibilidades de uma verdadeira construção de um espaço cidadão. Por outro lado, vale ressaltar que algumas emissoras foram apropriadas de forma privada, suas concessões estão nas mãos de alguns políticos e pastores evangélicos que transformam a comunicação comunitária nos moldes comerciais e acabam por não propiciarem espaços para o desenvolvimento das comunidades locais.

Palavras Chave: Comunicação; Cidadania; Rádio; Movimentos Sociais.

REFERÊNCIAS

- BOFFETTI, V. **Comunicação e sociedade**. São Bernardo do Campo: Cortez e Moraes, 2003.
- CARLOS, A. F. A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2008.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- LUCCI, E. A. **Geografia - o homem no espaço global**. São Paulo: Saraiva, 2000.
- MCLUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 1969.
- PERUZZO, C. M. K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Vozes, 2001.

UTILIDADES DA VEGETAÇÃO REMANESCENTE NAS ÁREAS ATINGIDAS PELA PCH-GOIANDIRA (GO)

Núbia Alves Mariano Teixeira PIRES

Mestranda em Geografia, UFG- Campus Catalão. Bolsista CAPES. Email: nubiamariano@hotmail.com

Maria Inês Cruzeiro MORENO

Orientadora de Mestrado. Professora Adjunta. UFG- Campus Catalão, Departamento de Biologia.

RESUMO: O estudo trata-se de um levantamento bibliográfico dos usos que podem ser realizados com as espécies do Cerrado. Dentre os potenciais levantados, os usos para madeira, ornamental, medicinal e fauna, tiveram representatividade de mais de 50 espécies. É interessante trabalhar com as espécies do Cerrado, mostrando sua importância, como tentativa de minimizar os problemas ambientais em relação à biodiversidade. E explorar a relação do homem com essa vegetação, compreendendo melhor os usos e a importância dada para a vegetação. A vegetação é importante para garantir a biodiversidade local e global. Sendo assim, são necessários estudos de levantamento etnobotânicos para que a vegetação seja conhecida, não só nas literaturas, mas também pela população. Muitas espécies vegetais do Cerrado têm seus usos conhecidos, mas no cotidiano, poucas são utilizadas, e a maioria das vezes os proprietários de terras, acabam vendo o Cerrado como um mato, que deve ser extraído para a produção de grãos e pecuária. O incentivo para a preservação do Cerrado é importante, visto que a cultura estabelecida desde os primeiros processos de apropriação do Cerrado é expansionista, e visa a retirada da cobertura vegetal nativa, para a implantação de produções mais rentáveis. Porém antes mesmo deste início de desmatamento acelerado não foi estudado os benefícios que as plantas do Cerrado podem prover. E assim, muitas espécies foram extintas, e outras estão à mercê da extinção, por não ter sido dada a importância necessária as espécies. Desta forma, o presente artigo objetivou conhecer as utilidades da vegetação remanescente nas propriedades onde foram implantada a PCH – Goiandira. A pesquisa envolvendo as potencialidades de uso das espécies vegetais do Cerrado foi, inicialmente, baseada na coleção árvores brasileira do autor Lorenzi (2002) e Almeida et al. (1998), sobre “Cerrado espécies vegetais úteis”, e ainda em artigos científicos que detalham os usos das espécies do Cerrado. A pesquisa ainda será complementada com os estudos etnobotânicos a serem realizados em campo. Segundo Mesquita (2004), a expansão do modelo energético ameaça os rios com a construção de barragens para a geração de energia. Há como proposta a construção de oitenta barragens nos rios de Goiás, que podem vir a provocar desastres no ambiente e na sociedade, com efeitos irreversíveis a curto, médio e longo prazo. Com a intensificação do processo de industrialização e expansão do modo de produção capitalista houve a ampliação da apropriação da natureza com fins de suprir a necessidade mundial de energia e bens considerados essenciais ao mercado capitalista. Neste contexto no Brasil, a geração de energia elétrica gerada a partir de aproveitamentos hidrelétricos foi impulsionada, assim os rios passaram a ser alvos de barragens, e sérios impactos ambientais, sociais, culturais foram e estão sendo presença constante nos processos capitalistas (FERREIRA;

MENDONÇA, 2009). A autora Mesquita (2004), vem a contribuir com essa discussão com a reflexão de que o modelo energético brasileiro, advindo de hidrelétricas é altamente predatório para a natureza e para a sociedade. Pedrosa (2006) corrobora com as idéias dos autores ao afirmar que as hidrelétricas são graves ameaças para a manutenção do equilíbrio hidrodinâmico e para a qualidade das águas dos rios do Cerrado. Uma das alternativas que têm sido apontadas para a resolução de problemas ambientais é o estudo sobre o conhecimento e uso do que as populações locais fazem dos recursos naturais e análise detalhada do impacto de suas atividades sobre a biodiversidade (ALBURQUERQUE; ANDRADE, 2002). Uma das ocupações recentes no município foi à implantação da PCH- Goiandira localizada na bacia hidrográfica do Rio Veríssimo. Dentre os potenciais levantados (Figura1), usos para madeira, ornamental, medicinal e fauna, tiveram mais de 50 espécies representantes dentre as 119 identificadas. De acordo com Gomes (1998), no cerrado encontram-se muitas espécies de plantas potencialmente úteis e viáveis para exploração econômica: alimentícias, oleaginosas, fibrosas, forrageiras, frutíferas muito apreciadas, como pequi (*Caryocar brasiliense* Camb.), araticum (*Annona crassiflora* Mart.), araçá (*Psidium* sp.), mangaba (*Hancornia speciosa* Gomez), murici (*Byrsonia verbascifolia* Rich.), coco buriti (*Mauritia vinifera* Mart.), macaúba (*Acrocomia aculeata* Mart.) e centenas de espécies medicinais, das quais as populações locais fazem uso e que contêm elevado potencial de cura das mais variadas doenças, dezenas delas já sendo extraídas em larga escala para suprir a demanda de laboratórios farmacêuticos internacionais, como é o caso da fava d'anta (*Dimorphandra* sp.). Acredita-se que a conservação da vegetação pode ser beneficiada, com os estudos taxonômicos e etnobotânicos, onde o registro do uso das espécies do Cerrado pode contribuir para um melhor manejo das áreas remanescentes.

REFERÊNCIAS

ALBURQUERQUE, U. P.; ANDRADE, L. H. C. Uso de recursos naturais na Caatinga: o caso do Agreste do Estado de Pernambuco (Nordeste do Brasil) **Interciência**. Caracas - Venezuela. v. 27. n. 007.. Julho. 2002. p. 336 a 346.

FERREIRA, A. P. S. O.; MENDONÇA, M. R. **Geografia, hidrelétricas e trabalho: o AHE Serra do Facão no vale do rio São Marcos**. In: XI EREGEO- Simpósio Regional de Geografia. UFG, Campus Jataí, 2009. P. 499-510.

GOMES, L. J. **Extrativismo e comercialização da fava d'anta (*Dimorphandra* sp.): um estudo de caso na região de cerrado de Minas Gerais**. Lavras: UFLA. 1998. 158p.

MESQUITA, H. A. As barragens para aproveitamento hidrelétrico (AHE): a mais recente ameaça ao bioma cerrado. **Revista da UFG**, Vol. 7, No. 01, junho 2004 on line (www.proec.ufg.br)

PEDROSA, L. **Uma cruzada em defesa da água, da vida e pela cidadania**. Relatório da Visita ao Sul-sudoeste goiano. 2006. Disponível em :/ <http://www4.fct.unesp.br/ceget/t23.doc>. Acesso: 10/05/2010.

A FOTOGRAFIA COMO INSTRUMENTO DE AUXÍLIO NO ENSINO DA GEOGRAFIA

Sueley Luana SILVA

Aluna do curso de especialização em Geografia do Brasil da Universidade Federal de Goiás - UFG/CAC. E-mail: sueley_luana@hotmail.com

RESUMO: Este resumo é constituído de resultados do trabalho de conclusão de curso (TCC), desenvolvido no curso de Geografia pela Universidade Estadual de Goiás – Campus Pires do Rio, intitulada, A Fotografia como Instrumento de Auxílio no Ensino da Geografia, no ano de 2009. A motivação para o desenvolvimento desta pesquisa foi a preocupação em relação à maneira de ensinar os conteúdos geográficos em sala de aula, falta de interesse dos alunos e o pouco desenvolvimento que eles vêm demonstrando em relação aos objetos propostos para a disciplina. O professor além de ensinar tem que fazer com que seus alunos tenham uma visão crítica sobre o conteúdo exposto, fazendo uma ligação com a realidade, pois a falta de ligação dos conteúdos ensinados com a realidade do aluno tem causado desinteresse dos alunos pela ciência geográfica. Nesta perspectiva o trabalho analisou um recurso didático de fácil acesso para os professores e pesquisadores e de extrema importância que é a fotografia; sendo importante lembrar que a fotografia dos livros didáticos, revistas e internet podem ser trabalhadas na sala de aula em forma de discussão, pesquisa, conduzindo a observação e reflexão sobre as paisagens, permitindo aos alunos superar os conceitos e definições já estabelecidas, construindo seu próprio conhecimento através desta ferramenta, com a mediação do professor. Entretanto, diante do exposto acima, este resumo tem como tema central, A Fotografia como Instrumento de Auxílio no Ensino da Geografia; com a proposta de demonstrar como a fotografia nos proporciona o ato de observar as paisagens, facilitando o entendimento de alguns conceitos geográficos e fazendo com que os educando visualizem o mundo sem sair da sala de aula. Na impossibilidade do professor deslocar seus alunos para um trabalho de campo a fim de estudar algumas determinadas paisagens, a fotografia transforma-se em um poderoso instrumento de materialização dessas paisagens nunca antes visitadas. Alguns métodos tradicionais de ensino já não conseguem ajudar na compreensão dessa sociedade globalizada, com isso, o professor tem que buscar métodos e recursos didáticos inovadores que auxiliam no ensino/aprendizagem de seus alunos, trazendo dinamismo para suas aulas e participação do educando na construção do conhecimento. A fotografia permite uma aproximação dos conceitos geográficos, a presença da vegetação torna-se importante, para a contenção de processos erosivos, principalmente nas áreas de encostas, sistemas agrícolas, espaço geográfico, e espaço natural (interligado com as formas de relevo e possíveis ocupações pelo homem), conceitos de escala, (demonstrando a diferença entre tipos de representações e os tipos de mapas), orientação (com a identificação dos pontos cardeais: norte, sul, leste, oeste). Algumas fotografias são tão significativas na vida do ser humano que levam a mudar o comportamento das pessoas, para conseguir determinados produtos, serviços e a formar conceitos. Entretanto para se chegar à conclusão desta pesquisa, foram feitos levantamento bibliográfico e questionários. As pesquisas teóricas deram subsídio para compreender o quanto a ciência geográfica é ampla e inovadora, percebendo que um dos seus principais objetos de estudo é a categoria geográfica paisagem. Através do estudo das paisagens podemos analisar as transformações sócio-culturais e econômicas de determinados locais. Desta forma, a

pesquisa empírica foi aplicada no Colégio Estadual Martins Borges com os alunos do 8º (oitavo) ano. Foi desenvolvida uma aula sobre A Construção da Paisagem da Cidade de Pires do Rio – GO, e o recurso didático utilizado foram cinquenta fotografias da cidade de Pires do Rio, são fotografias desde a década de 30 (trinta) até os dias atuais. Enquanto professora e pesquisadora demonstrei aos alunos através das fotografias as modificações que ocorreram nas paisagens de Pires do Rio/GO e quais os fatores que influenciaram e contribuíram para que se construíssem as atuais paisagens. Após a aula ministrada os alunos do 8º (oitavo) ano do Colégio Estadual Martins Borges farão avaliações através de perguntas sobre o tema exposto e o recurso didático utilizado - as fotografias. Portanto, através dos relatos dos alunos conseguimos responder a problemática da pesquisa que é compreender se a fotografia pode ajudar o professor de geografia no processo ensino aprendizagem. Diante disso podemos alcançar o objetivo geral deste projeto, que é conhecer a importância da fotografia como instrumento de auxílio no ensino da geografia.

Palavras Chave: Geografia; Ensino; Fotografia; Paisagem.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTI, L. S. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. Ed Papirus, 3ª edição. São Paulo, 2001.

DANTAS, H.L. **O espaço geográfico**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

JUSTINIANO, E. F. **Registro fotográfico**. In: Luis Antonio Bittar Venture. (org). *Praticando Geografia: técnicas de campo e laboratório*. São Paulo: Oficina de Texto, 2005, p.187-195.

LOBARTO, W. **Educação e meio ambiente: o desafio da incorporação da dimensão ambiental na prática docente**. Belo Horizonte, 1999.

LUCHIARI, M. T. D. P.. A (re) Significação da paisagem no período contemporâneo. In. ROSENDHAL, Zeny. CORRÊA, Roberto Lobato. (org). **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: ed. UERJ, 2001.

SANTOS, C. A. **Cartografia temática no ensino médio de geografia**. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo: AGB, 2003.

SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado**. Ed Haucitec, 5ª edição. São Paulo, 1997.

VENTURI, L. A. B. **Para que serve a paisagem? O que é uma bela paisagem?**. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo: AGB, 2003.

CIDADANIA E GLOBALIZAÇÃO

Sueley Luana SILVA

Aluna do curso de especialização em Geografia do Brasil da Universidade Federal de Goiás - UFG/CAC. E-mail: sueley_luana@hotmail.com

RESUMO: Este resumo tem como objetivo colaborar com a discussão sobre a construção da cidadania e dos movimentos sociais no Brasil, na sociedade globalizada. Para a produção deste resumo, foram feitos levantamentos bibliográficos, as pesquisas teóricas nos deram subsídios para compreender o quanto somos reféns enquanto cidadãos este sistema global. Vivemos em um mundo globalizado, voltados para o consumismo desenfreado e a fragmentação da classe operária, a globalização com o sistema capitalista trouxeram tecnologias que nos auxiliam nas ocupações cotidianas do ser humano, mas não são todas as pessoas que conseguem ter acesso a essas tecnologias, produzindo exclusão social. Com a revolução industrial, houve um avanço no modo de produção, o trabalho que antes era somente manual, passou a contar com máquinas, neste contexto muitas pessoas foram marginalizadas, perderam seus empregos por não saberem lidar com as novas tecnologias ou até mesmo foram trocadas por máquinas. Os avanços das máquinas e seus mecanismos chegaram até o meio rural, os grandes produtores rurais se fortaleceram diante da modernização no campo, pois os novos métodos agrícolas permitem o aumento na produtividade, já os pequenos produtores que não conseguiram incorporar esta modernização são vistos como atrasados, alguns nem conseguiram sobreviver com a renda tirada do campo, de certa forma, foram expulsos de suas terras, diante disso, muitos camponeses deixaram o trabalho no campo e foram para a cidade em busca de um emprego, aumentando o fluxo populacional urbano, conforme a autora Damiani (1999) os centros urbanos também recebem elementos impostos pela globalização:

Hoje, acelera-se a industrialização do espaço, capturando como mercadoria de primeira. A casa de cada um entra no circuito das trocas, de forma privilegiada, e deixa de ser, irrevogavelmente de todos ou de qualquer um. A perda do espaço da casa está entre as perdas do homem atual, que sofre também a perda da cidade (DAMIANI, 1999, p.50).

Diante do exposto acima percebemos dois elementos impostos pela globalização, elementos que contribuíram para reprodução da segregação espacial. O primeiro podemos denominar como sendo a perda da casa para grandes construções civis que geram capital, portanto sua casa não pode prender a industrialização. Então as pessoas vendem, trocam ou até mesmo são obrigadas a sair, sendo segregadas em outros determinados locais, talvez locais nunca habitáveis. O segundo elemento é a perda da cidade, há determinados locais da cidade que não temos acesso, talvez por habitar quilômetros de distância, ou até mesmo por não participar da mesma classe social existente naquele local. Portanto, o movimento da globalização revela de um lado o crescimento econômico, que está em constante aceleração, e de outro um desenvolvimento social, cada vez mais individualista. Este mundo global nos traz dogmas de igualdade, um mundo sem fronteiras em plena hegemonia, mas a realidade é exatamente ao contrário, o mundo é cada vez mais diverso, existem regiões, territórios mais vulneráveis e frágeis ou, podemos dizer, países atrasados do ponto de vista do sistema capitalista. Por outro lado, torna-se fraco o discurso de homogeneização do mundo, pois cada território tem sua identidade, particularidades sócio-econômicas, uma

vez que dentro desse mesmo território haverá também regiões com culturas diferentes, vestimentas, comidas, costumes múltiplos. Estes aspectos de diferenciação estão ligados à cor da pele, raças, ideologias, religiões, sexualidade e posição social, disto surgem as diversidades culturais, muitas vezes estas diferenças não são aceitas pelo outro, dando origem aos conflitos étnicos. Nesse contexto, devemos compreender o papel do Estado que vê a ordem pública ameaçada diante de tantos conflitos, greves, reivindicações e lutas por ascensão social. O Estado tem como objetivo manter a paz social do seu território delimitado politicamente, controlando todas as reivindicações, através de projetos políticos que tentam promover a igualdade da classe excluída e ascensão dos grupos sociais marginalizados de todo este sistema global. Diante disto, devemos ter uma visão crítica sobre esta utopia de ascensão dos grupos excluídos, pois torna-se mais fácil fazer que as pessoas acreditem que estão sendo respeitadas através de Leis, Constituições que as ampare, quando na verdade estão apenas aceitando direitos e deveres impostos pelo Estado para a manutenção do seu poder. Neste particular, surge a figura dos cidadãos, que são os indivíduos que usufruem de direitos e cumprem os deveres impostos pelo Estado; ser cidadão é mais que isso, é ter consciência de que é sujeito de direitos à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade, enfim, direitos civis, políticos e sociais. As relações sociais do homem projetam um espaço geográfico organizado, refletindo idéias, dogmas, valores impostos pelo poder administrador, o Estado; gerando assim, uma sociedade alienada.

Neste ambiente, as vias institucionais mais viciadas precisam ser substituídas pela sustentação de uma teia alternativa de representação e construção da cidadania, que estabeleça o contraponto para um Estado redutor (DAMIANI, 1999, p.58).

A citação acima nos traz a certificação de que existe uma representação de um bom cidadão. Exerce a cidadania aquele que respeita as condições impostas pelo Estado, condições estas que tentam compatibilizar as heranças culturais e sociais distintas do ser humano, através de leis. As políticas públicas que são planejadas com o intuito de prestar serviços aos cidadãos, como na área de saúde, educação, segurança e habitação não são eficazes, passando a ser uma mercadoria de comercialização. Diante da falência do sistema público, surgem então as escolas, hospitais e seguranças particulares, que oferecem serviços, que podem ser comprados mediante o poder aquisitivo da clientela. Desta feita precisamos ser realistas e compreendermos como funciona todo este sistema, onde passamos de cidadãos que paga impostos para a manutenção dos serviços públicos, para nos tornarmos consumidores e clientes de instituições privadas. Instituições privadas pelas quais fazem valer os interesses particulares em desfavor do interesse coletivo. Muitas lutas são travadas, lutas estas que ocorrem desde o Brasil colônia, camadas populares que lutam pelo reconhecimento dos seus direitos, quando na realidade estes direitos são inerentes aos seres humanos, merecendo ser tratados da mesma forma sem distinção, independente da cor da pele, raça, religião, cultura, posição social até mesmo sexualidade. Conclusivamente, a cidadania está em permanente construção, é um referencial de conquista da humanidade, através daqueles que sempre lutaram por mais direito e maior liberdade, e não se conformam com as opressões impostas pelo Estado bem como pela sociedade globalizada.

Palavras Chave: Cidadania; Globalização; Estado; Sociedade; Desigualdade.

REFERÊNCIAS

GOHN, Maria da Gloria. **História dos movimentos e lutas sociais**. São Paulo; Edições Loyola, 1995.

ANDRADE, Margarida M. de. O Estado e as Classes Sociais. In: **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**, São Paulo: Hucitec, 1996.

DAMIANI, Amélia Luisa. A geografia e a construção da cidadania. In: Carlos (Org.) **O espaço no fim de século: A Nova Raridade**. São Paulo: Contexto, 1999.

ANÁLISE DOS IMPACTOS AMBIENTAIS PROVOCADOS PELA EXTRAÇÃO DE MATERIAIS AGREGADOS UTILIZADOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL DE PIRES DO RIO – GO

Juliet A. M. OLIVEIRA

Aluna da Especialização em Geografia do Brasil, pela Universidade Federal de Goiás - UFG

RESUMO: O presente resumo tem por base o fruto de um trabalho já realizado no TCC apresentado na UEG, UnU de Pires do Rio/GO no fim de 2008, desenvolvido no município. Teve por objetivo a caracterização/localização das áreas afetadas por degradações ambientais provocadas pelas extrações de materiais agregados utilizados para a construção civil, tais como: areia, argila e brita originada de gnaiss. A utilização de materiais agregados para a construção civil é essencial, além de ser um dos itens mais consumidos no desenvolvimento de uma obra e se faz ainda mais necessária a partir do momento em que a demanda por casas habitacionais, edifícios e outras obras que utilizam desse material, aumenta. O desenvolvimento urbano está diretamente relacionado ao crescimento da produção de materiais agregados. O consumo destes, medindo em m³/habitante/ano (consumo *per capita*), pode ser considerado como indicador de qualidade de vida urbana, ao mostrar a evolução e o atendimento das necessidades da população no tocante a moradia, saneamento básico, abastecimento de água, energia elétrica, pavimentação, construções escolares e hospitalares, enfim, toda uma gama de atividades abrangidas pela construção pesada e edificações. Como reforça Valverde: Sob o aspecto de economia, a atividade de extração é responsável por 3% do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro. Sob esse valor sobe para aproximadamente 26% quando se considera as etapas de transformação do bem mineral, sendo produto de base para setores como: siderurgia, metalurgia, indústria cerâmica, petro-química, cimenteira, química e outras. Se considerarmos as etapas subsequentes de produção, onde encontra-se as indústrias automobilísticas, eletroeletrônicas e de eletrodomésticos, e o setor da construção civil, a participação chega a aproximadamente 40% na economia nacional. (VALVERDE, 2002, p 02). Mas como pontos fracos as explorações de materiais agregados tem que bater de frente com a falta de planejamento, o que ocasiona explorações de curto prazo; restrições ambientais crescentes; alta informalidade, com concorrência desleal; excesso de tributação; reduzida qualificação de pessoal; baixo nível de investimentos; o emaranhado legislativo que dificulta o acesso à jazida; custos crescentes; dificuldade de obtenção ou renovação de licenças; dentre várias outras de caráter político. Por esse âmbito que se nota a crescente degradação desenfreada ocorrida no município de Pires do Rio. No desenvolvimento do trabalho em questão foi percebido o descaso das autoridades na questão ambiental brasileira, uma vez que as legislações desde federais à municipais não defendem de forma clara a exploração consciente dos materiais agregados, o que torna os estragos ainda maiores. Notou-se com a realização da pesquisa uma grande gama de trabalhadores que são beneficiados direta e indiretamente com a exploração desses materiais, causem eles ou não as degradações ambientais o desenvolvimento sócio-econômico depende e muito dessas explorações, uma vez que a construção civil é considerada uma das atividades alavancadoras da economia nacional. Os impactos causados pela mineração, associados à competição pelo uso e ocupação do solo, geram conflitos sócio-ambientais pela falta de metodologias de intervenção, que reconheçam a pluralidade dos interesses envolvidos. Grande parte destes conflitos é gerada pela mineração, inclusive ocorre em várias regiões metropolitanas no Brasil, devido a falta de planejamento e infra-estrutura

por parte da esfera política em relação a expansão urbana, exigindo uma constante evolução na condução dessa atividade para evitar situações de impasse. Utilizando o amplo conceito de recuperação, o planejamento das atividades que objetivam a estabilidade das áreas degradadas deverá, segundo BRUM, 2000 “Ter como primeira tarefa a definição de uma das seguintes metas - recuperação provisória (quando o uso final ainda não estiver definido) e recuperação definitiva (quando o uso final do solo já estiver definido).” Os materiais agregados são um dos mais utilizados na obtenção do concreto como reforça SILVA FILHO et al. (2002), “o concreto é um dos materiais de construção mais utilizados pelo homem, sendo que mais de 70% é constituído por agregados, o que torna relevante a preocupação com a extração de agregados naturais”. Sabendo-se que cerca de 210 milhões de toneladas de agregados são consumidos anualmente no Brasil, somente na produção de concretos e argamassas a preocupação aumenta. A metodologia utilizada contou com: levantamentos bibliográficos; registros fotográficos; análises de imagens de satélites e visitas a campo com aplicação de questionários. Levando como resultados a obtenção de dados alarmantes quanto a questão ambiental e social, na qual se deve convir que mais de 90% dos trabalhadores nas extrações trabalham informalmente e a produção local não abastece apenas o município de Pires do Rio e sim os municípios vizinhos, ocasionando assim que os empresários locais procurem fora o que não conseguem encontrar no local, levando a uma maior carga de tributos e custo que é repassado ao consumidor. O presente trabalho é fruto de uma monografia já defendida e avaliada na UEG UnU de Pires do Rio/GO, que não contou com nenhum financiamento.

Palavras-Chave: Agregados; Construção civil; Produção e extração.

REFERÊNCIAS

BRUM, Irineu Antônio Schadach. **Recuperação de áreas degradadas pela mineração**. Salvador, BA, 2000, 22p. Resumo de TCC (Especialização em Gerenciamento e Tecnologias Ambientais na Indústria) – Escola Politécnica – Departamento de Hidráulica e Saneamento, Salvador, Bahia.

JOHN apud RODRIGUES E. **Planejamento para construção as construções**. UFRJ 2003, p 03.

SILVA FILHO et al. apud RODRIGUES E., **Planejamento para as construções**. UFRJ 2003, p 02

VALVERDE, F. M. **Sumário Mineral Brasileiro 2002: agregados para a construção civil**. Brasília. Departamento Nacional de Produção Mineral, DNPM, 2002, p 02.

OS IMPACTOS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO COM A EXPANSÃO DA INDÚSTRIA DA CANA-DE-AÇÚCAR NO MUNICÍPIO DE LAGOA DA PRATA – MG

Valéria A. Castro MORAIS

Aluna do curso de especialização em Geografia do Brasil pela Universidade Feral de Goiás/Campus Catalão – UFG/CAC E-mail: valeriaaparecidacastromorais@hotmail.com

Daniela M. A. M. Correia OLIVEIRA

Aluna do curso de especialização em Geografia do Brasil pela Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão – UFG/CAC E-mail: danielamarly@hotmail.com

RESUMO: O resumo aqui apresentado é fruto de TCC. Em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás, onde se faz um estudo sobre as mutações no mundo do trabalho.. Nosso universo de pesquisa será a indústria sucroalcooleira Usina Luciânia, no município de Lagoa da Prata (MG). Através dos dados obtidos traçar-se-á o perfil dos trabalhadores da Usina Luciânia, assim como são as relações de trabalho naquele território e sua possível Exploração. O trabalho que foi uma atividade voltada para a subsistência do homem em uma relação harmoniosa com a natureza, transforma-se significativamente a partir do momento que passa a servir ao capital. De acordo com a necessidade dos donos do capital o trabalho vai tomando características cada vez mais diversificadas. O modelo capitalista de produção, molde que objetiva o lucro conseguido principalmente através de trabalho não pago ao trabalhador, proporciona a alienação do ser proporcionado pela fragmentação do processo produtivo e apropria-se da natureza, transformando-os em mercadoria. A partir de então o trabalhador pode ser descartado a qualquer momento, desde que o patrão não mais necessite de seus serviços. Deste modo nega ao trabalhador os direitos de cidadãos e seus direitos humanos são violados. Também deve-se considerar a fragmentação da classe trabalhadora, que fica cada vez mais a mercê do capital. No campo, as condições de trabalho não são diferenciadas. O êxodo rural aliado às leis ineficientes e a crescente mecanização tem redirecionado a forma e a intensidade do trabalho. A fragmentação da classe é fato real. Surgem os trabalhadores volantes, os sazonais, os bóias-frias. Este tipo de trabalhador é muito usado nas lavouras de cana-de-açúcar, presente no Brasil desde sua colonização e que tem se expandido consideravelmente devido aos incentivos governamentais. Atualmente, para produção da energia alternativa, o biocombustível. Diante das transformações do trabalho, de sua precariedade e fragmentação torna-se necessário uma abordagem acerca do tema, prestando assim uma contribuição à Geografia do Trabalho e a comunidade. Algumas perguntas norteiam o encaminhamento desta pesquisa como: Como vem ocorrendo às transformações nas relações de trabalho? Quais são as principais alterações na relação do trabalho? Quais as conseqüências sociais desta transformação? Como ocorreram as transformações na relação de trabalho na Usina Luciânia? O objetivo principal deste trabalho é compreender as transformações nas relações de trabalho a partir da cana-de-açúcar, no município de Lagoa da Prata-MG, fazendo uma análise sistemática destas transformações. Para tanto busquei embasamento em autores que discutem trabalho, capital e capitalismo como: Ricardo Antunes, Mendonça, Afrânio Mendes Catani, Rui Moreira, Thomaz Júnior e outros. Também será usado sites do IBGE, da Única, da SIAMIG e outros, a fim de colher dados e informações. A pesquisa de campo realizou-se com o propósito de obter comprovações das observações feitas no decorrer deste trabalho. Foram realizadas treze entrevistas com moradores de Lagoa da Prata, Aplicação de cinquenta questionários, a

funcionários da Usina Luciânia para estabelecer a possível exploração do trabalhador. Para as entrevistas procurou-se pessoas que residem no município há vários anos, a fim de informar por meio de via oral, a forma como ocorreu e qual a velocidade da expansão dos canaviais além de pessoas que estiveram presentes na greve da Usina Luciânia. Quanto aos questionários foram aplicados a cortadores de cana-de-açúcar de forma aleatória para obter informações que pudessem auxiliar no entendimento do tema proposto, alcançando deste modo o objetivo traçado. Após fazer várias leituras, buscando informações e dados que tratam de temas como capital, capitalismo, trabalho e a captura do trabalho pelo capital arriscam a tecer algumas considerações sobre a temática proposta neste trabalho. No Brasil a primeira atividade realmente significativa é a cana-de-açúcar, esta já se apresenta como um trabalho fragmentado. As leis brasileiras como o Estatuto do Trabalhador Rural deixaram brechas para que posteriormente os capitalistas conseguissem se desfazer de seus funcionários permanentes expropriando-os do campo. Desta maneira, criam-se os trabalhadores volantes, sazonais, bóia-fria desprovidos de quaisquer direitos trabalhistas. A mecanização do campo, também, vem contribuindo muito para a expropriação e fragmentação do trabalhador do campo. Aos que ficam, restam à imposição do tempo da máquina. Os donos do capital isentam-se de muitos gastos como os direitos trabalhistas. Uma das atividades que mais usa os trabalhadores volantes, sazonais e migrantes é a canavieira. Dentre eles, o migrante é com certeza o mais penalizado, pois fica exposto a constante exploração de muitos usineiros. Em Lagoa da Prata a LDC (Louis Dreyfus Commodities), indústria de origem francesa arrendou em 2001 a Usina Luciânia com sede em Lagoa da Prata - MG. Desde então os canaviais tem se expandido consideravelmente, ocupando áreas de Cerrado consideradas de alta prioridade de conservação, os arrendamentos se tornaram práticas comuns, a mecanização é fato presente, a expropriação do trabalhador agrícola é uma crescente, a terceirização é realidade caracterizando-se numa exploração explícita. Somados a estes fatores tem-se a contratação de migrantes, em detrimento do trabalhador local, para o corte da cana-de-açúcar. Esta é mais uma manobra da Usina Luciânia, pois contratando migrantes enfraquece o sindicato, colocando-o em situação difícil para lutar pelo interesse da classe. Conclui-se que o maior beneficiário da atividade canavieira exercida em Lagoa da Prata é o dono do capital, representado pela LCD. Também Verificou-se um reordenamento nas relações de trabalho, caracterizando um processo de precarização do trabalho e do trabalhador.

Palavras Chave: Trabalho; Cana-de-açúcar; Precarização do Trabalho; Usina Luciânia; Lagoa da Prata.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. As **novas formas de acumulação e as formas contemporâneas do estranhamento (alienação)**. *Caderno CNH*; Salvador; n.37, p. 23-45, julho/dezembro, 2002.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovani. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação Sociedade**. Campinas; v.25, n.87, p. 335- 351, maio/ agosto, 2004. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>, acesso em: 03 de outubro de 2009.

CATANI, Afrânio Mendes. **O que é capitalismo**. 10. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1980, 139p.

ENGELS, Friedrich. **A dialética da natureza**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1982, v. 1, p. 49 – 51.

_____. **O capital (crítica da economia política)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

THOMAZ Jr. Antonio. Por uma geografia do trabalho. **Revista Pegada**. Presidente Prudente, 2002.

OS CAMPONESES ENVELHECIDOS DOS CANAVIAIS DE DELTA – MG*Jaqueline Borges INÁCIO*

Discente do curso de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: jaquelinebinacio@yahoo.com.br.

Mônica Arruda ZUFFI

Discente do curso de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: moniczuffi@hotmail.com

Rossvelt José SANTOS

Professor Doutor pelo Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: rossvelt@ufu.br.

1 INTRODUÇÃO

Delta é uma cidadezinha localizada na divisa do estado de Minas Gerais com São Paulo, com um pouco mais de sete mil habitantes (IBGE, 2009), onde uma boa parte da população vive da terra, do plantio, este, muitas vezes passivamente, como do arrendamento de terras, reproduzindo a cana-de-açúcar, a qual vem a mais de duas décadas dando lugar à exploração de usinas, como a Caeté do grupo Carlos Lyra, a segunda maior do país, produzindo açúcar, etanol, dentre outros produtos obtidos da extração canavieira. Esta lavoura, principal matéria-prima em questão, por ter sido responsável pelo crescimento econômico da usina e da cidade, ocupa hoje boa parte da área produtiva da região, ocasionando a monocultura e certo comodismo dos arrendatários.

Os donos de grandes áreas de terra se beneficiam do arrendamento, tornando-se pessoas que vivem sem ter as preocupações advindas das incertezas que derivam dos processos produtivos imbricados na obtenção das grandes lavouras. No entanto, mesmo com as sedução advindas do arrendamento, nos chamou a atenção, a resistência de alguns camponeses da região em resistir negando esta cultura ligada aos agro combustíveis. Na comunidade colorado, os camponeses vivem utilizando técnicas tradicionais para obter a sua subsistência farturenta.

A experiência de viver dos do trabalho que desenvolvem na terra foi se consolidando ao longo dos anos e no lugar, se materializa com a criação de bovinos, aves e suínos, bem como, no cultivo de grãos e mandioca. São camponeses preocupados não apenas com a subsistência, mas com a fartura e com a autonomia de tempo para usá-lo, inclusive para fazer a festa. Ao contrário dos capitalistas e rentistas, que vivem de renda e mais-valia, eles praticam um conjunto de atividades que lhes permitem viver e resistir no lugar.

Contudo, nosso objetivo neste trabalho é buscar analisar e compreender a motivação ou desmotivação que levaram os camponeses a investirem no modo de produção agrícola camponês ao invés do arrendamento das terras aos capitais investidos na produção de álcool e açúcar.

Metodologicamente, esse trabalho foi desenvolvido tendo como base a pesquisa bibliográfica, sobretudo a teórica sobre o campesinato e as experiências dos trabalhos de campo. No conjunto, as análises realizadas proporcionaram uma reflexão sobre as condições sócio-espaciais dos camponeses de Delta. No intuito de conhecer o que eles

pensam a respeito da expansão da cana nas proximidades da população em questão, procedemos observando as suas práticas produtivas no cotidiano.

2 AGRICULTURA E ECOLOGIA NAS PRÁTICAS CAMPONESAS

Dentro do modo de produção capitalista, a agricultura torna-se insustentável, ultrapassando e comprometendo a capacidade do ecossistema. A produtividade exacerbada no meio rural acaba poluindo rios, lagos, oceanos, além do desmatamento e desgaste de solos e biomas. Na região da área em estudo, compreende-se como bioma o Cerrado, o qual para se ter uma boa produção agrícola, são necessários pesados investimentos na aplicação de corretivos do solo. Nesta investida são utilizados adubos, fertilizantes, dentre outros produtos químicos conforme as necessidades da cultura. Esta, conforme SILVA (1995) é uma prática derivada da revolução verde, que não tem em conta o funcionamento dos ecossistemas, apontando a problematização posta pelo desenvolvimento da agricultura ecológica, que ainda conforme o autor, tal simplificação ocasiona um sistema instável, suscetível a pragas, doenças e qualquer alteração no sistema que parecia tão atraente, se desvirtua, provocando desequilíbrios que comprometem inclusive a biodiversidade. Para o camponês, esta forma de produção, a qual implica em investimentos de capital, torna-se inviável economicamente por se tratar de uma pequena produção, e no geral, familiar.

Assim, na perspectiva da pequena produção, há a necessidade em ressaltar a importância do uso e preparo do solo, convertendo o manejo convencional para o uso de adubos orgânicos e minerais solúveis, tentando ao menos amenizar os impactos causados pela agricultura extensiva, e também direcionando, conforme Khatounian (2001), aspectos normativos e educativos, que podem promover um novo aprendizado, por parte dos agricultores, viabilizando a agricultura orgânica. De uma forma mais sucinta, entende-se que os camponeses em virtude de práticas sociais transmitidas ao longo de gerações conseguem obter uma produção agrícola com menor custo por utilizarem de ferramentas presentes no seu cotidiano, viáveis tanto culturalmente como economicamente.

No município de Delta ainda existem alguns pequenos camponeses cercados pelos grandes canaviais e que atualmente se encontram vivendo em parte da aposentadoria. Como foram aposentados com um salário mínimo, eles nos seus pequenos sítios desenvolvem pequenos roçados direcionados a produção de alimentos. Organizados em uma Associação de Moradores conseguem fazer uso de conhecimentos, informações e técnicas disponibilizados pela EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais).

Essa Associação de Moradores está inserida dentro da Comunidade Colorado, que atualmente possui uma população de cerca de oitenta famílias, totalizando aproximadamente 200 moradores, sem contar os trinta e cinco associados de pequenos ranchos que se encontram localizados às margens do Rio Grande, rio que divide os Estados de Minas Gerais e São Paulo. Essa área apropriada por esses camponeses é considerada parte do perímetro urbano, porém, a partir das práticas produtivas tornam-se uma área com características rurais.

O curioso nisso tudo é que a maioria dos camponeses teve experiências urbanas, mas quando retornaram a terra, recuperaram as suas práticas, seus saberes tornando seus

modos de vida uma possibilidade de resistência camponesa. Como produtores familiares, eles foram adquirindo por intermédio do desenvolvimento da agricultura familiar, várias conquistas, inclusive os seus sítios. Desse modo, as suas habilidades de produzir, por exemplo, alimentos não desapareceram, ao contrário do que se possa imaginar, praticam uma agricultura pautada nas experiências adquiridas no lugar Colorado. Neste lugar já há sentimentos de pertencimento que se manifestam nos enraizamentos e por conta das relações de vizinhança.

As atividades desenvolvidas pelos camponeses que vivem na Comunidade Colorado são bastante complexas. A maioria trabalha com a criação de gado leiteiro, aves e suínos, bem como pequenas plantações de legumes, verduras e frutos típicos da região do Cerrado. Porém, esses produtos não são comercializados, são para a própria alimentação da família; projetam para o futuro, um sistema de produção na forma de mandalas. Trata-se de processos de cultivo obtidos por meio da irrigação direcionada para canteiros em forma de círculos que se criam no entorno de uma fonte de água. O objetivo desta produção é o fornecimento de alimentos às famílias.

Nesse processo, o fator que é levado em consideração é a avaliação da área de terra disponível, bem como a capacidade de irrigação que se tem no lugar. Conta também a aptidão para trabalhar com a agricultura familiar. Tal processo poderá se iniciar com a criação de alguns animais de pequeno porte, tais como galinhas, que se localizam no interior da mandala, para ser mais preciso, no centro da mesma, que permite que seja produzido esterco, que servirá como compostagem para as demais áreas de produção, onde estão construídas as hortas, sendo que na parte externa, acontece o cultivo de árvores frutíferas, bem como feijão e mandioca. (Agência, Brasil, 2010).

Através da pequena produção de leite, é possível produzir algumas iguarias típicas da tradição mineira, tais como, doces, queijo e quitandas caseiras, bem como aproveitar melhor a mandioca para produzir polvilho, quitanda e farinha. Esses pequenos camponeses aposentados, ainda cultivam cana-de-açúcar, para alimentar as criações, mas isso, não está vinculado a nenhuma prática de arrendamento, e afirmam que o bagaço da cana, é muito útil para adubar os solos. Dessa maneira, essa população da Comunidade Colorado, se organiza e se reafirma no lugar, por intermédio da utilização do que já existe. A criatividade camponesa acaba proporcionando alternativas de produção que propicia transformar os recursos disponíveis no lugar em arranjos produtivos, sem causar impactos abusivos ao meio ambiente.

3 CONCLUSÃO

Com a preocupação em aumentar a produção agrícola para atender as exportações e importações, houve uma aplicação de métodos agressivos e abusivos ao meio ambiente, o que acarretou em vários problemas ambientais, como o desgaste do solo, poluição de aquíferos, dentre outros.

Outro fator resultante desta prática foi à monocultura e a insustentabilidade agrícola, que gerou sérios problemas aos pequenos agricultores que foram obrigados a buscar outras formas de sobrevivência por conta da concorrência perversa dos grandes latifundiários.

Em suma, é nesta realidade, pois, que os camponeses, pequenos agricultores, manifestam seus saberes, práticas e resíduos culturais que os ajudam a manter-se na terra, utilizando-se de saberes tradicionais para enfrentar os desafios da sobrevivência na desonesta e insustentável concorrência do moderno mercado agrícola.

REFERÊNCIAS

GRUPO CARLOS LYRA. Disponível em: <http://www.carloslyra.com.br/conteudo/?id=M914200653937PM&idioma=PT>. Acessado em: 07 de junho de 2010.

IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acessado em: 08 de junho de 2010.

MANDALAS AGRÍCOLAS. Disponível em: http://www.agencia.se.gov.br/noticias/leitura/materia:8756/secretaria_da_inclusao_implanta_o_sistema_de_mandalas_em_segipe.html. Acessado em: 08 de junho de 2010.

SILVA, Jorge Vieira. **A ecologia e o desenvolvimento agrícola**. Editora Escol, Lda. Lisboa, 1985.

KHATOUNIAN, C. A. **A reconstrução ecológica da agricultura**. Botucatu: Agroecológica, 2001.

ESPAÇO, GÊNERO E ORALIDADE: alguns pressupostos teóricos e metodológicos de uma pesquisa geográfica sobre mulheres

Márcia Maria de Vicente PAULA

Aluna do Curso de Pós Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão. UFG/CAC

E-mail: Vicente_marcia@hotmail.com

José Henrique Rodrigues STACCIARINI

Professor Doutor dos Cursos de Graduação e Pós Graduação em Geografia na Universidade Federal de Goiás - Campus Catalão UFG/CAC

1 INTRODUÇÃO

Pensar as variáveis das relações homens/mulheres no cenário político de um determinado espaço, passa pela busca de compreender como a sociedade se organiza na relação entre os sexos. Alguns autores, como Perrot (2007) e (2004) Del Priore (2004), Ratts, (2003) entre outros, discutem as razões sociais, políticas e culturais deste fenômeno. Desta forma, questionamos qual seria a trajetória da mulher ao longo história se geralmente ela é relegada a uma situação de subalternidade, que lhe tolhe a participação social e política, restringindo-se ao espaço doméstico, e no mercado de trabalho às atividades menos rentosas e mais desprezadas pela sociedade?

Na contemporaneidade a mulher vem conquistando muitas de suas antigas reivindicações no que concerne a espaço no mercado de trabalho, na igualdade de direitos e deveres com os homens, na liberdade sexual e intelectual. No entanto, muito das ideias restritivas e moralistas do século XIX ainda perduram na sociedade, buscando uma mulher recatada, silenciosa, submissa e voltada ao lar. Será nesta direção que o presente artigo, que é fruto dos resultados parciais de minha pesquisa de mestrado em andamento intitulada: GEOGRAFIA E GÊNERO as mulheres na história política de Catalão (GO) entre a década de 1970 e década de 2000 visa refletir acerca da mulher e identidade de gênero no movimento político, em busca da visibilidade geográfica e histórica deste grupo junto a estas instituições. Para tanto, foram realizados, pesquisas bibliográficas e trabalho de campo.

2 MATERIAL E MÉTODO

Para o desenvolvimento da pesquisa proposta neste projeto, será realizada em um primeiro momento uma revisão bibliográfica a cerca das relações de gênero e a espacialidade de mulheres na história política de Catalão-GO. Além de pesquisa de campo. O Estudo da memória também ira constituir um importante método de pesquisa, pois este estabelece interpretações sociais que permitem lidar com a dimensão subjetiva do vivido, e com as significações que configuram a vida dos sujeitos envolvidos na pesquisa. (BERNARDO, 1998)

3 RESULTADOS

As reflexões que pretendemos fazer neste trabalho, considerando que ainda esta em fase inicial, focam o papel político da mulher catalana da década de 1970 até o presente momento. As reivindicações de cunho político dessas mulheres, no entanto

serão relacionadas por nós aos movimentos reivindicatórios ligados aos movimentos de ordem política e classista, já que entendemos estarem estes entrelaçados. O recorte temporal foi estabelecido pela hipótese se início de participação do seguimento feminino na política local.

Ilustrar este universo político, de um a cidade onde o desencantar de homens e mulheres do julgo secular de coronéis ainda esta muito distante, é nosso objeto de pesquisa. Apresentar as mulheres que recebem destaque por serem além de mães, profissionais, trabalhadoras, esposas, filhas, também seres políticos é um desafio. No entanto, para nós, a pesquisa existe para viabilizar outras reflexões e ações em torno do objeto pesquisado. É procurar desvendar o quanto é difícil vencer o preconceito de uma sociedade acostumada com os mandos e desmandos de coronéis contemporâneos onde por lei, mulheres são necessárias para cumprir cotas, mas não são por aqui vistas nem tão pouco tidas como adversárias.

Poderíamos nos perguntar o porquê desta realidade catalana confrontando com todo o progresso que essa terra proporciona em termos de industrialização, localização geográfica, influência educacional, entre outros elementos. No entanto, o fantasma de antigos atos contradiz e ainda mantêm a grande maioria das mulheres catalanas em um lugar praticamente insignificante de destaque político.

Será baseado nestas inquietações que a presente pesquisa propõe refletir a cerca da mulher e da identidade de Gênero na política, buscando maior voz destas mulheres envolvidas nos movimentos políticos a cerca de seu papel, da busca por direitos iguais e de visibilidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para desenvolvermos a pesquisa aqui proposta, faremos primeiramente, uma revisão bibliográfica sobre política e gênero em Catalão-Go no período da década de 1970 e década de 2000, buscando elucidar as relações contituíntes/constituidoras da mulher no cenário político local, além de extensa pesquisa de campo. O estudo da memória também irá constituir um importante método de pesquisa, pois este estabelece interpretações sociais que permitem lidar com a dimensão subjetiva do vivido, e com as significações que configuram a vida dos sujeitos envolvidos na pesquisa. (BERNARDO-1998)

Para que chegássemos ao nosso objeto de pesquisa, passamos por diversas controvérsias, tais como; a semelhante situação de milhares de mulheres no cenário político por este país. No entanto, percebemos diante do pouco que já percorremos em termos de leitura e investigação de campo no município de Catalão (GO), que as características do local, envolvidas neste contexto de violência, nesta linha de verdadeiros coronéis na política, de relativa falta da visibilidade da mulher no cenário político e a grande contradição do progresso galopante que assola nossa cidade em confronto com a resistência de velhos hábitos, concluímos que nossa pesquisa poderá contribuir muito com a quebra de antigos paradigmas e o desencantar de velhas concepções possibilitando novas reflexões em torno do assunto em tela.

Palavras Chave: Mulher; Espaço; Oralidade; Gênero; Trabalho.

REFERÊNCIAS

BERNARDO, Terezinha. **Memória e branco e negro:** olhares sobre São Paulo. São Paulo: EDUC, 1998.

DEL PRIORI, Mary (org.) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. São Paulo EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: editora da UNESP, 1998.

RATTS, Alecsandro J. P. **Gênero, raça e espaço**: trajetórias de mulheres negras. In: 27º. Encontro Anual da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa Em Ciências Sociais), Anais-Caxambu, MG, 2003b.

GEOGRAFIA E CULTURA POPULAR: uma interface para o ensino de Geografia*Kálita Tavares da SILVA*

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás/Campus. Catalão. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sócio-Ambientais – UFG/CAC

Prof. Dra. Estevane de Paula Pontes MENDES

Professora dos Cursos de Graduação e Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sócio-Ambientais – UFG/CAC

RESUMO: Este resumo constitui-se nos resultados da pesquisa realizada no trabalho final de curso, e que estamos dando continuidade durante a pós-graduação. Nesta pesquisa objetivamos desenvolver uma discussão sobre as interfaces entre o Ensino de Geografia e Cultura Popular, a partir da análise das propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) com o intuito de compreender se o tema Cultura Popular é contemplado e de que forma comparece nos PCN's e promover uma investigação dos reflexos de suas propostas em uma coleção de livros didáticos no 3º e 4º ciclo do Ensino Fundamental adotados pela Escola Estadual “Professora Zuzu” localizada na cidade de Catalão (GO). A pesquisa foi realizada a partir de uma revisão teórica sobre: Cultura Popular e Ensino de Geografia, circunscrevendo o problema dentro de um quadro teórico que possibilitou explicá-lo, e posteriormente buscamos obter dados e informações nos PCN's e nos livros didáticos escolhidos. E durante a pós-graduação temos como objetivo desenvolver pesquisas de campo em algumas escolas do município de Catalão (GO). A Geografia enquanto disciplina escolar possui um papel considerável na formação de cidadãos críticos e conscientes, uma vez que fornece ao aluno subsídios para a leitura da realidade e dos fenômenos políticos, sociais, econômicos e culturais que interagem na construção do espaço geográfico. Com base nisso, faz-se necessário que o ensino de geografia aborde questões inerentes ao cotidiano do aluno, a fim de que possa compreender a dinâmica do espaço geográfico e seu papel em sua configuração. Segundo Cavalcanti (1998), o ensino de geografia exerce um relevante papel, uma vez que, prove meios e estratégias de desenvolvimento e ampliação da capacidade dos alunos de apreensão da realidade, a partir do ponto de vista da espacialidade, isto é, de compreensão do papel do espaço e das práticas sociais e as influências dessas práticas na configuração do espaço. Dessa forma, o pensar geográfico proporciona ao aluno a sua contextualização como cidadão do mundo, ao passo que, contextualiza espacialmente os fenômenos, conhecendo o mundo que vive desde a escala local à regional, nacional e mundial. E um dos elementos necessários para que possa haver essa leitura da realidade é a compreensão acerca de Cultura Popular. A temática Cultura Popular tem chamado a atenção de muitos intelectuais desde os fins do século XVIII, visto que as inúmeras transformações ocorridas nesse contexto decorrentes da evolução acelerada do modo de produção capitalista influenciaram diretamente as formas de pensar, e agir, e ver o mundo, tudo isso com vistas aos interesses dessa nova sociedade marcada pela produção em grande escala e consumo em massa. Em decorrência desses fatores, os valores, costumes correspondentes a Cultura Popular foram ameaçados de desaparecimento, isso devido à nova cultura imposta pelo capitalismo, a Cultura de massa. Em virtude das necessidades desse novo contexto, caracterizado pela produção em larga escala e acumulação de lucros, é priorizado o homem consumidor, e aliado a isso todos foram chamados a

consumir, produtos que atendem uma enorme variedade de consumidores sem distinção de classes, nascendo nesse momento um projeto homogeneizador, que busca reunir todas as diferentes culturas, surgindo o que se pode denominar de cultura de massa, que engloba em seu bojo a Cultura Erudita e a Cultura Popular. Segundo Antônio Gramsci um dos grandes nomes e referências do pensamento de esquerda do século XX e co-fundador do Partido Comunista Italiano, a infra-estrutura do capitalismo (forças produtivas, relações econômicas) não eram as únicas forças decisivas para a manutenção da burguesia no poder, outras forças deveriam atuar a fim de que as classes subalternas não despertassem para revolução. Gramsci acreditava que a superestrutura ideológica seria o principal fator de controle das massas. Com base nisso Gramsci concebeu o conceito de *hegemonia* que é a capacidade das classes dominantes de manter o poder utilizando o consenso, e isto ocorre através de aparelhos ideológicos e dentre eles a indústria cultural, que principalmente através dos meios de comunicação expandem os valores *hegemônicos* dando visibilidade as interpretações, acontecimentos e idéias que fornecem sustentação ideológica para a classe dominante. Essas questões inquietaram muitos intelectuais, os quais enxergavam na Cultura Popular uma forma de resistência e permanência do “espírito do povo” em relação à imposição de uma cultura com vistas às necessidades do capitalismo. Chauí (2006) faz uma crítica sobre essas concepções e definições de Cultura e, principalmente no que diz respeito à Cultura Popular, a autora propõe que a Cultura pode ser uma chave de prática social, assumindo o outro extremo de interpretação de Cultura Popular que rompe a visão capitalista e burguesa sobre a real essência de Cultura Popular. A Cultura Popular é concebida enquanto produção por parte dos homens em determinadas condições materiais e imateriais de existência, uma verdadeira expressão do desabrochar do homem na vida social, “[...] um momento de práxis social como um fazer de classes sociais contraditórias na relação determinada pelas condições materiais, e como uma história da luta de classes [...]”. (CHAUÍ, 1989, p.14). Daí nasce a idéia de Cultura Popular como uma forma de resistência a cultura de massa e aos interesses capitalistas que se encontram por trás desse ideal de unidade e homogeneidade, que vem tomando forma principalmente com o processo de globalização, processo este que não se verifica de modo homogêneo, uma vez que, não atinge de igual modo todos os indivíduos, pois encontra obstáculos na diversidade das pessoas e dos lugares. Com base em Bosi (1972) os elementos mais abstratos da Cultura Popular podem resistir através dos tempos, onde o novo e o arcaico se entrelaçam indo muito além da situação em que foram formados. E Gramsci ainda reforça essa idéia da resistência da Cultura Popular, no momento em que ela absorve e reelabora elementos já afetados pelas novas tecnologias. De acordo com Santos (2000), a globalização agrava a heterogeneidade, dando-lhe um caráter ainda mais estrutural, e uma das consequências disso é o surgimento de uma nova significação da Cultura Popular, tornada capaz de rivalizar a cultura de massas. Santos (2000) defende a possibilidade de uma revanche da Cultura Popular sobre a cultura de massas, quando a Cultura Popular se difunde utilizando instrumentos da própria cultura de massas. Neste caso a Cultura Popular exerce sua qualidade de discurso dos “de baixo”, colocando em evidência o cotidiano dos pobres, dos excluídos, por meio da exaltação da vida de todos os dias, que segundo Milton Santos pode ser um alimento para a política dos pobres. E o ensino de Geografia pode ser um forte instrumento na compreensão de Cultura Popular enquanto uma forma de resistência e práxis social. A partir da pesquisa teórica e da análise dos livros didáticos e dos PCN’s observamos que os PCN’s dão abertura para se trabalhar temática cultura no ensino de Geografia, enfatizando a importância do espaço vivido do aluno, bem como de sua subjetividade representada pela categoria lugar, às vivências e percepções construídas e suas

representações simbólicas. Porém, não é dado destaque a Cultura, e os PCN's não propõem em nenhum dos eixos temáticos para o 3º e 4º ciclo do ensino fundamental uma discussão específica de Cultura Popular como um conceito fundamental nessa compreensão do espaço e do lugar. Os PCN's não proporcionam ao ensino de Geografia uma discussão sobre Cultura Popular sob uma perspectiva crítica, ressaltando as influências da cultura de massa e os impactos causados pela modernização na cultura. Os PCN's se omitem em relação à força que esses saberes culturais possuem para continuar persistindo frente às mudanças ocorridas na sociedade contemporânea e nesse caso a questão da Cultura Popular e de seus saberes que apesar das influências da cultura de massa produzida pelos interesses do capitalismo, ainda resiste e pode ser uma forma de ação política das classes pobres. E em relação à análise dos livros didáticos observamos o reflexo dos PCN's, que apesar de em alguns pontos dar abertura para tratar de cultura, a discussão feita pelo livro didático não fala diretamente de cultura e nem mesmo sobre a sua importância enquanto instrumento de valorização do lugar e dos saberes construídos nesses diversos lugares, o que daria margem para discutir acerca de Cultura Popular especificamente. Diante desses fatores entendemos ser relevante para a ciência geográfica, a construção de debates e reflexões sobre Cultura Popular e ensino de Geografia, uma vez que venha promover uma análise crítica e comprometida com a sociedade compreendendo a Cultura Popular enquanto práxis social.

Palavras Chave- Geografia; Ensino; Cultura Popular.

AS PRECÁRIAS CONDIÇÕES DE EXISTÊNCIA DOS TRABALHADORES/CAMPONESES: a necessidade da reforma agrária

Willer C. MELO

Aluno do Curso de Enfermagem na Universidade Federal de Goiás. Campus Catalão UFG/CAC
E-mail: willer_candido@hotmail.com

Marcelo R. MENDONÇA

Professor Doutor dos cursos de Graduação e Pós graduação em Geografia na Universidade
Federal de Goiás. Campus Catalão UFG/CAC
E-mail: mendoncaufg@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Desde os *primórdios*, observa-se que as sociedades se constituíram a partir da luta de classes, na tentativa de estabelecer uma divisão justa e igualitária da posse (incluindo a terra), a todos os membros da sociedade. Mesmo após a implantação do novo sistema (capitalismo), ou seja, “a sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classes. Não fez senão substituir velhas classes, velhas condições de opressão, velhas formas de luta por outras novas” (MARX; ENGEL, Acesso em: 10 jun. 2010). Exemplo é a histórica da luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil, desde a invasão portuguesa em 1500, onde os índios lutavam (e ainda lutam) para não perderem suas terras e os negros por um pedaço de chão para deixarem de serem escravos. Não sendo diferente, no *Brasil atual* em que “A história da ocupação da terra é a própria história do Brasil – uma história de lutas [...] Para os trabalhadores rurais, a vida se confunde com a luta. Para os donos da terra, a vida se confunde com a dominação” (FERNANDES, 1997, p.17)

Esta *inferiorização* de classe e os conflitos que a diferença gera repercutem não só na posse da terra, como também nas tradições e no bem-estar do trabalhador/camponês. Como se observa no exemplo indiano de Shiva apud Suchanek (2009) sobre a Revolução Verde, implantada também no Brasil durante a segunda metade do século XX e com devastadores reflexos para agricultura camponesa deste país:

Hoje, prevalece o modelo da revolução verde. Em Punjab, região noroeste da Índia, 150 mil agricultores se suicidaram no espaço de 10 anos, porque seu campo não valia mais nada e porque não tinham mais do que viver, após terem abandonado sua cultura de subsistência, que ao menos os tornavam auto-suficientes e os alimentavam! (SUCHANEK, 2009, p.9).

E é com a preocupação de proporcionar condições de vida melhores aos trabalhadores/camponeses, que se propõe a implantação de uma reforma agrária no Brasil, pois com a democratização das terras brasileiras não só haverá a garantia de permanência do trabalhador/camponês na terra, mas condições que lhe permita manter os recursos naturais, sua cultura, condições humanísticas de trabalho, com isso

assegurando-lhe o comprimento das Necessidades Humanas Básicas. Ou seja, deve haver medidas de políticas públicas que assegurem ao trabalhador/camponês terra (por meio da reforma agrária), além de condições de investimento técnico-educativo em práticas agroecológicas. Constituindo, portanto, uma produção agropecuária que proporcione não apenas produção em *harmonia* com a natureza e sustentabilidade da família vinculada ao pedaço de terra, como também à soberania alimentar da nação.

[...] Por isso, a necessidade de luta contra a tirania do domínio das sementes, pois uma nação que tem comida suficiente é uma nação soberana. O Brasil não tem soberania alimentar por culpa das políticas do governo brasileiro que também estão causando a extinção das práticas camponesas e o aumento da desigualdade no meio rural (GARCINDO, 2008, p.7).

É com a preocupação de refletir sobre as condições de vida dos trabalhadores/camponeses brasileiros, especialmente no município de Catalão (GO), muitos, desterritorializados pela modernização capitalista no campo é que propomos essa investigação, “[...] considerarmos a modernização agrícola como sendo um conjunto de métodos e técnicas visando aumentar tanto a produção quanto a produtividade da terra e do trabalho” (MESQUITA, 1993, p.15). A centralidade é compreender a permanência desses sujeitos sociais na terra e, ainda, apontar a reforma agrária como uma necessidade histórica, pois apresenta as condições adequadas de uso dos recursos naturais/sociais, produzindo culturas e expressões do viver, atendendo assegurando as Necessidades Humanas Básicas.

2 OBJETIVOS

Demonstrar que é necessário mudar as políticas de apropriação da terra em benefício do meio ambiente e da maioria da população, a partir da realização de uma reforma agrária adequada às condições edafoclimáticas e que possam assegurar o bem-estar social, econômico, cultural e ambiental de milhares de trabalhadores/camponeses que necessitam da terra como forma de existência.

3 METODOLOGIA

Em leituras desenvolvidas em pesquisas e extensão universitária pelos integrantes do grupo de pesquisa GETeM, visa-se demonstrar a abrangência e a gravidade das condições às quais os trabalhadores/camponeses foram e ainda são submetidos e menosprezados diante do processo de modernização do campo, como a expulsão da terra, a perda de suas práticas socioculturais, bem como, de seu meio de subsistência biológica.

A ação do Estado no processo de industrialização no Brasil se dá pela via de legislação que é, ao mesmo tempo, modernizante e conservadora. Modernizante no sentido de estimular o emprego de novas técnicas de produção e armazenamento. Conservadora porque não promove uma

transformação estrutural no que diz respeito à estrutura fundiária e distribuição de renda. Embora as relações de trabalho tendam para o assalariamento, que é a expressão própria do capitalismo, o nível de vida do trabalhador do campo tem se deteriorado ao longo do processo, embora esse empobrecimento dos trabalhadores seja generalizado, tanto no campo quanto na cidade. No campo é algo mais explicitado. O assalariamento no campo engendra algo um tanto mais grave e uma situação mais precária para a família do trabalhador, pois há uma tendência em empregar um só membro da família, normalmente o pai que é separado do grupo familiar, às vezes, por períodos de até dois meses (MESQUITA, 1993, p.15).

Este estudo deve ser fundamentado por uma leitura multidisciplinar, pois “as formas de dominação dentro desta sociedade (brasileira) não são articuladas apenas no Estado (não apenas através da coerção, nem apenas através do direito), mas também através da ideologia, da educação, da religião, de todas as formas de vida social e cultural que se imagine” (WEFFORT *apud* MEDINA, 2008, p.21). Ou seja, o processo de modernização com seus respectivos resultados podem e deve ser analisados pelos múltiplos olhares das ciências, pois as interações da modernização do campo e o meio em que esta está inserida repercutem não apenas na cultura e na saúde biológica do homem, como também na fauna, flora, no solo, etc. Estes resultados podem ser demonstradas através de pesquisas e extensão universitária desenvolvidas pelo grupo de estudos GETeM (Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais) da Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão, por meio de leituras, entrevistas aos ex e atuais trabalhadores/camponeses, a seus filhos. Bem como através da extensão universitária vinculada as escolas rurais do município que ensina e demonstra práticas agroecológicas viáveis à produção e ao sustento do trabalhador/camponês, aos estudantes e filhos dos trabalhadores/camponeses.

4 RESULTADO E DISCUSSÕES

O início da modernização agropecuária em Catalão na década de (19)80, não trouxe progresso à agropecuária desenvolvida nesta região, pois “[...] a agropecuária moderna, com os maiores índices de produção e produtividade do país, expulsou as “velhas” formas de uso e exploração da terra para as áreas de fronteiras, para as áreas urbanas e/ou para os fundos de vales que se tornaram refúgios para os camponeses e *trabalhadores da terra* desterritorializados.” (MENDONÇA, 2004, p.28), segundo Fernandes (1997) a expropriação do trabalhador/camponês de sua terra de origem acarretou vários problemas, como: desemprego, baixos salários, carestia de vida, alto índice populacional vivendo em favelas sem as mínimas condições de alimentação, saúde e habitação. E como reflexo destes problemas o aumento da mendicância e da violência.

O processo de modernização do campo, também não estabelece progresso em parceria com a natureza, ao contrário, com a implantação de técnicas de produção que sem importar com o bioma local, arrancam toda a vegetação, permitindo que as chuvas lavem o adubo natural do solo, as erosões e as drenagens afoguem os recursos hídricos,

se não fosse suficiente depositam toneladas de adubos, inseticidas e agrotóxicos que esterilizam a vida.

A análise dos aspectos técnicos e ecológicos permite concluir que a moderna agricultura é um grande fracasso agrônômico, pois destrói os solos, causa desequilíbrios e instabilidades ameaçadoras, arrasa a Natureza, polui o ambiente, utiliza enormes quantidades de energia, para continuar quase com as mesmas produtividades por área e, ainda, para produzir alimentos cada vez mais contaminados e de baixa qualidade biológica, pondo em risco a saúde humana (GRAZIANO NETO, 1985, p.135).

A fauna, sem refúgio e que não é morta pelas técnicas de produção, são obrigadas a alojar-se em outras áreas já ocupadas pelo homem ou a disputar áreas naturais cada vez mais escassas.

Esta nova forma produtiva expulsa de seu meio, também, toda a população local com sua forma de sobrevivência e sua cultura, passando a ocupar os fundos de vales impróprios aos novos meios de produção ou às periferias urbanas, com a expulsão desta população, dizima também, a forma de sobrevivência e a cultura as quais fazem parte das suas identidades enquanto seres sociais. Para, em seu lugar, cultivar soja destinada à exportação. E os trabalhadores/camponeses, que antes produziam ali seu alimento, trabalho e o alimento básico da população urbana, passam a disputar as áreas com relevo impróprio aos maquinários do novo método de produção (trazido pela modernização da agricultura), as famílias que não conseguem concorrer com os novos métodos produtivos, portanto, não conseguem produzir ou vender seus produtos obtidos através da produção tradicional, vendem suas terras para serem incorporadas aos latifúndios e se submetem como mão-de-obra dos mesmos ou passam a ocupar áreas de periferias urbanas, em precárias condições de existência, pois lhe confiscaram o direito a vida e a cultura, ao negarem ao trabalhador-camponês a terra e conseqüentemente às Necessidades Humanas Básicas.

[...] Havia algo de errado. Não era possível concordar com a situação e, acima de tudo, pensar que era normal assistir milhares de crianças sem escola e sem comida decentes, morando em casebres pouco iluminados e em ruas escuras e poeirentas, sempre com vontade de comer alguma coisa, de preferência que fosse gostosa, pois as agruras eram tantas que uma simples bala era suficiente para alegrar a vida. Assistir os pais chegarem no final da tarde sem dinheiro e sem perspectivas, o que obrigava mães e filhos menores a fazerem “bicos” para sobreviverem, era algo corriqueiro nas vizinhanças (MENDONÇA, 2004, p.4).

Como pode denominar de moderno um processo (modernização da agricultura) que se encontra preocupado em estabelecer latifúndios para uma produção de para exportação, controlada por grandes transnacionais que destroem o meio ambiente onde se instalam e condicionam a população local a péssimas condições de sobrevivência. E como conseqüência desencadeia desequilíbrios sociais como a violência gerada a partir

das necessidades sociais de uma população expulsa do ambiente em que estavam enraizadas e pela enorme desigualdade sócio-econômica estabelecida entre os que possuem os meios de produção e aqueles que possuem apenas a força de trabalho, a qual é posta a venda para os donos dos recursos produtivos.

5 CONCLUSÃO

É necessário efetivar políticas públicas com o intuito de assegurar o bem-estar e as boas condições de existência a população que é acondicionada de forma subumana nas periferias urbanas e no campo, principalmente aquela expulsa da terra e/ou impedida de ter acesso a *terra de trabalho*. A modernização da agricultura ampliou as desigualdades socioeconômicas, fortaleceu o latifúndio improdutivo e fomentou o agronegócio com a produção voltada para a exportação.

Essas ações não apenas *invadiram* o território dos trabalhadores/camponeses, expulsando-o do ambiente ao qual estavam familiarizados e enraizados. Também se deve levar em consideração, que são estes sujeitos sociais (produtores camponeses), os responsáveis pela alimentação e variedade da *mesa* do brasileiro, pois são as pequenas propriedades que mais produzem apesar de ocuparem uma menor área.

Precisamos estabelecer meios de produção ecológicos, como também melhores condições de sobrevivência à população brasileira e soberania alimentar a este país. Portanto, se faz necessário estabelecer uma reforma agrária e distribuir àqueles que possuem força e vontade de cultivar as vastas terras improdutivas que se encontram nas mãos de poucos, além de condições de crédito e de informação para estabelecerem uma produção variada e agroecológica. Isso implica proporcionar condições de sobrevivência à população e amenizar as desigualdades sócio-econômicas desta nação, tornando o Brasil um país com soberania alimentar, com bem-estar social e com a construção de sociedades sustentáveis.

REFERÊNCIA

FERNANDES, O. **A questão agrária no Brasil**. Belo Horizonte, SINPRO-MG, 1997.

GARCINDO, Letícia; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. O cultivo de sementes crioulas como (re)existência camponesa em Catalão/GO. In: IX Jornada do Trabalho, Catalão-GO. Anais... 2008.

_____. Transformações espaciais no campo: lutas e (Re)Existências dos trabalhadores/camponeses em Catalão/GO. In: XV Encontro Nacional de Geógrafos, São Paulo. Anais... 2008.

MARX, K. ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. Cultura brasil, Disponível em: <http://www.culturabrasil.pro.br/marx.htm> Acesso em: 10 jun. 2010.

MEDINA, J. P. S. **O brasileiro e seu corpo**. Papirus Editora, 11ª Ed., nov. 2008.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 2004, 458 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MESQUITA, H. A. de. **A modernização da agricultura** – Um Caso em Catalão/Goiás. 1993. 180 f. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

SUCHANEK, N. Desenvolvimento: por que e para quem? **Revista Cidadania & Meio Ambiente**. Câmara de Cultura, 2009. Especial.